

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC/SP

DIRCEU BENINCÁ

ÁGUA E ENERGIA PARA A VIDA

**O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS NO BRASIL
(1991-2009)**

Doutorado em Ciências Sociais

São Paulo, 2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC/SP

DIRCEU BENINCÁ

ÁGUA E ENERGIA PARA A VIDA

**O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS NO BRASIL
(1991-2009)**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Eduardo W. Wanderley.

São Paulo, 2010

Banca examinadora

São Paulo, ____/____/____

Dedicatória

Aos/às militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens no Brasil que, não obstante às “altas descargas” do sistema, seguem lutando em defesa dos seus e dos nossos direitos, em busca da “luz” que ilumina o caminho da vida, da dignidade, da democracia plena e da justiça para todos!

Agradecimentos

Aos/às militantes e membros da coordenação e da secretaria do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que não hesitaram em conceder entrevistas, fornecer informações, disponibilizar materiais e compartilhar muitas horas de convivência a fim de contribuir para a realização deste trabalho.

Ao orientador Prof. Dr. Luiz Eduardo Wanderley pela carinhosa amizade, sábias e oportunas orientações, bem como incentivo permanente ao longo dos cursos de Mestrado e Doutorado. Ao co-orientador no período de estágio doutoral junto ao Centro de Estudos Sociais (CES), em Coimbra/Portugal, Prof. Dr. Pedro Hespanha, pela calorosa acolhida, inesquecível apoio e significativas contribuições prestadas.

À Prof.^a Dr.^a Rosângela Dias Oliveira da Paz e ao Prof. Dr. Pedro Roberto Jacobi, titulares da banca de qualificação, pela criteriosa leitura do texto e relevantes sugestões feitas. Igualmente agradeço à Prof.^a Dr.^a Maria Antonieta da Costa Vieira e à Prof.^a Dr.^a Ana Amélia da Silva pela disponibilidade em ler o texto e participar do mesmo processo na condição de membros suplentes. De igual modo, sou grato à Prof.^a Dr.^a Maria Lucia Carvalho da Silva, Prof.^a Dr.^a Rosângela Dias Oliveira da Paz, Prof. Dr. Antonio Boeing e Prof. Dr. Ivo Lesbaupin por terem aceitado prontamente contribuir na qualidade de titulares na banca de defesa desta tese. Não é menor meu apreço à Prof.^a Dr.^a Maria Antonieta da Costa Vieira e ao Prof. Dr. Rafael Rodrigues da Silva por participarem como suplentes da banca.

Ao Antonio Alves de Almeida, amigo de longa data, de horas “amargas” e momentos felizes, companheiro de inúmeras iniciativas e tantas ações conjuntas. Muito obrigado pela compreensão, amizade, apoio e sonhos acalentados de uma vida melhor e de outro mundo possível!

Ao Jaime Carlos Patias, Cílto Rosembach, Odêmio Ferrari, Vânia Aguiar Pinheiro, Juçara Zottis, Leonildo, Zilda e Rúbia dos Santos, Patrick Gomes Silva amigos muito especiais que de diferentes modos apoiaram, acolheram, ampararam e me impulsionaram durante esses anos de estudos e realização do presente trabalho.

Aos membros e funcionários/as do Instituto Missionários da Consolata pela carinhosa amizade, salutar convivência e excelente ambiente disponibilizado no período em que permaneci na Casa Regional.

À minha família que, mesmo sem compreender muito bem as razões de meus estudos, sempre me acompanhou, apoiou e se preocupou com meu bem estar e minha felicidade.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa do Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDPE), que possibilitou a realização do estágio no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, Portugal.

A todos/as e tantas outras pessoas que fizeram e fazem parte da minha caminhada, sou eternamente grato!

Elogio ao sábio juízo!

“Como é que se pode comprar ou vender o céu e o calor da terra? Essa idéia nos parece estranha. Se não possuímos o frescor do ar e o brilho da água, como é possível comprá-los? Cada pedaço desta terra é sagrado para o meu povo. Cada ramo brilhante de um pinheiro, cada punhado de areia das praias, a penumbra na floresta densa, cada clareira e inseto a zumbir são sagrados na memória e experiência de meu povo (...). Somos parte da terra e ela faz parte de nós. As flores



perfumadas são nossas irmãs; o cervo, o cavalo, a grande águia são nossos irmãos. Os picos rochosos, os sulcos úmidos nas campinas, o calor do corpo do potro, e o homem - todos pertencem à mesma família (...).”

“Os rios são nossos irmãos, saciam nossa sede.

Os rios carregam nossas canoas e alimentam nossas crianças (...).

O ar é precioso para o homem vermelho (indígena), pois todas as coisas compartilham o mesmo sopro - o animal, a árvore, o homem.

Parece que o homem branco não sente o ar que respira.

Como um homem agonizante há vários dias, é insensível ao mau cheiro (...).”

“Ensinem às suas crianças o que ensinamos às nossas, que a terra é nossa Mãe. Tudo o que acontecer à terra, acontecerá aos filhos da terra. Se os homens cospem no solo, estão cuspidos em si mesmos. Isto sabemos: a terra não pertence ao homem; o homem pertence à terra. Todas as coisas estão ligadas como o sangue que une uma família. Há uma ligação em tudo. O que ocorrer com a terra, recairá sobre os filhos da terra. O homem não tramou o tecido da vida; ele é simplesmente um de seus fios. Tudo o que fizer ao tecido, fará a si mesmo”.

(Cacique Seattle, da tribo Duwamish, 1854, ao presidente dos EUA, Franklin Pierce)

*“Para o sociólogo não existe neutralidade possível:
o intelectual deve optar entre o compromisso
com os exploradores ou com os explorados.”*
(Florestan Fernandes)

*“Para ser grande, sê inteiro:
nada teu exagera ou exclui.
Sê todo em cada coisa.
Põe quanto és no mínimo que fazes.
Assim em cada lago a lua toda brilha,
porque alta vive.”*
(Fernando Pessoa)

R e s u m o

Vivemos um período de crise ambiental sem precedentes. Ela resulta de uma opção desenvolvimentista baseada na exploração desmedida dos bens naturais, na concentração da riqueza e na exclusão social. Nesse contexto, as demandas por energia se tornam cada vez maiores. Entre as fontes energéticas, a hidroeletricidade ocupa a maior fatia, o que exige a construção progressiva de barragens. No conjunto dos seus efeitos, constam graves impactos de ordem social, ecológica e simbólica. No Brasil, são poucos os rios de médio e grande porte que ainda não foram barrados no mínimo em um ponto para a instalação de hidrelétricas.

De acordo com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a cifra dos que foram expulsos de suas propriedades e locais de vida por tais projetos já transcende um (1) milhão de brasileiros, sendo que cerca de 70% deles não têm seus direitos garantidos. Dessa maneira, acabam por aumentar o contingente dos sem terra, sem trabalho e sem perspectivas, ampliando a fome, a violência e a miséria. Do ponto de vista simbólico e cultural, também são agudas as conseqüências que se verificam em virtude desses empreendimentos.

A presente pesquisa lança um olhar sobre este cenário, tentando entender a lógica subjacente ao modelo energético vigente, vinculado de modo estreito ao capitalismo, o qual se move pelo lucro a qualquer custo. Após averiguar os principais impactos e conflitos gerados com a construção de hidrelétricas – apresentadas como sinônimo de progresso e desenvolvimento – atenta-se para a emergência dos submersos, ou seja, das organizações regionais que desembocaram na criação do MAB (1991), com atuação nacional. A análise do tema é feita tendo como pano de fundo dois conceitos básicos, quais sejam: desenvolvimento sustentável e cidadania ecológica.

As concepções e posicionamentos teóricos, as múltiplas formas de resistências e denúncias, a defesa dos direitos dos atingidos por barragens, as conquistas e proposições concretas do Movimento ao longo de sua trajetória dão a estrutura da outra parte da abordagem. Os objetivos e a luta do MAB não se restringem à busca de medidas paliativas e compensatórias, mas se volta para a construção de um projeto energético distinto e, em última instância, para a instauração de uma sociedade sustentável, justa, solidária, democrática e protetora do meio ambiente.

Para a elaboração da tese *Água e Energia para a Vida*, utilizei como recurso metodológico a observação participante, a entrevista com roteiros semi-estruturados e a análise de fontes primárias (documentos, produções e site do Movimento). Também desenvolvi estudo de amplo acervo bibliográfico em conexão com o tema em foco. Parti do pressuposto de que o Movimento é um espaço privilegiado para construir a identidade política dos atingidos e fortalecer a sua cidadania, hipótese que se mostrou amplamente verdadeira.

Palavras-chave: *Movimento dos Atingidos por Barragens, Ecologia, Desenvolvimento Sustentável, Cidadania Ecológica.*

A b s t r a c t

We live in a period of unprecedented environmental crisis. It results from a developmental option based on overexploitation of natural resources, the concentration of wealth and social exclusion. In this context, the demands for energy are becoming larger. Among the sources of energy, hydroelectricity occupies the largest share, which requires the gradual construction of dams. In all of its effects, we can count on severe impacts of social, ecological and symbolic order. In Brazil, there are few of medium and large rivers that have not been used on at least one point for the installation of hydroelectric facilities.

According to the Movement of People Affected by Dams (MAB), the number of those who were expelled from their properties and living places because of those projects goes beyond one (1) million of Brazilians, of which about 70% of them have not their rights guaranteed. Thus, ultimately increasing the quota for the landless, jobless and without perspectives, increasing hunger, violence and misery. From the standpoint of symbolic and cultural aspects, it also exacerbates the consequences that occur as a result of these developments.

This study takes a look at this scenario, trying to understand the logic behind the current energy model, so closely tied to capitalism, which is moved by profit at any cost. After examining the main impacts and conflicts generated by building dams - presented as a synonym for progress and development - it draws attention to the emergency of the submerged, that is, the regional organizations that led to the creation of the MAB (1991), with is now of national reach . The analysis of the subject is made against a background of two basic concepts, namely: sustainable development and ecological citizenship.

The concepts and theoretical viewpoints, the multiple forms of resistance and complaints, the rights of those affected by dams, the achievements and proposals of the movement, its trajectory gives the structure of the other part of the approach. The objectives of the MAB and the fight are not restricted to seeking compensatory and remedial measures, but it turns to the construction of an energetic project, and ultimately to the establishment of a sustainable society, fair, solidary, democratic and respectful of the environment.

For this dissertation, *Water and Energy for Life*, I used as a methodological resource, a participant observation, interviews with semi-structured scripts and the analysis of primary sources (documents, productions and the website of the movement). I have also made use of an extensive study of bibliography relative to the subject in consideration. I have started from the premise that the movement is an ideal place to build a political identity of those affected and to strengthen their citizenship, a situation which has proved largely true.

Keywords: Movement of Dam Affected People, Ecology, Sustainable Development, Ecological Citizenship.

S i g l a s

ACO – Ação Católica Operária
AITG – Associação Indígena Tupiniquim Guarani
ANAB – Associação Nacional de Atingidos por Barragens
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
ASSESOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
ATEMAB – Assessoria Técnica e Educacional Meio Ambiente e Barragens
BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBA – Companhia Brasileira de Alumínio
CDDPH – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CEB – Companhia Energética de Brasília
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica
CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais
CES – Centro de Estudos Sociais
CH4 – Gás Metano
CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CMB – Comissão Mundial de Barragens
CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CMP – Central de Movimentos Populares
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CO2 – Gás Carbônico
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CRAB – Comissão Regional de Atingidos por Barragens
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DNA – Deoxyribonucleic Acid (inglês) e ADN - Ácido Desoxirribonucleico (português)
EIA – Estudos de Impacto Ambiental
FAPES – Fundação Alto Uruguai de Pesquisa e Ensino Superior
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI – Fundo Monetário Internacional
FUNRURAL – Fundo de Assistência Rural
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOLD – International Commission on Large Dams
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IIRSA – Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana
INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
INR – International Rivers Network (inglês) e Rede Internacional de Rios (português)
IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change (inglês) e Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (português)
IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

ISER – Instituto de Estudos da Religião
IUCN – International Union for Conservation of Nature (inglês) e União Internacional para a Conservação da Natureza (português)
JEC – Juventude Estudantil Católica
JOC – Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
KWh – Kilowatt/hora
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MMA – Ministério de Meio Ambiente
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MME – Ministério de Minas e Energia
MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MOAB – Movimento dos Ameaçados por Barragens
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MW – Megawatt
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCH – Pequena Central Hidrelétrica
PIB – Produto Interno Bruto
PJR – Pastoral da Juventude Rural
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC – Pontifícia Universidade Católica
RBJA – Rede Brasileira de Justiça Ambiental
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
SEDAM – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
SEMA – Secretaria Especial de Meio Ambiente
TdL – Teologia da Libertação
TWh – Terawatt/hora
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UHE – Usina Hidrelétrica
ULTAB's – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP – Universidade de Campinas
USP – Universidade de São Paulo

S u m á r i o

INTRODUÇÃO	14
CAPITULO I: AS BARRAGENS E SEUS IMPACTOS	24
1. A energia que alimenta o “progresso”	24
2. Modelo energético brasileiro: confronto de visões	29
3. Impactos do “dilúvio planejado”	39
4. Conflitos nos “pontos quentes”	52
CAPITULO II: A EMERGÊNCIA DOS SUBMERSOS	58
1. Contextualização	58
1.1. Aspecto econômico	59
1.2. Aspecto sociopolítico	61
1.3. Aspecto eclesial	64
1.4. Aspecto ecológico	66
2. Primeiras reações às barragens	68
3. Novos sujeitos sociais em cena	72
4. Identidade, organização e diretrizes do MAB	77
5. Trajetória e mutações do MAB	86
6. “Atingido”: Um conceito polêmico	96
CAP. III: ECOLOGIA, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CIDADANIA	101
1. O despertar da questão ecológica	101
2. Referências conceituais	109
3. A evolução da ideia de desenvolvimento	114
4. O paradigma do desenvolvimento sustentável	120
5. A insustentabilidade do desenvolvimento capitalista	124
6. Riscos e externalidades	132
7. Metamorfoses da cidadania	137
8. A questão ética	146

CAPITULO IV: CONCEPÇÕES E POSICIONAMENTOS DO MAB	152
1. Na encruzilhada do desenvolvimento	152
2. “Energia para quem e para que”?	155
3. Em busca do socialismo	159
4. “Radicalizar a democracia”	163
5. O desafio da cidadania ecológica	168
6. A questão da justiça ambiental	178
CAPITULO V: RESISTÊNCIAS, CONQUISTAS E PROPOSIÇÕES DO MAB	183
1. Globalização contra-hegemônica e altermundismo	183
2. Práticas de resistência dos atingidos	187
3. Das resistências às denúncias e às criminalizações	202
4. O significado do enfrentamento	209
5. Conquistas do MAB	213
6. Água e energia para a vida	219
CONSIDERAÇÕES FINAIS	224
a) Ecosocialismo	224
b) Sociedade sustentável	227
c) Justiça socioambiental	228
d) Identidade coletiva	230
e) Fortalecimento da cidadania	230
f) Relevância do MAB	232
B I B L I O G R A F I A	236
ANEXOS	251

INTRODUÇÃO

Múltiplos e complexos problemas de ordem socioeconômica, sociopolítica e socioambiental compõem o cenário nacional e mundial na atualidade. Sob a orientação do capitalismo neoliberal, chegamos a uma delicada situação que coloca em cheque o modelo de sociedade e o futuro da humanidade. A concentração da riqueza, com os consequentes indicadores de assimetrias sociais são fatores peremptórios para a análise do sistema de desenvolvimento e da própria sustentabilidade.

O relatório do Banco Mundial (1995) descreve esta realidade, informando que os países pobres onde viviam 85,2% da população do mundo detinham apenas 21,5% da economia, enquanto os países ricos, com 14,8% da população, concentravam 78,5% da renda. Conforme estimativa das Nações Unidas, cerca de 1 bilhão de pessoas (1/4 da população mundial) ganham menos de um dólar por dia e outros 2 bilhões vivem com apenas o dobro desse rendimento. A Organização Mundial da Saúde informa que 1/5 da população do mundo está excluída de qualquer serviço de saúde moderno e metade da população total não tem acesso a medicamentos essenciais (Cf. Sousa Santos, 2005:33-35).

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano 2009,¹ o Brasil embora tenha registrado uma melhora em seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e uma queda na desigualdade desde o início da presente década, “ainda permanece no grupo de dez países mais desiguais do relatório, atrás apenas de Namíbia, Ilhas Comores, Botsuana, Haiti, Angola, Colômbia, Bolívia, África do Sul e Honduras. No Brasil, os 10% mais ricos detêm 43% da riqueza nacional, enquanto os 10% mais pobres, apenas 1%”.² Nosso país é a 9ª economia do mundo, porém mantém um gigantesco nível de desigualdade entre a população. Logo, só crescer economicamente não resolve os problemas sociais.

¹. O relatório *Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e desenvolvimentos humanos*, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) avalia anualmente o desenvolvimento humano de 182 nações. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/rdh/>

². Cf. *Jornal Folha de S. Paulo*, 5 de outubro de 2009, A4.

O capitalismo divide a sociedade em classes, engendrando múltiplos riscos, perigos e crises no âmbito socioeconômico, político, climático, alimentar, energético, ecológico e ético. Apregoa o mercado total, onde o ser humano não só é tomado como produtor e consumidor de mercadorias, mas também tratado, ele próprio, como uma mercadoria. A respeito do capitalismo, mantém-se a lógica já exposta por Karl Marx no *Manifesto do Partido Comunista* (2007:57), segundo o qual “as idéias dominantes de uma época sempre foram as idéias da classe dominante”.

Referindo-se à dinâmica do sistema, José Hélio Mecca³ afirma: “À medida que o capitalismo avança em todos os sentidos, como guerra total na consciência das pessoas, interfere na família, na comunidade, na convivência, rouba o direito de trabalhar, rouba o direito de cidadania, transforma as pessoas em objetos, coloca as pessoas na violência, na miséria, na prostituição, no uso de drogas etc.” Excludente e depredador, o modelo capitalista orienta-se para a produção em larga escala e para o acúmulo de bens e capitais. Estimula o individualismo e o consumo sem controle.

A ordem imposta está gerando uma desordem generalizada na vida social e na natureza. Somam-se à poluição do ar e da água, a contaminação do solo e subsolo, a ampliação das áreas desérticas e as monoculturas. Também as modificações genéticas, o acúmulo da propriedade da terra, a utilização de agrotóxicos, o extermínio da biodiversidade, a insegurança alimentar e nutricional, a infestação de pragas, as tecnologias atômicas, o crescimento desordenado das cidades, especialmente das metrópoles.

Em se tratando de “catástrofes naturais”, quase todo o dia são divulgadas notícias sobre vendavais, enchentes, secas, mudanças climáticas bruscas, tufões, tsunamis, tornados, furacões, ciclones e outras. Tais fenômenos sempre existiram, mas agora se intensificam e agravam em função do aquecimento global. Uma pesquisa realizada por cientistas da Universidade de East Anglia (Inglaterra), publicada em 31 de outubro de 2008 na Revista *Nature Geoscience* demonstrou, pela primeira vez, que a ação humana é responsável pelo significativo aumento da temperatura nos pólos nas últimas décadas.⁴ Isso ocorre em função da emissão de gases poluentes, sobretudo, o dióxido de carbono (gás carbônico) proveniente da

3. Membro da coordenação nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens. Entrevista concedida dia 05 de outubro de 2007.

4. Cf. Jornal *O Estado de S. Paulo*, 31 de outubro de 2008, A 18.

queima de combustíveis fósseis (gasolina, diesel e outros), do desmatamento, das queimadas em geral etc.

Nesse contexto, encontram-se as hidrelétricas. Com a invenção da energia elétrica, adveio a necessidade sempre maior de construir represas, instalar turbinas, transmissores, redes e transformadores. Na ponta dos fios, apareceram as lâmpadas, os televisores, os refrigeradores e uma lista enorme de eletrodomésticos, computadores, máquinas diversas e motores. Os avanços foram enormes, mas não foram sem dores. Na sociedade moderna, altamente industrializada e urbanizada, as grandes barragens se multiplicam, trazendo benefícios e, simultaneamente, efeitos negativos de diversas ordens.

Pesquisadores do *National Institute for Space Research* afirmam que as 52 mil grandes represas existentes no mundo participam com cerca de 4% do aquecimento global, emitindo por volta de 104 milhões de toneladas de gás metano (CH₄) a cada ano. Uma tonelada de metano é 25 vezes mais prejudicial que uma tonelada de gás carbônico (CO₂). Na somatória das emissões, o Brasil se encontra entre os 17 países maiores poluidores do planeta. Nota-se, portanto, que o modelo de desenvolvimento econômico adotado e a temperatura da terra estão intrinsecamente relacionados. O aquecimento provoca alteração dos ecossistemas, doenças, danos ao meio ambiente, além da morte de milhares de pessoas todos os anos.

Diversos tratados, acordos e protocolos internacionais foram produzidos com vistas a promover o *desenvolvimento sustentável*, conceito sistêmico apresentado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento durante a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1987. A *Agenda 21*, principal documento da Conferência Eco-92, destacou o compromisso de governos e da sociedade em geral na busca de soluções aos múltiplos problemas socioambientais da atualidade. O texto enfatiza a necessidade de compatibilizar o progresso com a qualidade do crescimento.

Em setembro de 2000, as Nações Unidas aprovaram a *Declaração do Milênio*. Os 191 Estados-Membros, entre eles o Brasil, assinaram o referido documento, comprometendo-se em contribuir com a sustentabilidade do Planeta. A Declaração inclui oito objetivos, 18 metas e 48 indicações a serem concretizados até o ano 2015 pelos governos e pela sociedade. Entre os objetivos, consta: Garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Na cidade de Joanesburgo, África do Sul, em 2002, foi realizada a *Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável*, com a participação de representantes de mais de 150 países, grandes empresas, associações setoriais, ONGs e milhares de pessoas do mundo inteiro. O evento, conhecido como *Rio+10* ressaltou diversos desafios e reafirmou o compromisso das nações com o desenvolvimento sustentável, com a construção de uma cidadania planetária e uma globalização solidária.

Na Cúpula, a energia foi um dos temas principais. O Brasil apresentou a proposta de substituição de matrizes energéticas poluidoras por fontes renováveis em 10% até 2010, o que foi boicotado pelos Estados Unidos e países árabes, grandes produtores de petróleo. No documento final, a *Rio+10* propôs a diversificação das fontes energéticas por meio do desenvolvimento de tecnologias “limpas, eficientes e acessíveis, incluindo combustíveis fósseis, bem como energias renováveis, inclusive hidrelétricas, e sua transferência aos países em desenvolvimento.” Entretanto, não estabeleceu metas nem prazo de implementação.

A questão da energia está intimamente relacionada com o problema do aquecimento global. Acerca disso, o *Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas* (IPCC/2007) adverte que se não forem tomadas medidas urgentes, a temperatura média na terra até o final desse século poderá aumentar entre 1,1 e 6,5°C. Estudos científicos apontam ainda que, mantendo-se o ritmo atual do aquecimento até o ano 2050, milhões de pessoas terão de ser removidas das áreas litorâneas em função da elevação do nível dos oceanos. De acordo com diferentes hipóteses, continuando assim mais de 50% das espécies na terra e no mar serão extintas nas próximas décadas.

Os alertas mobilizam a humanidade. Neste sentido, foi firmado o *Protocolo de Kyoto*, o qual passou a vigorar em fevereiro de 2005 com o propósito de promover a redução de 5,2% dos gases poluentes até o ano 2012 como forma de minimizar o aquecimento global. O Protocolo foi assinado por 125 países, sendo que os Estados Unidos, responsáveis pela emissão de 33% de todos os gases de efeito estufa do mundo, recusaram-se a assiná-lo, alegando que isso prejudicaria o desenvolvimento industrial do país. Apesar das boas intenções, esse acordo internacional não conseguiu encetar relevantes avanços práticos.

Os progressos tecnológicos e a busca permanente de conforto e facilidades implicam uma crescente demanda de energia. Atualmente, os combustíveis fósseis ainda são as principais fontes energéticas em nível global. Cerca de 30% de toda a

energia gerada no mundo está baseada no petróleo que, ao ser utilizado, libera dióxido de carbono (CO₂), um dos responsáveis pelo efeito estufa. De acordo com o Ministério de Minas e Energia, em 2008 a matriz energética brasileira estava assim constituída: 37,4% de petróleo e derivados; 15,8% de derivados da cana-de-açúcar; 14,9% de hidreletricidade; 12,0% de lenha e carvão vegetal; 9,3% de gás natural; 6,0% de carvão mineral; 3,2% de outras energias renováveis e 1,4% de urânio. As hidrelétricas são responsáveis por cerca de 90% do total da eletricidade gerada no país.

Na sociedade globalizada, globalizaram-se as possibilidades e as alternativas, bem como os problemas sociais, os riscos, os perigos e os impactos ambientais. Nela, o desenvolvimento e as benesses são para uma minoria. As contradições inerentes ao modo de produção, distribuição, consumo, acesso às riquezas produzidas e aos bens naturais são notórias, estimulando reações diversas que vão desde a simples resignação até as sublevações coletivas e revolucionárias.

Quanto às barragens, prevalece o discurso de que elas são indispensáveis para acelerar o crescimento econômico e sustentar o desenvolvimento social. Outros questionam o tipo de desenvolvimento e a quem ele se destina. O debate tem-se tornado cada vez mais crucial, principalmente diante do avanço de situações como o esgotamento dos bens naturais, a poluição, as mudanças climáticas e o aquecimento global. Apesar da fama de produzirem “energia limpa”, as hidrelétricas também causam seus problemas, a considerar os alagamentos, o deslocamento de populações sem indenização ou reassentamento e o prejuízo que causam à biodiversidade.

A produção de energia hidrelétrica envolve diversas questões que transcendem o âmbito meramente técnico. Neste intrincado terreno estão em jogo diferentes concepções e interesses de empresas, governos e populações. Se, por um lado, existem fatores que levam a investir na construção de grandes barragens, por outro, são notórios os graves impactos sociais, ambientais e simbólicos gerados pelos referidos empreendimentos. O fato de mais de um milhão de pessoas já terem sido atingidas diretamente por barragens no Brasil, sendo que a maioria não tem seus direitos respeitados, explica a importância que o tema assume.

As hidrelétricas caracterizam-se por inundar vastas áreas de terras, destruir florestas, extinguir espécies animais, expulsar famílias sem qualquer indenização ou reassentamento. Em vários casos, a execução de obras das barragens não é precedida pelos Estudos de Impacto Ambiental (EIA), o que torna imensuráveis os danos

causados. Aliam-se a esses problemas, as elevadas tarifas da energia cobradas à população. O chamado *eletronegócio* associa-se ao agronegócio e hidronegócio, subtraindo direitos humanos que deveriam ser assegurados a toda gente. A temática em análise remete também às noções de justiça e igualdade no seio de um sistema que prima pelo crescimento econômico a qualquer custo.

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1991:186) afirma que “a energia é indispensável à sobrevivência diária. O desenvolvimento futuro depende indubitavelmente de que se disponha de energia por muito tempo, em quantidades cada vez maiores e de fontes seguras, confiáveis e adequadas ao meio ambiente. Hoje, não dispomos de nenhuma fonte – isolada ou combinada a outras – que possa atender a essa necessidade futura”. Nesse contexto, as hidrelétricas geralmente são apresentadas como ícones do desenvolvimento dos negócios, da economia e da vida como um todo. Entretanto, elas compõem um modelo energético que é altamente concentrador de riquezas, excludente e depredador do meio ambiente.

Diante desses e de outros problemas, os movimentos sociais populares vêm lutando para construir outra ordem social, econômica e ambiental. Entre eles, destaca-se o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) – objeto da presente pesquisa – que reúne um público historicamente marginalizado, resiste ao processo de vitimização imposto pelos empreendimentos hidrelétricos e luta para garantir os direitos das populações afetadas. Propõe a necessidade de mudar a matriz energética; reduzir o consumo de energia; diminuir o uso de combustíveis fósseis, enquanto estes não forem substituídos por fontes renováveis e mais limpas.

O MAB se insere entre os movimentos da globalização contra-hegemônica, os quais questionam e refutam o modelo econômico dominante responsável pelo desemprego estrutural, desigualdades sociais, miséria de multidões e violência institucionalizada. Entre os motivos da escolha desse objeto de estudo está a compreensão de que o Movimento desempenha uma função social e política relevante, defendendo sujeitos invisibilizados e excluídos. Também fortalece a consciência dos direitos ambientais na medida em que, por um lado, combate a tendência hegemônica que trata a *água* e a *energia* como mercadorias e, por outro, procura preservar a vida, empunhando a bandeira “água para a vida não para morte”, que orienta a caminhada desde sua origem.

Nessa dinâmica de organização das bases e discussão das implicações econômicas, sociais, ambientais e culturais que as barragens trazem, as lideranças tendem a aprofundar a reflexividade acerca do processo em que estão inseridas. Cabe ressaltar que muitas lideranças emergem dentre os próprios atingidos, no lugar mesmo da construção da barragem. É muito comum que lideranças com experiências consolidadas em uma região do país se transfiram para outra a fim de contribuir com a organização da população que se encontra ameaçada ou atingida pelas barragens. Há, ainda, lideranças que colaboram com a organização dos atingidos e são oriundas de outros movimentos sociais, igrejas, ONGs, sindicatos, partidos, associações etc.

Água e energia para a vida – O Movimento dos Atingidos por Barragens no Brasil (1991-2009) tem por objetivo precípua analisar alguns aspectos da trajetória do MAB, sobretudo suas formas de organização e resistência aos grandes projetos hidrelétricos. Pretende investigar a articulação das questões sociopolíticas com a dimensão ambiental em sua história recente. Visa, portanto, compreender seu projeto e suas estratégias de luta para enfrentar o modelo energético vigente e o próprio sistema capitalista. Além disso, busca observar a contribuição do Movimento no que diz respeito à construção da cidadania entre os atingidos por barragens, destacando os principais valores e práticas que emergem de suas lutas.

Durante o período de pesquisa e elaboração desse trabalho, participei de diversas atividades como: Cursos do MAB realizados em Cajamar/SP e na Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ, com a presença de militantes e membros da coordenação do Movimento, provenientes de todas as regiões do Brasil; reuniões em São Paulo com articuladores do Movimento oriundos de várias localidades dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro; encontros e debates em Eldorado/SP com população ameaçada pelas barragens do Vale do Ribeira/SP; assembleia dos atingidos/as pelas barragens do Rio Madeira, em Porto Velho/RO, entre outros.

Realizei 30h04min de gravações, sendo 23h50min de entrevistas e mais 6h14min de depoimentos, exposições e palestras. Entrevistei 12 pessoas (homens e mulheres), membros da coordenação do MAB e que continuam militando na base. Colhi depoimentos de outros 18 militantes atingidos por barragens, além de mais 31 pessoas: três bispos, um promotor de Justiça, um advogado, um senador boliviano, um cacique indígena, dois representantes de empresas construtoras de barragens, cinco professores e pesquisadores do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra/Portugal – onde desenvolvi estágio doutoral entre fevereiro e julho de 2009

– (entre os quais, Boaventura de Sousa Santos). Também oito professores (UNICAMP, USP, UFRJ, PUC/MG, PUC/Campinas), outros cinco militantes e estudiosos do Movimento ou de questões correlatas, bem como os expoentes Leonardo Boff, a ex-ministra Marina Silva, João Pedro Stédile e Frei Betto.

Destaco as 6h18min de entrevista com Luiz Dalla Costa pelo fato de ser um dos pioneiros que participou de todo o processo de organização do Movimento, desde o surgimento da CRAB na região do Alto Uruguai gaúcho e catarinense até os presentes dias. Membro da coordenação nacional, atualmente é um dos principais líderes e articuladores do MAB. As conversas com todos os entrevistados/as foram sempre realizadas a partir de roteiros semi-estruturados. Ressalto ainda que tive acesso à vida interna do Movimento, podendo consultar toda a base documental existente. Além da bibliografia utilizada, também recorri a notícias, informações e textos disponíveis em diversos *sites* e jornais de circulação nacional e regional.

A temática em análise é tratada sob o enfoque sociológico, em constante diálogo com questões ecológicas e éticas, por considerar que o assunto requer essa importante interlocução de saberes. O foco central da presente pesquisa é a *eficácia da atuação do MAB no que respeita o processo de construção da cidadania*. A hipótese subjacente a esta abordagem é a de que o Movimento se constitui em um espaço fundamental na defesa dos direitos dos atingidos, fortalecendo a sua cidadania em diversos aspectos. Supomos, portanto, que, integrada ao MAB, a população atingida reúne mais e melhores condições para enfrentar os impactos sociais, econômicos, ambientais e simbólicos provocados pela construção de barragens. Em diferentes termos, significa dizer que desvinculados do Movimento os indivíduos se fragilizam. Porém, ao se organizarem, empoderaram-se para resistir aos artifícios impositivos de tais empreendimentos e lutar pelos direitos que lhes assiste.

Neste trabalho, optei por refletir em torno de duas categorias analíticas, quais sejam: *desenvolvimento sustentável* e *cidadania ecológica*. A noção do desenvolvimento sustentável dá suporte a múltiplas e divergentes perspectivas. Os movimentos populares e outros sujeitos sociais de visão crítica questionam princípios constituintes do referido conceito, bem como determinadas finalidades do seu emprego. Nesse sentido, uma questão fundamental que emerge é a seguinte: Como garantir um desenvolvimento que seja ao mesmo tempo socialmente justo, economicamente viável, politicamente democrático e ecologicamente sustentável? A indagação se configura crucial e complexa dado que o desenvolvimento “saudável”,

equitativo e equilibrado é obstaculizado pelos interesses capitalistas que geram concentração e exclusão, poluição e depredação.

Outro ponto que se procura compreender nesta tese é o processo através do qual os indivíduos se constituem em sujeitos sociais. Em diferentes palavras: Como as populações afetadas com a construção de barragens no Brasil podem resgatar sua dignidade, preservar seus direitos ameaçados e conquistar outros que jamais obtiveram? Para tanto, tem-se como pressuposto que ao fortalecerem a consciência coletiva de sujeitos de direitos e deveres, esses indivíduos se habilitam ao exercício de uma *cidadania ecológica*, como aquela que se caracteriza por uma visão mais integradora das dimensões da vida humana. Cidadania ecológica é entendida aqui como a luta pela instauração de uma sociedade sustentável, justa, solidária, democrática, plural e respeitadora do meio ambiente.

O primeiro capítulo deste trabalho tem como escopo demonstrar o significado das barragens na perspectiva do capitalismo, sistema que instaura um modelo de desenvolvimento baseado na exploração da força de trabalho, no acúmulo de riqueza e na depredação ecológica. Os impactos diretos sobre as populações atingidas e sobre o meio ambiente, bem como os conflitos que emergem no processo de construção desses empreendimentos hidrelétricos – espécie de “dilúvios planejados” – são de grande monta. Em linhas gerais, procura-se descrever a situação das “vítimas”, o que revela a legitimidade de sua organização e resistência.

No segundo capítulo, procura-se retratar de modo conciso o contexto econômico, sociopolítico, eclesial e ecológico no qual se deu a emergência dos submersos, isto é, dos atingidos por barragens, através das primeiras organizações regionais. Após circunscrever o nascedouro dessas iniciativas que posteriormente desembocaram na criação do MAB – como um movimento de alcance nacional –, apresento alguns elementos que considero centrais em sua trajetória, identidade e estrutura organizacional.

Os temas da ecologia, do desenvolvimento sustentável e da cidadania perpassam todo o trabalho. Na verdade, eles se constituem em grandes questões que permanecem como pano de fundo nas lutas empreendidas pelo Movimento dos Atingidos por Barragens. Com a finalidade de estabelecer um referencial teórico mínimo para dialogar com o pensamento e as práticas do MAB, desenvolvo, no terceiro capítulo, uma reflexão em torno dos referidos conceitos.

As concepções e os posicionamentos do Movimento, sobretudo de membros de sua coordenação, acerca do que poderíamos chamar de *projeto do MAB* sobre a questão energética, a perspectiva de desenvolvimento e os princípios estruturantes do tipo de sociedade que defende, são analisados no quarto capítulo. A democracia e a cidadania retornam sob a análise dos entrevistados, que apontam de maneira praticamente unânime a necessidade de construir outro sistema social mais justo e igualitário, identificado por eles com o socialismo.

O quinto e último capítulo objetiva explicitar diversas formas de resistência desenvolvidas pelo Movimento no âmbito do discurso e das ações concretas. Pretende-se, com isso, vincular sua prática com um amplo conjunto de reações ao sistema capitalista em sua versão neoliberal, o que vem sendo caracterizado como globalização contra-hegemônica e/ou altermundismo. Em consonância com o mote da reflexão, também são elencadas algumas conquistas e proposições do MAB diante do atual modelo energético e sociopolítico, o que revela o perfil do seu protagonismo.

Nas considerações finais, retomo algumas questões que reputo como relevantes no conjunto do trabalho, bem como coloco em evidência alguns desafios que, a meu ver, o Movimento dos Atingidos por Barragens tem à sua frente. Apresento também sugestões que julgo pertinentes no que concerne à atuação do Movimento, visando a mudança de comportamentos da sociedade em relação à utilização da energia e à implementação de outro projeto no qual a água e a energia estejam a serviço da vida!

CAPÍTULO I

As barragens e seus impactos

Pretende-se retratar neste capítulo os principais impactos provocados pela construção de grandes hidrelétricas no Brasil. Eles decorrem diretamente do sistema elétrico e da política energética adotados no país, implementados pelo Estado e/ou por empresas privadas, o que, não raro, suscita conflitos entre atingidos e responsáveis pelos empreendimentos. Antes de adentrar nestas questões, resgato, de forma concisa, a ideia de progresso que subjaz aos projetos da modernidade e, em particular, ao modelo energético vigente.

1. A energia que alimenta o “progresso”

Ao longo da história da humanidade, as barragens foram vistas como fundamentais para a promoção de atividades agrícolas, abastecimento de água, contenção de enchentes etc. Com a Revolução Industrial, houve a necessidade sempre maior de gerar energia para suprir as demandas crescentes em vários setores. Enquanto opção e caminho para encetar o desenvolvimento, as hidrelétricas tornaram-se foco de interesses políticos, econômicos e tecnológicos tanto de governos quanto de agências financiadoras e empresas construtoras. De acordo com a Comissão Mundial de Barragens (CMB),

entre as décadas de 1930 e 1970 a construção de grandes barragens tornou-se – na opinião de muitos – sinônimo de *desenvolvimento e progresso econômico*. Vistas como *símbolos de modernização* e da capacidade de a humanidade controlar e utilizar recursos naturais, houve um aumento dramático na construção de barragens. Essa tendência atingiu o *auge nos anos 70*, quando em média duas ou três novas grandes barragens eram comissionadas no mundo a cada dia (...). Os cinco países onde mais se construíram barragens são responsáveis por mais de três quartos de todas as grandes barragens em todo o mundo (*China, 46%; Estados Unidos, 14%; Índia, 9%; Japão, 6% e Espanha, 3%*) sendo que cerca de dois terços de todas as grandes barragens do mundo estão localizadas em países em desenvolvimento⁵ (*grifos meus*).

5. Comissão Mundial de Barragens. *Barragens e Desenvolvimento - Um novo modelo para tomada de decisões*. Tradução de Carlos Afonso Malferrari, 2000. Disponível em: <http://www.dams.org/>

O MAB diverge do discurso que apresenta as barragens como sinônimo do progresso. No contexto da construção da hidrelétrica Santo Antônio, em Porto Velho/RO, José Josivaldo de Oliveira, da coordenação do Movimento, afirmou: “As comunidades atingidas repudiam a construção desta usina porque será um desastre para a população. O consórcio (Mesa Energia) engana a população ao afirmar que as barragens trarão progresso. Sabemos que isso nunca acontece e a população fica na miséria. Não ficaremos parados, haverá reação popular”.⁶

Essa relação problemática entre hidrelétricas e progresso moderno – na ótica dos atingidos – se alinha com o pensamento do sociólogo Walter Benjamin. Ao interpretar a alegoria pintada por Paul Klee (1879-1940) em quadro intitulado *Angelus Novus*, Benjamin diz que a ilustração retrata o “Anjo da História”.

“Representa um anjo que parece estar a afastar-se de alguma coisa que contempla fixamente. Os olhos estão arregalados, tem a boca aberta e asas estendidas. É este, seguramente, o aspecto do anjo da história. Ele tem a face voltada para o passado. Onde vemos perante nós uma cadeia de acontecimentos, vê ele uma catástrofe sem fim que incessantemente amontoa ruínas sobre ruínas e lhas vai arremessando aos seus pés. Ele bem gostaria de ficar, de acordar os mortos e voltar a unir o que foi destruído. Mas do paraíso sopra uma tempestade que lhe enfuna as asas e é tão forte que o anjo já não é capaz de as fechar. Esta tempestade arrasta-o irresistivelmente para o futuro, para o qual tem as costas viradas, enquanto o montão de ruínas à sua frente cresce até ao céu. Esta tempestade é aquilo a que chamamos progresso” (*Apud* Sousa Santos, 2008:53).

De acordo com Benjamin, o progresso está em curso permanente na história, é inevitável e traz resultados nefastos acerca dos quais ele é simultaneamente cúmplice e testemunha. Mas, que progresso é esse? Quem é que o gera e a quem serve? Partindo de sua realidade de atingido por barragem, Claudiano José da Silva responde: “Eu já tinha na cabeça o que é uma construção de uma hidrelétrica. Eles falam que é *progresso*. Realmente é *progresso* para dois ou três”. Com o mesmo sentimento, Eunice Fonseca da Silva, também atingida, afirma: “É aquele *progresso* que veio pra acabar com a gente” (*grifos meus*).⁷ Por isso, o MAB combate o capitalismo, dizendo que ele transforma a energia em mercadoria de primeira

⁶. Cf. http://www.mabnacional.org.br/noticias/120808_uhe_sto_antonio.html

⁷. Os depoimentos de Claudiano e Eunice estão contidos no vídeo *Organização e resistência – a saga dos atingidos por barragens*. Produção: MAB; Realização: Alter Mídia, 2005.

grandeza, concentrando poder e riqueza. Primeiro, porém, destrói a natureza e ainda chama isso de progresso.

Em se referindo à lógica do sistema capitalista, apregoada de forma incisiva desde o período da ditadura militar, o professor Oswaldo Sevá sentencia: “Levantam a bandeira do ‘progresso’, após terem baixado os decretos e as agressões da ‘ordem’, e o progresso tem que ser como eles pensaram e decidiram. Enquanto os descontentes e os prejudicados viram ‘problemas’, que não merecem mais do que soluções baratas, as responsabilidades sociais dos empreendedores, e do próprio Estado, vão por água abaixo, junto com as regiões inteiras que são afogadas” (1990:18). Sob o reinado de grandes empresas que vêm de fora para trazer o “progresso” ao país, multiplicam-se riscos e rastros de calamidade para muitos. Assim, “a cada obra, mais gente empobrece, enlouquece, fica sem alternativas... a não ser que comece, duramente e sem descanso, a construir a sua própria alternativa, uma outra via” (Sevá, 1990:18-19).

Para o mesmo autor, uma usina hidrelétrica é um

processo que começa pelos canteiros de obras que desviam o rio e erigem o “paredão” trancando-o, segue pela instalação de máquinas turbo – geradoras que engolem vazões de água represada, e também pela instalação de usinas geradoras de outro tipo, as termelétricas; finaliza com a construção de linhas de transmissão desta eletricidade até os denominados centros de carga, onde, por meio de subestações elétricas e de linhas de distribuição e transformadores, são conectados os consumidores finais (2008:44).

Face à grande quantidade de água que uma usina retém, é possível efetuar uma ilação com a simbólica imagem do *dilúvio bíblico*. Pode-se também estabelecer uma relação entre as barragens e o capitalismo no que diz respeito aos impactos sociais e ambientais, materiais e simbólicos que se verifica em ambos os casos.

“Barragens têm sido construídas há milhares de anos – barragens para controlar inundações, para represar águas como fonte de energia hidrelétrica, para fornecer água para consumo humano direto, uso industrial ou para irrigar plantações (...). Hoje quase metade dos rios do mundo tem ao menos uma grande barragem”.⁸ Segundo alguns autores, a construção de barragens é uma forma de colonização moderna, onde o “outro”, forte e estranho, impõe seu projeto. Apropriando-se dos

⁸. Cf. Comissão Mundial de Barragens. *Barragens e Desenvolvimento - Um Novo Modelo para Tomada de Decisões*. Tradução de Carlos Afonso Malferrari, 2000. Disponível em: <http://www.dams.org/>

bens naturais, subordina, silencia e expulsa compulsoriamente as populações locais. Aí a água é transformada em energia; a energia, em mercadoria; a mercadoria em obsessão de consumo; o consumo em sinônimo de desenvolvimento; o desenvolvimento em destruição da natureza e exclusão dos pobres.

Ao mesmo tempo em que se constitui uma das maiores experiências no sentido de tentar domar as forças da natureza, as barragens também evidenciam a disputa do capital pelo território.⁹ Enquanto as empresas visam o território com interesses econômicos, as comunidades residentes vêm nele um espaço de sustentabilidade e sobrevivência. Mantém com o lugar uma profunda identificação, adotando-o como ambiente de vida e convivência. Neste sentido, McCully (*apud* Silva, 2007:54) afirma que “as grandes barragens são muito mais do que máquinas que geram eletricidade e armazenam água. São expressões de concreto, rocha e terra da ideologia dominante na era tecnológica: ícones do desenvolvimento econômico e do progresso científico, à altura das bombas nucleares e dos automóveis”.

Para a *International Commission on Large Dams* (ICOLD), uma barragem é considerada *grande* quando a altura da represa for igual ou superior a 15 metros (contados desde o alicerce). Também são classificadas como grandes aquelas que possuem entre cinco e 15 metros, contendo reservatório com capacidade superior a três milhões de m³, mínimo de 500 metros de comprimento de crista e vazão acima de 2 mil m³/s. De acordo com esta definição, o relatório da ICOLD publicado em novembro de 2000 apontava a existência de mais de 45 mil grandes barragens no mundo, construídas para atender demandas de água ou energia. Essas obras interromperam o fluxo normal e transformaram cerca de 60% dos 227 maiores rios do mundo, provocando efeitos diversos sobre os ecossistemas.

Nota-se um contínuo aumento das dimensões das usinas. As pioneiras das “décadas de 1880 a 1910 tinham uma potência instalada de centenas ou alguns milhares de quilowatts (KW); em meados do século, as maiores já contavam com máquinas para centenas de milhares de KW. Hoje a mais possante, Itaipu, no Rio Paraná (...), alcança 14 milhões de quilowatts instalados, e logo será superada pela usina chinesa Three Gorges, no Rio Yang Tzé” (Sevá, 2008:44).

⁹. Raffestin (1993) emprega o conceito “espaço” para identificar uma área geográfica e o conjunto do patrimônio natural que ela contém, e refere-se a “território” para designar a utilização do espaço por determinados sujeitos sociais.

O documentário *Manufactured Landscapes* (Paisagens Transformadas), dirigido por Jennifer Baichwal, mostra como o avanço do capitalismo vem alterando de forma brutal a realidade socioeconômica e ambiental na China. Entre as principais responsáveis pela mutação da paisagem está a central hidrelétrica *Três Gargantas*, a maior do mundo. A barragem está em construção há vários anos e tem previsão de ser concluída até 2011. Para se ter ideia de sua magnitude, a quantidade de aço utilizado nela seria suficiente para construir 63 torres Eiffel. A hidrelétrica deverá ter uma capacidade de geração de 22.500 MW e o acúmulo de água poderá aumentar os riscos de terremotos na região. Quase um milhão e meio de pessoas serão forçadas a deixarem seus locais de origem. As autoridades estimam que outros 4 milhões de habitantes sejam deslocados até o ano de 2020. A obra está a obrigar a destruição de 13 cidades e mais de mil vilas.

Embora estejam intimamente relacionadas, é importante distinguir entre usina e barragem. A “usina hidrelétrica ou central hidroelétrica é um complexo arquitetônico, um conjunto de obras e de equipamentos, que tem por finalidade produzir energia elétrica através do aproveitamento do potencial hidráulico existente em um rio”.¹⁰ Por sua vez, “uma barragem, açude ou represa, é uma barreira artificial, feita em cursos de água para a retenção de grandes quantidades de água. A sua utilização é, sobretudo, para abastecer de água zonas residenciais, agrícolas, industriais, produção de energia elétrica ou regularização de um caudal”.¹¹ Segundo a CMB, a finalidade das barragens deve ser a de “promover um avanço significativo no desenvolvimento humano em uma base que seja economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável.”¹²

Para melhorar os resultados das barragens a CMB considera fundamental observar os seguintes valores: equidade, eficiência, processo decisório participativo, sustentabilidade e responsabilidade. Também recomenda sete prioridades estratégicas com princípios correspondentes para a tomada de decisões sobre a construção de barragens. São eles: conquista da aceitação pública a partir do reconhecimento e salvaguarda dos direitos das populações afetadas; avaliação abrangente das opções e alternativas; aproveitamento das barragens existentes;

¹⁰. Cf. http://pt.wikipedia.org/wiki/Usina_hidrel%C3%A9trica

¹¹. Cf. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Barragem>

¹². Cf. Comissão Mundial de Barragens. *Barragens e Desenvolvimento - Um Novo Modelo para Tomada de Decisões*. Tradução de Carlos Afonso Malferrari, 2000. Disponível em: <http://www.dams.org/>

preservação de rios e meios de subsistência; reconhecimento de direitos adquiridos com o projeto e compartilhamento de benefícios; garantia de cumprimento de compromissos assumidos no planejamento, implementação e operação das barragens por governos, construtoras, legisladores e operadoras; compartilhamento de rios para a paz, desenvolvimento e segurança.¹³

2. Modelo energético brasileiro: confronto de visões

Em linhas gerais, a história do setor energético brasileiro pode ser dividida em quatro períodos: (I) *Da Proclamação da República (1889) à Revolução de 1930* – quando a economia brasileira se caracterizava pela produção primário-exportadora e a energia estava baseada em fontes vegetais; (II) *De 1930 a 1945* – quando o país deu seus primeiros passos rumo à estruturação de uma política energética, o que ocorreu em função do início do processo de industrialização. Nesse contexto, em 1934 foi promulgado o Código de Águas, determinando que a propriedade das quedas d’água pertenceriam à União;¹⁴ (III) *De 1945 ao final da década de 1980* – fase marcada pela intervenção direta do Estado sobre o setor energético.¹⁵ Durante o regime de ditadura militar, optou-se por embasar o desenvolvimento industrial do país na megaeletricidade, aproveitando o potencial da grande quantidade de rios existentes para construção de barragens.

Nesta conjuntura, o Estado brasileiro assumiu o papel de planejador e empreendedor de grandes projetos desenvolvimentistas, com políticas centralizadoras, autoritárias e intimamente ligadas aos interesses do capital transnacional. O modelo estatal de energia promoveu a ocupação violenta de territórios; gerou sérios impactos ambientais; praticou graves agressões culturais e físicas contra populações tradicionais; ampliou o êxodo rural e a subsequente

¹³. Idem.

¹⁴. O Art. 139 do Código de Águas, estabelecido pelo decreto nº 24.643 de 10 de julho de 1934 afirma: “O aproveitamento industrial das quedas de águas e outras fontes de energia hidráulica, quer do domínio público, quer do domínio particular, far-se-á pelo regime de autorizações e concessões instituído neste Código”. O período de 1930 a 1945 foi marcado pela grande defasagem entre oferta e demanda de energia. Enquanto o consumo de São Paulo e Rio de Janeiro cresceu cerca de 250%, a geração de energia aumentou pouco mais de 70% nesses 15 anos.

¹⁵. Neste período criou-se a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), em 1945; a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), em 1947; a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), em 1952; o Plano Nacional de Eletrificação, em 1954; a Furnas Centrais Elétricas S.A., em 1957; a Eletrobrás, em 1962; a Eletrosul, em 1968; a Eletronorte, em 1972.

marginalização social nas periferias das cidades. Tudo em nome do *progresso da nação!*

A quarta (IV) fase inicia-se na *década de 1990 e se prolonga até nossos dias*, quando se consubstancia o Plano Nacional de Energia Elétrica baseado na implantação de grandes hidrelétricas e se aprofunda o modelo neoliberal associado ao processo de privatização do setor elétrico.¹⁶ Acresce dizer que “até 1993, as empresas distribuidoras de energia eram todas nacionais e o preço da eletricidade único em todo o território”.¹⁷ Com a privatização do setor, a energia ficou sob o controle de um pequeno número de empresas transnacionais. Disso derivou a apropriação privada de vastos territórios, florestas, rios (e de seu potencial hidrelétrico), a cobrança de altas tarifas pela utilização da luz, bem como a geração de desemprego. De acordo com o MAB, antes da privatização havia mais de 200 mil trabalhadores nas empresas estatais do setor elétrico brasileiro. Com esse processo, mais da metade foi demitida, restando hoje pouco mais de 100 mil.¹⁸

O sistema de privatização se consolidou a partir do Programa Nacional de Desestatização,¹⁹ criado em 1990 pelo Presidente Fernando Collor de Mello. Em 1995, com as Leis Federais nº 8.987 e 9.074 regulamentava-se o regime de concessão de obras e serviços públicos a empresas privadas. Em 1996, ocorreu a criação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), uma autarquia ligada ao Ministério das Minas e Energia com a função de regular e fiscalizar a produção, transmissão e comercialização de energia elétrica.

O Estado passou a operar como um agente financiador na construção de hidrelétricas, apoiando e subsidiando grandes empresas através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Entre as maiores empresas privadas que atuam no setor elétrico²⁰ brasileiro encontram-se: Tractebel-Suez

¹⁶. Quando me refiro ao *setor elétrico* estou englobando os processos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

¹⁷. Cf. Dorival Gonçalves Júnior, professor da Universidade Federal de Mato Grosso. In: *Jornal do MAB*, nº 5, junho de 2008, p. 6.

¹⁸. Cf. Movimento dos Atingidos por Barragens. O modelo de energia elétrica no Brasil e as grandes empresas brasileiras. In: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. *Direitos Humanos no Brasil 2009 – Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. São Paulo, 2009, p. 75.

¹⁹. A Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990 instituiu o *Plano Nacional de Desestatização*, tendo entre outros objetivos, os seguintes: “Reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público; contribuir para modernização do parque industrial do País, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia”.

²⁰. Os principais agentes do setor elétrico são: As *geradoras* – produzem a energia; as *transmissoras* – responsáveis pelo transporte da energia do ponto de geração até os centros consumidores; as

(Belga/Francesa), Alcoa (EUA), Alcan Alumínios (Canadá), BHP Billiton (Inglaterra), Citigroup (EUA), AES (EUA), American Electrical Power (EUA), Eletricidade de Portugal (Portugal), Southern Company (EUA), Electricité de France (França), DukeEnergy (EUA), Endesa (Espanha), El Passo (EUA), Banco Santander (Espanha), Banco Bradesco SA, Companhia Brasileira de Alumínio e Cimentos Votorantin SA (Brasil).

O Brasil tem o terceiro maior potencial hidrelétrico do mundo – atrás da Rússia e da China – com uma capacidade de 260 MW. Metade dessa capacidade está localizada nas bacias do Amazonas e do Tocantins, sendo que 67 MW encontram-se já em exploração por cerca de 120 usinas hidrelétricas instaladas. Deste total, 41 MW são produzidos por 31 usinas pertencentes ao sistema Eletrobrás e o restante por usinas privatizadas.²¹ Convém ressaltar que as empresas preferem se instalar onde as bases naturais são mais vantajosas. Na última década, muitas indústrias eletro-intensivas de capital internacional estão se transferindo para países periféricos que dispõem de grande potencial energético.

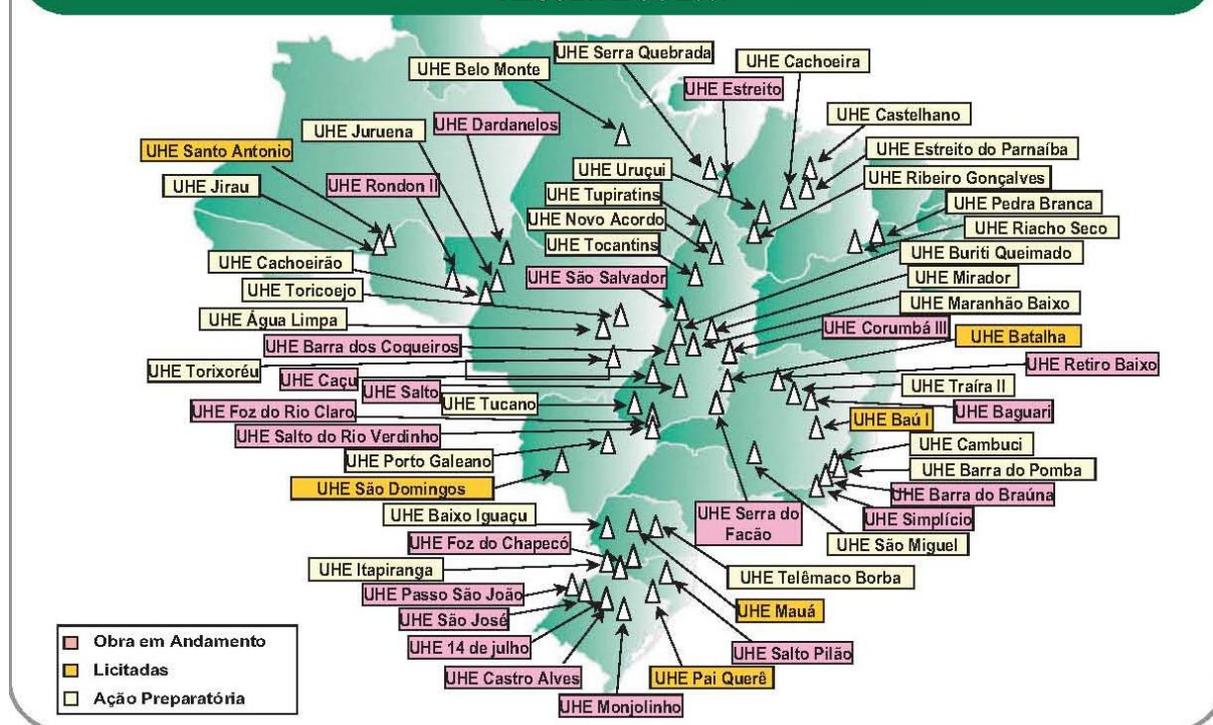
No ano 2000, a Comissão Mundial de Barragens registrava a existência de 594 grandes barragens no Brasil. A estas, deve-se somar mais 494 hidrelétricas de grande porte previstas pela Eletrobrás para implantação até 2015, além de múltiplas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Segundo síntese elaborada pelo MAB²² – com base em dados do Ministério das Minas e Energia e da Eletrobrás – 1.443 projetos de barragens estão inventariados ou com estudo de viabilidade para serem construídos até o ano 2030 no país. Vale enfatizar que a multiplicação de barragens resulta da opção governamental a partir de uma visão desenvolvimentista e, especialmente sob o governo Lula, como mecanismo de Aceleração do Crescimento, conforme ilustração a seguir.

distribuidoras – levam a energia até a casa do consumidor; as *comercializadoras* – autorizadas a comprar e vender energia para os consumidores livres, ou seja, aqueles que gastam mais de 3 mil KW.

²¹. Cf. www.eletrabras.com.br

²². Estudo publicado na cartilha intitulada *Energia, Desenvolvimento e Soberania – análises e debates*. ANAB, 2007, p. 27.

PAC USINAS HIDRELÉTRICAS RESULTADOS 2007



Fonte: <http://www.brasil.gov.br/pac/arquivos/pac3.6.pdf>

No Brasil, ao todo, existem mais de 2.260 usinas instaladas, com uma potência total de 129.378.050 KW, inundando cerca de 3,4 milhões de hectares. Só no Estado de São Paulo há 476 usinas, respondendo pela geração de mais de 22% da energia elétrica do país.²³ No Estado do Rio de Janeiro há outras 83 usinas. Entre dois ou mais Estados (incluindo SP, RJ, PR, MG, ES, MS) são mais 28 usinas instaladas.²⁴ De acordo com o Ministério de Minas e Energia, a matriz energética brasileira está majoritariamente baseada em fontes renováveis, incluindo cana-de-açúcar, hidro, madeira e outras biomassas (*anexo 1*). No que se refere à eletricidade, em 2005 a água era responsável pela geração de 84,5% da energia, sendo que o conjunto das fontes renováveis somava 89,3% do total de energia produzida no país (*anexo 2*). Em 2008, o Brasil possuía 1.707 empreendimentos em operação, gerando 101.063.856

²³. São Paulo é o Estado mais industrializado do país. Por esta razão é também o maior consumidor de energia elétrica. No ano base 2007, o Brasil consumiu 412,13 TWh (Terawatts-hora) de energia (sendo 90% oriunda de fontes renováveis) e o Estado de São Paulo consumiu 133,58 TWh (incluindo autoprodutores), o que corresponde a 32,41% do gasto nacional. O consumo de energia por setores, no Estado de São Paulo, foi: *industrial* (49,9%), *residencial* (22,3%) e *comercial* (15,2%) (Cf. <http://www.mme.gov.br> e http://www.energia.sp.gov.br/balanco_energetico.htm).

²⁴. Cf. Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

kW à base das seguintes matrizes: hidrelétrica, undi-elétrica, eolielétrica, solar, termelétrica e termonuclear (*anexo 3*).

Na visão do MAB, o discurso reinante sobre a escassez de energia tem por objetivo justificar a elevação das tarifas e mostrar a necessidade da construção de mais hidrelétricas, bem como referendar a privatização dos recursos naturais. Desse modo, a ideia da crise energética estaria alimentando o dinâmico círculo vicioso do capitalismo. Conforme André Sartori, da coordenação nacional do Movimento, o “número de barragens construídas no Brasil não só é suficiente para abastecer todo o país como poderia ainda ajudar a suprir a necessidade de energia elétrica em países vizinhos”. Segundo o MAB, o país possui uma “demanda de energia elétrica de 50 mil megawatts, mas a potência instalada atualmente é de mais de 90 mil megawatts, o que permite uma geração assegurada de 57 mil megawatts.”²⁵

O trecho da música *Nossa Conta*, composta por Francisco de Olinda, evidencia a consciência política de integrantes do Movimento acerca do funcionamento do capitalismo, que faz da energia uma das principais forças para mover as turbinas do sistema. “Tão roubando energia do trabalhador./ Quanto mais valia mais no bolso é a dor./ Essa conta tá cara feito os olhos da cara./ Mas as grandes empresas quase não tem despesas./ Depois que privatizaram a luz teve um aumento/ que os jornais nunca mostraram de quatrocentos por cento./ Tanta energia a serviço do lucro de empresa e banco./ E quem paga tudo isso?/ Nossa classe, sempre aos trancos”.

A lógica da *mais-valia* associada ao processo de privatização transforma-se em pesado ônus para a classe trabalhadora. A propósito, a letra da música é uma denúncia endereçada às empresas construtoras de barragens, ao capital financeiro – na figura dos bancos – e ao Estado que ampara a iniciativa privada do setor, responsável pelos exorbitantes aumentos dos preços da energia. A análise da realidade através da música remete à crítica feita por Karl Marx, no segundo capítulo do *Manifesto Comunista*, nesses termos: “Os que no regime burguês trabalham não lucram e os que lucram não trabalham”.

Na ótica do Movimento, quem lucra com as barragens são as empreiteiras nacionais e estrangeiras, junto com os bancos e as indústrias fabricantes de equipamentos, muitas vezes negando, omitindo ou dissimulando os impactos que provocam. A concentração de capital nas mãos de um grupo de grandes empresas

²⁵. Cf. <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/03/14/materia.2008-03-14.0835551113/view>

privadas constitui aquilo que alguns militantes do MAB denominam de “cartel da indústria elétrica”, tornando esse mercado essencialmente oligopólico. Nesta perspectiva, caracterizam tais empresas como “inimigas” por explorarem o povo.

Para o Movimento, o atual arquétipo energético traz uma série de problemas, entre os quais:

Elevação do custo de produção dos alimentos, por termos um modelo de agricultura petrodependente; transferência da indústria eletrointensiva (mineradoras e celulose) aos países periféricos; corrida pelo controle das fontes energéticas estratégicas: terras para produção de agrocombustíveis, controle dos rios para construção de hidrelétricas, etc.; mudança na função social da agricultura: em vez de produzir alimentos passam a produzir energia ao imperialismo; retomada e aceleração da construção de grandes obras de geração de energia elétrica nos países da América Latina, em especial as hidrelétricas, e o avanço das multinacionais sobre as terras para produção de agroenergia.²⁶

Esse quadro está diretamente associado ao processo de privatização que transformou a energia em mercadoria de primeira grandeza, retirando a soberania energética e popular. De acordo com Gilberto Cervinski,²⁷ “hoje pagamos uma das tarifas mais caras do mundo, sendo que temos praticamente 90% da energia vinda de hidrelétricas, que é considerada uma das fontes mais baratas. Os grandes consumidores pagam cerca de 5 centavos ao KWh enquanto a população chega a pagar até 60 centavos ao KWh”. Além das enormes dívidas sociais e ambientais geradas por esses empreendimentos, ele afirma que “em torno de 75% dos recursos investidos na construção das hidrelétricas são oriundos do BNDES, que é um dinheiro público”. O professor da Universidade de São Paulo (USP), Ildo Sauer, acrescenta que, afora as contas mais caras do mundo, temos “uma péssima qualidade de energia”.²⁸

O Movimento também considera injustas as condições estabelecidas para a utilização desse serviço. “No Brasil, atualmente, existem 665 grandes consumidores de energia e sozinhos consomem aproximadamente 30% de toda energia elétrica

²⁶. Cf. *Água, Minérios e Modelo Energético: Para que? E para quem?* Texto elaborado pelo MAB em 2008 e disponível em http://www.mabnacional.org.br/artigos/031108_modelo_energetico.htm

²⁷. Membro da coordenação nacional do MAB, especialista em Economia Política pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Entrevista concedida dia 29 de outubro de 2009.

²⁸. Cf. *Jornal O Estado de S. Paulo*, 29 de novembro de 2009, B1, em matéria intitulada “Conta de luz sobe e qualidade cai ao pior nível desde a privatização”. À página B4, a mesma edição do jornal analisa os sucessivos *blecautes* ocorridos em novembro desse ano e escreve: “País tem um miniapagão a cada 3 dias”.

brasileira.”²⁹ Cita como exemplo as mineradoras Companhia Vale do Rio Doce e Alcoa e a produtora de celulose Votorantim, as quais “recebem energia do governo brasileiro a 4 centavos por KWh (seus contratos são de 20 anos), enquanto a população brasileira paga 50 centavos de reais pelo mesmo KWh. Ou seja, com a privatização do setor elétrico as tarifas representam um *verdadeiro roubo* sobre toda população brasileira” (*grifo meu*). Ainda segundo Gilberto Cervinski, no período de 10 anos de privatização do setor elétrico brasileiro, o preço da energia teve um aumento na ordem de 400%.³⁰

Membros da coordenação do Movimento apontam nomes de empresas geradoras de energia as quais são vistas como responsáveis por danos sociais e ambientais. “Na nossa opinião, os que estão puxando a destruição do planeta são as grandes transnacionais. Nós estamos tentando combatê-las. É a Vale do Rio Doce, a Tractebel e outras. As nossas ações, do MST... estão sendo contra as multinacionais. Ou a gente combate o inimigo principal ou não sinaliza para o povo quem são os inimigos.”³¹ O Movimento identifica como “donos da energia” os segmentos do capital financeiro internacional, a indústria minero-metalúrgico-energética e o agronegócio.

De acordo com o MAB, “os grandes bancos internacionais e as multinacionais têm sido nossos principais inimigos”.³² No entendimento de José H. Mecca,

a energia alimenta um modelo exportador e os grandes centros consumidores como Sudoeste do país. Metade da energia produzida vai para a indústria pesada como do alumínio, da celulose, da siderurgia. Essas empresas têm quatro características principais: empregam pouca mão-de-obra, são poluidoras do ambiente, destinam-se ao mercado externo e não ao bem-estar dos brasileiros; recebem subsídio do governo de até 400 milhões de dólares por ano. Ao exportar alumínio, papel e ferro, na realidade estamos exportando floresta,

²⁹. Idem.

³⁰. “Um paradoxo rege o modelo brasileiro de tarifas de energia elétrica: enquanto as mais baixas taxas são cobradas em áreas mais ricas, as regiões mais pobres convivem com os maiores preços do serviço. O Maranhão, por exemplo, tem a segunda menor renda per capita do Brasil, mas sua população paga a maior tarifa de energia dentre as 64 distribuidoras instaladas no país. A tarifa da Cemar, distribuidora local, é 72% maior do que a da CEB (Companhia Energética de Brasília), que tem o maior PIB per capita do país e onde a energia é a mais barata. (...) Ainda na lista das mais altas tarifas estão distribuidoras de Rondônia, interior de Minas Gerais, Piauí e Tocantins – todos com renda per capita menor” (Cf. *Jornal Folha de S. Paulo*, 19 de julho de 2009, B1). O jornal afirma que os cálculos foram efetuados com base em dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

³¹. Luiz Dalla Costa, membro da coordenação nacional do MAB. Entrevista concedida dia 01 de maio de 2008.

³². Cf. *Água, Minérios e Modelo Energético: Para que? E para quem?* – Texto elaborado pelo MAB em 2008 e disponível em http://www.mabnacional.org.br/artigos/031108_modelo_energetico.htm

território, água, biodiversidade, população deslocada e populações indígenas.³³

Esse tipo de análise expressa a postura de combate a um modelo econômico imposto e o desejo de superá-lo. A propósito da constitucionalidade do movimento social, o sociólogo Alberto Melucci (2001:35 e 42) considera-o “uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere. (...) Luta não só contra o modo pelo qual os recursos são produzidos, mas coloca em questão os objetivos da produção social e a direção do desenvolvimento.”

Atento à performance do setor energético brasileiro, Eduardo Zen, da coordenação do MAB, caracteriza como ditatorial o processo de construção de hidrelétricas. Aponta práticas impositivas de empresas construtoras, muitas vezes com apoio da polícia militar, polícia federal e, inclusive, do exército.

Esta ditadura se materializa na retirada e expropriação dos meios de vida e subsistência das populações não-proprietárias que são afetadas por uma represa; na negação sistemática dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais destas populações; na incapacidade total do ministério público e do poder judiciário em garantir estes direitos; na utilização da violência policial e até de tropas do exército para guarnecer os canteiros de obras e dispersar manifestações populares contra as barragens; na perseguição política, tentativas de criminalização e prisões arbitrárias de militantes sociais e líderes que organizam a resistência das populações. Além disso, os processos de licenciamento ambiental das obras são marcados por irregularidades e fraudes, onde impera a política do fato consumado em desacordo com a legislação vigente no país. As decisões sobre as liberações das obras não são técnicas e nem acontecem em ambiente democrático, são decisões políticas tomadas por governos submissos aos interesses das grandes empresas.³⁴

No conjunto das ações denunciadas por integrantes do MAB como reveladoras de posturas imperialistas das empresas consta: expropriação violenta (despejo), destruição e queima de casas, espancamentos, prisões, invasão e destruição de acampamentos, perseguição de lideranças etc. (*anexo 4*). Em diversos casos, ao

³³. Cf. Vídeo *Organização e resistência – a saga dos atingidos por barragens*, 2005.

³⁴. Cf. ZEN, Eduardo Luiz. *Ditadura na barranca dos rios brasileiros: perseguição e criminalização de militantes da luta contra as barragens*. Texto publicado no site http://www.mabnacional.org.br/artigos/081205_ditadura.html em 08 de dezembro de 2005. Na época, o autor era mestrando em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB).

defenderem seus direitos, os atingidos são acusados de “criminosos”, como explicita Zen:³⁵

Na cabeça de parte do judiciário brasileiro, movimento social é o mesmo que “quadrilha”. O exercício de pressão política de forma coletiva e organizada para garantir seus direitos seria igual a “prática de extorsão”. Esta foi a análise da juíza Adriana Lisboa, quando decretou a prisão preventiva de 10 lideranças do MAB na região da barragem de Campos Novos (SC), ocorrida em março de 2005. Para ela, se os atingidos estão organizados e se mobilizam em busca de reassentamento, é porque formaram uma quadrilha e estão a extorquir a empresa que constrói a barragem.

Na situação abaixo, é possível constatar, entre outras questões, a violência física aplicada pelo aparelho do Estado, a existência de um Poder Judiciário extremamente conservador e reacionário que criminaliza e enquadra os atingidos pelas barragens como ameaçadores da ordem vigente.

Chama atenção o número do efetivo policial destacado para realizar as prisões e a busca e apreensão. Eram 20 viaturas com cerca de sessenta policiais, fortemente armados, que chegaram de madrugada percorrendo as pequenas propriedades onde moram os agricultores. Arrombaram portas, destruíram móveis, quebraram veículos, estragaram barracos de lona, rasgaram faixas com os dizeres “águas para a vida, não para a morte”. A juíza Adriana Lisboa decretou apreensão das armas em mãos dos agricultores. Assim consta nos autos da operação policial a apreensão das seguintes “armas”: 01 resma com 500 folhas de papel A4; 56 cadernos de formação n.º 5 “A organização do MAB”; 08 cadernos n.º 6 - “A crise do modelo energético”; diversos panfletos informativos referentes ao MAB; 01 caixa de giz branco; 03 canetas esferográficas azuis e 01 preta; 01 caixa de som com aparelho CD, amplificador e *tweeters*. A aparelhagem de som era utilizada durante as manifestações populares.³⁶

Sob o título *Ditadura nas margens do Rio Madeira*, o jornal do Movimento afirma que as obras “trazem consigo um rastro de destruição ambiental e de desestruturação social. Recentemente, os atingidos denunciaram as ameaças, perseguições e multas (sofridas) dos órgãos de repressão do governo, da polícia ambiental, IBAMA e órgãos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam)”.³⁷ A mesma fonte informa que em “todas as reuniões que o consórcio Mesa faz nas comunidades são acompanhadas pela polícia, que intimida aqueles que

³⁵. Idem.

³⁶. Ibidem.

³⁷. Cf. *Jornal do MAB*, n.º 9, edição de junho de 2009, p. 7.

questionam. Assim como ocorreu com os atingidos pela UHE de Samuel/RO, a pressão é muito grande para as famílias saírem de suas terras, sem garantia nenhuma de direitos”. De acordo com José H. Mecca, “as empresas democratizaram seu discurso, mas sua prática é como na ditadura.”³⁸

Em face de certa obsessão com a implantação de barragens, muitas vezes a questão energética se torna *caso de polícia*. “Em quase todas as obras em construção, os serviços de inteligência, a polícia e grande parte do Judiciário utilizam as mesmas práticas: ameaçam as famílias, perseguem, processam lideranças, prendem, multam através dos órgãos ambientais, etc.”³⁹ A falta de controle estatal e social sobre as operações das empresas privadas propiciou o avanço daquilo que o Movimento dos Atingidos por Barragens vem denominando de *eletronegocio*.

Na apreciação de Luiz Dalla Costa, o problema energético no país não está nas fontes de energia e na tecnologia, mas no modelo adotado, o qual sempre acaba por beneficiar os mais poderosos. “É importante compreender isso para não achar que a solução seria a construção de pequenas hidrelétricas, a utilização de energia eólica ou solar. Claro que tem algumas energias que são menos danosas ambientalmente. Porém, é preciso ver com que objetivo e para quem a energia e a técnica são usadas.”⁴⁰

O MAB denuncia os grandes projetos hidrelétricos que “beneficiam prioritariamente as empresas transnacionais, as quais se apropriam da natureza e destroem a vida em nome do ‘desenvolvimento’ e do lucro”.⁴¹ A energia proveniente da água tem um custo muito reduzido em relação a outras fontes. “Assim é fácil entender porque o Antonio Ermínio de Moraes quer construir as barragens no Vale do Ribeira⁴² para produzir alumínio. Eles querem se apropriar do alumínio e da água porque lhes dá um lucro extraordinário”, explica Dalla Costa.⁴³ E prossegue:

³⁸. Cf. Cartilha intitulada *A luta dos atingidos por barragens contra as transnacionais, pelos direitos e por soberania energética*. MAB, 2008, p. 10.

³⁹. *Idem*, p. 14.

⁴⁰. Entrevista concedida dia 04 de junho de 2008.

⁴¹. Cf. http://www.mabnacional.org.br/noticias/060309_14marco.html

⁴². No Vale do Ribeira/SP encontra-se uma rica biodiversidade e reconhecidas belezas naturais. Existem 20 comunidades indígenas, 68 comunidades quilombolas, 80 comunidades caiçaras e ribeirinhas, 24 unidades de conservação e 273 cavernas (cavidades naturais). Desde o final da década de 1980, estuda-se a possibilidade de construir na região, além de *Tijuco Alto* (na divisa dos Estados de São Paulo e Paraná), outras três barragens: *Batatal* (no município de Eldorado), *Funil* (no município de Iporanga) e *Itaóca* (município de Itaóca). Se forem concretizadas as quatro barragens, inundarão 11 mil hectares e atingirão cerca de 5 mil famílias. O Ribeira, com 460 Km de extensão, é o único rio de médio porte no Estado de São Paulo que ainda corre livre desde a

“Olhando o mapa do Estado de São Paulo percebe-se que existiam grandes rios. Hoje estão transformados em muitos lagos. Aí foram construídas grandes barragens porque se trata de região de planalto, onde o custo de produção da energia é menor, além do que tem muita população e forte indústria automobilística. Aqui se esgotou praticamente esse potencial. Agora se avança para o Vale do Ribeira e Amazônia. As empresas de energia são a 2ª maior remetedoras de dinheiro para fora do país. A primeira são os bancos. As empresas de energia têm um lucro de 15 bilhões de dólares por ano. Tudo isso é financiado com dinheiro público do BNDES. Com esse dinheiro todo, eles elegem deputados, escolhem ministros, decidem os juízes, mandam na mídia (...). A ação do capitalismo é extremamente indefensável do ponto de vista social.”

O modelo energético combatido pelo MAB produz o esgotamento dos recursos naturais; acentua as desigualdades entre ricos e pobres, entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos; acirra os conflitos entre o poder dominante e as classes desfavorecidas; estimula o embate entre *ordem e desordem*. Como se pode perceber, existem duas visões diametralmente opostas de modelo energético no que diz respeito aos seus objetivos, à sua forma de implantação, aos financiamentos e à preocupação real com os diferentes tipos de impactos por ele gerados. Tem-se, por um lado, um bem arquitetado sistema que responde aos interesses do capitalismo e, de outro, a contestação ao modelo vigente e a luta pela instauração de alternativas, como veremos adiante.

3. Impactos do “dilúvio planejado”

Os efeitos das barragens sobre a vida das pessoas quase nunca são devidamente mensurados e reparados. Eles modelam quadros dramáticos de injustiça socioambiental. Entre os principais impactos, a Comissão Mundial de Barragens destaca os prejuízos nos meios de subsistência de milhões de pessoas que dependem das funções naturais e da pesca; a grande quantidade de pessoas deslocadas que não foram reconhecidas (ou cadastradas) como tal e, portanto, não foram reassentadas nem indenizadas; a quase sempre inadequada indenização onde ela foi feita. Em situações de cadastro adequado, muitas famílias não foram incluídas nos programas de reassentamento. Aquelas que foram reassentadas, raramente tiveram seus meios

nascente até a foz. Em 1999, a região foi declarada *Patrimônio Natural da Humanidade* pela UNESCO por constituir a maior área contínua da Mata Atlântica, ou seja, 21% do que restou.
43. Entrevista concedida dia 04 de junho de 2008.

de subsistência restaurados, já que os programas de reassentamento em geral concentram-se na mudança física, ignorando a recuperação econômica e social dos deslocados.⁴⁴

Nem as empresas, nem os governos sabem precisar com exatidão o número de pessoas que tiveram de sair de suas terras em função da instalação de barragens no mundo. Conforme relatório divulgado em novembro de 2000 pela Comissão Mundial de Barragens, no mundo já foram deslocadas entre 40 e 80 milhões de pessoas com a construção de barragens. No Brasil, o MAB estima em um milhão o número de atingidos por barragens e outros 850 mil ameaçados de perderem suas terras e ambientes de vida com os novos empreendimentos. “Dados revelam que sete em cada dez famílias atingidas pelo impacto da construção de uma barragem não têm seus direitos atendidos”.⁴⁵

Marco Antonio Trierveiler⁴⁶ explica que isso ocorre em virtude de que as empresas utilizam o conceito patrimonialista, que considera *atingido* somente quem possui propriedade com documentação. São excluídos, por exemplo, “os sem-terra, a professora da escola que fechou, o freteiro do leite que ficou sem a frota, o pequeno comércio que se inviabilizou etc. Para os que consideram com direito, as empresas é que definem qual é o direito; se será em dinheiro, em reassentamento ou carta de crédito. Tem uma forte tendência para dar em dinheiro. Se a pessoa quer permanecer na terra, a segunda política é a carta de crédito porque aí espalha as famílias”, afirma ele. E acrescenta: “Uma empresa que tem interesse em construir uma barragem, ela mesma contrata o EIA/RIMA.⁴⁷ Isso já é um vício no Brasil, cabendo a essa empresa fazer o levantamento físico, definir as áreas alagadas, quem é ou não atingido.”

O capitalismo é estruturalmente violento, alimentando-se dos mecanismos de exclusão. Trata-se de uma *violência sistêmica* que incide sobre os indivíduos, atomizando-os e entregando-os à própria sorte. No contexto da construção de barragens, essa violência genérica se materializa através da ação das empresas, de órgãos governamentais, da polícia e até do exército que agem para “desobstruir” as

44. Cf. *Comissão Mundial de Barragens. Barragens e Desenvolvimento - Um Novo Modelo para Tomada de Decisões*. Tradução de Carlos Afonso Malferrari, 2000. Disponível em <http://www.dams.org/>

45. Cf. www.mabnacional.org.br

46. Membro da coordenação nacional do MAB. Entrevista concedida dia 28 de outubro de 2009.

47. Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

áreas. Para o professor Antônio Sousa Ribeiro,⁴⁸ a expulsão de pessoas de uma área sem o reconhecimento dos direitos humanos e dos direitos da natureza constitui crime. Segundo ele,

quem foi objeto de uma violência extrema, qualquer reparação nunca vai substituir aquilo que perdeu. Quem é expulso da terra onde morava há muitos anos – como no caso dos atingidos por barragens – sofre uma violência e uma desestruturação que pode gerar traumas (...). Para reconstruírem sua identidade, essas pessoas precisam fazer o luto do que perderam. Se não fizerem isso não superam o trauma. Fazer o luto significa conquistar dimensões para a sua vida que vão além da reparação material. Um modo fundamental de reparação é manter viva a memória coletiva e pública sem ficar prisioneiro do trauma (...). Para isso é importante criar um espaço social para a ressonância do testemunho dos atingidos.

Baseado em pesquisas realizadas em nível mundial, o relatório da CMB/2000 afirma que os grupos vulneráveis e as gerações futuras tendem a arcar com os maiores custos sociais e ambientais desses empreendimentos. Entre tais grupos, são citados: povos indígenas, tribais e minorias étnicas; populações que moram perto de represas, bem como pessoas deslocadas e comunidades a jusante, mulheres e crianças. O relatório menciona os efeitos adversos sobre a saúde, os meios de subsistência e o convívio social. Registra ainda que, nas comunidades atingidas, muitas vezes se verificou o aumento da desigualdade de gênero, sendo as mulheres geralmente discriminadas na partilha dos benefícios. Relata que “a não contabilização desses impactos e o não cumprimento dos compromissos assumidos levaram ao empobrecimento e sofrimento de milhões de pessoas. Isso tem gerado em todo o mundo uma oposição crescente às barragens por parte das comunidades afetadas”.⁴⁹

Referindo-se aos danos produzidos pelas barragens, Daiane Höhn,⁵⁰ assegura: “As mulheres sofrem os maiores impactos antes, durante e depois da construção. Quando é feito o anúncio da barragem, as mulheres sentem um abalo mais forte porque elas têm um apego muito maior com o ambiente. Em muitos casos, os homens

⁴⁸. Professor catedrático do Grupo de Estudos Germanísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Portugal), co-coordenador do Núcleo de Estudos Culturais Comparados do Centro de Estudos Sociais (CES), diretor da Revista Crítica de Ciências Sociais, co-coordenador do programa de doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global. Entrevista concedida dia 09 de junho de 2009.

⁴⁹. Cf. Comissão Mundial de Barragens. *Barragens e Desenvolvimento - Um Novo Modelo para Tomada de Decisões*. Tradução de Carlos Afonso Malferrari, 2000. Disponível em: <http://www.dams.org/>

⁵⁰. Daiane Carlos Höhn, 25 anos, da coordenação do MAB. Contribui com a organização do Movimento no Pará. Entrevista concedida dia 15 de julho de 2009.

preferem sair e as mulheres não. Isso acaba gerando conflito na família (...). Os homens negociam mais fácil a terra”. Segundo ela, em Rondônia, com a finalidade de “limpar a área” para a instalação das hidrelétricas, as empresas estão colocando rapazes para seduzir as meninas e fazer as famílias saírem mais facilmente. Essa é uma nova tática adotada a fim de amainar as resistências dos atingidos.

Entre outras conseqüências diretas que se constatam no processo de construção das barragens de Santo Antonio e Jirau, está o aumento na ocorrência de gravidez precoce, comércio e consumo de drogas, violência, acidentes e desestruturação familiar. “Também dá muito conflito com os recursos que as famílias recebem. Em Rondônia, tem casos de que os pais estão vendendo as filhas (meninas novas) por R\$ 300,00 a R\$ 500,00 para se prostituírem com os peões. Tudo isso estamos verificando agora, mas achamos que vai começar a se multiplicar nos próximos projetos de barragens. São estratégias muito diferenciadas que estão utilizando”.⁵¹

Daiane Höhn afirma ainda que as empresas admitem mulheres para trabalhos pesados a fim de poderem dizer que estão garantindo igualdade de direitos entre os gêneros. O *Jornal Folha de S. Paulo*⁵² comprova isso com a seguinte notícia: “Construção para a usina de Santo Antonio, no Rio Madeira, emprega quase 700 mulheres, cerca de 14% do efetivo total.” Entretanto, segundo José Bonifácio Júnior, diretor da Odebrecht que executa a obra, “a razão da forte presença de mulheres está na falta de trabalhadores.” A mesma fonte informa que, no canteiro de obras da hidrelétrica, as mulheres trabalham em diversas atividades, tais como: soldadora, ajudante de produção, carpinteira e operadora de perfuratriz. “O salário de ajudante é de R\$ 540. Somadas horas extras chega-se a R\$ 750. (...) A Odebrechet planeja expandir a participação feminina em outras obras da empresa no Brasil e no exterior”.

Ainda no que tange aos impactos materiais, sociais e simbólicos, as barragens causam a desestruturação de comunidades, o rompimento de laços familiares e grupais, traumas diversos, o desenraizamento cultural, a perda do vínculo espacial, doenças (como malária, dengue e outras), depressão, violência e até casos de suicídio em virtude de transtornos psíquicos (*anexo 5*). A inundação de florestas, cidades, escolas, cemitérios, igrejas e outros espaços considerados sagrados incidem de forma

⁵¹. Daiane Höhn. Entrevista concedida dia 15 de julho de 2009.

⁵². Cf. *Jornal Folha de S. Paulo*, 19 de julho de 2009, B 6. A matéria foi elaborada pela jornalista Joana Cunha que viajou a convite da Odebrecht.

extremamente negativa sobre os atingidos (*anexo 6*). É útil ressaltar que as populações tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pequenos agricultores e outros) mantêm com a natureza uma ligação afetiva muito profunda. Para os indígenas, por exemplo, os rios são sagrados e intocáveis, revestindo-se de certa espiritualidade. Desse modo, a intervenção feita sobre seus territórios representa uma violência simbólica grave.

É praticamente impossível quantificar e qualificar a totalidade dos impactos que incidem sobre as pessoas e o conjunto da biodiversidade. Eles iniciam com o anúncio da barragem, passam pela execução das obras e se prolongam para além da sua instalação. Diante de tais empreendimentos, os atingidos se vêem obrigados a recomeçar sua vida. Todavia, muitos ficam deprimidos e não conseguem sobreviver. “A evidência representativa demonstra que poucos indivíduos puderam se recuperar alguma vez deste desastre, seja economicamente ou psicologicamente” (McCully, 2004:35). Em face dessa realidade, Andréia da Silva⁵³ conta que há pessoas que perguntam se os atingidos recebem algum atendimento psicológico.

Nós falamos que a nossa psicologia é muito mais política. Em Aimorés/MG – onde foi construída uma hidrelétrica – quando chegamos lá, nos assustamos com o comércio de fraldas para adultos. Muitos entraram em coma e grande parte morreu porque foi mudada a cidade de Itueta, que tinha o rio que passava no meio. O povo sofreu com dinamites e tudo o mais. Todos foram indenizados, mas de uma forma brutal. Eles podem dar tudo, mas nós não somos mais felizes como era porque não tem relação com aquela casa, não tem história.

A música *Sobradinho*, de Sá e Guarabira, retrata de maneira emblemática o drama que os atingidos vivem diante da fúria destruidora das barragens, as quais trazem danos inestimáveis e irreparáveis. Vejamos: “O homem chega, já desfaz a natureza./ Tira a gente, põe represa, diz que tudo vai mudar./ O São Francisco lá pra cima da Bahia/ diz que dia menos dia vai subir bem devagar./ E passo a passo vai cumprindo a profecia/ do beato que dizia que o sertão ia alagar”. Depois acrescenta: “Adeus Remanso, Casa Nova, Santo Sé./ Adeus Pilão Arcado, vem o rio te engolir./ Debaixo d’água lá se vai a vida inteira./ Por cima da cachoeira o Gaiola vai subir./ Vai ter barragem no Salto do Sobradinho/ e o povo vai-se embora com medo de se afogar”.

⁵³. Andréia da Silva Neiva, de Correntina/BH, 26 anos, professora do Ensino Fundamental e militante do MAB. Entrevista concedida dia 15 de julho de 2009.

Segundo o MAB, “as grandes barragens são uma ameaça à população desde o início do projeto até muito tempo depois da construção, pois as famílias que moram nas proximidades do lago vivem constantemente com a insegurança do rompimento, seja por problemas técnicos, seja por causa das enchentes como foi o caso da barragem de Algodões”.⁵⁴ Referida barragem, no Norte do Piauí, rompeu-se no dia 27 de maio de 2009, inundando a cidade de Cocal da Estação e destruindo, segundo o Movimento, pelo menos 500 casas. Dentre os casos mais sérios de impactos gerados por hidrelétricas está o de Tucuruí/PA, construída sem a realização do EIA/RIMA. O represamento do rio causou a expulsão compulsória de milhares de famílias. De acordo com Luiz Dalla Costa,

lá houve de tudo: um péssimo tratamento da questão social; erros de cotas d'água; uso do Agente Laranja (o mesmo que foi utilizado na Guerra do Vietnã) para desfolhar a floresta; desvio de dinheiro público pela empresa Capemi; proliferação de mosquitos etc. Tucuruí era uma cidade pequena com aproximadamente 8 mil habitantes e passou a ter 60 mil pessoas. Criou-se um sério problema urbano. A energia de Tucuruí é distribuída de modo subsidiado às grandes exploradoras de minério na região.⁵⁵

Os custos sociais da hidrelétrica de Tucuruí foram e continuam a ser pesados. Verificaram-se doenças, mortes, abortos e nascimento de crianças deformadas em função da utilização do desfolhante. A barragem se tornou fonte de controvérsias, sendo até motivo de uma condenação do governo brasileiro pelo Tribunal Internacional das Águas. Produziu “impactos severos, inclusive perda de floresta, deslocamento de povos indígenas e residentes ribeirinhos na área de submersão, eliminação da pesca a jusante, formação de criadouros para uma praga de mosquitos e metilização de mercúrio, com conseqüências potenciais de saúde pública sérias para a população local e para consumidores de peixe em centros urbanos como Belém”.⁵⁶ A hidrelétrica fornece energia principalmente a companhias multinacionais para beneficiamento de alumínio.

A Base de Conhecimentos da Comissão Mundial de Barragens relaciona diversos impactos ambientais provocados pelas barragens. Entre eles,

⁵⁴. Cf. *Jornal do MAB*, nº 9, edição de junho de 2009, p. 5.

⁵⁵. Entrevista concedida em 07 de novembro de 2008.

⁵⁶. FEARNSIDE, Philip Martin. *Impactos ambientais da barragem de Tucuruí: lições ainda não aprendidas para o desenvolvimento hidrelétrico na Amazônia*. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Manaus, 2002, p. 24.

a destruição de florestas e habitats selvagens, o desaparecimento de espécies e a degradação das áreas de captação a montante devido à inundação da área do reservatório; a redução da biodiversidade aquática; a diminuição das áreas de desova a montante e a jusante; o declínio dos serviços ambientais prestados pelas planícies aluviais a jusante, brejos, ecossistemas de rios e estuários, e ecossistemas marinhos adjacentes; e impactos cumulativos sobre a qualidade da água, inundações naturais e a composição de espécies quando várias barragens são implantadas em um mesmo rio.⁵⁷

Ao transformar os rios em grandes lagos também se provoca a dilapidação de belezas naturais e a morte de espécies inteiras de peixes. “A Comissão constatou que, das represas estudadas por cientistas até o momento, todas emitem gases que contribuem para o efeito estufa, como ocorre com os lagos naturais, devido à decomposição de vegetação e ao influxo de carbono na captação”.⁵⁸

De acordo com Patrick McCully, diretor executivo da Rede Internacional dos Rios (IRN, em inglês), “hoy hay más que suficiente evidencia que demuestra que las grandes represas son la fuente mayor de contaminantes que agravan el cambio climático.” Os cálculos feitos por Ivan Lima, do *National Institute for Space Research* mostram que as 52 mil represas existentes no mundo “contribuyen más de 4% al calentamiento global debido al impacto de actividades humanas.”⁵⁹ A estimativa de pesquisadores deste Instituto é de que as grandes represas emitem cerca de 104 milhões de toneladas de gás metano (CH₄) a cada ano. Para Philip M. Fearnside, do Instituto Nacional Pesquisas da Amazônia (INPA), as hidrelétricas são “fábricas de metano”: “Uma tonelada de CH₄ provoca 25 vezes mais impacto sobre o efeito estufa que uma tonelada de CO₂ (gás carbônico)”.⁶⁰

Com frequência, as empresas identificam as populações residentes como *entraves*. Os Relatórios de Impacto Ambiental (RIMAs),⁶¹ redigidos por técnicos de empresas de consultoria contratadas pelas agências encarregadas das obras, via-de-regra limitam-se a “prever impactos em termos de prejuízos materiais, resultantes da

57. Cf. Comissão Mundial de Barragens. *Barragens e Desenvolvimento - Um Novo Modelo para Tomada de Decisões*. Tradução de Carlos Afonso Malferrari, 2000. Disponível em: <http://www.dams.org/>

58. Idem.

59. Cf. <http://www.proteger.org.ar/doc651.html>

60. Cf. http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2008/Hidreletricas%20ofabricas%20ode%20metano.pdf

61. O RIMA passou a ser exigido a partir de 23 de janeiro de 1986 pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que estabeleceu a Resolução nº 001 para operacionalizar a Lei Federal nº 6.938 de 31 de agosto de 1981.

ação do Estado, expressos em uma linguagem quantitativa a ser traduzida em valores de indenizações. As populações são vistas como obstáculos a serem removidos pelo menor custo possível. É significativo que os ‘modernos’ manuais técnicos refiram-se aos atingidos como ‘interferências’ nos projetos” (Moraes, 1992:100).

Na afirmação de Philip Martin Fearnside

Um problema fundamental é que o EIA e o RIMA são produzidos por empresas de consultoria que dependem completamente do proponente do projeto, neste caso da Eletronorte. O proponente prepara os termos de referência, escolhe a empresa vencedora, e paga pelos serviços. Além disto, a parcela final do pagamento não é liberada até que o documento passe através de uma série de versões nos quais o proponente pode pedir mudanças no conteúdo do relatório. As empresas são, portanto, induzidas a produzir relatórios que indicam um mínimo de impactos, tanto por meio de pressões diretas como em função do seu interesse em ser escolhidas para contratos futuros de consultoria.⁶²

Com a construção de barragens, constatam-se paradoxos sociais e ambientais. Em nome do desenvolvimento, inúmeras famílias são atingidas e prejudicadas largamente, muitas vezes nem podendo usufruir dos benefícios da energia gerada nos locais de onde foram expulsas.⁶³ “Nesse cenário, é comum a constatação de vilas situadas debaixo das grandes linhas de transmissão sendo ainda iluminadas com a queima de diesel e, também, de grandes indústrias sendo subsidiadas com dinheiro público para a exploração de minérios e produção de grãos destinados ao exterior, visando quase unicamente atender ao capital especulativo e ao equilíbrio da balança de pagamentos” (Geraldo Santos, 2008:118). No aspecto ecológico, o paradoxo se institui na medida em que as mesmas empresas que promovem graves impactos com as hidrelétricas, simultaneamente propagam discursos de responsabilidade ambiental e desenvolvimento sustentável.

Cumpramos observar que os rios, a fauna e a flora não são meros elementos do bioma, mas possuem ligações profundas com a cultura e a tradição dos atingidos. Entre os impactos socioambientais também deve-se lembrar os incidentes trágicos que podem ocorrer, como foi o caso do sismo de 1974, induzido pelas barragens de

⁶². FEARNSIDE, Philip M. *Impactos sociais da barragem de Tucuruí*. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Manaus, 1999, p. 16.

⁶³. No último período, programas sociais têm sido criados com o objetivo de suprir demandas de acesso à energia. De acordo com o senador Aloysio Mercadante (PT-SP), o Programa “Luz Para Todos” do governo federal já “conectou mais de 2 milhões de residências à rede elétrica” (Cf. artigo intitulado “Eles vieram para ficar”, *Jornal Folha de S. Paulo*, 19 de julho de 2009, A3).

Porto Colômbia e Volta Grande, no Triângulo Mineiro, com magnitude na escala Richter de 4,2 pontos (Sevá, 2008:45). Noutros lugares também houve sismos provocados por barragens. No início de 2008, romperam-se duas barragens recém construídas, em usinas do tipo chamado Pequena Central Hidrelétrica (PCH): Apertadinho, próximo de Vilhena/RO e Espora, no extremo Oeste de Goiás, ambas ocasionando sérios danos.

O MAB estima que, com a construção das usinas de Santo Antônio e Jirau, cerca de cinco mil famílias serão atingidas direta e indiretamente, o que representa um número bem maior do que o previsto pelas construtoras. Para o professor Luiz Nova Garzon, da Universidade Federal de Rondônia, a prática de negociação adotada pelas empresas no Complexo Hidrelétrico do Madeira é mais agressiva, com mais constrangimentos sociais e ambientais do que em outros lugares. Segundo ele, isso se deve à maior participação do setor privado nos empreendimentos, ao contrário das décadas anteriores, quando as hidrelétricas eram construídas e controladas por empresas estatais.⁶⁴

Assim posto, o assunto traz à tona não só o debate sobre os direitos dos atingidos como também a questão dos direitos do ambiente. A tendência dominante é tratar os direitos ambientais como direitos indiferenciados do ponto de vista social. Porém, o ambiente se constitui em um terreno no qual se estabelecem fortes lutas econômicas, políticas, culturais etc., não sendo, portanto, um campo neutro. Isso fica evidente no processo de construção das barragens em que figuram as “vítimas”⁶⁵ de um lado e os “vitoriosos” de outro. Nesse sentido, o direito ambiental pode ser uma ferramenta útil para os movimentos sociais, defende o professor José Pureza.⁶⁶

Na visão de Pureza, “o conteúdo concreto do que seja um direito ambiental é determinado pela luta social entre quem nada tem e quem tem muito. Eu prefiro a noção de direito do ambiente que parte da ideia de que os problemas resultam sempre da transferência de danos ambientais no espaço e no tempo. Na verdade,

⁶⁴. Cf.: <http://www.mabnacional.org.br>

⁶⁵. Ao empregar a categoria “vítima”, utilizo aspas porque trata-se de um conceito ambíguo. Nesse particular, estou de acordo com a visão do Professor Antonio Ribeiro, do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (Portugal) que afirma: “Aqueles a quem nós chamamos de vítimas, mesmo nas condições mais extremas, são capazes de articular alguma ação para salvar a vida e a dignidade, resistindo a se tornar simples objeto” (Cf. exposição durante o “*Seminário Luso-Brasileiro sobre Repressão e Memória Política*”, no dia 21 de abril de 2009, no CES).

⁶⁶. José Manuel Pureza é investigador do Centro de Estudos Sociais, coordenador do Núcleo de Estudos para a Paz e professor na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Entrevista concedida dia 02 de abril de 2009.

aqueles que agridem o ambiente atiram para as gerações futuras (tempo) e para as periferias sociais (espaço) os efeitos nocivos de sua ação”. Essa ideia está em sintonia com o pensamento do sociólogo português Boaventura Sousa Santos quando afirma que “a característica mais fundamental da concepção ocidental de racionalidade é o facto de, por um lado, contrair o presente e, por outro, expandir o futuro” (2008:95).

À revelia da consciência ecológica que evoca a necessidade de preservação ambiental e da consciência política que orienta para o respeito à cidadania, prospera a equação econômica neoliberal. Na Amazônia, esse processo tende a se fortalecer com a implantação da Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA)⁶⁷ alinhada com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado no segundo mandato do governo Lula. O PAC prevê a construção de 1.443 barragens até 2030, entre as quais Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira.⁶⁸ Acerca dos desdobramentos dessas obras, o senador boliviano Abrahan Cuellar Araujo⁶⁹ afirma: “Essa é uma grande preocupação nossa, pois cremos que a água é para a vida e não para a morte. Compreendemos que há necessidade de desenvolvimento, mas ele não pode ser feito expulsando a população e destruindo o meio ambiente” (anexos 7 e 8).

Reportando-se às duas hidrelétricas, o Jornal *Folha de S. Paulo* noticiou:

Um dos empreendimentos mais caros da história e também um dos mais controversos. Procuradores federais pedem a cassação das licenças das usinas e já levantam suspeitas sobre o seu financiamento. Instituições civis acusam os construtores de ignorarem impactos socioambientais. Autoridades locais temem que a capital Porto Velho chegue ao colapso, caso os investimentos em infraestrutura não saiam do papel. E o setor produtivo está preocupado com a possibilidade de que o desenvolvimento na região não seja sustentável. Atraídas pelas oportunidades, empresas já se instalam na região, e famílias desembarcam semanalmente na capital Porto Velho. Em apenas

⁶⁷. A IIRSA é um megaprojeto baseado no livre fluxo de capitais para o mercado externo. Surgiu em uma reunião de Presidentes Sul-Americanos em agosto de 2000, em Brasília, e tem como objetivo realizar ações conjuntas para impulsionar a integração e o desenvolvimento sociopolítico e econômico da região. A orientação principal é facilitar a exportação de produtos primários para portos do Atlântico, Pacífico e Caribe.

⁶⁸. De acordo com as empresas proponentes da barragem de Santo Antonio, o reservatório inundará uma área de 271 Km² e a usina terá uma potência instalada de 3.150 MW. Já a barragem de Jirau deverá alagar uma área de 258 Km² e ter uma potência instalada de 3.300 MW. A energia produzida será transportada para grandes centros industriais e comerciais do país. Há previsão de instalação de 2.450 Km de linhas de transmissão para conduzir a energia até a rede nacional integrada, em Araraquara/SP. Em abril de 2007, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) previu que as obras de Santo Antônio e Jirau juntas demandarão R\$ 25,72 bilhões, além do custo adicional estimado entre R\$ 10 e R\$ 15 bilhões para as linhas de transmissão.

⁶⁹. Entrevista concedida dia 29 de janeiro de 2009 durante o Fórum Social Mundial em Belém/PA.

seis meses de obras, já ocorrem efeitos previstos no Projeto Básico Ambiental para três anos.⁷⁰

Afora isso, no processo de construção da hidrelétrica de Jirau foram flagrados casos de trabalhadores vivendo em condições degradantes. Em setembro de 2009, o Ministério Público do Trabalho libertou 38 pessoas que estavam em alojamentos considerados precários. Os operários foram arregimentados por “gatos” em Parnarama/PA, dormiam num “barracão improvisado sem as mínimas condições de uso”.⁷¹ Além de Santo Antonio e Jirau, o *Complexo Rio Madeira*⁷² prevê a construção da hidrelétrica *Guajará* (bi-nacional Brasil-Bolívia) e *Cachoeira Esperanza* (esta em território boliviano).

Noutros lugares também são registrados sérios problemas com operários que trabalham na construção das represas. Em outubro de 2009, por exemplo, o Ministério Público do Trabalho de Mato Grosso denunciou duas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) – *Cidezal*, da empresa Campos de Júlio Energia S.A. e *Parecis*, da empresa Parecis Energia S.A. – por condicionarem 80 trabalhadores à situação análoga à escravidão. “Os trabalhadores foram encontrados em alojamentos precários, bebendo água do rio no mesmo local onde tomavam banho, além de serem proibidos de deixar o local”.⁷³ O Procurador do Trabalho, José Pedro dos Reis, constatou ameaças de morte, alimentação insuficiente, negação de vínculo empregatício por parte das empresas em relação aos trabalhadores etc.

Problemas dessa natureza ainda foram verificados na Bacia do Rio Uruguai, como afirma o MAB. “A situação dos trabalhadores/as nas hidrelétricas é de superexploração. Isso tem causado revoltas cada vez mais frequentes. Em março de 2008, aproximadamente dois mil funcionários da barragem Foz do Chapecó se revoltaram dentro do canteiro de obras, incendiaram caminhões, alojamentos, saquearam os caixas eletrônicos etc. Por três dias a empresa perdeu o controle total da construção no canteiro.”⁷⁴ As queixas dos funcionários dão conta da existência de fatores como baixos salários, jornadas longas de trabalho extenuante, falta de

⁷⁰. Cf. Julio Wiziack In: *Jornal Folha de S. Paulo*, 08 de março de 2009, Caderno Dinheiro.

⁷¹. Cf. *Jornal Folha de S. Paulo*, 15 de setembro de 2009, Caderno Dinheiro, B6.

⁷². “O Rio Madeira é um dos cinco rios mais caudalosos do mundo, sendo responsável por cerca de 23% da área de drenagem e 15% da descarga líquida total da Bacia Amazônica” (Martinelli et al., In: Switkes, 2008:97).

⁷³. Diário de Cuiabá, 17/10/2009. Cf. <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=357975>

⁷⁴. Cf. Cartilha produzida pelo MAB - *A luta dos atingidos por barragens contra as transnacionais, pelos direitos e por soberania energética*. 2008, p. 17.

equipamentos de segurança, emprego de violência, má qualidade da alimentação, entre outros.

Em março de 2007, especialistas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) apresentaram um parecer técnico recomendando a não emissão da Licença Prévia para a construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau. O parecer esteve baseado no elevado grau de incerteza envolvido no processo, no não dimensionamento de vários impactos com ausência de medidas mitigadoras e de controle ambiental necessárias à garantia do bem-estar das populações e uso sustentável dos recursos naturais, entre outros fatores. Embora a equipe técnica do IBAMA tenha recomendado a realização de novos estudos com maior abrangência, o governo forçou a concessão das licenças e promoveu o leilão para a execução das obras.⁷⁵

Especialistas admitem que a área de inundação das usinas Santo Antonio e Jirau poderá ser o dobro do previsto pelos estudos oficiais. Conforme relato de Iremar Antonio Ferreira,⁷⁶ o processo de licenciamento das obras do Rio Madeira não tem transparência e os estudos não foram feitos com critérios. Os técnicos do IBAMA que discordaram da construção das hidrelétricas por conta dos impactos que as mesmas iriam produzir foram demitidos. O Fórum Brasileiro das Organizações e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento entrou com uma ação contra a construção de Jirau. “Na instância mais próxima foi acatada a denúncia por entenderem que havia problemas. Mas, as empresas recorreram a Brasília, onde num parecer político, o juiz deixou claro que se tratava de uma questão estratégica de geração de energia e que as obras poderiam continuar. Além de aumentar o desmatamento, as obras do Rio Madeira estão obrigando a retirada de mais de cinco mil famílias de ribeirinhos da região,” afirma Iremar.

Na percepção do MAB, outra ocorrência de desrespeito aos direitos dos atingidos e agravamento da situação social gerada por uma barragem deu-se em Acauã⁷⁷ – localizada entre os municípios de Itatuba e Salgado de São Félix, na bacia

⁷⁵. As empresas Odebrecht e Furnas foram as vencedoras e estão construindo a usina Santo Antônio, com um custo de R\$ 78,90/MWh. O consórcio liderado por Suez e Camargo Corrêa venceu o leilão, realizado em 19 de maio de 2008, para construir a hidrelétrica de Jirau. O grupo ofereceu de R\$ 71,40/MWh, valor bem abaixo do esperado.

⁷⁶. Presidente da ONG Rio Madeira Vivo. Depoimento durante o *Encontro sem fronteiras dos povos do Madeira: uma outra Amazônia é possível*, no dia 23 de janeiro de 2009, em Porto Velho/RO.

⁷⁷. Cf. <http://www.mabnacional.org.br> – O documentário *O canto de Acauã*, produzido pelo MAB, com apoio da FASE, retrata a crueza dessa realidade.

do Rio Paraíba. A Comissão Especial, criada pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), constatou que as chamadas agrovilas, para onde foram levados os atingidos, constituíam conjuntos habitacionais precários instalados em áreas cercadas por propriedades privadas e desprovidos de acesso.

Para o Procurador da República Duciran Farena, essas agrovilas não dispunham das mínimas condições para habitação humana. “Trata-se de um campo de concentração no meio do nada”. Os assentados foram abandonados pelo Estado que construiu a barragem e pelos municípios onde foram feitas as vilas. Segundo o procurador, não há escolas e postos de saúde, falta segurança, lazer, espaço para pequenos cultivos e criações. Há cobrança de contas de água e luz nos assentamentos, as quais não podem ser pagas devido à falta de renda dos moradores. A barragem deslocou cerca de 4.500 pessoas.⁷⁸

O episódio mais impressionante de desprezo do governo brasileiro pelas questões ambientais e pelos direitos humanos na construção de barragens parece ter sido o de Balbina, no Rio Uatumã/AM. “Balbina foi projetada para fornecer energia para Manaus, inundou 2.360 Km² e gerou uma média de, somente, 112 MW (com capacidade instalada de 250 MW). A barragem forçou o reassentamento de um terço do povo indígena Waimiri-Atroari” (Switkes, 2008:21). No âmbito nacional, Balbina é tida como a obra mais desproporcional, considerando-se a sua extensão com a capacidade de geração de energia. São histórias dramáticas que não corroboram com as promessas de desenvolvimento feitas pelas empresas.

Conforme José Milton Galindo,⁷⁹ os atingidos pelas barragens pagam um preço material e imaterial muito alto. “Você tira alguém que sempre conviveu com a natureza, que tinha suas regras sociais, sua estrutura familiar bem definida e joga para um mundo estranho, baseado no consumismo desenfreado. Aí, dificilmente será absorvido pelo mercado de trabalho, o que vai gerar violência sem fim”. No que tange aos graves impactos sociais, ambientais e simbólicos provocados pela construção de barragens, os casos que poderiam ser descritos somam um número elevado. Entretanto, os citados já bastam para ilustrar como o embate entre o aspecto econômico e a perspectiva socioambiental vem se intensificando desde o início dos anos 1970, quando se adotou o modelo energético baseado nas grandes hidrelétricas.

⁷⁸. Cf. <http://noticias.pgr.mpf.gov.br>

⁷⁹. Professor do Ensino Médio em Eldorado/SP e militante do Movimento dos Ameaçados por Barragens (MOAB). Entrevista concedida dia 12 de dezembro de 2008.

4. Conflitos nos “pontos quentes”

Os conflitos e as diversas formas de violência suscitadas em virtude da construção de hidrelétricas constituem tema instigante e que demandaria um estudo particular. Por não ser objeto específico do presente trabalho, limitar-me-ei a acenar no intuito de registrar a existência de um campo tenso de relacionamento entre os envolvidos em tais empreendimentos. Essas tensões se aguçam ainda mais em função da inexistência de um marco legal que defina os direitos e as responsabilidades às partes implicadas, permanecendo assim um campo aberto para disputas, onde vale a lei do mais forte. A violência pode se expressar de forma física ou simbólica.

De acordo com o sociólogo Pierre Bourdieu (2007), *violência simbólica* é o reconhecimento e a incorporação do discurso dominante como legítimo por parte dos dominados sem que esses se percebam na condição de vítimas. Por meio de tal tipo de violência impõem-se valores, hábitos e comportamentos sem necessariamente utilizar a agressão física. Tanto o poder como a violência simbólica são construções históricas para manter uma determinada estrutura social. Eles podem ser aplicados por diferentes instituições: Estado, mídia, escola, igreja, família etc. O Estado, por exemplo, imprime uma violência simbólica quando estabelece leis que naturalizam disparidades e assimetrias. Na atualidade, as fronteiras dos conflitos e tensões sociais sofrem um alargamento face à nova geopolítica que o processo de globalização impõe às sociedades.

Para justificar a construção das barragens, persuadir os atingidos e desarticular a resistência popular, as empresas fazem promessas de boa indenização, utilizam linguagem técnica de difícil compreensão, realizam intensa propaganda sobre os benefícios do empreendimento, disseminam informações imprecisas ou desencontradas. Procuram passar uma imagem de idoneidade e generosidade; estabelecem relações de cooptação com os atingidos, buscando tratar seus direitos como favores ou presentes concedidos por elas. “Costumam indenizar algumas pessoas e dão uns 30 dias para sair. Dizem para não falar aos outros quanto ganharam, alegando que podem ser assaltados. Criam desconfiança, confusão e divisões entre quem sempre viveu junto. Fazem uma terrível violência psicológica. Essa é uma ação deliberada das empresas”, observa Luiz Dalla Costa.⁸⁰ Em geral, as

⁸⁰. Entrevista concedida dia 07 de novembro de 2008.

empresas ofertam um valor ínfimo pelas propriedades e buscam negociar em particular com cada família, o que reduz o poder de contestação.

As populações atingidas são excluídas do processo de discussão para decidir sobre a implantação de barragens. As empresas construtoras fazem todo esforço para tentar convencer de que a barragem assegura o desenvolvimento nacional e o progresso para todos os segmentos da sociedade. Enfatizam o advento de diversos benefícios para os atingidos, apregoando sempre a melhoria de sua qualidade de vida, o que, na maioria das vezes, não ocorre. De acordo com o Movimento, quando aparece o conflito, usam estratégias de fracionamento, procurando resolver o problema de forma individualizada. Fragmentando os casos por famílias, comunidades, por categoria, etc., objetivam desmobilizar, neutralizar ou extirpar as resistências.

A propósito, Célio Bermann afirma que “as barragens são baratas porque não há o investimento nas famílias atingidas”.⁸¹ É disto que consta o protesto de Márcio, um dos atingidos pela hidrelétrica Santo Antonio do Rio Madeira:

O capital aqui não somos nós, são os grandes empresários que vem do “caixa-prego” querendo nos seduzir. O representante do Mesa⁸² pisou uma vez só lá no Distrito de São Carlos. Passou no painel algumas informações de como seria a barragem, o que ela ia desenvolver e o que ia oferecer. Em seguida ele colocou três carinhas: uma rindo, uma fazendo careta e outra fazendo bochecha, pra marcar se era bom, ruim ou ótimo. Todo mundo, sem saber, marcou ótimo.⁸³

Na mesma direção, Neusete Paulo Afonso⁸⁴ entende que a hidrelétrica vai levar desenvolvimento para fora e destruir as famílias. Ela afirma:

Aqui é uma área de muita malária e isso vai aumentar mais. A cidade não tem condições de acolher esse monte de gente. Os ribeirinhos vão ser prejudicados mesmo. Eles estão começando a construção sem indenizar ninguém e sem respeitar os direitos humanos. A empresa Furnas até andou queimando casas para

⁸¹. Professor da USP. Cf. http://www.riosvivos.org.br/canal.php?canal=37&mat_id=608

⁸². O Consórcio Madeira Energia S/A (Mesa), liderado pelas empresas Furnas e Odebrecht, no dia 10 de dezembro de 2007 venceu o leilão para construção da Usina Santo Antônio, que terá capacidade instalada de 3,1 mil MW. O consórcio assinou com o governo um contrato de 30 anos que prevê a construção da usina, a venda de energia para todo o Brasil, bem como para o mercado livre. Além de Furnas (39%) e da Odebrecht Investimentos (17,6%), o consórcio tem a participação de Andrade Gutierrez Participações (12,4%), Cemig (10%), Fundo de Investimentos e Participações Amazônia Energia, formado pelos bancos Santander e Banif (20%) e Construtora Norberto Odebrecht (1%). (Cf. http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=14747&editoria_id=7).

⁸³. A afirmação foi feita durante a *Assembleia dos Atingidos/as por Barragens de Rondônia*, dia 22 de janeiro de 2009, em Porto Velho.

⁸⁴. Atingida pela hidrelétrica de Santo Antonio. Entrevista concedida dia 22 de janeiro de 2009, em Porto Velho, durante a *Assembleia dos Atingidos/as por Barragens de Rondônia*.

os ribeirinhos não voltarem mais. Dão dinheiro para uma pessoa pra ela fazer a cabeça dos outros. Eles usam a estratégia de que alguém ganhou e assim os outros também vão ganhar.

A construção de barragens produz conflitos de ordem social, política, ambiental e cultural na medida em que são confrontadas propostas e interesses distintos, saberes técnicos com saberes populares. Não raro, neste processo, as empresas ameaçam e/ou realizam ações de despejo de famílias atingidas que insistem em permanecer na área. Para Ariovaldo Umbelino de Oliveira,⁸⁵ na sua essência os conflitos são todos de natureza social, podendo ter uma dimensão econômica, ambiental, cultural ou vários elementos combinados.

Quando se rebelam porque seus direitos e sua dignidade são violados, os atingidos por barragens ou integrantes de qualquer outro movimento social normalmente são criminalizados por setores dos meios de comunicação de massa, por segmentos da sociedade e de poderes constituídos. Vistos como “radicais”, “baderneiros” e “terroristas”, são reprimidos de muitas formas (*anexo 9*). Na compreensão de Plínio de Arruda Sampaio,⁸⁶ a criminalização dos movimentos sociais populares aumentou com a crise do capitalismo. “A crise faz com que o capital tenha menos ainda o que ceder. Ele já não cede e, com ela, há o pretexto de não ceder absolutamente nada. Assim, a criminalização está aumentando.”

O que estou a dizer pode ser comprovado no editorial do *Jornal Folha de S. Paulo*, edição de 12 de junho de 2008. Com o título *ativismo transgênico*, esse veículo de comunicação escreveu:

Marcaram-se pelo mais primário vandalismo as ações articuladas nesta terça-feira pela Via Campesina – entidade que reúne os sem-terra do MST, os atingidos por barragens e ativistas de movimentos urbanos de diversa denominação (...). Em tempos passados, a principal bandeira dos sem-terra era a eliminação do latifúndio improdutivo (...). Inverteu-se radicalmente o quadro nos dias de hoje. O tema do latifúndio improdutivo deixa de constar das reivindicações de movimentos ‘campesinos’ – cuja artificialidade, no Brasil, já se faz sentir pelo próprio nome.

O mesmo editorial acusa os movimentos sociais de serem contrários ao agronegócio, à pesquisa em biotecnologia, às *hidrelétricas* e siderúrgicas. Afirma que

⁸⁵. Professor de Geografia da USP. Entrevista concedida em 29 de janeiro de 2009, durante o 9º Fórum Social Mundial, em Belém/PA.

⁸⁶. Plínio de Arruda Sampaio é advogado, ex-deputado federal, assessor de movimentos sociais, intelectual e militante político. Entrevista concedida dia 05 de dezembro de 2008.

eles promovem uma “ação em escala nacional, voltada para recriar um sistema de coletivismo neolítico num país que acumula sucessos internacionais na produção de alimentos e matérias-primas”. O jornal classifica os objetivos desses movimentos como *arcaicos*, seus métodos como *primitivos* e sua mentalidade como *obscurantista*.

A criminalização dos movimentos sociais é evidenciada pela postura e linguagem que setores da grande mídia utilizam, como, por exemplo: “Manifestantes *invadem* obra de usina em SC. A Machadinho Energética S/A (Maesa) informou que o canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Machadinho, entre os municípios de Piratuba/SC e Maximiliano de Almeida/RS, foi *invadido* na madrugada de hoje por cerca de 150 integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). A usina receberia amanhã a visita de Fernando Henrique Cardoso, mas a viagem do presidente foi cancelada”⁸⁷ (*grifos meus*).

Na América Latina, é visível o esforço para criação de projetos que visam difundir técnicas de controle de conflitos ambientais, como os que ocorrem no processo de construção de barragens. Originadas em instituições sediadas em países centrais e voltadas para a “capacitação” de entidades e comunidades de países periféricos, tais iniciativas têm como objetivo garantir a “paz” e a “harmonia” através da despolitização social. “Tratam de psicologizar o dissenso e tecnificar seu tratamento através de manuais destinados a transformar os pontos quentes em comunidades de aprendizagem”, explica Henri Acselrad.⁸⁸

Ilustram esta análise, fatos como os ocorridos em Tucuruí/PA no dia 26 de abril de 2009, quando foram presos 18 militantes do MAB e colocados em presídios de Belém, acusados de cometerem crimes diversos. De acordo com o promotor de Justiça José Augusto Sarmiento, “em nome das mazelas do País e por conta da omissão do Estado, os movimentos sociais cometem todo tipo de excesso, sem que sejam responsabilizados por isso. Alguém tem que pôr freio nisso.” Por outro lado, segundo “a presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-Pará), Mary Cohen, as prisões em Tucuruí fazem parte de um processo mais amplo, que envolve o Ministério Público de vários Estados, com o intuito de criminalizar os movimentos”. Ela afirma: “Os presos são pessoas comuns

⁸⁷. Cf. <http://www.estadao.com.br/arquivo/nacional/2001/not20010724p32814.htm>. Jornal *O Estado de S. Paulo*, 24 de julho de 2001.

⁸⁸. Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entrevista concedida por e-mail em 08 de setembro de 2008.

que participavam de um ato legítimo de protesto contra o não cumprimento de acordos feitos com a empresa federal Eletronorte. Caberia no máximo uma ação civil de reintegração de posse, mas nunca acusações criminais. O que move essas pessoas são razões políticas, não criminosas. Não poderiam estar em presídios, ao lado de presos comuns.”⁸⁹

De acordo com Henri Acselrad, os “pontos quentes” – na linguagem dos agentes de neutralização da crítica dos movimentos sociais – são aqueles em que a sociedade se organiza para problematizar a dominação que sobre ela é exercida. As “comunidades de aprendizagem” designam os grupos que são convidados a se submeter a uma pedagogia da desorganização, a apreender a atenuar seus questionamentos. “Este ideário do conformismo pretende que os atores litigantes sejam levados a “dizer sim” aos projetos de infra-estrutura. As técnicas de formação de consenso são formuladas de modo a caracterizar todo litígio como problema a ser eliminado.”⁹⁰

Nesta ótica, os conflitos passam a ser vistos como reflexo da falta de capacidade dos atingidos por esses projetos para o consenso e não como expressão de diferenças reais entre projetos sociopolíticos e territoriais. Tais técnicas, aplicadas em situações de conflitos, tendem a dissolver a discussão sobre direitos e transformar as “vítimas” do empreendimento em rebeldes, desajustados individuais e incapacitados de entender as exigências do desenvolvimento. Desse modo, a negociação não se estabelece com base no direito dos dominados, mas transparece como prodígio democrático dos dominantes. A criminalização dos movimentos sociais também introduz uma concepção deslegitimadora de repasse de recursos públicos.

A busca de consensos simbólicos reduz o nível de agressividade entre os sujeitos, ao mesmo tempo em que encobre os conflitos latentes. “O que motiva estes projetos de formação de consenso é aquilo que o filósofo Jacques Rancière chama de ‘pós-democracia consensual’, caracterizada pelo encobrimento dos litígios, pelo ‘desaparecimento da política’ e pela designação de certos segmentos sociais como aptos à negociação com o Estado na condição de ‘parceiros’. Trata-se do processo de enfraquecimento da esfera política”.⁹¹ Busca-se, assim, evitar que os conflitos sejam

⁸⁹. Cf.: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090519/not_imp373075,0.php. *Jornal O Estado de S. Paulo*, 19 de Maio de 2009.

⁹⁰. Idem.

⁹¹. Idem.

politizados e desencadeiem uma discussão mais profunda sobre o modelo de desenvolvimento. Acselrad afirma também que

os ‘problemas ambientais’ são a manifestação de um conflito entre interesses privados e bem coletivo (...). Os conflitos ambientais podem ser explícitos ou implícitos. Os conflitos implícitos são aqueles em que as comunidades são atingidas por um processo de degradação ambiental do qual não têm consciência. Em certos casos, mesmo havendo consciência, as comunidades podem não associar a degradação ambiental às práticas de agentes sociais determinados (1992:21, 22 e 25).

Outras vezes os conflitos se tornam explícitos. Isso ocorre quando as comunidades atingidas conseguem associar a degradação do meio ambiente e as perturbações sociais com a ação dos agentes que os provocam. Aí nasce a possibilidade de organização, resistência e luta coletiva pela garantia dos direitos, o que tratarei no quinto capítulo deste trabalho.

CAPÍTULO II

A emergência dos submersos

“É melhor morrer lutando do que morrer de fome”
(Roseli Nunes)⁹²

A água tem inúmeras utilizações e abarca múltiplos significados. Pode ser vista como símbolo de vida ou sinal de perigo e morte. Tomá-la-ei aqui como expressão de ameaça e causa de expulsão de milhares de pessoas em face da construção de barragens, empreendimentos estes que vêm se multiplicando por toda parte. No presente capítulo, interessa-me demonstrar o contexto em que se deu a emergência das primeiras organizações regionais de atingidos por hidrelétricas no Brasil. Também abordarei brevemente a origem e a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens, surgido como reação direta aos “dilúvios planejados”⁹³ pelo capital.

1. Contextualização

O início da implantação dos grandes projetos hidrelétricos no Brasil dá-se em meados da década de 1970. A seguir, tratarei de contextualizar de modo sucinto este período histórico sob diversos aspectos. Tal exercício faz-se indispensável para a compreensão dos fatores que impulsionaram o país a adotar o modelo desenvolvimentista. Permite ainda entender alguns dos principais elementos conjunturais sob os quais os atingidos por barragens começam a se organizar em movimentos regionais, confluindo posteriormente na constituição do MAB. Também possibilita averiguar a identidade do Movimento que irá se metamorfoseando em consonância com as mudanças no âmbito nacional e internacional.

⁹². Líder do MST, morta durante protesto em Sarandi/RS, 1987.

⁹³. De algum modo, pelo seu poder avassalador, as grandes barragens remetem à narrativa bíblica do *dilúvio* no tempo de Noé (Gn 6). Segundo a interpretação da Bíblia, Edição Pastoral, o dilúvio é expressão simbólica da desordem gerada pela corrupção humana generalizada. “Inspirada nas inundações periódicas dos grandes rios, a narrativa do dilúvio é típica das antigas culturas médio-orientais” (Cf. Nota de rodapé, Bíblia Sagrada, São Paulo: Paulus, 1990, p. 19). Reportando-se aos dilúvios que acontecem na história, a mesma fonte explica que “são os acontecimentos catastróficos gerados pela auto-suficiência, que chega a formas tão extremadas que produz o caos na natureza e no mundo humano”. Por sua vez, os “dilúvios programados” pelo desenvolvimento (barragens) têm finalidades e impactos diversos como se haverá de demonstrar neste trabalho.

1.1. Aspecto econômico

O acesso facilitado a empréstimos no exterior, o investimento do capital internacional no Brasil, o aumento das exportações e as taxas de inflação relativamente baixas desencadearam o chamado “milagre” econômico. Esse fenômeno ocorreu durante o governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici (1969 – 1974), quando o Produto Interno Bruto (PIB) “cresceu na média anual, 11,2%, tendo seu pico em 1973, com uma variação de 13%. A inflação média anual não passou de 18%. Isso parecia de fato um milagre” (Fausto, 1997:485). No período, o governo investiu muito na indústria pesada – siderurgia, petroquímica, construção naval e hidroeletricidade. A produção de bens duráveis aumentou em média 23,6% ao ano e os bens de capital 18,1%.

Enquanto a indústria crescia e a economia era fortalecida, os indicadores sociais não andavam bem, como admitiu o próprio Médici no final de seu governo: “A economia vai bem, mas o povo vai mal”. A brutal concentração de renda gerou mais pobreza e desigualdade, o que se procurava dissimular com *slogans* ufanistas do tipo: “Brasil, ame-o ou deixe-o”. A pregação de um amor cego e incondicional à pátria associava-se ao discurso econômico dominante que sustentava a necessidade de “fazer primeiro o bolo crescer para depois reparti-lo”. De acordo com Boris Fausto (1997:487), “o ‘capitalismo selvagem’ caracterizou aqueles anos e os seguintes, com seus imensos projetos que não consideravam nem a natureza nem as populações locais. A palavra ‘ecologia’ mal entrara nos dicionários e a poluição industrial e dos automóveis parecia uma bênção”.

A busca deliberada por financiamento externo fez crescer de modo exorbitante a dívida e tornou o país cada vez mais refém das políticas internacionais, em especial das normas ditadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Nessa conjuntura, também houve um aumento exponencial da dívida interna. No final de 1978, a dívida externa “era de 43,5 bilhões de dólares, mais do que o dobro do nível de três anos antes” (Fausto, 1997:497). Em 1984, passou para 91 bilhões de dólares. Entre 1981 e 1983 houve séria recessão na economia, tendo o PIB, em 1981, caído 3,1%, o que gerou desemprego e declínio de renda.

Em 1974, a crise internacional do petróleo chegou ao seu auge, o que fez interromper os investimentos externos e elevou as taxas de inflação, pondo fim ao propalado “milagre econômico” ou “milagre brasileiro”. A crise afetou de modo drástico o Brasil que importava mais de 80% do total de seu consumo. Preocupado

com o problema energético, o governo Geisel lançou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), propondo “o avanço na pesquisa de petróleo, o programa nuclear, a substituição parcial da gasolina pelo álcool, a construção de hidrelétricas, cujo exemplo mais expressivo foi a de Itaipu” (Fausto, 1997:495). No final da década de 1970, a inflação chegou a 94,7% ao ano; em 1982 subiu para 99,7% e, em 1984, alcançou 223,8%.

Com o “milagre brasileiro” estimulou-se a denominada *revolução verde*, que foi um processo de reestruturação da agricultura nos países do Terceiro Mundo. O objetivo era introduzir novas tecnologias agrícolas para multiplicar a produtividade a fim de resolver o problema da fome e promover o desenvolvimento. Entre as novas técnicas e práticas estava a substituição das sementes crioulas por sementes melhoradas geneticamente (híbridas), a utilização de insumos industrializados (fertilizantes, agrotóxicos e adubos químicos), a irrigação e a diminuição do custo de manejo. Vários fatores, entre os quais a mecanização, geraram o êxodo rural, fenômeno que se tornou massivo neste período. Grande parte do contingente evadido do meio rural foi absorvido de forma precária pela indústria urbana. Muitos tiveram como destino as periferias das cidades.

Por conta da implantação da indústria, aumentou também o consumo de energia. Para combater a crise do petróleo, em 1975 o governo criou o Programa Nacional do Álcool (Pró-Álcool), estimulando a substituição do petróleo pelo álcool etílico. Igualmente, intensificou a construção de grandes centrais hidrelétricas a partir de três regiões: Nordeste, Sul e Norte. Na *região Nordeste*, construiu a barragem de Sobradinho e depois a de Itaparica. Na *região Sul*, deu andamento à obra de Itaipu, no Rio Paraná, época em que foi anunciada a construção da usina hidrelétrica de Itá e Machadinho, na bacia do Rio Uruguai. Simultaneamente, na *região Norte*, iniciava-se a barragem de Tucuruí.⁹⁴

⁹⁴. A hidrelétrica de *Sobradinho*, na Bahia, alagou 4.214 Km²; expropriou 26 mil proprietários e deslocou compulsoriamente por volta de 72 mil pessoas. A barragem de *Itaparica* alagou 834 Km², deslocando cerca de 10.500 famílias (45 mil pessoas) de sete municípios dos Estados de Pernambuco e Bahia. Já a usina binacional de *Itaipu* submergiu uma área de 1.350 Km², expulsando quase 30 mil moradores do lado brasileiro. Até o funcionamento em plena capacidade da hidrelétrica de Três Gargantas, no Rio Yang Tzé, na China, a Itaipu é a maior usina do mundo em potência instalada. A hidrelétrica de *Itá* alagou 103 Km² e atingiu 3.560 famílias. A barragem de *Machadinho* atingiu cerca de 2.400 famílias pela sua área alagada de 79 Km². A de *Tucuruí*, no Pará – a maior hidrelétrica 100% brasileira, construída no Rio Tocantins causou a inundação de 3.007 Km² de floresta tropical e o desalojamento de 32 mil pessoas, atingindo diretamente os povos indígenas Parakanã, Assurini e Gavião.

A despeito das promessas de desenvolvimento, elas não se cumpriram conforme o anunciado. Instalou-se, então, no Brasil e em praticamente toda a América Latina um processo de estagnação, em função da qual os anos 1980 ficaram conhecidos como a “década perdida”. Verificou-se uma considerável retração industrial e econômica, o que gerou volatilidade de mercados e baixo crescimento do PIB, chegando a uma média anual de apenas 2,8%. Em consequência disso, houve aumento do desemprego, elevação dos índices de inflação e perda do poder aquisitivo da população.

1.2. Aspecto sociopolítico

O modelo econômico – que gerou êxodo rural, alta inflação, desemprego e concentração de renda – ajudou a forjar a organização e a resistência da sociedade civil. Embora o regime militar tenha procurado reprimir as manifestações populares, ele não foi capaz de impedir que aflorasse uma série de movimentos sociais, políticos e sindicais, entidades e outras iniciativas de base por todo o país. Nessa época, “o número de sindicatos rurais, que era de 625 em 1968, passou a 1154 em 1972, 1745 em 1976 e 2144 em 1980” (Fausto, 1997:498). Durante o governo Geisel veio à tona o movimento operário com novo vigor e nova configuração, cuja maior expressão foi verificada no ABC paulista. As greves foram um recurso muito utilizado pelos trabalhadores.

De acordo com Luiz Dalla Costa,⁹⁵ no contexto turbulento dos anos 1970 e 1980 teve início um novo ciclo da esquerda no Brasil, com a significativa conjunção de quatro forças, a saber: movimento sindical, comunidades eclesiais de base, movimento político e movimentos populares. No processo de reconfiguração da esquerda brasileira houve a importante contribuição de políticos, militantes e intelectuais exilados pela ditadura militar, os quais começavam a retornar ao país nesse período.

Os governos da ditadura empenharam-se com todas as forças na consolidação do modelo de desenvolvimento capitalista. Entre as consequências imediatas, destacam-se: concentração de renda, arrocho salarial das camadas mais pobres, endividamento externo, êxodo rural, acelerada urbanização com aglomeração maior

⁹⁵. Entrevista concedida dia 01 de maio de 2008.

nas periferias e favelas.⁹⁶ Nesse processo, os projetos das grandes barragens foram apresentados como mecanismos essenciais para garantir o desenvolvimento da indústria e da economia nacional, não obstante os imensos e imensuráveis sacrifícios que implicariam à população atingida.

“As grandes barragens eram usadas como símbolo da potência do país e do regime militar. (...) Estas grandes obras expulsavam dezenas de milhares de pessoas. Pequenos produtores perdiam suas terras, suas casas e seu trabalho. E iam se juntar aos milhões de expropriados pelo latifúndio, condenados ao desemprego e miséria nas favelas, mocambos, invasões e periferias das grandes cidades”.⁹⁷ Embora desde os anos 1940 ocorressem reclamações isoladas contra as barragens, foi no decurso das obras de Itaipu que os atingidos começaram a se organizar mais efetivamente.

Com o retorno de exilados políticos e o fim do bi-partidarismo – Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Aliança Renovadora Nacional (Arena) – a partir de 1979, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), entre outros, voltaram a atuar livremente. Em 1980 foi fundado o Partido dos Trabalhadores (PT), que congregou e canalizou a força dos movimentos sociais mais ativos, das correntes sindicais mais combativas e dos setores eclesiais progressistas. É significativo observar também que estas organizações sociais de esquerda impregnaram de vermelho (cor representativa do socialismo) as suas bandeiras, com o objetivo explícito de construir uma alternativa ao modelo de desenvolvimento capitalista que se aprofundava cada vez mais.

Nos anos 1980, o PT combinou a luta pela conquista do poder institucional com uma forte inserção nos movimentos populares. Desde suas primeiras experiências, as organizações dos atingidos sofreram grande influência do movimento político, o que lhe serviu de parâmetro para muitas de suas estratégias de ação. De acordo com Robson Formica,⁹⁸ a partir da metade dos anos 1990 houve um “descenso da luta de massa. Boa parte dos lutadores e lutadoras do povo passou a achar que o caminho

⁹⁶. Ressalta-se também que nesse período houve um rápido crescimento da população. Em 1960, o Brasil tinha 60 milhões de habitantes, dos quais cerca de 32 milhões estavam no campo e 28 nas cidades. Em 1989 a população passou a ser de 142 milhões, dentre os quais 108 milhões estavam nas cidades. Em 29 anos o crescimento populacional urbano foi de 380%.

⁹⁷. Movimento dos Atingidos por Barragens. *Manual do atingido: Uma história de organização e luta* – parte 1. Realização: Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza/ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro – ETTERN/IPPUR/UFRJ. Coordenação: Carlos Vainer e Flávia Braga Vieira. S/d., p. 2.

⁹⁸. Robson Sebastian Formica, 25 anos, formado em História, é membro da coordenação e da direção nacional do MAB. Contribui no setor de formação do Movimento. Entrevista concedida dia 17 de julho de 2009.

mais institucionalizado é que daria conta de resolver os problemas”. Com o alvorecer dos anos 2000 – embora isso não seja tão abrupto –, o MAB começou a perceber de uma forma mais nítida os limites da democracia representativa. Desde então, segundo membros da coordenação, vendo que as transformações desejadas não advieram pela via eleitoral, ampliou-se a consciência política em torno da *democracia participativa*.

Por democracia participativa, deliberativa ou direta entendem-se as múltiplas formas de participação efetiva da sociedade civil na proposição de políticas sociais, no controle dos recursos públicos e na regulação da vida coletiva. Esse modelo democrático advoga os princípios da inclusão, do respeito ao pluralismo, da justiça e da igualdade socioeconômica. Pressupõe que a legitimidade das decisões e ações políticas decorre dos processos de discussão e deliberação pública dos cidadãos. Entre as expressões da democracia direta estão o Orçamento Participativo, os inúmeros Conselhos Gestores de Políticas Públicas e diversas ações encabeçadas pelos movimentos populares.⁹⁹

Para Marisa Matias¹⁰⁰ a democracia participativa buscada pelos movimentos sociais se constitui em instrumento que permite consolidar e dar robustez ao sistema democrático. Ela entende que essa forma de participação popular complementa a democracia representativa. Diante da tendência atual de alguns movimentos fazerem suas reivindicações de forma direta, muitas vezes por entenderem que os partidos políticos já não conseguem mais representar às suas aspirações, Frei Betto adverte: “Há que cuidar para não ceder a um novo tipo de maniqueísmo: o que acredita poder substituir o papel dos partidos pela atuação dos movimentos. A crítica aos partidos, tão necessária e pertinente, não deve desembocar na atitude de repúdio a eles. Movimentos populares são, por natureza, setoriais, atrelados a bandeiras específicas

⁹⁹. Para aprofundar o tema, entre outros, pode-se consultar: AVRITZER, Leonardo & NAVARRO, Zander. *A inovação democrática no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 2003; SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Democratizar a democracia. Caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

¹⁰⁰. Investigadora do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra e representante de Portugal no Parlamento Europeu. Entrevista concedida dia 27 de fevereiro de 2009. Segundo Marisa, “em Portugal, não temos uma tradição muito consolidada de movimentos sociais organizados. Neste sentido, é bem diferente do caso brasileiro. O que temos aqui é uma vitalidade muito grande dos movimentos de protestos de base local. São movimentos mais curtos no tempo, menos organizados, mais orientados para problemas específicos. Eles tendem a emergir com o problema e desaparecer com ele”.

e não têm como formular e representar um projeto abrangente de sociedade” (2006:208).

1.3. Aspecto eclesial

Não se trata aqui de fazer um detalhamento sobre o processo de renovação eclesial ocorrido a partir dos anos 1960. Para os objetivos do presente trabalho, basta-nos apenas apontar a contribuição da chamada “Igreja progressista” na tarefa de assessoria e apoio direto a diversas organizações sociais populares que foram emergindo e ganhando corpo. Desde a década de 1950 e, com maior ênfase, na década de 1960, os setores militantes da Igreja atuavam nos sindicatos e no movimento estudantil através da Juventude Operária Católica (JOC) e das Juventudes Estudantil e Universitária Católicas (JEC e JUC). Como explica o professor Luiz E. Wanderley (2007:75),

ênfase especial deve ser dada ao movimento universitário da Juventude Universitária Católica (JUC), no qual o debate ficava mais nuançado e surgiam aproximações entre ‘marxistas’ e ‘comunistas’, suposta infiltração da ‘filosofia marxista’ no movimento. Há estudos ricos e detalhados sobre a JUC, que dão conta da sua trajetória e de sua influência no meio universitário e, posteriormente, no MEB e em outras atividades da Igreja, bem como de suas relações seminais com a Ação Popular (AP), movimento político que se pretendia de cunho revolucionário e socialista...

Vale também destacar o papel da Ação Católica Operária (ACO), surgida no início dos anos 1960 e da Juventude Agrária Católica (JAC), a qual foi uma ferramenta importante de organização da juventude no meio rural. Ressalta-se ainda a atuação do Movimento de Educação de Base (MEB), criado em 1961 numa parceria entre Estado e Igreja Católica, visando desenvolver um projeto de educação democrática e comprometida com as populações excluídas. A Igreja também passou a se aproximar mais dos pobres e marginalizados das periferias urbanas com trabalhos em prol da conquista das condições básicas de subsistência e, ao mesmo tempo, de conscientização política.

Nesse contexto, nasceram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que contribuíram no processo de organização popular, sobretudo com a reflexão em torno da categoria “pobre”. Inspiradas na Teologia da Libertação (TdL), as CEBs foram responsáveis pelo despertar da consciência crítica, capacitando pessoas para a luta política e para a construção de uma nova sociedade. Sua atuação foi significativa no

sentido de ajudar a enfrentar os problemas provocados pela aceleração do processo industrial, pela falta de políticas agrárias e agrícolas e conseqüente aumento do êxodo rural. Igualmente para buscar soluções diante de problemas surgidos em face do crescimento desordenado das cidades e favelas, da falta de moradia, falta de atendimento à saúde, desemprego, fome etc.

Na TdL, a opção está em ver a realidade a partir dos pobres, interpretá-la no interesse dos pobres e agir junto com eles. É uma decisão política, ética e evangélica. (...) O Documento de Puebla situa com clareza a questão: pobres são os que carecem de bens materiais, de participação social e política. A pobreza é resultado de estruturas econômicas, sociais e políticas injustas, daí o pecado social (Wanderley, 2007:85 e 94).

As CEBs foram impulsionadas pelas reflexões do Concílio Vaticano II (1962-65). Em 1968, na Conferência de Medellín, elas foram “reconhecidas” como “comunidades cristãs de base”. Esses “núcleos eclesiais” receberam a confirmação na Conferência Episcopal de Puebla (1979), sendo denominadas “comunidades eclesiais de base”. Em sua trajetória, consagraram o método *ver, julgar e agir*, orientado pela opção preferencial pelos pobres. Muitas vezes foram rotuladas de subversivas, temidas, questionadas e até perseguidas. Porém, expandiram-se como uma expressão eclesial profética; um espaço de evangelização, de vivência fraterna e de promoção da justiça social. Em 1975, na cidade de Vitória/ES, realizaram seu primeiro encontro de nível nacional, com o tema “Uma Igreja que nasce do povo pelo Espírito de Deus”.

As Comunidades Eclesiais de Base se constituíram historicamente em sementeiras de lideranças populares e contribuíram de forma relevante para a luta política de libertação dos pobres. Uma das grandes novidades introduzidas pela Teologia da Libertação foi a concepção de *pobre*, superando a visão tradicional assistencialista para entendê-lo como empobrecido e explorado pelo sistema. Em contrapartida, o pobre passou a ser categorizado como sujeito capaz de ações políticas de transformação. A propósito dessa compreensão, incentivou-se a participação dos membros das CEBs em organizações populares.

Nos anos 70, momento de irrupção forte das CEBs, elas ocuparam um espaço político vazio (...). Iniciando-se a abertura do regime e voltando à cena os canais tradicionais – partidos políticos e sindicatos –, os membros mais politizados das comunidades orientaram-se para esses engajamentos, criando-se choques internos e externos. Naquela conjuntura, as CEBs apareciam como um movimento popular no centro de outros movimentos populares, muitos dos quais por ela criados ou estimulados e apoiados diretamente (Wanderley, 2007:56).

No mesmo período (1975) surgia a Comissão Pastoral da Terra (CPT) com o objetivo de ajudar a construir alternativas diante da grave situação enfrentada pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia. “Na definição de Ivo Poletto, que foi o primeiro secretário da entidade, os verdadeiros pais e mães da CPT são os peões, os posseiros, os índios, os migrantes, as mulheres e homens que lutam pela sua liberdade e dignidade numa terra livre da dominação da propriedade capitalista”.¹⁰¹ A CPT nasceu ligada à Igreja Católica, mas em seguida adquiriu um caráter ecumênico, incorporando agentes de outras igrejas cristãs. Acerca da atuação dessa pastoral, afirma-se:

Os posseiros da Amazônia foram os primeiros a receber atenção da CPT. Rapidamente, porém, a entidade estendeu sua ação para todo o Brasil, pois os lavradores, onde quer que estivessem, enfrentavam sérios problemas. Assim, a CPT se envolveu com os atingidos pelos grandes projetos de barragens e, mais tarde, com os sem-terra. Terra garantida ou conquistada, o desafio era o de nela sobreviver. Por isso, a Agricultura Familiar mereceu um destaque especial no trabalho da entidade, tanto na organização da produção, quanto da comercialização. A CPT junto com seus parceiros foi descobrindo que esta produção precisava ser saudável, que o meio ambiente tinha que ser respeitado, que a água é um bem finito. As atenções, então, se voltaram para a ecologia.¹⁰²

Como se percebe, o envolvimento de amplos setores das igrejas cristãs, sobremaneira da Igreja Católica, na organização popular em vista da defesa dos direitos e da dignidade dos pobres não é casual e localizada. Ocorre impulsionado por uma confluência de fatores sociais, econômicos e políticos. No período da ditadura militar, a Igreja figurou como uma grande caixa de ressonância da organização popular, um lugar onde aqueles que lutavam por democracia e justiça social podiam se encontrar e se articular com relativa segurança.

1.4. Aspecto ecológico

Na década de 1960 começaram a aparecer movimentos ambientalistas em oposição à modernização desenvolvimentista que tinha como grandes ideais o progresso econômico, a industrialização e a urbanização. Em 1972, na Suécia, foi realizada a Conferência Internacional para o Meio Ambiente Humano, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), conhecida como Conferência de

¹⁰¹. Cf.: <http://www.cptnac.com.br/?system=news&eid=26>

¹⁰². Idem.

Estocolmo. A mesma institucionalizou o debate sobre a questão ambiental, criando o conceito do *ecodesenvolvimento*. Apontou o caminho da *sustentação do desenvolvimento* e do *desenvolvimento durável*, alertando a humanidade para a condição finita dos recursos naturais. No mesmo ano, o *Clube de Roma* apresentou o relatório intitulado *Os limites do crescimento*, chamando a atenção sobre o problema do esgotamento dos recursos naturais pelo modelo de desenvolvimento vigente.

Nos anos 1970, ampliava-se a consciência ambiental, na contra-corrente da intensificação da indústria, do uso de agrotóxicos, da utilização de energia nuclear etc. As esquerdas mundiais, entretanto, sempre tiveram uma visão preconceituosa em relação à ecologia porque a identificavam como uma questão de interesse da burguesia. Os movimentos sociais centravam no trabalho, no salário, na alimentação, na moradia, no saneamento básico e na saúde suas principais bandeiras de luta. De acordo com Luiz Dalla Costa,¹⁰³ nos primórdios, os movimentos regionais de atingidos por barragens não tinham a marca de *movimento ecológico*, embora estivessem intrinsecamente vinculados à questão ambiental desde a origem.

Se, por um lado, na década de 1980 as organizações de atingidos não se consideravam movimentos de cunho ecológico, de outra parte “o movimento ecológico também não conseguia ver nos atingidos seus aliados em uma luta ambientalista. Percebendo o movimento dos atingidos através de sua auto-identificação – movimento de luta por terra – esqueceu-se que, quando a luta era contra a instalação de uma hidrelétrica, a proteção dos rios, fauna e flora da região estava embutida”, afirma o antropólogo Aurélio Vianna.¹⁰⁴ O autor prossegue: “O movimento de atingidos passou a dificultar a implantação do modelo de desenvolvimento capitalista vigente, não permitindo o aumento da geração de energia elétrica nos níveis planejados e a construção de megaempreendimentos, passando então a ser acusado de um movimento contra o *progresso*”.

Em 1987, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento lançou o relatório *Nosso Futuro Comum*, expondo o conceito do *desenvolvimento sustentável*. De algum modo, esses temas que eram tratados em nível macro, começavam também a ser debatidos na base por força de problemas que emergiam. Influenciados pelos preparativos para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio

¹⁰³. Entrevista concedida dia 01 de maio de 2008.

¹⁰⁴. O Movimento de Atingidos por Barragens e a questão ambiental. In: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Barragens – questão ambiental e luta pela terra. Rio de Janeiro, *Revista Proposta*, nº 46, setembro de 1990, p. 6.

Ambiente e Desenvolvimento (Eco/92), a partir de 1992, o MAB e o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) realizaram – em parceria com algumas prefeituras – um curso de educação ambiental para professores de 1º e 2º graus e agricultores de municípios atingidos pelas barragens de Itá e Machadinho, na Bacia do Rio Uruguai. “Nós apresentávamos as resoluções da Eco/92 junto com a realidade dos atingidos e os impactos que as hidrelétricas causavam”, afirma Joceli Andrioli.¹⁰⁵

De acordo com o jornal do Movimento denominado *A Enchente do Uruguai*,¹⁰⁶ o objetivo do curso era qualificar os participantes para o debate acerca de temas globais de caráter socioambiental, articulados com questões regionais, sobretudo relacionadas aos efeitos provocados pela construção de hidrelétricas. Entre os conteúdos abordados, constava: definição de meio ambiente, realidade ambiental brasileira, energia, agricultura, agrotóxicos, legislação ambiental, lixo e agroecologia. O curso foi realizado durante vários anos. Somente em 1997, atingiu cerca de 1.000 professores e agricultores. Percebe-se, portanto, como o MAB incrementava em suas lutas a preocupação com a temática ambiental, incentivando a produção de alimentos sem agrotóxicos e a preservação do meio ambiente.

2. Primeiras reações às barragens

No final dos anos 1970 e alvorecer da década de 1980, os atingidos por barragens começaram a se organizar em três regiões do país: *Sul, Nordeste e Norte*. Essas e outras organizações locais desembocaram, em 1991, na criação do MAB.

Diante da construção da hidrelétrica de Itaipu/PR, os agricultores expropriados criaram o *Movimento Justiça e Terra* com a finalidade de reivindicar justa indenização de suas propriedades. O movimento estruturou-se a partir da assembleia realizada dia 16 de outubro de 1978 para discutir as indenizações irrisórias oferecidas pela construtora. A assembleia, que reuniu 1.500 pequenos agricultores, foi convocada pela CPT. O movimento também teve apoio efetivo dos sindicatos de

¹⁰⁵. Joceli Jaisson José Andrioli, 30 anos, atingido pela barragem de Itá/SC, é membro da coordenação nacional do MAB. Entrevista concedida dia 16 de julho de 2009. Para subsidiar o curso de educação ambiental, o Movimento dos Atingidos por Barragens, a Ação Educativa – Pesquisa, Assessoria e Informação, a Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço produziram o livro intitulado *Educação Ambiental – uma abordagem pedagógica dos temas da atualidade*, situando a questão ambiental nas realidades mundial, nacional e regional.

¹⁰⁶. Cf. *A Enchente do Uruguai* – o jornal dos atingidos por barragens. Edição nº 63, agosto/setembro, outubro/novembro de 1997, p. 6.

trabalhadores rurais e membros da Igreja Luterana. A organização tratou logo de encaminhar abaixo-assinado ao Presidente da República Ernesto Geisel, reivindicando a garantia de seus direitos. Em julho de 1980, os atingidos acamparam diante do escritório da empresa construtora, exigindo negociação sobre as indenizações. Foi o primeiro acampamento da história dos atingidos no Brasil.¹⁰⁷

Na *região Sul*, na bacia do Rio Uruguai, em dezembro de 1979 foi criada uma Comissão de Barragens em oposição à construção das barragens de Machadinho e Itá. A partir de 1980, passou a se chamar Comissão Regional de Barragens e, posteriormente, Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB). Nessa região, a Eletrobrás previa construir 25 hidrelétricas até 2010, o que iria expulsar cerca de 200 mil pessoas de vários municípios dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A CRAB objetivava discutir com a população formas de enfrentar o projeto que se impunha. “Pela primeira vez as populações ameaçadas de deslocamento começaram a se mobilizar e organizar antes do início da obra”.¹⁰⁸ A mobilização contou com a ajuda de segmentos da Igreja Católica, sobretudo lideranças da CPT, das CEBs, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), de alguns sindicatos combativos, membros da Fundação Alto Uruguai de Pesquisa e Ensino Superior (FAPES) de Erechim e outras organizações sociais.

Marco significativo no processo de conscientização sobre o projeto das barragens na bacia do Rio Uruguai foi a 6ª Romaria da Terra, realizada no dia 15 de fevereiro de 1983 no distrito de Carlos Gomes, município de Viadutos – RS. O evento reuniu cerca de 20 mil pessoas e teve como tema “Águas para a vida, não para a morte”, expressão que mais tarde seria inscrita na bandeira do MAB. Outra ação importante da CRAB, em 1984, foi a coleta de mais de um milhão de assinaturas no abaixo-assinado intitulado “Não às barragens”, entregue ao Ministro Extraordinário de Assuntos Fundiários, visando pressionar a Eletrosul e o governo contra a execução de tais projetos. A CRAB protagonizou diversas ações diretas para obstaculizar a construção das hidrelétricas.¹⁰⁹ Em 1987, obteve um acordo com a Eletrosul pelo qual

¹⁰⁷. No Sul, anterior à experiência de Itaipu, agricultores já tinham sido atingidos por outras hidrelétricas, como é o caso de Passo Real, no Rio Jacuí/RS, inaugurada em 1973.

¹⁰⁸. Cf. Movimento dos Atingidos por Barragens. *Manual do atingido: Uma história de organização e luta* – parte 1. Realização: Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza/ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro – ETTERN/IPPUR/UFRJ. Coordenação: Carlos Vainer e Flávia Braga Vieira. S/d., p. 4.

¹⁰⁹. Entre elas: várias passeatas, concentrações e romarias; quebra e remoção de marcos implantados pela empresa para delimitar o perímetro do lago; pressão sobre as autoridades e abaixo-assinados.

a empresa construtora se comprometia a realizar negociações coletivas, atrelar o cronograma das obras com a solução dos problemas sociais e possibilitar reassentamento coletivo a todos os atingidos.

No Nordeste, organizou-se o *Pólo Sindical de Trabalhadores Rurais do Sub-Médio São Francisco*, com a primeira concentração de atingidos em agosto de 1979, em Petrolândia/PE. A trágica situação social provocada pela construção da barragem de Sobradinho/BA levou a iniciativas para enfrentar as ameaças e impactos que seriam gerados pela barragem de Itaparica, no médio São Francisco, entre Pernambuco e Bahia.

Na vanguarda desse processo, estiveram lideranças de sindicatos de trabalhadores rurais da região. “Vale a pena destacar o fato de que, contrariamente ao que havia acontecido no Sul do país, não se constituiu aqui uma forma de organização específica dos atingidos, mas uma articulação intersindical para levar adiante a luta”.¹¹⁰ Com o apoio de segmentos da Igreja e entidades sociais, os atingidos realizaram sucessivas manifestações públicas exigindo direitos diante da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF. Nos últimos tempos, houve ampla mobilização popular pela não transposição das águas do Rio São Francisco, o que contou com destacada liderança do bispo católico de Barra/BA, dom Luiz Flávio Cappio.¹¹¹

Na região Norte surgiu, no final de 1981, o chamado *Movimento dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí/PA*. A barragem inundou 2.830 Km² e deslocou mais de 25 mil pessoas. Ainda em 1978, a Eletronorte – responsável pela obra – à revelia de qualquer acordo ou esclarecimento à população atingida, começou a cadastrar as famílias para efeitos de indenização. “Em 1981 a empresa dava por concluídas as indenizações e oferecia uma pequena ajuda para aqueles atingidos que

Também, “a partir de 1987, uma nova forma de luta ganhou destaque: o confronto com a Eletrosul por meio da retenção de funcionários da empresa” (Vianna, 1992:35).

¹¹⁰. Cf. Movimento dos Atingidos por Barragens. *Manual do atingido: Uma história de organização e luta* – parte 1. Realização: Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza/ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro – ETTERN/IPPUR/UFRJ. Coordenação: Carlos Vainer e Flávia Braga Vieira. S/d., p. 3.

¹¹¹. Para tentar impedir o projeto de transposição do rio, o bispo realizou greve de fome de 24 dias em novembro/dezembro de 2007, sendo que em 2005 já havia feito outra greve de fome com o mesmo objetivo.

optassem por abandonar a área por conta própria. Os poucos reassentados enfrentavam uma realidade bem distinta do que havia sido prometido”.¹¹²

Diante dessa realidade, o movimento desencadeou diversas ações. Em 1982 promoveu sucessivos acampamentos em frente aos escritórios da empresa, reivindicando reassentamento, indenizações justas e ressarcimento de prejuízos. Na organização da população, tanto a montante quanto a jusante da barragem, tiveram destacado papel os sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios afetados. Na região Norte, sobressaiu-se também a experiência dos atingidos pela construção da barragem de Balbina, no Rio Uatumã/AM, iniciada em meados de 1970.

Importante destacar que a experiência vivida pelos atingidos em determinada região era capitalizada como conteúdo pedagógico e político em outras regiões. Ilustra bem esse ponto a utilização, em reuniões, assembleias e encontros, sobretudo, no Sul do país, do filme *Desapropriado*, que serviu como instrumento de formação da consciência e estímulo à organização dos atingidos. Produzido em 1983 pelo cineasta Frederico Fullgraff, retrata a saga dramática dos camponeses desapropriados pela hidrelétrica de Itaipu. Segundo a CPT, foi assistido e debatido por mais de 300 mil pessoas, não obstante tenha sido proibido para menores de 18 anos pela Divisão de Censura do Departamento de Polícia Federal, sob a alegação de que ele continha problemas de ordem político-social, revelando que o poder repressivo do Estado ditatorial ainda se mantinha.

Como se pode verificar, as primeiras resistências se deram de formas diversas, em várias regiões do Brasil. Os Estados do Sul, entretanto, se destacaram no processo de organização e articulação política diante dos projetos hidrelétricos, influenciando de maneira significativa o surgimento de outras iniciativas de resistência pelo país afora. Num primeiro momento, a ideia defendida pelos atingidos era “não” às barragens e “sim” à permanência na terra. Após a constatação de que a construção das hidrelétricas era inevitável, incorporou-se à luta as reivindicações por indenizações coletivas e justas. É importante frisar também que, nessas primeiras reações, a questão ecológica ainda não emergia como preponderante.

¹¹². Cf. Movimento dos Atingidos por Barragens. *Manual do atingido: Uma história de organização e luta* – parte 1. Realização: Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza/ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro – ETERN/IPPUR/UFRJ. Coordenação: Carlos Vainer e Flávia Braga Vieira. S/d., p. 2.

3. Novos sujeitos sociais em cena

Antes de adentrar na constituição e organização do Movimento dos Atingidos por Barragens, farei um breve resgate de outros movimentos populares que surgiram nesse mesmo período, com objetivos semelhantes aos do MAB e que influenciaram direta ou indiretamente na sua gênese e trajetória. Como organizações autônomas, tais movimentos – identificados com os *novos sujeitos sociais*¹¹³ – constituem-se em espaços fundamentais para a discussão de problemas de diferentes ordens, para a formação da consciência cidadã e para a luta em vista de assegurar direitos. Eles assumem posições críticas em relação às formas tradicionais de ação política, perspectiva que, a propósito, se pode observar também nas organizações de atingidos por barragens.

Em plena ditadura militar, emergiram vários *movimentos sociais populares*¹¹⁴ no meio rural. Com a mesma bandeira da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB's), do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) e das Ligas Camponesas, embora com estratégias distintas, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).¹¹⁵ Este deu seus primeiros passos ainda no final da década de 1970, quando um grupo de colonos acampou na Encruzilhada Natalino, Ronda Alta/RS, depois de serem expulsos da reserva indígena de Nonoai. Em 1983, aflorou também o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) que se empenhou sobremaneira na luta pela aposentadoria das trabalhadoras rurais aos 55 anos de idade. Além disso, buscou a erradicação das discriminações sociais, culturais e trabalhistas, bem como o reconhecimento da profissão de *agricultora*, a valorização do trabalho doméstico, o direito à saúde, lazer e outros.

Destacam-se, igualmente, diversos movimentos populares no meio urbano. Em oposição ao sindicalismo atrelado ao poder estatal, surgiu, na década de 1970, o *movimento sindical combativo*. Cita-se o movimento dos metalúrgicos no ABC paulista, com suas memoráveis greves, conselhos de fábrica e outras ações coletivas visando o aumento de salários e a melhoria das condições de trabalho. O sindicalismo

¹¹³. Emir Sader caracteriza os diversos movimentos sociais surgidos no final da década de 1970 – sobretudo reunindo operários, populações de bairros e do meio rural – de *sujeitos coletivos*. “De onde ninguém esperava, pareciam emergir novos sujeitos coletivos, que criavam seu próprio espaço e requeriam novas categorias para sua inteligibilidade” (Sader, 1995:36).

¹¹⁴. Emprego o qualificativo *popular* para designar a origem e os objetivos desses movimentos, diferenciando-os de outras possíveis organizações oriundas de camadas dominantes da sociedade.

¹¹⁵. O MST foi criado em janeiro de 1984, durante o primeiro encontro nacional de trabalhadores rurais sem terra, realizado em Cascavel/PR.

combativo pleiteava um sindicato livre da tutela do Estado, autêntico instrumento de representação da luta dos trabalhadores rurais e urbanos. Não obstante à repressão das manifestações populares, em muitos casos com a utilização da força e da violência, o processo de organização e conscientização, especialmente no interior das fábricas, avançou de modo significativo.

A greve na fábrica de ônibus e caminhões Scania-Vabis, em São Bernardo do Campo/SP (1978), desencadeou amplo processo de mobilização, envolvendo inúmeras categorias de trabalhadores em todo o país. Questionou a legislação sindical que era muito restritiva e ampliou o direito de greve, deixando perplexos os patrões. Construiu novos paradigmas para a ação dos sindicatos e projetou pela primeira vez o nome de Luiz Inácio Lula da Silva para fora dos meios metalúrgicos.¹¹⁶ Também significou um enfrentamento ao regime de ditadura militar que criou, em 1964, a Lei Antigreve (nº 4.330), a qual foi reforçada com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 1968. Posteriormente, sob a influência do sistema de reestruturação produtiva, do avanço das tecnologias e da modificação do quadro político, muitos sindicatos sofreram alterações substantivas em sua identidade.¹¹⁷

Conforme Carlos Frederico Loureiro (2005:84),

até os anos cinquenta, o teor básico dos movimentos sociais no Brasil era a questão burguesia x proletariado, pautada na crítica à sociedade industrial nas contradições inerentes à luta de classes. As formas de organização eram sindicatos, associações políticas, que se vinculavam com maior intensidade a estruturas de partidos. (...) Nos anos sessenta, a luta passou a ser entre excluídos e incluídos, a partir de uma perspectiva baseada na crença de que era viável a construção de processos de ruptura com o capitalismo e de instauração do socialismo pelo domínio

¹¹⁶. No dia 12 de maio de 2008, 30 anos depois que 3 mil metalúrgicos cruzaram os braços na fábrica da Scania, Lula voltou a São Bernardo do Campo. Agora, na condição de Presidente da República, afirmou: “O maior ganho do movimento grevista daquela época não foi o aumento salarial ou melhores condições de trabalho, mas sim o surgimento de uma consciência política entre os trabalhadores” (Jornal *O Estado de S. Paulo*, 13 de maio de 2008, A 8).

¹¹⁷. Ao analisar o comportamento atual de certos sindicatos, Rubens Teodoro de Arruda, ex-vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, afirma: “Hoje, até o próprio sindicato contrata serviço temporário de trabalhadores terceirizados. Muitos dirigentes sindicais aceitam precarizar o mercado de trabalho e negociar direitos que estão na CLT desde 1943”. Outros se manifestam contra o imposto sindical que é cobrado até pela CUT. O também ex-sindicalista Djalma Bom avalia: “Novas tecnologias, informática, telecomunicações, robotização e terceirização da mão-de-obra são a forma atual de exploração da classe trabalhadora”. O sociólogo Ricardo Antunes diz: “Temos visto tristemente um processo de reestatização das cúpulas sindicais. As centrais estão no colo do Estado”. Por outro lado, o professor da Fundação Getúlio Vargas, Paulo Fontes, avalia que o movimento sindical atual é muito heterogêneo: “Neste momento, ele pode retomar força política e grau de influência. O país voltou a crescer, o governo está longe de ser hostil ao movimento e a democracia está consolidada” (Jornal *Folha de S. Paulo*, 11 de maio de 2008, A 12).

dos aparelhos de Estado. (...) Nos anos setenta, os movimentos sociais passaram a ser o espaço privilegiado de conflito na sociedade civil, confirmando uma tendência de ver no Estado o principal inimigo, por defender interesses de uma única classe, de elites políticas e econômicas e ser uma estrutura autoritária e burocraticamente organizada.

Nos anos 1980, os movimentos sociais tiveram destacada participação na luta pela redemocratização do país. Para Ivo Lesbaupin,

as classes populares haviam sido alijadas da atenção pública, tanto os trabalhadores – vítimas do arrocho salarial que sustentou o “milagre econômico” – quanto seus bairros – vítimas do desinteresse governamental. Os movimentos urbanos contribuíram para derrubar um regime que, estruturalmente, não poderia levar em conta as demandas populares. Eles foram obrigando os governos a se voltarem para as massas, para as reivindicações populares, para as condições de vida urbanas (...) a atenderem a suas exigências, ao menos parcialmente. Com a população organizada em associações, movimentos, federações, a ditadura não tinha condições de se manter.¹¹⁸

Os *novos movimentos populares* se multiplicaram pelo país, resistindo à ditadura, fortalecendo a consciência crítica e cidadã e lutando por direitos civis, sociais e econômicos, tais como: terra, emprego, salário digno, moradia, alimentação, saúde, educação, saneamento e outros. A tônica principal era a luta pelo *direito a ter direitos*, muitos dos quais foram inscritos na Constituição Brasileira de 1988. O conceito *movimentos sociais populares* “inicialmente se aplicou mais ao movimento operário e ao movimento sindical nas sociedades de capitalismo industrial” (Wanderley, 2005:34). Depois passou a ter uma abrangência maior, incluindo as mais diferentes categorias de trabalhadores e demandas populares. De acordo com Manuel Castells, os movimentos sociais

são o que dizem ser. As suas práticas (e sobretudo as práticas discursivas) são a sua autodefinição (...). Podem ser conservadores, revolucionários, ambas as coisas ou nenhuma delas. (...) Do ponto de vista analítico, não há movimentos sociais “bons” ou “maus”. Todos eles são sintomas das nossas sociedades, e todos causam impacto nas estruturas sociais, em diferentes graus de intensidade e com resultados distintos (2003:85-86).

No cenário urbano, a partir da década de 1980 começaram a surgir os Movimentos de Moradia em muitas cidades. Nos anos 1990, apareceram outras

¹¹⁸. Cf. http://vinculando.org/brasil/full/movimentos_populares.html

formas de organização e mobilização social, como os Fóruns e as Redes em diferentes níveis e com focos múltiplos. Foram, igualmente, impulsionados os Conselhos Populares, o Orçamento Participativo, a luta pela ética na política, a Ação de Cidadania e as Assembleias Populares.

Em outubro de 1993, em São Bernardo do Campo/SP criou-se a Central de Movimentos Populares (CMP), que tem por objetivo propor diretrizes gerais para as lutas; superar imediatismos e fragmentações; fortalecer a mobilização conjunta em vista da construção de um projeto político popular para a transformação da sociedade. “Atualmente a CMP atua em 15 Estados e os movimentos populares em torno da Central são variados e vão desde ONGs de mulheres, movimentos de negros, moradia e comunitários, passando pelos movimentos culturais, de rádios comunitárias, indígenas e ecológicos, dentre outros”.¹¹⁹

Mais recentemente, foi criado o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD - 2000), o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR - 2001) e outros. Neste período também ganharam força os movimentos: feminista, afro-descendentes e dos homossexuais, combatendo o preconceito, o racismo e a discriminação. Fortaleceram-se os movimentos juvenis, dos idosos, dos indígenas, dos ambientalistas etc.

Os movimentos sociais são processos políticos de contestação, constituídos de redes formais e informais de organização. Na compreensão de Eunice Durham, eles “forjam a cidadania e unificam os interesses e as lutas da população heterogênea (...). Desenvolvem-se assim valores coletivos, como as noções de igualdade, direitos, democracia direta, autonomia, participação da mulher, solidariedade e gratuidade” (*Apud* Peruzzo, 1998:60). Na verdade, muitos direitos sociais, políticos e econômicos só foram (e são) conquistados face à incansável pressão dos movimentos populares organizados. Esses movimentos cumprem com um importante papel de formar sujeitos sociais ativos, militantes, “lutadores do povo”, como usam dizer membros do MAB.

Na mesma direção, Alain Touraine (1998:115) afirma que os movimentos pretendem “abolir uma relação de dominação, fazer triunfar um princípio de igualdade, criar uma sociedade nova em ruptura com as formas antigas de produção, de gestão e de hierarquia”. Por isso, questionam orientações, estruturas, posturas e

¹¹⁹. Cf. http://brasilacimadetudo.lpchat.com/index.php?option=com_content&task=view&id=3289&Itemid=238

práticas da sociedade, marcada por acentuadas contradições. Expressam resistência aos sistemas que oprimem e oxigenam a sociedade para a construção do novo. Contudo, por outro lado, há também movimentos sociais conservadores e particularistas, baseados na manutenção dos mecanismos de exploração capitalista e avessos a mudanças sociais emancipatórias.

Alberto Melucci postula a ideia de que os movimentos sociais são um sinal positivo e não apenas produto de alguma crise existente no interior da sociedade ou de algo que está morrendo. “São, ao contrário, a mensagem daquilo que está nascendo. Eles indicam uma transformação profunda na lógica e nos processos que guiam as sociedades complexas. Como os profetas, ‘falamos à frente’, anunciam aquilo que está se formando sem que ainda disso esteja clara a direção e lúcida a consciência” (2001:21). Ao fortalecerem o aspecto coletivo, aprimoram a consciência política para lutar contra a lógica clientelista, onde os direitos são vistos como simples dádiva de candidatos ou governantes. Conforme Miguel Arroyo,

os movimentos sociais têm sido educativos não tanto através da propagação de discursos e lições conscientizadoras, mas pelas formas como tem agregado e mobilizado em torno das lutas pela sobrevivência, pela terra ou pela inserção na cidade. Revelam à teoria e ao fazer pedagógicos a centralidade que tem as lutas pela humanização das condições de vida nos processos de formação. Nos lembram quão determinantes são, no constituir-nos seres humanos, as condições de sobrevivência. A luta pela vida educa por ser o direito mais radical da condição humana.¹²⁰

Em seus documentos, o MAB afirma considerar-se “herdeiro de lutas históricas” como as dos indígenas, dos quilombolas, dos caboclos do Contestado, das Ligas Camponesas e outras. Com a instalação de um conjunto de hidrelétricas em várias regiões do país, conforme mencionado, começaram a aparecer diversas organizações regionais de atingidos. Tais movimentos localizados estão entre as expressões de resistências camponesas mais importantes surgidas neste período, que se levantaram para questionar a estrutura injusta da sociedade e os projetos de concentração capitalista. Seus militantes passaram a identificar as barragens como uma das múltiplas formas de “colonialismo moderno” que impõem a dominação e a exclusão social. Com essa consciência crítica, já em 1983 protestavam com o grito “*Águas para vida não para morte*”.

¹²⁰. ARROYO, Miguel G. *Pedagogias em movimento – O que temos a aprender dos Movimentos Sociais?* Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/arroyo.pdf

4. Identidade, organização e diretrizes do MAB

De acordo com a concepção sociológica clássica, a identidade de uma pessoa se constitui na interação entre o “individual” e o “coletivo”, entre o “privado” e o “público”. Em se tratando dos movimentos populares, diversos valores, princípios e fatores sociais, políticos, culturais e ideológicos interferem na sua complexa e mutante identidade. Sabe-se também que os indivíduos projetam a “si próprios” nas organizações sociais ao mesmo tempo em que internalizam na esfera particular os significados e as representações coletivas. Ocorre, portanto, uma mutualidade de interferências.

Tanto as identidades individuais quanto as coletivas não nascem prontas. Elas são construídas em processo que dura toda a vida. Para Antônio Ciampa (1986), a identidade está em constante metamorfose, uma vez que estamos inevitavelmente sujeitos a mudanças. Elas ocorrem em face de vários fatores e porque a história não é retilínea e uniforme. Assim, somos os “mesmos” e somos “diversos” ao mesmo tempo. As interações sociais permitem esta estranha dinamicidade. Parece que ainda mais estranha tem se tornado com o avanço da modernidade, na qual as identidades tendem a se fragmentar em virtude da articulação de elementos próximos e distantes, locais e globais.

Para Manuel Castells, as *identidades* são fontes de significado e experiências para os atores sociais, originadas e construídas por eles. Assim, “a construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória colectiva e por fantasias pessoais, pelos aparelhos de poder e revelações de cunho religioso” (2003:4). Acrescenta ele que a construção social da identidade ocorre sempre num contexto determinado por relações de poder, o que, naturalmente, suscita tensões e conflitos.

Castells aponta três formas e origens de construção de identidades, a saber: *legitimadora, de resistência, de projeto*. Afirma que a

identidade legitimadora é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar a sua dominação sobre os actores sociais (...); a *identidade de resistência* é criada por actores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos (...); *identidade de projeto* – quando os actores sociais, servindo-se de qualquer tipo de material cultural ao seu

alcance, constróem uma nova identidade capaz de redefinir a sua posição na sociedade e de provocar a transformação de toda a estrutura social (2003:4-5).

O autor ressalta que as identidades originadas como resistência podem se converter em identidades de projetos e mesmo tornar-se dominantes no interior da sociedade. A identidade de resistência dá origem a formas de reação coletiva diante de determinadas opressões que não seriam suportáveis de maneira individualizada. Em diferentes termos, trata-se de uma *identidade defensiva*. Ele também distingue *sujeitos* de *indivíduos*, afirmando que “os sujeitos não são indivíduos, mesmo considerando que são constituídos a partir de indivíduos” (2003:7). No seu entendimento, os sujeitos são sempre atores sociais coletivos.

A identidade de uma organização social perpassa necessariamente as pessoas que a integram, os objetivos que busca, as ideias que defende, as estratégias que utiliza, os símbolos que adota, a linguagem que emprega etc. Entre os segmentos sociais que o Movimento dos Atingidos por Barragens reúne estão: camponeses, trabalhadores rurais, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, populações urbanas e outros que pertencem a grupos sociais inferiorizados e invisibilizados. Participam jovens, adultos, crianças e idosos, homens e mulheres, pessoas de diferentes etnias historicamente subjugadas, marginalizadas e excluídas.

Tais populações são tratadas pelo poder dominante como “custo”, empecilho ao progresso e, via-de-regra, acuadas em locais mais desvalorizados e impróprios ao trabalho. Com a construção de barragens, uma vez mais pagam o preço do desenvolvimento capitalista. Segundo o professor Henri Acselrad,¹²¹ “os atingidos normalmente são vistos pelo capital industrial como resíduos. A violência que se aplica é legitimada pelo discurso do desenvolvimento e pela promessa de que aquilo será bom para todos. Quando se admite que alguns serão prejudicados num primeiro momento, diz-se que, num segundo momento, serão integrados e que seu sacrifício é por uma boa causa”.

Em documento publicado por ocasião do I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens (1989), afirma-se: “O Movimento de Atingidos por Barragens é, talvez, o movimento social no campo com maior diversidade (...). A população diretamente atingida reflete as especificidades sociais, culturais e

¹²¹. Professor Associado do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entrevista concedida dia 15 de julho de 2009.

econômicas do campesinato no Brasil. Entre as regiões e dentro de cada região, a população rural atingida não é homogênea e assim pode se organizar diferentemente na resistência às barragens”. Em alguns lugares, os atingidos se organizam na fase de planejamento das obras; noutros, articulam-se somente depois do início da construção ou mesmo após o enchimento do reservatório.



Na tentativa de retratar o MAB, também é conveniente uma breve descrição semiótica¹²² da bandeira que é sua “carteira” de identidade. Como afirma Laurent Gervereau (2007:45): “Descrever é já compreender. E grande parte da nossa cegueira face às imagens decorre do facto de as consumirmos como elementos de um sentido primeiro, sem nunca as inventariarmos. Observando-

as, e já não simplesmente ‘vendo-as’, as imagens adquirem um aspecto diferente”. Portanto, para analisar qualquer imagem, o autor defende a necessidade de descrevê-la e entender o contexto em que ela foi gerada. A bandeira do MAB é resultado de um processo de construção coletiva.

A propósito do exposto, cabe sublinhar que na bandeira se encontra a integração de vários elementos iconográficos. O *círculo* que os contorna pode demonstrar que o Brasil está inserido numa realidade maior que se poderia identificar com o planeta. Essa ideia também fica evidenciada na torre, uma vez que a mesma está fixada fora do mapa do país e tem os *fios* que se estendem para além do seu território. Os fios tomam a direção Norte, dando a entender que a energia elétrica é um bem gerado aqui, mas beneficia quem não é daqui. O *mapa*, em verde, retrata uma nação idealizada sem problemas com desmatamento ou devastação da flora. Ao aparecer mergulhado na água, transmite-se a noção de um país que vai se afogando em barragens.

¹²². À *semiótica* interessa o sentido da imagem, ou seja, aquilo que o artista quis expressar. Por isso, os semióticos ou semiólogos tratam da necessidade de passar do *significante* (os símbolos utilizados) para o *significado* (o sentido projetado).

A *torre* alude claramente à implantação das hidrelétricas, em razão das quais *uma pessoa* é “crucificada”, ou seja, forçada a sair de seu território onde estão fixadas suas “raízes” e migrar, muitas vezes para as periferias das cidades. Este indivíduo, ao ter rosto indefinido, pode representar um número indeterminado de atingidos por barragens de diferentes etnias. A presença de uma *pessoa crucificada* denota também a identidade cristã da população, bem como a grande influência de membros da Igreja Católica alinhados com a Teologia da Libertação no processo de organização dos atingidos. Na torre ainda vê-se uma *enxada e uma foice* que simbolizam o trabalho na agricultura familiar, projeto defendido pelo MAB.

As *águas límpidas* – demonstradas pela cor azul – ao serem barradas inundam vastas áreas de terras, causando diversos tipos de impactos e danos. Essa ideia é referida no slogan “*Águas para vida não para morte*”, cuja formulação revela forte inspiração bíblica. Na Bíblia, quando a água aparece no plural (“águas”) normalmente tem um sentido negativo ligado a *ameaça e perigo* (Cf. Ex 14, 28; Gn 7,7; Ex 2,10; Mt 14,28). A “água” no singular tem um sentido positivo ligado à *vida, bênção, purificação e salvação* (Cf. Lc 3,15; Jo 2,9; Jo 4,7; Jo 13,5). As cores estampadas na bandeira trazem implicitamente a conjugação de diferentes ideias: *de paz* (branca), *de preservação ambiental* (verde e azul); *de morte* (preta); *de luta na perspectiva socialista* (vermelha). Todos esses elementos simbólicos são constitutivos da identidade do MAB.

A denominação *Movimento dos Atingidos por Barragens* identifica os que sofrem os impactos da construção de hidrelétricas. A palavra *movimento* sugere que tais pessoas não permanecem indiferentes diante desses projetos, mas desencadeiam ações concretas. Uma vez que o nome do Movimento está disposto em semicírculo, pode-se entender que o MAB tem como objetivo ampliar sua atuação em volta do mundo, por todos os lugares onde existem atingidos por barragens. Vale destacar que as mulheres vêm tendo expressiva participação e significativo papel no Movimento, embora elas ainda entendam que é preciso avançar nesse sentido, como veremos adiante.

O adjetivo *atingido* encerra uma significação larga que pode, a rigor, abranger modos positivos ou negativos. Dado a conhecer como um identificador dos que sofrem impactos negativos, ainda assim permanece extremamente amplo. É possível, pois, que alguém seja atingido de forma mais agressiva ou mais suave; de maneira direta ou indireta; em grau mais elevado ou menos elevado; sem ressarcimento ou

com ressarcimento; com maiores ou menores efeitos materiais e simbólicos etc. De todo modo, parece claro aos integrantes do MAB o reconhecimento de sua condição de “dominados” por mecanismos jurídicos, econômicos, políticos e ideológicos do capitalismo. Isso não significa, porém, que aceitem tal estatuto. O *adjetivo* “atingido” pode ser transformado em *verbo* “atingir” (por exemplo, a cidadania) por esses indivíduos quando abandonam sua situação passiva e avançam na condição de *sujeitos* da história.

A bandeira está presente nas mobilizações, reuniões e místicas realizadas pelo Movimento, bem como nas comunidades atingidas e nos reassentamentos. De acordo com documentos do MAB,¹²³ os agricultores tiveram participação na escolha dos símbolos e das cores que a compõem. Nela, inicialmente, só constava o mapa do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, Estados que seriam atingidos pelas 25 barragens da bacia do Rio Uruguai, anunciadas no final da década de 1970. É importante ressaltar que essa bandeira identificava, então, a Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), embrião principal do que se tornou mais adiante o MAB, momento no qual foi substituído o mapa dos referidos Estados pelo mapa do Brasil.

Em março de 1991, em Brasília, foi realizado o Primeiro Congresso Nacional de Atingidos por Barragens com a fundação oficial do *MAB*, congregando experiências existentes em várias partes do Brasil. O Movimento adquiriu, então, uma dimensão nacional, com a missão de organizar e mobilizar as lutas em defesa dos direitos dos atingidos. Também foi eleita a primeira coordenação nacional do Movimento. O evento foi encerrado em 14 de março, sendo estabelecida esta data como Dia Nacional de Luta contra as Barragens.¹²⁴ Constituído como um espaço de resistência,

o Movimento dos Atingidos por Barragens ocupa um lugar de destaque no cenário das lutas sociais da década de 80. Sua

¹²³. MAB. *O valor dos nossos símbolos – caderno de formação 3*. Erechim/RS, maio de 2001. Nessa mesma fonte, à página 6-7 encontra-se a descrição do significado da bandeira do Movimento. Consta: “*Cor branca* – a unidade do povo em defesa da paz; *o mapa do Brasil em cor verde* – simboliza as nossas riquezas naturais; *os rios* – são uma das riquezas naturais que vem sendo usadas para fazer as represas em nome do lucro. Os rios devem correr livres para o mar; *a torre* – representa as redes de transmissão de energia onde o homem se apropria da natureza para a produção de energia; *os fios* que apontam para fora do país, identificam as riquezas que saem do Brasil; *o homem crucificado* – é a marca da exploração e do desrespeito à vida e à história das pessoas que vivem nas regiões atingidas; *as ferramentas* – símbolo do trabalho e da luta dos agricultores atingidos; *preto* – representa a nossa indignação com a empresa e o sacrifício dos atingidos; *o vermelho* – vida e luta; *a frase* “Águas para vida não para morte!” – significa o desejo de que a água não seja explorada para o enriquecimento de poucos e o empobrecimento da maioria que sufoca sua identidade junto com as barragens. É o grito de ordem do povo atingido por barragem”.

¹²⁴. Cf. <http://www.mabnacional.org.br>

importância revela-se não apenas no papel que desempenha, ao lado de outras forças sociais, na luta contra a expropriação no campo, mas na sua particularidade de tocar na política de produção de energia elétrica, ponto nevrálgico do desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, especialmente da estratégia baseada nos grandes projetos (Moraes, 1992:100).

Atualmente, o MAB está presente em 17 estados do Brasil¹²⁵ e se articula com organizações de atingidos de outros países.¹²⁶ Também se integra de forma orgânica à Via Campesina,¹²⁷ composta pelo MST, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA),¹²⁸ MMC, CPT, Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB). O MAB interage com a Comissão Mundial de Barragens,¹²⁹ o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e outras agências multilaterais. Promove encontros nacionais e participa de encontros internacionais de atingidos por barragens.

Ao caracterizar o MAB, Gilberto Cervinski¹³⁰ diz tratar-se de um Movimento que aglutina três propósitos: 1) É *reivindicatório* – no sentido de que luta pela conquista e garantia de direitos para os atingidos; 2) É *político* – na medida em que discute alternativas ao modelo energético; 3) É *popular* – uma vez que trabalha na organização do povo com vistas à transformação social. Luiz Dalla Costa¹³¹ acrescenta

¹²⁵. Os Estados onde o MAB está organizado são: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Paraíba, Ceará, Sergipe, Piauí, Bahia, Goiás, Tocantins, Rondônia, Pará, Minas Gerais e Maranhão.

¹²⁶. Entre os países que possuem lutas mais expressivas contra as barragens destacam-se: Argentina, Paraguai, Colômbia, México, Chile, Nicarágua, Guatemala, Tailândia e Índia.

¹²⁷. A Via Campesina é um movimento internacional que congrega organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa. Foi criada em abril de 1992, em Manágua (Nicarágua), durante um congresso que reuniu dirigentes camponeses da América Central, da América do Norte e da Europa. Está presente nos cinco continentes, reunindo entidades de mais de 80 países. A Via Campesina luta pela reforma agrária e pela soberania alimentar; pela preservação do meio ambiente e da biodiversidade; pela produção de alimentos ecológicos e saudáveis, isto é, sem agrotóxicos e sem transgênicos. Defende o comércio justo, a agricultura familiar sustentável, a biossegurança, a ética na política, o aprimoramento da cidadania etc.

¹²⁸. O MPA surgiu no final de 1995 e início de 1996 a partir das conseqüências de uma prolongada estiagem que castigou as plantações em diversas regiões do Brasil. As principais bandeiras de luta do MPA estão ligadas à garantia de seguro agrícola, crédito subsidiado, assistência técnica, reforma agrária, habitação rural, capacitação, previdência rural, apoio às associações e cooperativas, defesa da água, das sementes crioulas e das florestas.

¹²⁹. A Comissão Mundial de Barragens (CMB) ou *World Commission on Dams* (WCD) foi criada em maio de 1998 com representantes do Banco Mundial, governos, empresas e organizações não-governamentais para analisar os conflitos dos projetos de represas, propor soluções e estabelecer critérios e parâmetros diante da construção de grandes hidrelétricas. O MAB participa dessa organização desde a sua fundação.

¹³⁰. Entrevista concedida dia 17 de julho de 2008.

¹³¹. Entrevista concedida dia 01 de maio de 2008.

ainda o predicado *ecológico*. Segundo ele, embora nunca tenha advogado para si o título de ambientalista, pela sua atuação o MAB se comporta como um movimento socioambiental.

Os principais objetivos do Movimento são: resistir contra a construção de barragens que provocam danos sociais e ambientais; lutar para que nenhuma barragem seja construída sem acordo com a população; defender a permanência do povo na terra; reivindicar garantia de justa indenização ou reassentamento aos atingidos; proporcionar formação aos integrantes do Movimento; ampliar o número de militantes; discutir e propor um novo projeto energético para o país que garanta, entre outros itens, utilização de fontes alternativas de geração, acesso à energia para todos, com tarifas populares para os consumidores familiares.

O MAB é contrário à privatização do setor elétrico e defende que a energia e os recursos hídricos sejam controlados democraticamente pelos trabalhadores e pela sociedade. Combate o modelo de desenvolvimento capitalista e propugna pela implantação de outro sistema social identificado com o socialismo. De acordo com membros da coordenação, o Movimento não possui estatuto nem ata de fundação. Porém, no seu II Encontro Nacional, realizado em março de 2006 na cidade de Curitiba/PR, os participantes destacaram dez pontos-chaves que chamam de “ideias centrais”, as quais retratam a identidade, os princípios organizativos, os objetivos e as diretrizes do Movimento (*anexo 10*).

Em se tratando da sua organização interna, o Movimento dos Atingidos por Barragens se estrutura a partir dos grupos de base, formados por 5 a 10 famílias que se reúnem sistematicamente para estudar, debater e aprofundar estratégias de ação.

Participam dos grupos não só as famílias que possuem terras nas comunidades, mas também aquelas que de alguma forma dependem economicamente da comunidade atingida para viver ou do próprio rio, ou seja, os arrendatários, os posseiros, os pescadores, os meeiros, os parceiros, os agregados, os trabalhadores rurais sem-terra, entre outros. (...) O grupo de base é a parte essencial do movimento; é seu alicerce, sua força e o seu *povo* organizado. É a porta de entrada que acolhe e escolhe as pessoas que querem lutar por seus direitos.¹³²

Via-de-regra, cada grupo de base tem um coordenador e uma coordenadora. Dentre esses coordenadores são indicados os membros da coordenação municipal. Das coordenações municipais são escolhidas pessoas para assumir o papel da

¹³². Cf. <http://www.mabnacional.org.br>

coordenação regional e, sucessivamente, estadual e nacional. O Movimento também possui uma direção que se desmembra em grupos menores com a função de dar encaminhamento a trabalhos mais específicos. Conforme Robson Formica,¹³³ “não há uma hierarquia, uma estrutura vertical, onde a direção comanda a coordenação. É um processo coletivo na lógica do consenso. Nunca vi um processo de votação pra tomar algum tipo de decisão. É sempre no diálogo, no convencimento, no debate político.” Ele explica que há ainda outros espaços chamados *setores* ou *equipes*, responsáveis pela execução de atividades concretas.

A instância máxima de articulação do Movimento é o *congresso nacional*, que se realiza a cada três anos e se constitui em um momento de animação interna, de afirmação dos princípios norteadores e discussão das estratégias para a caminhada. Mais recentemente o *congresso* passou a ser denominado *encontro nacional*. De acordo com José H. Mecca, “as pessoas participam do Movimento porque querem melhorar de vida, mas também porque desejam mudar a realidade que está colocada hoje. Querem um projeto de sociedade nova. Isso é que faz as pessoas se entregarem de alma e coração ao MAB”.¹³⁴

A expressão *camarada*,¹³⁵ utilizada com frequência por membros do Movimento, retrata uma tradição da luta popular revolucionária e identifica de forma carinhosa os que compartilham dos mesmos ideais. Durante seus encontros, realizam momentos de mística, o que inclui rituais, múltiplos símbolos (terra, água, alimentos, cruz, bandeiras...), palavras de ordem (que são fortes expressões contra a *desordem*), músicas de animação e denúncia etc. (*anexo 11*). Embora não imponham qualquer exigência religiosa, invocam a ação divina para combater as *forças do mal*: “Que Deus nos livre dos males do capitalismo, do individualismo, da ganância e que a gente busque a solidariedade e a fraternidade”.¹³⁶ Na mística, evocam ícones da esquerda como Che Guevara, Mao Tse Tung, Fidel Castro, mártires das lutas e outros.

¹³³. Entrevista concedida dia 17 de julho de 2009.

¹³⁴. Cf. Vídeo *Organização e resistência – a saga dos atingidos por barragens*, 2005.

¹³⁵. Segundo o Dicionário *Le Gran Robert*, a expressão “camarada” designa a pessoa com quem se está vinculada por atividades comuns (estudo, trabalho, lazer etc.), afeição voluntária ou pelos mesmos hábitos e interesses. A palavra “camarada” apareceu em cena por volta de 1510, no contexto das grandes navegações. No âmbito político, o uso do termo está associado à esquerda socialista a partir da década de 1790, sob o impacto da grande revolução francesa. O bolchevismo, após a conquista do poder, no início do séc. XX generalizou e internacionalizou o emprego desta forma de tratamento. Nos países ibero-americanos, a esquerda emprega “companheiro” e “camarada” praticamente com o mesmo sentido.

¹³⁶. Cf. Vídeo *Organização e resistência – a saga dos atingidos por barragens*, 2005.

Para Robson Formica,¹³⁷ a mística tem uma importância fundamental para o Movimento.

Buscamos exercitar a mística no sentido de poder estabelecer formas de refletir, pensar, reavaliar as coisas que não sejam meramente as palpáveis. É uma forma de desenvolver aquilo que toca mais as nossas sensibilidades, o lado afetivo e cuidadoso que, muitas vezes, a racionalidade ocidental na qual fomos enquadrados não nos permite. Assim, damos-nos conta de coisas simples que podem nos despertar e mobilizar para a luta a partir de um outro campo que não meramente esse da leitura, da escrita, da audição, mas de um processo de reflexão e estímulo ao espírito, à auto-estima. Isso é um papel que a mística cumpre e a gente procura estimular e incorporar dentro da organização para que a militância seja mais sensível, mais compreensiva, se relacione melhor com os companheiros e com outros militantes.

Em cursos e reuniões, é comum entoarem o Hino da Internacional Socialista que declara: “Senhores, patrões, chefes supremos/ Nada esperamos de nenhum”. Depois conclama a união dos trabalhadores para a conquista da “terra mãe, livre e comum”: “Sejamos nós que conquistemos/ a terra mãe, livre e comum./ Para não ter protestos vãos/ para sair deste antro estreito./ Façamos nós por nossas mãos/ tudo o que a nós diz respeito”.¹³⁸ O excerto revela uma oposição radical ao capitalismo e, por outro lado, evidencia o desejo de liberdade e igualdade que se traduzem na ideia de uma pátria comum, com direitos e deveres para todos. Na visão socialista, isso só será possível através da luta do povo organizado, compreensão com a qual o MAB comunga.

No que concerne à sustentação econômica do Movimento, segundo Luiz Dalla Costa,¹³⁹ são várias as fontes de financiamento. Entre elas, cita a grande contribuição dos próprios atingidos, parcela difícil de ser contabilizada na sua totalidade, haja vista que compreende os gastos com deslocamento, alimentação e outros por ocasião de reuniões, encontros e demais atividades. Além disso, o MAB conta com a colaboração de igrejas, entidades de cooperação internacional, prefeituras, parlamentares, projetos junto ao governo federal (para algumas áreas), bem como promoções feitas pelos próprios militantes, a exemplo de rifas para pagar passagens aos jovens que estão estudando. Ele explica que, com esses recursos, o Movimento consegue sustentar sua modesta infra-estrutura e desenvolver suas ações.

¹³⁷. Entrevista concedida dia 17 de julho de 2009.

¹³⁸. Cf. http://pt.wikipedia.org/wiki/A_Internacional#Composi.C3.A7.C3.A30

¹³⁹. Informações fornecidas em entrevista realizada dia 16 de outubro de 2009.

5. Trajetória e mutações do MAB

Os movimentos sociais populares alteram-se em face das circunstâncias históricas com que se deparam e das influências diretas do ambiente em que estão inseridos.¹⁴⁰ No seu percurso, eles se tornam suscetíveis a mudanças no tipo de ação, nos métodos e estratégias que adotam, nos objetivos que perseguem, bem como na percepção que têm do Estado e da sociedade e vice-versa. Por vezes, avançam em sua organização, mobilização e conquistas; em outros momentos permanecem estagnados ou até retrocedem. Em geral, contudo, figuram como fontes de tensionamento de relações sociais e políticas a partir das bandeiras que defendem e dos direitos pelos quais lutam.

No que tange ao MAB, podemos identificar três grandes momentos em sua trajetória, cada qual com suas respectivas inflexões, expressas na variação do teor dos discursos e das práticas da sua coordenação e de seus militantes. Do período em que iniciaram as organizações regionais de atingidos por barragens até o ano 2009, pode-se também constatar diferentes conjunturas sociopolíticas e econômicas pelas quais o país atravessou, bem como as metamorfoses que ocorreram na identidade e no projeto do próprio Movimento. Vale enfatizar ainda que, em face de sua característica fundamental de resistência aos projetos hidrelétricos e de defesa dos direitos dos atingidos, ao longo do seu percurso, o Movimento age ora no âmbito da *legalidade* ora da *ilegalidade*, o que não significa necessariamente que suas ações sejam ilegítimas.

a) Primeira fase – do final dos anos 1970 até 1991: Período em que se iniciou a gestação do Movimento através das primeiras experiências regionais de organização e luta contra as barragens. Assim, cria as bases necessárias para se lançar oficialmente como Movimento de alcance e reconhecimento nacional. Como já mencionado, na esfera política, o país enfrentava o regime de ditadura militar e, num segundo momento, o processo de transição para a democracia. Um tempo em que preponderou a crença no desenvolvimentismo, desembocando no fortalecimento do sistema neoliberal.

¹⁴⁰. De acordo com David Aberle (1966), os movimentos sociais podem ser classificados em quatro grandes grupos: *os transformadores*, aqueles que têm em vista a mudança total das estruturas; *os reformadores*, preocupados apenas com mudanças parciais do sistema; *os redentores*, inclinados a promover a mudança total dos indivíduos; e *os alternativos*, que trabalham na perspectiva de obter mudanças parciais no comportamento dos indivíduos.

O acúmulo de algumas experiências, somado a novos elementos políticos – entre os quais a emergência do Partido dos Trabalhadores – fez com que as organizações dos atingidos por barragens fortalecessem a dimensão *política* em suas ações. Durante essa fase de efervescência das lutas por direitos, a postura central era de oposição à construção de barragens e o posicionamento político adotado diante da impossibilidade de frear os projetos hidrelétricos direcionava-se, sobretudo, na busca de “indenização justa” dos atingidos.

No que se refere às reivindicações, no início dos anos 1980 começaram a exigir “terra por terra” (reassentamentos), o que se constituiu em estratégia de conquista coletiva de direitos, em contraposição aos expedientes de negociações e indenizações individuais (muitas vezes nem concretizadas) utilizados pelas empresas. A essa altura, entre as palavras de ordem que compunham o vocabulário dos atingidos, estava o emblemático *slogan* “Águas para vida não para morte” e a categórica posição “Terra sim, barragem não”. Porém, com a assinatura de um acordo entre a empresa Eletrosul e os afetados pelas barragens de Itá e Machadinho, em 1987, abriu-se a possibilidade de implantação de reassentamentos, o que representou uma novidade.

Nesse contexto, os atingidos também começam a perceber a importância da questão ambiental na luta em defesa dos seus direitos. Em várias regiões do país e, sobretudo, na área de atuação da CRAB, a partir de 1989 são realizados encontros e seminários para estudar a legislação ambiental e discutir a sua utilização. A obrigatoriedade do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e do licenciamento ambiental para proceder à construção de barragens foi considerada um fator favorável aos atingidos.

Na tentativa de compor um diagnóstico geral da situação das populações atingidas, realizou-se o I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, em abril de 1989, na cidade de Goiânia/GO, contando com a participação de representantes dos atingidos de várias regiões do Brasil. O evento – coordenado pela CRAB e Central Única dos Trabalhadores (CUT), com apoio da CPT e Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI/SP) – constituiu-se em um momento de socialização das experiências de organização e luta contra o modelo energético implantado no país pela ditadura militar.

Entre os principais compromissos assumidos pelos participantes do encontro, constavam: lutar por uma nova política para o setor elétrico com a participação da classe trabalhadora; pleitear solução imediata para os problemas sociais e ambientais

gerados pelas barragens já construídas; exigir cumprimento de acordos firmados; fim de subsídios às indústrias; reforma agrária; demarcação das terras indígenas e de comunidades quilombolas e o não pagamento da dívida externa. “Em Goiânia, ficou claro que os atingidos de todo o país tinham os mesmos problemas e os mesmos inimigos. Mas ficou claro também que em cada região, em cada vale ou beira de rio, os movimentos tinham encontrado caminhos próprios para a organização e a luta”.¹⁴¹

Com o fortalecimento do neoliberalismo, a classe trabalhadora viu-se obrigada a se ressituar em suas estratégias de organização e de luta. Particularmente, os atingidos por barragens encontraram forças para se lançarem como um Movimento nacional (1991) com o objetivo de se tornar *massivo*.

b) Segunda fase: De 1991 até 2002, período no qual o MAB amplia suas bases de atuação nacional, bem como suas interlocuções com outros movimentos sociais e organizações de esquerda no país e em nível internacional. Em termos políticos e econômicos, no alvorecer da década de 1990, acelera-se o processo das privatizações, inclusive como resultado da aplicação das diretrizes estabelecidas pelo *Consenso de Washington* (1989).¹⁴² De outra parte, com a crise do socialismo real (a partir de 1989), ocorre a perda de um importante referencial utópico dos movimentos sociais, advindo uma notável crise ideológica com um conseqüente “descenso das massas”, segundo a própria caracterização de membros da coordenação do MAB.

Nos anos 1990, acentua-se consideravelmente o processo de globalização neoliberal, com a retração do Estado, a desregulamentação da economia e a abertura ao capital financeiro internacional. Esse modelo tem como principal meio de acumulação a taxa de juros. Os modos de produção, os padrões de consumo, as relações sociais, a cultura, as orientações morais e éticas sofrem profundas modificações. Os pobres – vistos até então como *oprimidos e marginalizados* – tornam-se cada vez mais “massa sobranete” e passam a ser tratados como “lixo da

¹⁴¹. Movimento dos Atingidos por Barragens. *Manual do atingido: Uma história de organização e luta* – parte 2. Realização: Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza/ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro – ETTERN/IPPUR/UFRJ. Coordenação: Carlos Vainer e Flávia Braga Vieira. S/d., p. 2.

¹⁴². Elaboradas por economistas do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, as normas do Consenso passaram a ser ditas como receita para promover o *ajuste macroeconômico* dos países em desenvolvimento. Em síntese, tais regras visavam: 1) Disciplina fiscal; 2) Redução dos gastos públicos; 3) Reforma tributária (aumento de impostos); 4) Juros de mercado; 5) Câmbio de mercado; 6) Abertura comercial; 7) Investimento estrangeiro direto com eliminação de restrições; 8) Privatização de estatais; 9) Desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas); 10) Direito à propriedade intelectual.

história”. Atentos ao agravamento da conjuntura, os atingidos por barragens procuraram se fortalecer em seus espaços organizativos.

A partir de 1991, o Movimento começa a questionar com mais tenacidade a matriz energética em vigência no Brasil. A propósito, a resolução final do Primeiro Congresso Nacional de Atingidos por Barragens (Brasília, 1991) foi a de seguir lutando no sentido de impedir a construção de novas barragens. Com isso, pretendia-se também forçar a busca de fontes alternativas de energia e a solução para as inúmeras questões sociais e ambientais pendentes de barragens já construídas ou em construção.

A decisão do MAB se organizar em nível nacional foi importante na medida em que ajudou a articular forças diante dos empreendimentos capitalistas. De acordo com Luiz Dalla Costa,¹⁴³ com a criação do Movimento viabilizou-se uma agenda comum de atividades; estabeleceu-se o Dia Nacional de Lutas Contra as Barragens, o que foi uma referência política interessante; passou-se a ter uma coordenação nacional para falar em nome dos atingidos; unificou-se o nome e o símbolo do Movimento; instituiu-se um interlocutor nacional para discutir com o governo e as empresas. Segundo ele, foram avanços significativos construídos de forma paulatina e em um processo dinâmico.

No conjunto de suas interconexões, o Movimento participou das discussões da Eco/92 e começou a estabelecer articulações com a Comissão Mundial de Barragens. Ampliou e tornou mais explícitos seus debates acerca das questões de ordem ecológica. Diante do avanço do neoliberalismo, além de lutar contra as barragens e reivindicar justas indenizações, aprofundou suas reflexões em torno do modelo energético vigente, assegurando ser necessário construir um projeto com a participação efetiva dos atingidos, do governo, das empresas e da sociedade como um todo.

Em março de 1997, o MAB realizou o I Encontro Internacional de Atingidos por Barragens, em Curitiba/PR, com a participação de representantes de movimentos sociais e ONGs de 20 países. O evento ratificou o 14 de março como Dia Internacional de Luta Contra as Barragens. Os participantes comprometiam-se a constituir e fortalecer redes regionais e internacionais para alcançar os objetivos estabelecidos. Na *Declaração de Curitiba*, afirmaram:

¹⁴³. Entrevista concedida dia 28 de agosto de 2009.

Nossas lutas comuns nos convenceram de que é necessário e possível dar por encerrada a era das barragens destrutivas. Também é necessário e possível implementar modos alternativos, eqüitativos, sustentáveis e efetivos de abastecimento de energia e de gestão de recursos hídricos. (...) Devemos avançar em direção a uma sociedade na qual seres humanos e natureza não mais sejam submetidos à lógica do mercado, onde o único valor é o das mercadorias e o único objetivo o lucro. Devemos avançar em direção a uma sociedade que respeite a diversidade, e seja fundada em relações justas e eqüitativas entre as pessoas, as regiões e as nações.¹⁴⁴

O enfrentamento aos projetos hidrelétricos de grande porte se constitui em uma relação marcada por disputas e conflitos intensificados com a privatização do setor energético a partir dos anos 1990. Eles se originam da intensa confrontação de forças, como explica Luiz Dalla Costa:

Quando iniciamos o movimento, conseguíamos bons resultados nas indenizações e reassentamentos porque tínhamos uma relação direta com o Estado. Na medida em que apareceu a privatização, isso ficou muito mais difícil. Começou a haver um triângulo: o *Movimento*, o *Estado* e as *empresas privadas* (multinacionais). Nós que lutávamos contra a construção de barragens passamos a ser vistos como dinossauros. Tanto o Estado quanto as empresas passaram a ter uma relação de ódio conosco. Então, começamos a perceber que, além de lutarmos contra as barragens e exigirmos indenização justa, precisávamos discutir a questão energética, tendo a participação do *Movimento*, do *governo*, das *empresas privadas* e da *sociedade* (*grifos meus*).¹⁴⁵

A trajetória do Movimento vem sendo marcada basicamente por ações em duas perspectivas. Por um lado, pela *resistência* em manter a população no meio rural, preservar a natureza, garantir indenizações e reassentamentos de forma justa. Esse procedimento caracterizou sobremaneira uma primeira fase em que os atingidos se restringiam a dizer “não às barragens”. Por outro lado, resistindo aos “imperativos do progresso”, o Movimento foi percebendo também a necessidade de pensar ações *propositivas* para um novo projeto energético, mais democrático, justo, respeitador do meio ambiente e capaz de contemplar a participação dos afetados nas decisões acerca da construção de hidrelétricas.

¹⁴⁴. Cf. Movimento dos Atingidos por Barragens. *Manual do atingido: Uma história de organização e luta – História da luta internacional contra barragens*. Realização: Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza/ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro – ETTERN/IPPUR/UFRJ. Coordenação: Carlos Vainer e Flávia Braga Vieira. S/d., p. 4-5.

¹⁴⁵. Entrevista concedida dia 01 de maio de 2008.

Ao se apresentar com potencial de organização e mobilização popular diante dos imperativos do sistema, o MAB se constitui em importante sujeito social da chamada *globalização contra-hegemônica*, conforme classifica Boaventura de Sousa Santos (2005) Embora o Movimento não defenda um modelo fechado e dogmático de socialismo, aponta na direção de outro sistema, distinto de todas as formas capitalistas. Evidentemente, não está isento das influências do capitalismo e nem significa que todos os seus militantes consigam perceber com clareza as contradições que este sistema impõe.

c) Terceira fase: De 2003 em diante... Para alguns membros da coordenação, com a posse do presidente Lula, abriu-se maior possibilidade de expansão do Movimento. Porém, outros destacam que houve certa decepção política de determinados movimentos já no segundo ano do primeiro mandato pelo fato do seu governo demonstrar limitações no atendimento às demandas populares. Na avaliação de João Pedro Stédile,¹⁴⁶

o governo Lula representou uma derrota político-ideológica do modelo neoliberal, mas não se constituiu num projeto alternativo ao neoliberalismo. No início, houve muita polêmica sobre a natureza do seu governo, mas hoje existe um pensamento majoritário de que se trata de um governo que tem um projeto de transição. É um projeto que barra o neoliberalismo, mas ainda não tem claro para onde vai, tendo como característica a conciliação de classes.

Nesse contexto, o MAB reposiciona-se com mais ênfase na busca de uma democracia participativa. Além de continuar as articulações que vinha fazendo, integra-se, em 2005, à Assembleia Popular Nacional que tem por objetivo discutir um projeto popular para o Brasil. O envolvimento com as atividades da Assembleia se intensifica na medida em que o Movimento consegue inserir a discussão do preço da energia e de um novo projeto energético como questões importantes para o conjunto da sociedade brasileira.

No atual período, face ao aprofundamento do sistema de mercado, o Movimento denuncia com veemência a cobrança de altas tarifas da energia elétrica, utilizando *slogans* como: “O preço da luz é um roubo – a vítima é você!”; “Água e energia não são mercadorias”; “Água e energia são para a soberania” e outros (*anexo 12*). O combate à visão mercadológica do capital foi assumindo cada vez mais centralidade

¹⁴⁶. Exposição feita durante o seminário da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), realizado em Chapecó/SC dia 08 de outubro de 2009.

no MAB, como revela o excerto da música *Energia pra que e pra quem?*:¹⁴⁷ “Este modelo pra energia ao nosso povo não convém. É uma mercadoria e deveria ser um bem. Quem mora perto da barragem quer energia e não tem. Então esta energia é pra que e para quem?” Com esse debate, “passamos a ter uma mensagem para a sociedade e não estritamente para a população atingida por barragens”, afirma Luiz Dalla Costa.¹⁴⁸

Nos últimos anos, o Movimento vem discutindo com mais intensidade sobre os elementos que devem compor o novo modelo energético, bem como consolida uma oposição mais frontal à estrutura do capitalismo. Desencadeia a campanha pela tarifa social da energia; promove e realiza cursos de formação para aprofundar as exigências da sustentabilidade econômica, social e ambiental do projeto de sociedade e do modelo de desenvolvimento que defende. Portanto, é um movimento reativo ao mesmo tempo em que propõe e pleiteia a implementação de políticas públicas. Pelas ações que o MAB desenvolve, a coordenação o considera não somente um movimento social e político, como também ecológico.

De 13 a 17 de março de 2006, em Curitiba, o Movimento realizou seu II Encontro Nacional, reunindo cerca de 1.200 militantes de 15 estados e delegações da Argentina, Bolívia, Nicarágua e Venezuela. Do encontro, resultou um documento denunciando o atual modelo energético praticado no país e afirmando a água e a energia como patrimônios comuns a serem controlados pela população.¹⁴⁹ O Movimento reafirmou sua posição contrária à privatização da água e da energia e defendeu o direito de gratuidade pelo uso da energia até o consumo de 100 KWh para a população de baixa renda, pagando preço justo pelo que gastar a mais.¹⁵⁰ Além de resistir à construção das barragens e exigir o respeito aos direitos dos atingidos, o Movimento defendeu a não privatização ou a reestatização das hidrelétricas. O processo de privatização das usinas iniciou com o governo Fernando Collor, o que ocasionou um aumento brutal na tarifa da energia.

Em suas ações, o MAB se articula com outros movimentos populares, sindicatos, pastorais sociais e organismos. Estabelece relações políticas com múltiplos sujeitos

¹⁴⁷. A autoria da música é de Jadir Bocacina, da coordenação do MAB/PR e Valter Israel da Silva, da direção nacional do MPA.

¹⁴⁸. Entrevista concedida dia 16 de outubro de 2009.

¹⁴⁹. A consciência política e ecológica de que a água e a energia são bens coletivos e públicos que devem estar a serviço de todos transcende fronteiras, como se pode ver *no anexo 13*.

¹⁵⁰. Cf. <http://www.mabnacional.org.br>

sociais coletivos e procura construir uma interlocução permanente com a sociedade. Desde 2005, vem divulgando a campanha pela redução da tarifa da energia, a qual ganhou destaque em 2007 através do plebiscito nacional popular proposto por movimentos sociais, partidos, sindicatos, organismos, pastorais da Igreja e outras organizações em vista da anulação do leilão da Companhia Vale do Rio Doce (*anexo 14*). Entre as quatro questões do plebiscito, constou uma particularmente defendida pelo MAB: “Você concorda que a energia elétrica continue sendo explorada pelo capital privado, com o povo pagando até 8 vezes mais que as grandes empresas?” Em 2008, a Assembleia Popular se empenhou em popularizar a referida campanha. Neste mesmo ano, o Movimento desencadeou trabalho pela implantação da tarifa social da energia para famílias que consomem até 220 KW/mês.

No circunscrito contexto, o MAB põe em relevo a ideia de que só a oposição aos grandes empreendimentos hidrelétricos e a luta pelos direitos dos atingidos não garantem a transformação da sociedade. Por isso, busca aglutinar forças para combater as diretrizes do setor elétrico e do moledo energético, bem como lutar contra toda forma de exploração dos que ele denomina sistematicamente “inimigos da classe trabalhadora”. Neste sentido, também passa a investir com mais afinco na formação – das coordenações e militantes – baseada nos princípios do socialismo. Seus dirigentes entendem ser necessária uma “revolução socialista no Brasil” para o que consideram o Movimento uma ferramenta apta a contribuir.

De acordo com Soniamara Maranhão,¹⁵¹ a formação dos quadros do Movimento é desenvolvida a partir de três eixos principais: “A história do MAB com sua organicidade e estratégia de ação; a economia política com todo o processo de exploração do trabalho; o modelo energético”. Daiane Höhn¹⁵² explica que a pedagogia que o Movimento adota está fundamentada “na educação popular, no marxismo, na relação opressor x oprimido, classe trabalhadora x burguesia... A partir disso, fazemos toda a problematização da realidade que vivenciamos. O processo de formação é orientado por nós, militantes do MAB, e em alguns momentos chamamos companheiros/as que possam contribuir com a gente”.

¹⁵¹. Soniamara Maranhão, 30 anos, da direção nacional do MAB, atualmente contribuindo com a organização do Movimento em Minas Gerais. Entrevista concedida dia 15 de julho de 2009.

¹⁵². Entrevista concedida dia 15 de julho de 2009.

A forte inspiração do MAB na tradição marxista permite que seus militantes analisem a sociedade a partir das classes sociais antagônicas, com interesses inconciliáveis. Atento a esta questão, Robson Formica¹⁵³ explica que

o próprio Marx trabalha a ideia da luta de classes, da contradição entre os exploradores e os explorados. Quando a gente estabelece que um grande empresário que constrói barragens é o nosso inimigo, é nosso inimigo de classe. A relação social construída pelo processo que o capitalismo representa, expressa nele, é isso que a gente quer destruir. Não é o indivíduo, o dono da empresa, a pessoa. O que se quer destruir são as relações sociais que estão estabelecidas a partir de uma dinâmica do processo produtivo e de distribuição da riqueza. Não tem outra forma de superar a sociedade que a gente vive sem destruir essas relações sociais que se expressam através do proprietário dos meios de produção.

Em sua terceira fase, o Movimento está procurando qualificar melhor seus militantes sob o ponto de vista político, científico e técnico. Em função disso, por exemplo, solicitou à Assessoria Técnica e Educacional Meio Ambiente e Barragens (ATEMAB) e ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) a promoção e assessoria do curso de Especialização/Extensão *Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo*.¹⁵⁴ Os quatro eixos temáticos transversais do curso são: Elementos de Economia Política; Economia Política do Meio Ambiente; Economia Política da Energia; Estado e Classes Sociais. Do conjunto do conteúdo, vale destacar a preocupação do Movimento com o tema ambiental.

Em 2009, o MAB lançou a campanha “O Petróleo tem que ser nosso”¹⁵⁵ com a finalidade de seguir discutindo o modelo energético vigente e a importância do controle popular sobre as riquezas naturais.

Um dos objetivos da campanha é denunciar que o grande capital e o imperialismo querem dominar o petróleo já existente no Brasil, e também todo o petróleo que está sendo

¹⁵³. Entrevista concedida dia 17 de julho de 2009.

¹⁵⁴. Realizado em 4 etapas de 15 dias cada (julho de 2008, janeiro e julho de 2009 e janeiro de 2010), com carga de 384 horas, o curso é destinado a integrantes do MAB. Também participam militantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, do MST, do MPA, da Consulta Popular, do MMC, da CMP, de Organizações Regionais do MAB, incluindo movimentos de outros países como Colômbia, El Salvador e Argentina.

¹⁵⁵. Com a iniciativa, o MAB faz lembrar a campanha desenvolvida no final da década de 1940 e início da década de 1950, patrocinada pelo Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Mundial, a qual adotou o slogan “*O petróleo é nosso*”. Face à grande mobilização popular, o presidente Getúlio Vargas assinou no dia 3 de outubro de 1953 a Lei nº 2.004 que criou a Petrobrás e instituiu o monopólio estatal da exploração, do refino e do transporte do petróleo.

encontrado na camada pré-sal, para resolver os seus problemas com a crise (...). Entre as reivindicações da campanha está a criação de um fundo social soberano de investimento voltado para as necessidades do povo brasileiro: educação, saúde, reforma agrária, trabalho e renda, etc.; a redução do uso do petróleo e o avanço nas pesquisas sobre a nova matriz energética; e que a exploração, produção e transporte do petróleo seja realizada pela Petrobrás, integralmente estatal.¹⁵⁶

Dia 1º de abril de 2009, no seminário “Estratégias de ação frente ao atual modelo energético”, realizado na Escola Nacional Florestan Fernandes, o MAB, juntamente com pesquisadores, representantes de entidades e de outros movimentos sociais, discutiu o Plano Decenal de Energia. Do mesmo, resultou a ideia de propor a questão energética como tema para a Campanha da Fraternidade de 2011, envolvendo a Igreja no debate do assunto e incentivando a organização dos atingidos em todos os locais em que existem projetos de construção.¹⁵⁷ Percebe-se, portanto, o estreito vínculo com a Igreja Católica, na qual o Movimento, desde a sua origem, busca apoio para conquistar seus objetivos.

Desde que surgiram as primeiras organizações regionais contra as barragens até o momento atual, houve diversas reconfigurações da luta. De acordo com Moraes (1992:101-102), elas “foram sempre no sentido de ampliar as bases do movimento e propiciar o engajamento de um número cada vez maior de trabalhadores rurais, enquanto sujeitos da luta social, em atividades que exigem compromisso e responsabilidade”. Ele observa ainda que “a complexidade dos temas com que se deparam os trabalhadores em luta faz do movimento uma verdadeira escola, onde saberes multidisciplinares são apreendidos em ritmo e quantidade surpreendente. Gesta-se, assim, uma concepção de educação mais totalizante e universal”. Compelido pelas “águas revoltas do capitalismo”, ao longo de sua trajetória, o MAB pode construir e redefinir sua identidade política. Teve de repensar concepções, posturas, metodologia e estratégias de ação. Na luta por direitos e cidadania também foi transformando indivíduos invisibilizados em sujeitos coletivos.

Com o objetivo de divulgar o Movimento, subsidiar os militantes na tarefa de conscientização política, orientação e animação da caminhada, denunciar situações e reivindicar direitos, o MAB produziu e produz, utilizou e utiliza cartilhas de estudo, subsídios pedagógicos, cadernos de músicas e poesias, textos de autores clássicos e

¹⁵⁶. Cf. *Jornal do MAB*, nº 9, edição de junho de 2009, p. 2.

¹⁵⁷. *Idem*, p. 5.

estudiosos, panfletos, jornais, *site*, filmes etc. Nos materiais elaborados por ele são veiculadas críticas ao sistema capitalista e ao modelo energético. Na cartilha intitulada “*O preço da luz é um roubo*”, por exemplo, encontra-se uma análise de conjuntura onde se destaca o problema do desemprego permanente e estrutural, a mercantilização da água, da energia, do alimento e, inclusive, das pessoas. A cartilha também apresenta doze motivos para justificar a necessidade da luta popular pela redução da tarifa da energia aos consumidores familiares. Entre as razões, aponta-se o elevado lucro auferido pelas empresas, advindo sobretudo com a privatização do setor elétrico.

Em síntese, o Movimento surge a partir de um argumento social, dado que as pessoas se encontram diante de uma ameaça iminente de perderem suas terras, suas benfeitorias e seu ambiente de vida pela construção das hidrelétricas. Depois, contudo, o MAB se constitui também em um instrumento político – com embasamento ideológico – e um espaço de formulação de propostas alternativas acerca da questão energética e do modelo de desenvolvimento da sociedade.

6. “Atingido”: Um conceito polêmico

Atingido é um conceito complexo e em disputa,¹⁵⁸ envolvendo elementos econômicos, políticos, sociais, ambientais, culturais, étnicos e simbólicos. No contexto de construção das primeiras hidrelétricas, o setor elétrico brasileiro adotou uma concepção *territorial-patrimonialista*, ignorando a geração de impactos de qualquer ordem. Via apenas o direito dos empreendedores na desapropriação por interesse público. Nesta ótica, que segue sendo adotada em vários casos, a população é tratada como obstáculo a ser removido. São considerados atingidos apenas os proprietários das terras inundadas, como se verificou no processo das barragens de Sobradinho e Machadinho. Essa mesma visão trata como território atingido a área estritamente alagada.

Um conceito um pouco mais amplo baseia-se na concepção *hídrica*, vendo o atingido como o conjunto da população inundada. Na prática, além dos proprietários, inclui também os não proprietários (ocupantes, posseiros, meeiros...) como atingidos. No entanto, não leva em consideração, entre outros, os efeitos causados sobre

¹⁵⁸. Cf. Carlos B. Vainer et al. In: “*O conceito de atingido – uma revisão do debate e diretrizes*”, julho de 2003. Texto discutido pelo MAB e aprovado no Conselho de Presidentes das Estatais da Eletrobrás.

populações circunvizinhas às áreas inundadas. Esse conceito, que parte da visão hídrica, foi utilizado no caso da barragem de Itá/SC e noutros, prevalecendo até hoje em diversas situações.

Outra caracterização acerca do assunto foi apresentada pelo Banco Mundial (através da *Internacional Financial Corporation*, 2001), descrevendo o atingido como o conjunto dos “fisicamente ou economicamente deslocados”. São incluídos aí, os proprietários e os que não têm título legal da terra em áreas inundadas; os prejudicados em suas atividades econômicas decorrentes do empreendimento, independente da localização físico-territorial; bem como as “populações e comunidades anfitriãs” dos chamados *reassentados involuntários*.

Por sua vez, a Comissão Mundial de Barragens refere-se aos atingidos como “deslocados fisicamente e em seus modos de vida”. Adverte para as consequências sobre as populações a jusante – tais como inundações, desaparecimento de praias, áreas de lazer etc. – e residentes nas áreas dos diversos subprojetos vinculados às barragens, como linhas de transmissão, canteiros de obras, vias de acesso e outros. Introduz a dimensão temporal ao considerar que “há grupos sociais, famílias ou indivíduos que sofrem os efeitos do empreendimento desde o anúncio da obra, há outros que os sofrem sobretudo durante as obras e outros, enfim, que serão afetados com o enchimento e operação do reservatório”.¹⁵⁹

É importante salientar que os Planos Diretores da Eletrobrás, a partir de 1992, incorporam a ideia de “mudança social” em alusão aos atingidos por barragens e atribuem a responsabilidade ao setor elétrico de ressarcir danos causados a todos quantos forem afetados por seus empreendimentos. Não obstante, a Eletrobrás tenha avançado na perspectiva socioambiental, na prática a maioria das empresas construtoras continuou operando com a concepção territorial e hídrica, meramente indenizatória. Segundo o texto *O conceito de atingido – uma revisão do debate e diretrizes* (Carlos Vainer et al., 2003), somente nos locais onde os movimentos de atingidos, sobretudo o MAB, criaram resistência organizada, foram obtidas conquistas maiores.

Convém observar a formulação do conceito de *atingido* feita no I Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens, em 1989. Nesta categoria, o Movimento incluía “todos aqueles que sofrem modificações nas condições de vida, como

¹⁵⁹. Idem.

consequência da implantação das usinas hidrelétricas, independentemente de ser atingidos diretos ou indiretos”.¹⁶⁰ O conceito foi retomado *a posteriori* pelo Movimento, que passou a considerar *atingido direto* não só quem é afetado com as obras das barragens, mas também toda população que é onerada com pesadas tarifas da energia.¹⁶¹

No Brasil, ainda não existe uma legislação que defina quem são os atingidos e, desse modo, não lhes são garantidos os direitos devidos. De maneira geral, as empresas construtoras e o governo consideram atingidos apenas os que possuem terras nas áreas a serem alagadas, isto é, os proprietários com títulos em seu nome. É esta concepção que prevalece nas negociações. Assim, os povos indígenas, os quilombolas, os arrendatários, os posseiros, os meeiros, os ribeirinhos e outros que vivem nesses locais e não possuem um documento de posse são tratados como indivíduos sem direitos. As empresas procuram restringir o conceito de atingido para diminuir os custos com as indenizações.

As razões da falta de um marco legal que especifique quem são os atingidos e lhes garanta direitos deve-se em primeiro lugar à inoperância do governo diante do medo de “afugentar” os investidores. É o que explica Joceli Andrioli:¹⁶²

Desde sempre o MAB vem reivindicando que haja um conceito de atingido que possibilite ter garantias sociais para as populações. Na história, o que mais avançou até o momento foi a elaboração de uma proposta de conceito, que inclusive foi aprovada pelo conselho de presidentes de estatais, mas não foi aprovada pelo governo. Uma forte justificativa que eles têm alegado é que como o Brasil necessita de investimentos privados, de atrair essas grandes empresas multinacionais, ter uma política de defesa das populações significa prejudicar esses investimentos. O governo Lula deu continuidade a esta lógica por não reconhecer as populações atingidas, não resolver a dívida social histórica que o Brasil tem com essas populações na implantação de todo sistema elétrico e energético no país.

As discussões, por parte de órgãos governamentais, sobre o marco legal com definição de quem são os atingidos por barragens mostram-se, de fato, emperradas, como atesta a ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva:¹⁶³

¹⁶⁰. TRINDADE, Gestine et al. (org). *A Educação no Movimento dos Atingidos por Barragens – Caderno Pedagógico*. Coletivo de Educação. 2ª ed., Brasília: Ísis Editora/Gráfica Odisséia, 2005:13.

¹⁶¹. Na tarifa estão inseridos, além do custo de produção e de transmissão, os impostos recolhidos pelo governo e os lucros (que geralmente são elevados) das empresas que comercializam a energia.

¹⁶². Entrevista concedida dia 16 de julho de 2009.

Logo que nós chegamos no governo, propusemos um grupo interministerial para apresentar um conjunto de medidas. Esse grupo trabalhou durante um bom período para que os atingidos não ficassem à mercê do empreendedor, mas que tivesse um tratamento pelo próprio poder público, que é quem tem meios para poder fazer a mediação do conflito. Quando o conflito é mediado pelo empreendedor diretamente com os atingidos há uma relação de desvantagem para estes últimos. Como o Estado, teoricamente, deve cuidar dos interesses de todos, dos atingidos e não atingidos, seria o melhor mediador. Infelizmente, esse processo ainda não foi encaminhado para o Congresso, mas eu posso dizer que existem pessoas preocupadas em transformar isso em uma legislação que não deixe os atingidos nessa relação direta com o empreendedor, sem a preocupação do Estado.

A falta de uma definição oficial estabelecida em lei, com a regulamentação de direitos e deveres para as construtoras, para o Estado e para os atingidos permite que as empresas criem as normas a partir de seus conceitos e interesses. Disso resultam os baixos valores das indenizações ou a total ausência de reparações aos atingidos. Em tais casos, resta a estes recorrerem à Justiça, a qual, via-de-regra é muito lenta, levando os afetados pelas barragens a aceitarem a oferta da construtora, conforme explicam lideranças do MAB.

Atualmente o Movimento não se restringe a falar dos atingidos diretos pelas obras das barragens. Essa compreensão está ligada à visão que a coordenação do Movimento tem acerca do modelo energético vigente que se articula de modo dinâmico com o sistema capitalista. Assim, pois, afirmam: “Todo povo brasileiro é atingido pelas tarifas caras de energia, pela privatização da água e da energia, pelo dinheiro público investido nessas obras (via BNDES).”¹⁶⁴ O mesmo manifesto oferece razões explicativas para as ações realizadas pelo MAB em dez estados da federação por ocasião do dia internacional de luta contra as barragens – 14 de março de 2008. O objetivo foi denunciar “empresas multinacionais como a Tractebel, (que) devastam o *meio ambiente*, desestruturam milhares de famílias e mandam bilhões de reais para o exterior, cabendo à maioria do povo brasileiro a miséria e uma das tarifas de energia mais altas do mundo, sob conivência do Estado, que mantém uma política energética que privilegia estas multinacionais” (*grifo meu*).¹⁶⁵

¹⁶³. Marina Silva é senadora pelo Acre. Entrevista concedida dia 23 de julho de 2009, durante o 12º Encontro Intereclesial de CEBs, em Porto Velho, Rondônia.

¹⁶⁴. Cf. Manifesto do MAB – Dia internacional de luta contra as barragens, 14 de março de 2008. *Por que e para que nos mobilizamos?* Disponível no site: <http://www.mabnacional.org.br>

¹⁶⁵. Idem.

Embora defenda um conjunto de critérios que compõem o perfil dos afetados pelas barragens, o próprio MAB não possui um conceito definido claramente acerca dos *atingidos*. Em junho de 2009, entretanto, o Movimento elaborou uma série de reivindicações as quais foram apresentadas à Secretaria Geral do Governo Federal (*anexo 15*). Entre elas, consta o reconhecimento e transformação em Lei Federal do conceito do atingido aprovado pelo Conselho dos Presidentes das Estatais do Setor Elétrico (CONSISE). Deve-se pontuar ainda que existem conflitos que emergem precisamente do confronto de diferentes concepções de *atingido*. É prudente afirmar que nenhum conceito dá conta de explicar toda a realidade, sobretudo quando ela se apresenta tão complexa e mutante como no caso em questão. Porém, o Movimento tem aqui um ponto crucial que passa pela definição em lei e acercamento jurídico do público com o qual atua.

Segundo integrantes da coordenação do MAB, o Movimento pauta a sua luta não somente pelas demandas imediatas dos atingidos por barragens, mas também por questões estruturais. A própria questão ecológica, tornada cada vez mais candente com o agravamento das crises ambientais, assume maior centralidade nas preocupações e planos de ação do Movimento. No conjunto de princípios e valores que considera “indispensáveis” e “inegociáveis” – apontados em documentos recentes – o Movimento cita a necessidade de “elaboração de um projeto energético alternativo e popular conforme os interesses do povo e, por isso, comprometido com a preservação dos recursos naturais, hoje e no futuro”.¹⁶⁶

¹⁶⁶. Cf. *A história do MAB*. Texto produzido pelo Movimento, não publicado, maio de 2007, p.5.

CAPÍTULO III

Ecologia, desenvolvimento sustentável e cidadania

*“Somente depois da última árvore derrubada, depois do último animal extinto,
e quando perceberem o último rio poluído sem peixes,
o homem irá ver que dinheiro não se come.”*
(Provérbio indígena)

Antes de iniciar a discussão sobre o *desenvolvimento sustentável* – que é um dos conceitos centrais no presente trabalho – convém circunscrever o nicho ecológico desde onde essa noção emergiu. O esforço permitir-nos-á, posteriormente, tematizar de modo mais circunstanciado outro conceito importante apresentado aqui como *cidadania ecológica*. Ambos se constituirão em instrumentos teóricos fundamentais para a abordagem dos problemas socioambientais relacionados às barragens.

1. O despertar da questão ecológica

Com a Revolução Industrial, iniciada em meados do século XVIII na Inglaterra e expandida pelo mundo a partir do século XIX, o meio ambiente passou a sofrer impactos cada vez maiores. Os avanços tecnológicos ocorridos no período posterior à Segunda Guerra Mundial trouxeram muitos benefícios e também malefícios para a humanidade. A indústria agro-química, por exemplo, criou moléculas sintéticas e tóxicas, que foram aplicadas tanto na lavoura como na área da saúde. Em poucos anos, o mundo começou a perceber os danos gerados por esses produtos sobre o meio ambiente e a saúde humana, o que desencadeou um processo de reflexão sobre tais problemas.

O primeiro marco importante na organização do movimento ambientalista internacional foi a Conferência Científica da ONU sobre a Conservação e Utilização de Recursos (UNSCCUR), realizada em 1949, no Estado de New York (EUA). Com a conclusão sobre a estrutura do código genético, em 1953, pelo biofísico inglês Francis Crick e pelo geneticista americano James Watson, percebeu-se que todos os seres vivos, na essência, possuem a mesma molécula do DNA. A descoberta representou o

início da era da biotecnologia moderna¹⁶⁷ e permitiu aprofundar a compreensão de que pertencemos a uma grande comunidade de vida. De algum modo, essa visão já havia sido apontada por Francisco de Assis (1181 a 1226) – conhecido popularmente como patrono da Ecologia – ao afirmar que todos os seres são “irmãos” e “irmãs”, bem como pelo teólogo e filósofo italiano Giordano Bruno (1548 a 1600) ao explicar que há uma correspondência estreita entre os reinos animal, vegetal e mineral.

No processo histórico, o aprofundamento do debate ecológico está intimamente relacionado com a agudização da crise ambiental. Segundo Leonardo Boff, o *déficit* da terra não é fortuito nem passageiro. Ele

resulta de uma máquina de assalto, agressão, pilhagem e matança acelerada da natureza em benefício da geração presente (...). Entre 1500 e 1850 presumivelmente foi eliminada uma espécie a cada dez anos. Entre 1850 e 1950, uma espécie por ano. A partir de 1989, estudos revelavam o desaparecimento de uma espécie por dia. No ano 2000 essa perda ocorreria a cada hora. O processo de morte se acelera cada vez mais. Entre 1975 e 2000 desapareceram 20% de todas as espécies de vida (2008:43, 31-32).

Na década de 1960, começaram a aparecer os movimentos ambientalistas e contraculturais opondo-se ao modelo materialista, individualista, consumista, competitivo, depredador e bélico adotado pela sociedade industrial. Esses movimentos surgiram a partir de uma consciência ecológica despertada pela constatação dos riscos sociais e ambientais resultantes do processo de desenvolvimento capitalista. Emergiram como contra-corrente à modernização ou desenvolvimentismo que tinha como grandes ideais o progresso econômico, a industrialização e a urbanização, não obstante o sacrifício de setores populares, o endividamento, a exploração desmedida da força de trabalho e dos recursos naturais. Nesse contexto, a questão ecológica começou a aflorar como assunto político. De acordo com Trindade (1993:23-24),

¹⁶⁷. A biotecnologia apresenta um imenso potencial para o bem-estar da humanidade desde que seus riscos sejam mensurados e controlados caso a caso. Ela passou a ser usada na agricultura, permitindo o aumento da produtividade e a diminuição do custo de produção. “As questões de biossegurança tornaram-se alvo de um debate polarizado entre grupos que apóiam a nova biotecnologia e aqueles que são radicalmente contra. A maior controvérsia está centrada na segurança das plantas transgênicas e alimentos derivados de Organismos Geneticamente Modificados - OGMs. A biotecnologia tem recebido melhor aceitação pública para aplicações na indústria bioquímica e saúde. Novos avanços científicos, como a clonagem, os testes genéticos, e a terapia gênica, têm estimulado diversos questionamentos de natureza ética”. (ODA, Leila. DNA: o que mudou na vida do Homem? In: *Revista Eco 21*, Ano XIII, Edição 76, Março/2003 - www.eco21.com.br).

a história recente de muitos países está a revelar que não é simples casualidade o fato de que foi precisamente nos períodos de repressão política e regimes autoritários que ocorreram os mais graves atentados tanto contra os direitos humanos quanto contra o meio ambiente. E a *práxis* está a sugerir que, não raro e em distintas situações factuais, a luta pela proteção do meio ambiente acaba se identificando em grande parte com a luta pela proteção dos direitos humanos, quando se tem em mente a melhoria das condições de vida.

Em 1968, realizou-se em Paris a Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para Uso e Conservação Racionais dos Recursos da Biosfera, que tratou dos impactos humanos sobre a biosfera, sobretudo através da poluição da água e do ar, responsáveis pelo fenômeno da *chuva ácida*. Como já referi, no ano 1972, em Estocolmo (Suécia), com a presença de representantes de 113 países, foi realizada a Conferência Internacional para o Meio Ambiente Humano, promovida pela ONU, que criou o conceito de *ecodesenvolvimento*. De acordo com Montibeller-Filho (2001:45), “o *ecodesenvolvimento* pressupõe, então, uma solidariedade sincrônica com os povos atuais, na medida em que desloca o enfoque da lógica da produção para a ótica das necessidades fundamentais da população; e uma solidariedade diacrônica, expressa na economia de recursos naturais e na perspectiva ecológica para garantir a possibilidade de qualidade de vida às próximas gerações”.

A Conferência produziu uma declaração com 26 princípios básicos e 109 recomendações para os governos e sociedades no sentido de conter o ritmo de crescimento desordenado, industrial e econômico. A mesma teve o grande mérito de incluir a questão ambiental na agenda internacional. Em 1982 foi realizado encontro *Estocolmo + 10*, conhecido como Nairobi-82 que aprovou nova declaração com princípios a serem observados para aquela década. Vale lembrar que, naquele contexto, houve o aprofundamento da crise mundial, sobretudo nos países endividados, sendo a receita neoliberal recomendada como solução desses problemas.

No âmbito planetário, o debate foi se expandindo com o impulso dado pela ONU que, em 1983, também criou a *Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Essa comissão publicou, em 1987, o relatório intitulado “Nosso Futuro Comum”, no qual divulgou o conceito de *desenvolvimento sustentável*. Acerca

do relatório, Oswaldo Sevá¹⁶⁸ afirma: “Foi uma tentativa única de produzir um veredicto aceitável por todos os países e todas as classes sociais. Tirando a Bíblia, o Alcorão e os escritos de Buda, não conheço nada mais que tenha uma aceitação tão grande em todo mundo como o referido documento”. Porém, na visão de Sevá, não existe *futuro comum* entre pessoas de classes sociais e origens históricas diferentes.

Além dos trabalhos realizados pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, os anos 1980 foram assinalados pela proeminência dos partidos verdes que haviam surgido na década anterior. “A fase final dos anos 80 e o ano de 1990 são marcantes no ambientalismo brasileiro. Registram a mudança de um movimento que se interessava pelos problemas ecológicos, mas não os vinculava ao tema do desenvolvimento socioeconômico: economia e ecologia eram percebidas como realidades antagônicas (...). O desenvolvimento sustentável passou a ser o paradigma do movimento ambientalista” (Montibeller-Filho, 2001:38). Até o final dos anos 1980, o debate dos temas ambientais estava quase exclusivamente restrito aos *movimentos ambientalistas*.¹⁶⁹

A emergência desses movimentos se deve ao terror causado pelo uso de armas nucleares na Segunda Guerra Mundial; às experiências negativas com usinas atômicas para geração de energia; ao aumento da poluição industrial; à disseminação de assentamentos humanos; aos múltiplos desastres ambientais; ao acesso à informação possibilitado pelo aprimoramento dos recursos mediáticos; ao avanço da consciência de participação cidadã etc. Todavia, de acordo com Loureiro (2005:87), o movimento ambientalista

caracteriza-se, desde seus primórdios, por um perfil fundamentalmente de classe média e uma concentração geográfica predominante nos países do Norte. No Brasil, as classes populares envolvem-se de forma significativa e expressiva com a temática ambiental, quando diante do desafio de uma ameaça concreta e imediata que terá desdobramentos na qualidade de vida e na possibilidade de sobrevivência em um dado espaço.

Alguns autores afirmam que, desde o surgimento do ecologismo, pode-se distinguir nele duas correntes: a dos *preservacionistas* e dos *ambientalistas*.

¹⁶⁸. Arsênio Oswaldo Sevá Filho é cientista, ambientalista e professor na Faculdade de Engenharia Mecânica da UNICAMP. Entrevista concedida dia 13 de março de 2008.

¹⁶⁹. Normalmente nomeia-se como “ambientalista” quem luta por questões ambientais. O “ecólogo”, por sua vez, é visto como um estudioso do assunto e, não necessariamente, militante em movimentos ambientalistas.

Os preservacionistas tendem a colocar a discussão ecológica no âmbito da preservação da Natureza, uma postura que acaba em muitos momentos por isolar o ambiente do social, posição criticada pelos ambientalistas, para os quais é impossível procurar responder à crise ecológica sem uma referência social. Analisam que a crise ambiental é a contraface da espoliação econômica, da marginalização política e social, pelo que um ecologismo conseqüente luta ao mesmo tempo pelo meio ambiente e pela transformação social. Procuram ao seu modo afirmar que o “verde” e o “vermelho” não constituem cores complementares somente na física, mas também na política (Waldman, 1990: 40-41).

Em se tratando de ações significativas no processo de discussão da questão ambiental em sentido amplo, vale lembrar também a *Conferência de Viena*, realizada em 1985, a qual tratou da proteção à camada de ozônio. No ano 1987, foi assinado o *Protocolo de Montreal* sobre medidas para o controle da produção e consumo de substâncias destruidoras da camada de ozônio. Este foi o primeiro acordo global associado à mudança climática.

No Brasil, a política ambiental deu seus primeiros passos com a criação, em 1973, da *Secretaria Especial de Meio Ambiente* (SEMA). Em 15 de março de 1985, pelo Decreto nº 91.145 era criado o *Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente*, incluindo o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e a SEMA. A instituição desse órgão foi importante para garantir o ordenamento legal diante dos efeitos da modernização industrial. A lei nº 8.490 de 19 de novembro de 1992 criava o Ministério de Meio Ambiente (MMA) com a “missão promover a adoção de princípios e estratégias para o conhecimento, a proteção e a recuperação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização dos serviços ambientais e a inserção do desenvolvimento sustentável na formulação e na implementação de políticas públicas, de forma transversal e compartilhada, participativa e democrática, em todos os níveis e instâncias de governo e sociedade”.

As preocupações ambientais se intensificaram nos anos 1980, o que levou os Constituintes – inclusive pressionados pelos movimentos sociais – a assegurarem na Constituição Federal de 1988 o Capítulo VI, sobre o Meio Ambiente. No seu artigo 225 afirma: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. A formulação demonstra clara alusão do relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, publicado no ano anterior.

Para garantir a efetividade desse direito, o referido artigo da Constituição em seu parágrafo 1º, alínea IV incumbe o Poder Público de “exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade”. O EIA e o RIMA estão previstos na Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), através da resolução do CONAMA, nº 001/86 de 23 de janeiro de 1986. Em 1989, também foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), responsável pela execução da Política Nacional do Meio Ambiente.

A questão ambiental foi aprofundada na *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento* (CNUMAD),¹⁷⁰ realizada no Rio de Janeiro no período de 03 a 14 de junho de 1992, com a participação de 179 países. Em pauta esteve o debate sobre como conciliar o desenvolvimento econômico e social, protegendo o meio ambiente. Da Conferência resultou o documento conhecido como *Agenda 21*, que consiste em um plano abrangente de ação para o desenvolvimento sustentável no século XXI. A Eco/92 significou uma virada política na questão ambiental. A temática deixou de ser “refém” dos movimentos estritamente ambientalistas. Problemas ligados a esgoto a céu aberto, ausência de coleta ou coleta irregular de lixo, poluição atmosférica, trabalho em lixões, desmatamento, agressão aos rios, contaminação das águas e outros começaram a fazer parte da pauta de vários movimentos e organizações populares do meio rural e urbano.

A Agenda 21 tem como objetivo envolver o poder público, o setor privado e a sociedade civil em torno de uma agenda de compromissos, ações e metas para transformar o desenvolvimento de uma região (Agenda Local), de um país (Agenda Nacional) e do planeta (Agenda Global). Visa desencadear e fortalecer iniciativas que promovam e conservem a integridade da criação, bem como a justiça social, a saúde pública e a valorização da diversidade cultural, articuladas com o aprimoramento da democracia, a educação para todos, a qualidade de vida, os direitos e a dignidade humana. O documento salienta a importância da cooperação internacional, destacando a necessidade do combate à pobreza, a preservação dos bens naturais e a redução dos impactos ambientais.

¹⁷⁰. O evento foi denominado *Eco/92* pelos movimentos ecológicos; *Cúpula da Terra* pelos ambientalistas não-radicais e *Rio/92* pela sociedade em geral. Em 1990 foi criado o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) que teve significativa participação no processo de preparação desta Conferência.

Em 1997, princípios e orientações da Agenda 21 foram inseridos no *Protocolo de Kyoto*, acordo ambiental que passou a vigorar em 16 de fevereiro de 2005. O protocolo prevê a redução de 5,2% da emissão de gases produzidos por combustíveis fósseis até o ano 2012 como forma de minimizar o aquecimento global. Conhecido também como *efeito estufa*, o fenômeno provoca degelos e destruição da camada de ozônio, além de outros danos. O Protocolo de Kyoto foi assinado por 125 países. Os Estados Unidos, responsáveis pela emissão de 33% de todos os gases de efeito estufa que causam o aquecimento global, negaram-se a assiná-lo.

Outro documento importante acerca da questão ambiental foi a *Carta da Terra*, lançada em março de 2000. Redigida por pessoas e organizações de todas as regiões do planeta, a Carta chama a atenção para a necessidade de cuidar da comunidade de vida, proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos. Visando um modo de vida sustentável, aponta um conjunto de 16 princípios interdependentes a serem observados por todos os indivíduos, organizações, empresas, governos e instituições transnacionais. Entre os referidos princípios, estão: Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade; construir sociedades democráticas, justas, participativas, sustentáveis e pacíficas; adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário; erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental; afirmar a igualdade e a equidade de gênero; promover uma cultura de tolerância, não violência e paz.

No início da década de 1990, a Assembleia Geral da ONU solicitou ao *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC) um estudo sobre as mudanças climáticas. A primeira conclusão dos cerca de 300 cientistas, de vinte países, envolvidos neste trabalho foi de que a temperatura média da Terra está sofrendo elevações. Em seu relatório divulgado em 2 de fevereiro de 2007, o IPCC noticiou que os cientistas têm 90% de certeza que a humanidade é responsável pelo aumento da temperatura do planeta.¹⁷¹ E afirma: “O aquecimento do sistema climático é inequívoco, como se tornou agora evidente a partir de observações do aumento das

¹⁷¹. Lançado em fevereiro de 2006 e visto por milhões de pessoas, principalmente nos Estados Unidos, o filme “Uma verdade inconveniente”, de Al Gore, faz uma severa advertência sobre o problema do aquecimento global e chama a atenção para a urgência de medidas a fim de frear esse processo. Diversos outros filmes e documentários foram produzidos ultimamente retratando catástrofes provocadas pelas mudanças climáticas, entre os quais: “O dia depois de amanhã” (2004) e “A era da estupidez” (2009).

temperaturas médias globais do ar e dos oceanos, derretimento generalizado da neve e do gelo, e a elevação global do nível médio do mar”.¹⁷²

Há mais tempo, estudos apontam que o fenômeno do aquecimento global pode provocar efeitos muito nocivos, tais como: “câncer de pele, lesão na retina ocular, catarata e eventual cegueira, lesão neurológica, menor resistência a infecções, alteração do sistema imunológico (através das células imunes lesadas); em suma, a destruição da camada de ozônio pode resultar em danos substanciais à saúde humana assim como ao meio ambiente (danos a plantas terrestres, destruição do plâncton, um elemento chave na cadeia alimentar)...” (Trindade, 1993:76-77).

Os defensores da modernização ecológica, embora constatem os problemas, não questionam as bases do sistema capitalista como causadores deles. Os movimentos por justiça ambiental, ao contrário, entendem os problemas ambientais como problemas sociais, tal como destaca Joan Martinez Alier ao falar sobre o *ecologismo dos pobres*. Para José H. Mecca, do MAB, além de buscar as causas do aquecimento global é importante pensar em alternativas de ação. Segundo ele,

ou nós mudamos a forma de produção ou vamos conseguir destruir por completo a vida deste planeta. Temos sinais claros de que existem mudanças gradativas no comportamento do meio ambiente, da natureza, nas estações climáticas, na regulação das chuvas, na produção, no surgimento de pragas, na contaminação da água, surgimento de doenças, eliminação de diversas espécies. Acima de discutir o aquecimento global como algo natural ou como interferência do homem, o que temos que fazer é discutir uma nova forma de produção, distribuição de renda e preservação desse planeta.¹⁷³

Existem compreensões diferenciadas sobre as questões ambientais. Numa análise *naturalista-mecanicista*, tudo o que transcorre com a natureza é de sua própria ordem ou da vontade divina. Segundo essa ótica, o ser humano não é responsável pelas catástrofes ambientais, tampouco pode evitá-las. Em uma perspectiva *culturalista-determinista*, a natureza se comporta de acordo como é tratada. Portanto, tudo o que fazemos ou deixamos de fazer acaba determinando os rumos da natureza. Essa concepção subordinaria todo o comportamento da natureza à ação humana. Todavia, há uma terceira possibilidade de entender a relação do ser humano com a natureza, ou seja, a partir de uma visão *realista e responsável*,

¹⁷². IPCC – Summary for Policymakers – Climate Change 2007: The physical Science Basis, p. 5
www.ipcc.ch/spm2feb07.pdf

¹⁷³. Entrevista concedida dia 05 de outubro de 2007.

compreendendo que existem leis que são naturais e imutáveis, mas, por outro lado, há profundas alterações no meio ambiente provocadas pela ação humana.

Avaliando a atuação do ambientalismo na atualidade, Marisa Matias¹⁷⁴ afirma: “Os movimentos ambientalistas dominantes, que têm maior peso internacional e acabam por marcar mais a agenda, são aqueles que ainda estão muito vinculados a uma associação pacífica entre o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável. Portanto, não me parece que tenham sido postos em causa os pilares dos modelos de produção e de acumulação que estão na origem da maior parte dos problemas ambientais”. Segundo a pesquisadora, tem-se transferido muito para os cidadãos a responsabilidade de preservar o meio ambiente, desresponsabilizando cada vez mais o Estado nesse aspecto.

2. Referências conceituais

Em geral utiliza-se *meio ambiente* como sinônimo de *ecologia*. Embora os conceitos sejam afins, eles não possuem o mesmo significado. Enquanto a expressão *meio ambiente* compreende o conjunto dos elementos físico-químicos e a variedade dos ecossistemas naturais e sociais, o termo *ecologia* constitui um dos modernos ramos da Biologia, que se ocupa com o estudo dos seres vivos na sua relação e interação com o meio. O biólogo alemão Ernest Haeckel – considerado o pai da ecologia – foi o primeiro a associar os termos gregos *oikos* (casa, ambiente) a *logos* (tratado, estudo), definindo, em 1866, ecologia como a “totalidade da ciência das relações do organismo com o meio ambiente, compreendendo, no sentido lato, todas as condições da existência”.¹⁷⁵

Nas últimas décadas, alguns autores relacionaram a ecologia com o imperativo do *cuidado*. Leonardo Boff (1999:34) refere-se ao cuidado como “a base possibilitadora da existência humana enquanto humana”, o que não pode ser reduzido a um ato isolado de uma pessoa ou grupo. Trata-se, antes, de um modo-de-ser no mundo, uma dimensão fundamental e indispensável para a garantia da existência de todos os que habitam e de tudo o que compõem a *Casa Comum*. No que

¹⁷⁴. Entrevista concedida dia 27 de fevereiro de 2009.

¹⁷⁵. Cf. Haeckel, E. *Generelle Morphologie der Organismen*, Vol. II, Berlim, 1866: 286 *Apud* Rocha, Ronald Gazal. *Fundamentos do pensamento ecológico*. Disponível In: http://www.comscientia-nimad.ufpr.br/2006/01/artigos/artigo_gazal_historia_da_ecologia.pdf

diz respeito à construção do conceito *ecologia* é interessante a abordagem de Isabel Carvalho. Ela diz:

Se examinarmos o percurso das transformações sofridas pelo radical grego *Oikos*, que está na raiz da palavra ecologia, e os sentidos que esta idéia foi adquirindo historicamente, veremos como a mesma palavra é portadora, hoje, de um sentido que contradiz sua acepção inicial. *Oikos* designa originalmente, no universo grego, a esfera doméstica, privada, a casa, o lugar onde se habita, em oposição à *Ágora*, o espaço público onde os cidadãos livres se reuniam para discutir os assuntos da Pólis (1992:37 – grifo meu).

A pensar pela etimologia da palavra e pela perspectiva que se pretende dar a este texto, o termo "ecologia" deveria ser entendido como "ágorologia" ou equivalente, de forma a indicar a necessidade da compreensão e do cuidado dos bens naturais enquanto bens públicos e coletivos. É fundamental repensarmos certos conceitos no intuito de contribuir com a reflexão e com novas práticas. Com frequência usam-se também outras denominações como *natureza*, *cosmos*, *universo*, *planeta*. A rigor, o termo *natureza* designa tudo o que tem existência natural, ou seja, o que subsiste sem a intervenção humana. O que passa a existir ou a tomar forma a partir da ação antrópica, caracteriza-se como produto cultural. De modo amplo, *natureza* compreende o mundo material composto por seres animados e inanimados. Mas, há maneiras muito específicas de referi-la, como no caso dos povos indígenas que, em geral, a tratam como "mãe".

A palavra *Cosmo* ou *Cosmos* (do antigo grego *κόσμος*) significa "ordem" e "organização". Designa o Universo em sua integralidade, desde as estrelas até as partículas subatômicas; do macrocosmo ao microcosmo,¹⁷⁶ e seu funcionamento ordenado por uma lógica própria. O termo *Universo* (do latim *universus*, composto de *unus* e *versus*) é regularmente empregado para aludir à "totalidade das coisas". Fala-se em *universo cósmico*, por exemplo, em referência ao conjunto dos elementos físicos e químicos existentes no Cosmo.

O conceito *ecologia* não é unívoco nem unísono. Tem múltiplos enfoques e aplicações. Em torno dele são construídas diversas leituras com vários predicados e perspectivas. No início da década de 1970, o filósofo norueguês Arne Naess fez a distinção entre "ecologia rasa" e "ecologia profunda". Na explicação de Capra (1996:25-26),

¹⁷⁶. Cf. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cosmo>

a ecologia rasa é antropocêntrica, ou centralizada no ser humano. Ela vê os seres humanos como situados acima ou fora da natureza, como a fonte de todos os valores, e atribui apenas valor instrumental, ou de “uso”, à natureza. A ecologia profunda não separa seres humanos – ou qualquer outra coisa – do meio ambiente natural. Ela vê o mundo não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes (...). A ecologia profunda faz perguntas profundas a respeito dos próprios fundamentos da nossa visão de mundo e do nosso modo de vida modernos, científicos e industriais, orientados para o crescimento e materialistas. Ela questiona todo esse paradigma com base numa perspectiva ecológica: a partir da perspectiva de nossos relacionamentos uns com os outros, com as gerações futuras e com a teia da vida da qual somos parte.

Acerca da temática em questão, outros autores desenvolveram interessantes reflexões. Félix Guattari, por exemplo, refere-se a três ecologias: a do *meio ambiente*, a das *relações sociais* e a da *subjetividade humana*. Para Leonardo Boff (2008:108), “a ecologia trata das relações dos seres entre si e todos eles com o seu meio ambiente”. Ele classifica a ecologia a partir de quatro dimensões, a saber: *ambiental, social, mental e integral*.

Na argumentação de Guattari, o princípio particular da ecologia ambiental é o de que tudo é possível, tanto as piores catástrofes quanto as evoluções flexíveis. Segundo ele,

cada vez mais, os equilíbrios naturais dependerão das intervenções humanas. Um tempo virá em que será necessário empreender imensos programas para regular as relações entre o oxigênio, o ozônio e o gás carbônico na atmosfera terrestre. Poderíamos perfeitamente requalificar a ecologia ambiental de ecologia maquínica já que, tanto do lado do cosmos quanto das práxis humanas, a questão é sempre a de máquinas – e eu ousaria até dizer de máquinas de guerra (2000:52).

Entre os ecologistas predomina a concepção de que o atual processo de desequilíbrio da natureza – tempestades, inundações, secas, aquecimento global etc., – deve-se em grande parte à ação antrópica. Diante de tal quadro, defendem a necessidade de diminuir a emissão de dióxido de carbono e outros gases provenientes de veículos e das queimadas, bem como mudar o modo de produção e o padrão de consumo. A palavra chave para a *ecologia ambiental* é a qualidade de vida para todos, o que é apresentado como uma tarefa coletiva.

O enfoque social da ecologia estuda as formas como a sociedade se relaciona com a natureza, como organiza o modo de produção, distribui os bens produzidos,

trata os dejetos, divide os recursos naturais etc. Enquanto algumas culturas mantêm com a natureza atitudes de respeito e reverência, outras a vêem sob a ótica mecanicista e utilitarista. Transformam-na em simples recurso econômico, elemento de segregação e exclusão. Neste sentido, Boff afirma:

A ecologia social relaciona a injustiça social com a injustiça ecológica. O ser humano mais agredido é o pobre; sua relação social, que envolve os bens necessários à sua subsistência, vem distorcida pela exploração de sua força de trabalho. A pobreza revela-se pela falta de infra-estrutura à subsistência e à vida digna; águas contaminadas, ar envenenado, moradias insalubres, transporte poluidor e relações sociais de violência (2008:112).

Segundo o autor, a nossa civilização tem-se tornado consumista e excludente. Ela entrou numa dinâmica de produzir cada vez mais para as pessoas consumirem cada vez mais, de uma forma irresponsável. Enquanto 20% da humanidade consome 80% dos bens da natureza; 80% da população tem que se contentar com 20% dos produtos. A visão social da ecologia é de que, para atenuar os problemas ambientais, há de se criar outro tipo de relações entre os seres humanos e a natureza. Trata-se de fortalecer o cuidado, a justiça, a democracia e o respeito aos direitos humanos de todos.

De acordo com Félix Guattari, a ecologia enfrenta o desafio de promover um investimento afetivo e pragmático, de valores existenciais e valores de desejos a fim de garantir mudanças sociais. Assim,

a ecologia social deverá trabalhar na reconstrução das relações humanas em todos os níveis, do *socius*. Ela jamais deverá perder de vista que o poder capitalista se deslocou, se desterritorializou, ao mesmo tempo em extensão – ampliando seu domínio sobre o conjunto da vida social, econômica e cultural do planeta – e em “intenção” – infiltrando-se no seio dos mais inconscientes estratos subjetivos (...). Tornou-se igualmente imperativo encarar seus efeitos no domínio da ecologia mental, no seio da vida cotidiana individual, doméstica, conjugal, de vizinhança, de criação e de ética pessoal (2000:33).

Ultrapassando a perspectiva científica, a ecologia passa a ser vista como espaço e bem coletivos; campo de luta por direitos e definição de responsabilidades. “Ao contrário do sentido etimológico de Oikos, a luta ecológica vem justamente mostrar que o meio ambiente não é a casa, no sentido doméstico, privado, daquele espaço da intimidade. O meio ambiente é um espaço comum, e sobretudo um espaço público, onde habitamos com os outros” (Carvalho, 1992:38).

A ecologia mental tem a ver com as visões de mundo, com os valores e contra-valores, com os conceitos e preconceitos, com hábitos culturais e vícios adquiridos, os quais podem distorcer a reta conduta da mente em relação à natureza. Assim, uma nova consciência ecológica implica uma nova prática, como postula Boff: “Mais importante que remover obstáculos é termos pistas novas, que se constroem superando aquilo que chamamos antropocentrismo, que coloca o ser humano no centro de tudo. Essa visão de que o ser humano é o rei e a rainha do universo é uma ideia errada.”¹⁷⁷

Assim configurada, a nova ecologia mental permite conceber o ser humano como um elo ético e responsável do universo. Neste sentido, Boff defende a necessidade da cooperação de todos com todos. A entre-ajuda é, pois, uma das leis da natureza que possibilita a co-existência e co-evolução dos seres. A cooperação é também uma exigência que se impõe à condição humana a fim de impedir que uma parte da humanidade se aproprie de forma ilimitada dos recursos enquanto outra parte seja condenada a definhar na exclusão e na miséria.

A essa compreensão se ajunta a busca cada vez mais explícita de valores e espiritualidades capazes de garantir significação à vida, à convivência e ao cuidado com tudo o que tem vida. Maneiras de atribuir a origem, a organização e a sustentação do universo a um Criador. Formas de entender as potencialidades e limitações da existência e, inclusive, de acolher a própria morte como parte da vida. Felix Guattari fala da ecologia mental como o conjunto dos *corpus* teóricos que tem o desafio de “reinventar a relação do sujeito com o corpo, com o fantasma, com o tempo que passa, com os ‘mistérios’ da vida e da morte” (2000:16).

A noção de ecologia integral traz a ideia de que o planeta Terra é um corpo ao lado de muitos outros corpos. Entretanto, todos eles estão vinculados entre si à semelhança da relação que se estabelece com as células do corpo humano. Nos povos antigos, nas culturas indígenas e afro-descendentes, essa concepção é mais acentuada. Sentem-se ligados ao universo, considerando-se irmãos das estrelas e filhos do sol. Entre as culturas ocidentais modernas, em geral, verifica-se uma maior inclinação a práticas predatórias decorrentes da visão utilitarista e mercadológica da natureza.

¹⁷⁷. BOFF, Leonardo. Locução no vídeo *As 4 Ecologias*.

Ao referir-se à questão ecológica, Boaventura de Sousa Santos¹⁷⁸ afirma haver diferentes paradigmas que constituem diferentes consciências:

Temos o paradigma indígena que é ecológico, embora ele nunca mencionou a expressão *ecologia*. Essa palavra não existe em Quéchuá nem em Aimara ou Tupi Guarani. Os povos que sempre tiveram uma relação ecológica com a natureza não precisam do termo *ecologia*. Quando falamos de consciência ecológica já estamos a ser eurocêntricos, tomando partido de uma sociedade que tem uma prática anti-ecológica, industrialista, consumista.

Os povos indígenas, além de manterem uma relação harmônica com a natureza, se vêem como parte dela. Para eles, a Terra é “Mãe” (Pacha Mama) e os rios são vistos como “sangue da Mãe”. Os Tupi Guarani historicamente alimentaram o sonho de uma Terra Sem Males, à semelhança da Terra Prometida para o povo hebreu. Conforme alguns autores, essa busca é anterior ao período pré-cabraliano (Vainfas, 1995). Naquele lugar imaginado reinaria a paz, a abundância, a felicidade, a harmonia e não se morreria jamais. A perspectiva de uma ecologia integral não inclui somente a preocupação com outro tipo de sociedade e um novo modelo de desenvolvimento, mas implica necessariamente o bem-estar da natureza.

Esta é a visão de Boff sobre ecologia, entendendo-a como inter-ação e diálogo de todas as coisas existentes entre si. “Tudo o que existe, coexiste. Tudo o que coexiste, preexiste. E tudo o que coexiste e preexistente subsiste por meio de uma teia infinita de relações onicompreensivas. Nada existe fora da relação. Tudo se relaciona com tudo em todos os pontos” (2008:21). O autor compreende que atualmente “todos os seres da Terra estão ameaçados, a começar pelos pobres e marginalizados. E desta vez não haverá uma arca de Noé que salve alguns e deixe perder os outros. Ou todos nos salvamos, ou todos corremos o risco de nos perder” (2008:28). O autor sustenta a necessidade de superar o antropocentrismo e enfatiza a importância de respeitar os direitos humanos e ambientais, pois a Terra como um todo possui dignidade.

3. A evolução da ideia de desenvolvimento

Embora já existisse como meta desde o início da Revolução Industrial, o conceito de “desenvolvimento” foi sistematizado somente após a 2ª Guerra Mundial.

¹⁷⁸. Professor Catedrático na Universidade de Coimbra e Distinguished Legal Scholar da Universidade de Wisconsin-Madison e Global Legal Scholar da Universidade de Warwick. Diretor do Centro de Estudos Sociais (CES) da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. Entrevista concedida dia 01 de abril de 2009.

A propagação da ideia desenvolvimentista deveu-se aos Estados Unidos que começavam, naquele período, a se empenharem para consolidar a sua hegemonia internacional. Em seu discurso de posse, janeiro de 1949, o presidente norte-americano, Harry Truman, anunciou: “É preciso que nos dediquemos a um programa ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nosso progresso industrial disponíveis para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas (...). O que imaginamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma distribuição justa e democrática” (*Apud* Esteva, 2000:59-60).

Ao utilizar a expressão “áreas subdesenvolvidas”, o presidente concedeu um novo sentido ao desenvolvimento e atribuiu aos Estados Unidos a missão de promovê-lo no mundo, sobretudo nos países considerados subdesenvolvidos. O significado ideológico do conceito passou a ter uma força simbólica semelhante ao colonialismo do século XIX, agora com enfoque centrado no setor industrial. Na prática, desenvolvimento foi identificado por muitos com a noção de crescimento, modernização, industrialização, sem que isso implicasse necessariamente distribuição da riqueza. Tal concepção permeou todo o pensamento desenvolvimentista do pós-guerra.

A crença na idéia de desenvolvimento, compreendido como a possibilidade de progresso e crescimento ilimitado, se constituiu como um dos pilares da sociedade industrial ocidental, particularmente em meados dos anos 40, após a Segunda Guerra Mundial, quando o grande desafio era reconstruir as sociedades afetadas pela guerra e ao mesmo tempo estabelecer uma ordem internacional hegemônica num contexto de grandes disparidades entre as nações centrais, urbanizadas e industrializadas e os países periféricos predominantemente rurais e com baixa industrialização (Scotto et al., 2007:15).

São múltiplas e divergentes as compreensões acerca do que seja *desenvolvimento*. Pode-se falar em desenvolvimento como: sinônimo de crescimento econômico; ilusão e manipulação ideológica; possibilidade equitativa, um “caminho do meio”. A primeira concepção toma a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) e da renda *per capita* como fatores básicos para mensurar o desenvolvimento. Sabe-se, porém, que a média geral da renda da população encobre as desigualdades sociais e, portanto, não é um indicador válido para aferir a equidade do desenvolvimento.

Um segundo grupo de analistas vê o desenvolvimento como mera crença, mito ou manipulação. Entre eles está o economista Giovanni Arrighi, que publicou o livro *A ilusão do desenvolvimento*, questionando a viabilidade de algum tipo de

mobilidade ascendente na hierarquia de riqueza da economia capitalista mundial. Na mesma direção, encontra-se o pensamento de Celso Furtado que, em 1974, escreveu o livro *O mito do desenvolvimento econômico*. De acordo com ele, ao se acreditar nesse mito, desvia-se a atenção das necessidades fundamentais da coletividade para concentrar-se nos investimentos, exportações e simples crescimento da economia.

Para Furtado, o *mito do desenvolvimento* consolidou a crença em um conjunto de verdades tidas como indiscutíveis, levando a população pobre a fazer sacrifícios e a se submeter às imposições do capitalismo. Ao serem transformados em mitos do século XX, o crescimento econômico e o progresso técnico-científico aprofundaram as contradições sociais. A ideia do desenvolvimento acabou por se configurar em ilusão para muitos e subordinação dos países do Sul pelos países do Norte; acelerou a exploração predatória dos recursos naturais e aumentou as disparidades de renda.¹⁷⁹

Furtado afirma que a difusão do elevado padrão individualista de consumo torna esse modelo de desenvolvimento impossível, insuportável, um verdadeiro mito em função de condicionantes histórico-estruturais que, para garantir o desenvolvimento econômico de alguns, submete populações inteiras à dominação e exploração. A ideia de desenvolvimento funcionou como “armadilha ideológica inventada para perpetuar as assimétricas relações entre as minorias dominantes e as maiorias dominadas, nos países e entre países” (Veiga, 2008:79).

Desenvolvimento é assunto amplo, envolvendo questões relativas à saúde, trabalho, cultura, educação, moradia, segurança, enfim, qualidade de vida. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), promover o desenvolvimento consiste acima de tudo possibilitar às pessoas o acesso aos instrumentos necessários para viverem o tipo de vida que escolherem. Refutar o desenvolvimento como mero crescimento econômico ou como simples quimera e buscar o “caminho do meio” é o mais desafiador. Implica articular decisões políticas com recursos econômicos, democracia com garantia de direitos, bem-estar social com preservação do meio ambiente etc.

Diante do agravamento da crise ambiental, emergiu a proposta do chamado *ecodesenvolvimento*¹⁸⁰ que sugere a subsidiaridade, ou seja, a resolução local dos

¹⁷⁹. Diversos teóricos criticaram essa visão economicista (*growth-centred*), industrialista, tecnologista, quantitativista, produtivista, consumista e uniformizadora do desenvolvimento. Entre eles: François Perroux, Dudley Seers e Gunnar Myrdal.

¹⁸⁰. As múltiplas faces da crise econômica, política, social e ambiental geradas pelo desenvolvimento capitalista resultaram na formulação de diferentes derivações conceituais: *Desenvolvimento*

problemas particulares e a relação simbiótica entre o ser humano e a natureza. Introduzido por Maurice Strong, o termo “ecodesenvolvimento” foi largamente difundido pelo economista Ignacy Sachs, a partir de 1974, o qual apontou *cinco dimensões de sustentabilidade*: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. Referido autor adota a compreensão de um desenvolvimento endógeno e harmônico, baseado na utilização criteriosa de recursos locais, sem esgotar a natureza. Segundo ele, o desenvolvimento deve contemplar a eficiência econômica, a justiça social e a prudência ecológica. O ecodesenvolvimento desencadeou muitas experiências em volta do mundo, provocando o surgimento de tecnologias, políticas, centros de pesquisa e programas sociais. Para alguns autores, seus pressupostos também serviram de base para a criação do conceito de *desenvolvimento sustentável*.

No início dos anos 1970, como reação à estrita racionalidade econômica que inspirou as políticas do desenvolvimento dominante, surgiu a teoria do *desenvolvimento alternativo*. De acordo com Sousa Santos e Rodríguez (2002:46-48), a perspectiva do desenvolvimento alternativo sublinha a necessidade de subordinar os fins econômicos à proteção da sociedade, promovendo melhores condições de vida à população em geral, sobretudo para os setores marginalizados; inspira-se nos valores da igualdade, da cidadania e da inclusão social; propõe como atores centrais do desenvolvimento os sujeitos coletivos, isto é, as comunidades organizadas; sugere alternativas de produção e intercâmbio baseadas em iniciativas coletivas com gestão solidária; favorece estratégias econômicas autônomas. Contudo, esta linha de pensamento e ação não rejeita a ideia de crescimento econômico. Pretende apenas impor-lhe limites. Ao invés do desenvolvimento “de cima para baixo”, busca o desenvolvimento de “baixo para cima”.

Múltiplas organizações e iniciativas econômicas se alinham na direção do desenvolvimento alternativo. Entre elas, estão: movimentos sociais populares do campo e da cidade, ONGs, comunidades, associações de moradores, cooperativas de trabalhadores, programas de apoio às classes populares como as experiências de microcrédito e bancos comunitários, formas alternativas de produção, distribuição, consumo e ações para diminuir os impactos do pós-consumo. O desenvolvimento

Integrado (anos 1960, tendo uma nova versão nos anos 1990), *Desenvolvimento Comunitário* (anos 1960), *Ecodesenvolvimento* (anos 1970), *Desenvolvimento Alternativo* (anos 1970 e 1980), *Outro Desenvolvimento* (anos 1970), *Desenvolvimento Participativo* (anos 1980 e 1990), *Desenvolvimento Sustentável* (anos 1980 e 1990), *Desenvolvimento Endógeno* (anos 1980 e 1990), *Desenvolvimento Humano* (anos 1990) etc.

alternativo serve de inspiração a pequenos grupos bem como a iniciativas de porte maior como é o caso do Complexo de Mondragón (Espanha), da economia solidária (Brasil), das cooperativas (sobretudo na Colômbia, Moçambique e Índia) e outras. Esse modelo incorpora estratégias e argumentos contra a globalização hegemônica e tem como paradigma a justiça social, a democratização da riqueza, a sustentabilidade ambiental e o respeito à diversidade cultural.

Para os autores citados, esta forma de desenvolvimento apresenta significativas limitações no sentido de não conseguir desencadear alternativas econômicas emancipatórias. Daí apontarem para a necessidade de buscar *alternativas ao desenvolvimento* capitalista. Além de enfatizar o aspecto local e promover a autonomia comunitária, as propostas de alternativas ao desenvolvimento “radicalizam a crítica à noção de crescimento e, por conseguinte, exploram alternativas pós-desenvolvimentistas” (Santos e Rodríguez, 2002:53-54). Isso inclui uma contundente oposição à ideia de desenvolvimento sustentável, dado que o único desenvolvimento sustentável seria o “desenvolvimento sem crescimento” (Daly, 1996), o que implicaria o abandono do projeto eurocêntrico, hierárquico e patriarcal de desenvolvimento.

Ainda baseado em Sousa Santos e Rodríguez, o enfrentamento da ordem capitalista do desenvolvimento requer a valorização da diversidade das culturas, das formas de produzir e de satisfazer necessidades. Entre as inúmeras organizações e movimentos que se orientam nessa direção, está incluída

a resistência de grupos indígenas de todo o mundo aos projetos de desenvolvimento econômico que põem em perigo a sua cultura e, com ela, a sua sobrevivência física, como a luta do povo U’wa, na Colômbia, contra a exploração de petróleo (...). Lutas similares, pela afirmação cultural e a proteção do meio ambiente, a partir de uma perspectiva antidesenvolvimentista, proliferam atualmente em todo o mundo, impulsionados por uma combinação de ativismo local e redes de ativismo global (2002:56).

Possivelmente, o caso mais expressivo de resistência contra-hegemônica seja a luta do povo indiano frente ao colonialismo inglês, inspirada na ideia de *swadeshi* formulada por Gandhi.¹⁸¹ Ao longo da história do capitalismo, a ideia de desenvolvimento tem gerado diversos tipos de problemas, como afirma Souza (1992:15):

¹⁸¹. Swadeschi foi o modelo econômico, político e social que Gandhi propugnou para a Índia após a sua libertação do jugo colonial inglês.

No Brasil, o desenvolvimento constituiu-se basicamente num duplo processo de produção da desigualdade em nível social: através do autoritarismo político e do descaso ou destruição sistemática dos recursos naturais disponíveis em abundância no país. Começamos por destruir os povos indígenas que aqui viviam em paz com a natureza. Depois, operamos o desenvolvimento através da força de trabalho escravo, destruindo gente para mover a economia e acumular riqueza para uns poucos.

Com o processo de industrialização, o ímpeto desenvolvimentista explorou de forma cada vez mais perversa o capital social e ecológico. Para Souza (1992:11), “o capitalismo desenvolveu (bem) para poucos que ficaram muito ricos a partir da participação de poucos; o socialismo desenvolveu para muitos (e mal) a partir da participação de poucos. A crítica diagnosticou a exclusão econômica e política como causa do fracasso comum dos dois modelos históricos presentes na agenda da chamada modernidade”. Nesse sistema, as contradições são acentuadas inclusive com o patrocínio do Estado, que funciona como “organizador e garantidor das relações de exploração e de dominação que asseguram a estrutura de classes da sociedade civil e a desigualdade social” (Wanderley, 2005:31).

Na ótica capitalista, as barragens são apresentadas como indispensáveis mecanismos para garantir o desenvolvimento econômico, o que preocupa os membros do MAB. A propósito, José H. Mecca,¹⁸² um dos coordenadores do Movimento, afirma:

Ou fazemos uma transformação profunda nas matrizes produtivas, sobretudo na indústria, na agricultura, no jeito de lidar com o meio ambiente, ou não haverá alternativas. Ou a gente acaba com a máquina que está nos destruindo ou não tem como outro projeto se sustentar. Não existe nenhum planeta que possa aguentar o grau de consumismo e destruição que temos hoje. Esse modelo de desenvolvimento se baseia na exploração e no saqueio da natureza: minério, floresta, água e energia. A energia e a água são as duas coisas mais cobiçadas e necessárias.

Em linhas gerais, atualmente é possível identificar diversificadas concepções em torno do tema do desenvolvimento, as quais podem ser sintetizadas em três grandes linhas, a saber: a) Desenvolvimento capitalista como sinônimo de crescimento econômico e lucro a qualquer custo; b) Alternativas ao desenvolvimento vigente, na

¹⁸². Entrevista concedida dia 05 de outubro de 2007.

perspectiva do ecossocialismo; c) Desenvolvimento sustentável, um conceito eivado de ambiguidades desde a sua origem, sobre o qual irei refletir a seguir.

4. O paradigma do desenvolvimento sustentável

A ideia do desenvolvimento sustentável é um dos grandes motes da atualidade, apresentada como utopia por uns e como projeto possível e necessário por outros. Alguns a menosprezam ou a combatem, enquanto outros a defendem como salvação diante do quadro de crises conjugadas que atingem a humanidade. O assunto é complexo, ambivalente e até contraditório.

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), criada em 1983, congregou representantes de governos, de ONGs e da comunidade científica de vários países do Hemisfério Norte, e foi presidida pela então Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, motivo pelo qual ficou conhecida como Comissão Brundtland. Entre as novidades apresentadas pelo documento produzido – *Our common future* (1987) – lançado no Brasil sob o título *Nosso Futuro Comum* (1988), está a definição de *desenvolvimento sustentável* como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”. O texto afirma que essa concepção contém dois conceitos-chave:

O conceito de “necessidade”, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade; a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras. (...) Para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham atendidas as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor (CMMAD, 1991:46-47).

Diversos autores discutem a abrangência desta categoria, vendo nela uma forma de qualificação da prática do crescimento econômico, como analisa Binswanger (2002:41):

O desenvolvimento sustentável deve ser visto como uma alternativa ao conceito de crescimento econômico, o qual está associado a crescimento material, quantitativo, da economia (...). Admitindo-se que a natureza é a base necessária e indispensável da economia moderna, bem como das vidas das gerações presentes e futuras, desenvolvimento sustentável significa qualificar o crescimento e reconciliar o desenvolvimento econômico com a necessidade de se preservar o meio ambiente.

Na Conferência Mundial sobre a Conservação e o Desenvolvimento, promovida pela União Internacional pela Conservação da Natureza, em Ottawa, Canadá (1986), “o conceito desenvolvimento sustentável e equitativo foi colocado como um novo paradigma, tendo como princípios: integrar conservação da natureza e desenvolvimento; satisfazer as necessidades humanas fundamentais; perseguir equidade e justiça social; buscar a autodeterminação social e respeitar a diversidade cultural; manter a integridade ecológica” (Montibeller-Filho, 2001:47-48).

Alguns estudiosos, entre os quais Haavelmo e Hansen (1991), apontam contradições na tese do desenvolvimento sustentável. Para eles, a proposição básica de “produzir mais com menos”, presente no Relatório Brundtland, implica aceitar que o padrão de consumo vigente seja mantido, expandido e difundido globalmente. Para os autores, outro equívoco está no exagerado otimismo em torno da tecnologia, vendo-a como capaz de realizar o “milagre” de produzir cada vez mais, utilizando cada vez menos recursos naturais. “Embora seja um documento considerado mais realista, diminuiu o tom de crítica à sociedade industrial e aos países industrializados, se comparado com os documentos anteriores. Ainda mais, propôs como premissa para o desenvolvimento dos países não industrializados um incremento maior de desenvolvimento nos industrializados e se omitiu cabalmente quanto ao nível de consumo máximo” (Camolesi, 2004:23).

A partir da constatação de que o planeta é finito e que há problemas comuns à humanidade, a Comissão Brundtland teve como preocupação básica apontar desafios e compromissos também comuns. Porém, segundo Philippe P. Layrargues,¹⁸³ “na tentativa de generalizar os fatos, omite um contexto histórico, e cria o ‘homem abstrato’, cuja conseqüência significa a retirada do componente ideológico da questão ambiental, que passa a ser considerada com certa dose de ingenuidade e descompromisso, frente à falta de visibilidade do procedimento histórico que gerou a crise ambiental”. A Comissão considerou que a pobreza generalizada não seria apenas um mal em si mesmo, mas um desafio coletivo, pois um mundo marcado pela pobreza endêmica estará sempre sujeito a catástrofes ecológicas e de outra natureza.

O relatório mostra que “a pobreza é uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais no mundo. Portanto, é inútil tentar abordar esses problemas sem uma perspectiva mais ampla, que englobe os fatores

¹⁸³. Cf. http://material.nerea-investiga.org/publicacoes/user_35/FICH_UK_32.pdf

subjacentes à pobreza mundial e à desigualdade internacional” (1991:4). Neste sentido, Layrargues afirma que

tal idéia sugere uma circularidade como uma retroalimentação positiva, isto é, quanto mais pobre, maior pobreza haverá. Ocorre a partir daí uma intensa propaganda em torno do círculo vicioso da pobreza, com o propósito de justificar a necessidade da continuidade do crescimento econômico, e omitir o peso da responsabilidade ambiental do consumo excessivo do Norte, a poluição da riqueza. Acredita-se também que o crescimento econômico pode continuar indefinidamente no mesmo ritmo, desde que ocorram modificações tecnológicas no sentido de tornar sobretudo os insumos energéticos mais econômicos e eficientes.¹⁸⁴

Organizações não-governamentais, movimentos populares e militantes sociais dos países do Sul criticaram de forma incisiva o Relatório Brundtland “por apresentar uma visão a-histórica das necessidades humanas e ignorar as relações desiguais que impõem aos países em desenvolvimento os custos sociais e ambientais do crescimento dos países desenvolvidos. O crescimento nos países industrializados teria como contrapartida o aumento do impacto ambiental e da pobreza nos países subdesenvolvidos” (Vieira, 2005:131).

A expressão *desenvolvimento sustentável* é utilizada atualmente de modo ostensivo nas mais diversas áreas e campos, instâncias e grupos de interesses. Ela aparece ligada a estudos científicos, indicadores, planos de ação empresarial, políticas de Estado, projetos de ONGs, bandeiras de movimentos sociais, programas de partidos políticos, orientações produtivas, comerciais, de consumo etc. Constitui-se, porém, em um conceito polêmico, com preceitos e bases teóricas bastante genéricas. Sua ambiguidade decorre do “caráter abrangente que tornou seu conteúdo atraente para diversos segmentos sociais” (Santiago & Vilela, 2006: 102-103). O discurso que incorpora a adjetivação *sustentável* para o desenvolvimento é propagado pelo pensamento hegemônico a todos os quadrantes como “política ecologicamente correta” e aplicada como precioso substrato da nova geopolítica mundial. A ideia é apresentada como a grande e “revolucionária” novidade do capital internacional, agora em sua fase mais perversa – a financeira.

José Eli da Veiga (2008) caracteriza o desenvolvimento sustentável como um “enigma à espera de seu Édipo” para decifrá-lo. Para isso, é preciso discutir o complexo substantivo (desenvolvimento) e sua não menos controvertida adjetivação

¹⁸⁴. Idem.

(sustentável). Segundo o autor, a noção de desenvolvimento sustentável “deve ser entendida como um dos mais generosos ideais surgidos no século passado, só comparável talvez à bem mais antiga ideia de ‘justiça social’. Ambos são valores fundamentais de nossa época por exprimirem desejos coletivos enunciados pela humanidade, ao lado da paz, da democracia, da liberdade e da igualdade” (2008:14). Porém, nada garante que esses ideais sejam concretizáveis para o conjunto da sociedade dentro do capitalismo.

Precavido às generalidades e absolutizações, Ignacy Sachs distingue sustentabilidades parciais e sustentabilidades globais, apresentando a justiça social e a democracia plena como valores básicos para o desenvolvimento integral. Este autor ressalta a importância dos indicadores quantitativos e qualitativos para classificar o teor do desenvolvimento, bem como a sua efetividade prática.

A discussão sobre a *sustentabilidade* sugere, no mínimo, três posturas teóricas: 1) Dos que acreditam não existir dilema e incompatibilidade entre preservação ambiental e crescimento econômico; 2) Dos céticos que julgam não haver alternativa à decadência ecológica senão mediante a chamada “condição estacionária” do crescimento; 3) Dos que apostam na possibilidade de um desenvolvimento capaz de garantir o progresso econômico e social sem destruir o meio ambiente. Ao tratar do tema, Ignacy Sachs afirma que a adjetivação deveria ser desdobrada em socialmente *includente*, ambientalmente *sustentável* e economicamente *sustentado* no tempo (*Apud* Veiga, 2008:10).

Portanto, a abordagem do desenvolvimento sustentável faz emergir de imediato uma série de questões que podem ser reunidas em três blocos: 1) Sobre o *desenvolvimento*: Que tipo de desenvolvimento – econômico ou humano? Para quem – includente ou excludente? Com que conteúdo ético – baseado na exploração ou na justiça socioambiental?; 2) Sobre as *necessidades* referidas na conceituação: Quais são as necessidades a que todos têm direito de satisfazer? Como estabelecer o limite entre necessidades “naturais” coletivas e necessidades criadas pelo desejo e interesse particular?; 3) Sobre a *sustentabilidade*: Quais os indicadores de sustentabilidade mínimos a serem levados em consideração para garantir a justiça socioambiental às atuais e futuras gerações? Como mensurar o custo ecológico da sustentabilidade? Sustentabilidade do que: do capitalismo ou da vida humana e do planeta?

5. A insustentabilidade do desenvolvimento capitalista

Se a novidade discursiva do desenvolvimento sustentável não é um arcabouço de consensos teóricos – e nem poderia ser –, isso não é o bastante. Ocorre que, em nome da referida novidade, desencadeiam-se práticas tão tradicionais como sempre foram ou tão perniciosas como nunca ousaram ser. O discurso da sustentabilidade e da responsabilidade social e ambiental inserida nas agendas de muitos empreendimentos permite que se legitimem visões mercadológicas na expropriação da força de trabalho. Do mesmo modo, pode dissimular abusos na utilização ou exploração dos bens naturais. O agronegócio, por exemplo, é, em tese, o maior “defensor” do meio ambiente. Porém, sabe-se ser um dos grandes responsáveis pela depredação ambiental atual.

Sob a lógica do mercado total e do consumo desenfreado, constata-se por todos os lados, graves e crescentes problemas socioambientais. Entre eles, o desmatamento, o aumento de resíduos poluentes e tóxicos, a emissão de gases de efeito estufa, o esgotamento dos recursos naturais, a destruição da biodiversidade, as desigualdades econômicas, a exclusão social etc. Nesse contexto de *modernidade líquida* (Bauman) e globalização neoliberal, alguns se preocupam em encontrar meios para dar sustentação à ordem capitalista. Outros se empenham de modos diversos para encontrar alternativas de enfrentamento a esse modelo de desenvolvimento econômico, visto como insustentável.

Após a Segunda Guerra Mundial, com o avanço da indústria, os Estados Unidos e os países capitalistas da Europa passaram a disputar “palmo a palmo” os países subdesenvolvidos do chamado “Terceiro Mundo” para impor a ordem internacional hegemônica. “O desenvolvimento foi então identificado com o crescimento econômico, tecnológico, urbano e a internacionalização da lógica da acumulação e da produção capitalista em todas as esferas da vida social” (Scotto et al., 2007:16). Nos países que seguiram a orientação do Consenso de Washington (1989), embora com impactos diferenciados, a política neoliberal aprofundou a desordem social e ecológica.

Conforme Liszt Vieira (2005:127), “as teorias de desenvolvimento do século XX, baseadas na idéia de que somente o crescimento econômico poderia promover o progresso social, melhorar a qualidade de vida e reduzir as desigualdades, não foram confirmadas pela História. Ao contrário, o crescimento econômico trouxe consigo o aumento da pobreza e da desigualdade social.” Hoje, a sustentabilidade do planeta

tornou-se um tema político denso. De acordo com Maria Adélia de Souza (2008:16), a sustentabilidade é

o discurso político poderoso e falacioso como foi outrora aquele do desenvolvimento no qual os países pobres acreditaram por mais de meio século. Nesse caso, contrariamente à sua proposta, os países aumentaram o número de pobres e a pobreza alcançou classes que se imaginavam protegidas das perversidades de um modo de produção que tem na sua essência a preocupação com o mercado e não com a humanidade, ou seja, a vida no planeta (...). O caminho político do modo de produção, malgrado a reciclagem dos discursos, permanece o mesmo: a busca do lucro, a extração da mais-valia, agora facilitada pelos meios técnicos dando-se em escala mundial, e um imenso e acelerado processo de segregação socioespacial.

O capitalismo não atinge os quesitos de sustentabilidade porque não responde a três equidades básicas: *ambiental, econômica e social*. Ele se reproduz à custa da depredação do meio ambiente, da concentração da riqueza e da exclusão de setores da população, respectivamente. A ideia de desenvolvimento socioeconômico é sempre conflitiva porque envolve interesses de classes; encerra visões paradoxais de cultura, de natureza e de bem comum. Enquanto, para uns, desmatar, praticar a monocultura em grande escala, estimular a indústria pesada, o mercado total e a exportação são sinônimos de desenvolvimento; para outros, essas práticas representam exatamente o contrário. A propósito, o líder indígena José Sizenando afirma:¹⁸⁵ “Para nós, desenvolvimento é manter a floresta nativa em pé e não plantar toda essa imensidão de eucalipto”.

O atual modelo de desenvolvimento capitalista mostra-se cada vez mais insustentável tanto social quanto ecologicamente. Não garante a democracia econômica, a preservação ambiental, os direitos humanos e a justiça social para todos. O uso do conceito *desenvolvimento sustentável* sem análise crítica da estrutura e funcionamento da sociedade pode camuflar as desigualdades e injustiças sociais. No capitalismo, tal conceito constitui-se em uma verdadeira metáfora ideológica em torno da qual o sistema se consolida, se justifica e se propaga. De certa forma, “acabou se legitimando para negar a incompatibilidade entre o crescimento econômico contínuo e a conservação do meio ambiente. Ou ainda, para afirmar a

¹⁸⁵. José Sizenando é cacique da aldeia Tupiniquim Caieiras Velhas. Entrevista realizada dia 08 de julho de 2007 na Associação Indígena Tupiniquim Guarani (AITG), município de Aracruz/ES.

possibilidade de uma conciliação desses dois objetivos, isto é, de crescer sem destruir” (Veiga, 2008:189).

A insustentabilidade dessa lógica também se expressa nos altos índices de poluição e nas conseqüências geradas por ela na área da saúde. Conforme o Ministério da Ciência e Tecnologia, as emissões de gás carbônico no Brasil cresceram 45% entre 1994 e 2005. O desmatamento responde por 75% das emissões, tornando o país o 5º maior poluidor global. Vale recordar que, nesse mesmo período, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu apenas 2,5%. “Ao fim de cada ano, o país deve mostrar que cresceu mais que no ano anterior. Desse imperativo nasceu o mito do desenvolvimento ilimitado, que domina como um pesadelo todas as sociedades há, no mínimo, quinhentos anos” (Boff, 2008:36). Segundo o autor, o que está em crise hoje não é apenas o modelo de desenvolvimento, mas a própria civilização.¹⁸⁶

Diante do mercado que estimula o crescimento contínuo e descontrolado da produção e consumo, alguns autores – entre os quais Serge Latouche – defendem o *decrescimento sustentável*, apontando para a necessidade de produzir somente o necessário, isto é, nada de supérfluo. “A tese do decrescimento baseia-se na hipótese de que o crescimento econômico – entendido como aumento constante do PIB – não é sustentável para o ecossistema global. Esta idéia é oposta ao pensamento econômico dominante, segundo o qual a melhoria do nível de vida seria decorrência do crescimento do PIB e assim o aumento do valor da produção deveria ser um objetivo permanente da sociedade”.¹⁸⁷

Os defensores do decrescimento sustentável argumentam que, em função dos recursos naturais serem limitados, o crescimento infinito não é possível. Dessa forma, a melhoria das condições de vida deve ser obtida sem o aumento do consumo, mas mudando-se o seu padrão e as suas estratégias. De acordo com os teóricos do decrescimento sustentável, o PIB é um referencial que mede apenas parcialmente a riqueza e não consegue aferir, por exemplo, a saúde dos ecossistemas, a equidade, o caráter democrático das instituições etc. Por isso, propõem a utilização de outros

¹⁸⁶. “A cada ano, jogamos 27 bilhões de toneladas de dióxido de carbono na atmosfera. Hoje o império norte-americano tem a capacidade de exterminar a espécie humana de 25 formas diferentes e atingir profundamente o Planeta Terra. Por causa da irresponsabilidade do nosso processo civilizatório de explorar de forma ilimitada e agressiva todos os recursos, a Terra entrou em profundo desequilíbrio” (BOFF, Leonardo. Conferência proferida durante o 6º Encontro Nacional Fé e Política, em Nova Iguaçu/RJ, 11 de novembro de 2007).

¹⁸⁷.Cf. http://pt.wikipedia.org/wiki/Decrescimento_sustent%C3%A1vel

indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a Pegada Ecológica e o Índice de Saúde Social.

Semelhantes princípios são defendidos pela *economia ecológica* ou ecoeconomia, que é uma corrente de pensamento que se ocupa da inter-relação entre economia e meio ambiente. Mais precisamente, trata das disfunções e problemas provocados pelo desenvolvimento capitalista. Como afirma Joan M. Alier (2007:45), “a economia ecológica é um campo de estudos transdisciplinar estabelecido em data recente, que observa a economia como um subsistema de um ecossistema físico global e finito. Os economistas ecológicos questionam a sustentabilidade da economia devido aos impactos ambientais e a suas demandas energéticas e materiais, e igualmente devido ao crescimento demográfico”. O mesmo autor acrescenta que “a economia ecológica difere da economia ortodoxa pela sua insistência em assinalar a incompatibilidade do crescimento econômico com a conservação em longo prazo dos recursos e dos serviços ambientais” (Alier, 2007:59).

A economia ecológica assinala a incompatibilidade do crescimento econômico atual com a preservação ambiental. Acerca disso, afirma Daly e Farley (2008:33):

Este tipo de crescimento, como é obvio, não pode continuar indefinidamente, porque a terra e os seus recursos não são infinitos. O facto de o crescimento ter de parar não implica, de forma alguma, o fim do desenvolvimento, o qual definimos como mudança qualitativa, realização de potencial, evolução no sentido de uma estrutura ou sistema melhorado, mas não maior – um aumento na qualidade dos bens e serviços (em que a qualidade é medida pela capacidade de aumentar o bem-estar humano) proporcionados por uma dada produção.

Para explicar a diferença entre crescimento e desenvolvimento, os autores utilizam a metáfora do corpo humano que, chegada a uma determinada idade, deixa de crescer fisicamente, o que não significa que não desenvolva outras potencialidades. Assim, também aconteceria na sociedade em relação à economia e à vida das pessoas. De modo diferenciado, Alier (2007:47) afirma que “desenvolvimento” é uma palavra detentora de uma forte conotação de crescimento econômico e modernização uniforme. Por isso ele entende que seria melhor falar somente de “sustentabilidade”.

Uma das críticas da economia ecológica diz respeito às trocas desiguais, ou seja, aos preços praticados pelo mercado que não levam em conta os desgastes ambientais e os impactos sociais para a produção de mercadorias. No livro *O preço da riqueza* (1995), Elmar Altvater mostra que o custo para gerar a riqueza de uns é a miséria

social e ambiental de outros. A contribuição da economia ecológica está relacionada, pois, ao desenvolvimento de indicadores físicos de (in)sustentabilidade, examinando a economia nos termos de um “metabolismo social”. “Os economistas ecológicos também trabalham com a relação entre direitos de propriedade e de gestão dos recursos naturais, modelando as interações entre economia e meio ambiente, utilizando ferramentas de gestão como avaliação ambiental integrada e avaliações multicriteriais para a tomada de decisões, propondo novos instrumentos de política ambiental” (Alier, 2007:45).

O referido autor faz uma distinção entre *sustentabilidade fraca* e *sustentabilidade forte*. A sustentabilidade fraca é aquela que procura compensar o desgaste do “capital natural” pelo capital manufaturado, isto é, fabricado pelo homem. Ao contrário, o conceito de sustentabilidade no sentido forte da palavra refere-se à conservação dos recursos e serviços do ambiente natural, os quais devem ser avaliados através de uma série de indicadores físicos. A sustentabilidade forte também leva em consideração os conflitos ecológicos distributivos.

Ainda de acordo com Alier (1994:203), “são os movimentos sociais, e não os preços, que revelam os custos ecológicos. Assim a pressão política do movimento ambientalista em relação à determinada área degradada faz aparecer, pelo menos em parte, o custo de sua necessária recuperação”. A propósito dessa concepção, uma das proposições de alguns economistas ecológicos é fortalecer a luta do *ecologismo popular* diante do capitalismo a fim de garantir a justiça ambiental, melhorando as condições de saúde e segurança nos locais de trabalho, eliminando resíduos tóxicos, preservando florestas etc.

Acerca da noção de desenvolvimento sustentável, o professor Arsênio O. Sevá avalia que, no começo, foi uma bandeira interessante, servindo de contraponto à reflexão sobre o desenvolvimentismo “galopante” que se impunha. Hoje, porém, na sua visão, este discurso não só é uma falácia como também uma “arma perigosa” na medida em que passou a ser utilizado de forma indiscriminada por todo mundo. “Quando você, que é pobre, levanta a bandeira do desenvolvimento sustentável e vê que do seu lado tem uma grande empresa poluidora ou exploradora fazendo o mesmo, alguma coisa está errada”, conclui o professor.¹⁸⁸

¹⁸⁸. Entrevista concedida em 13 de março de 2008.

Na receita capitalista, não existe possibilidade de uma saída vantajosa para todos. Enquanto, para a classe dominante, o presente e o futuro são orientados pela segurança do capital; para os pobres e excluídos, o presente é dramático e o futuro foi roubado. A partir da Conferência da ONU, em 1992, a ideia da sustentabilidade virou uma bandeira das corporações poluidoras. Ainda no entendimento do professor Sevá, nesse processo falta a velha bandeira do socialismo, da igualdade social, da fraternidade e da solidariedade. Segundo ele, em muitos casos falta cultura política; noutros, sobra oportunismo para manter o poderio.

O imperativo intrínseco do modo de produção capitalista é “acumular ou morrer”. Quando ele fala em desenvolvimento não se refere ao sentido psicológico, social, afetivo, cultural ou humano, senão à acumulação de capital para dominar. Nesta perspectiva, Montibeller-Filho analisa que

mesmo a presença de critérios para atingir uma racionalidade ambiental não levará ao desenvolvimento sustentável o capitalismo. A racionalidade dominante no sistema é a econômica, e, portanto, decisões que ponham efetivamente em risco a possibilidade de acumulação continuada do capital não podem ser tomadas. A abordagem que admite a possibilidade de racionalidade ambiental no capitalismo desconsidera os condicionantes do sistema sobre os decisores (2001:173).

O debate sobre o desenvolvimento coloca frente a frente visões antagônicas. O pensamento empresarial, por exemplo, afirma que o desenvolvimento tem um preço possível de ser amortizado economicamente pelo princípio *poluidor-pagador*. Entretanto, sabe-se que nem toda dívida pode ser ressarcida com recursos financeiros. Para Montibeller-Filho (2001:281), “o segmento empresarial faz uma apropriação mercadológica do conceito de desenvolvimento sustentável e limita sua atuação às questões relacionadas ao ambiente físico”. A ideia é compartilhada por Plínio de Arruda Sampaio quando afirma que a expressão desenvolvimento sustentável é “muito perigosa por ser utilizada pelos institutos internacionais do capitalismo para propor um pacote tecnológico que, na verdade, não é ecológico”.¹⁸⁹

Na opinião de Mohamed Habib,¹⁹⁰ o Brasil e o mundo não se desenvolvem devidamente, pois o desenvolvimento é um processo saudável, bonito e correto. “O

¹⁸⁹. Entrevista concedida dia 05 de dezembro de 2008.

¹⁹⁰. Mohamed Habib é diretor do Instituto de Biologia da Unicamp e professor universitário desde 1964. Atua na área de Ecologia Aplicada em Ciências do Ambiente, com pesquisas concentradas na área rural e no ambiente urbano. Trabalha na Unicamp desde 1972. Entrevista concedida em 14 de março de 2008.

atual desenvolvimento da sociedade humana não merece esse nome. Desenvolvimento sustentável é aquele que respeita o ser humano e seus direitos, preserva o meio ambiente e os recursos naturais para hoje e amanhã; que não aceita nenhum processo de exclusão, preconceito ou desintegração. Sustentabilidade significa durabilidade, o que só é possível com justiça”. De acordo com Habib, o capitalismo se replica de forma suicida, levando à desgraça os oprimidos e explorados, bem como seus opressores. A análise encontra respaldo no pensamento de Félix Guattari, segundo o qual,

para onde quer que nos voltemos, reencontramos esse mesmo paradoxo lancinante: de um lado, o desenvolvimento contínuo de novos meios técnico-científicos potencialmente capazes de resolver as problemáticas ecológicas dominantes e determinar o reequilíbrio das atividades socialmente úteis sobre a superfície do planeta e, de outro lado, a incapacidade das forças sociais organizadas e das formações subjetivas constituídas de se apropriar desses meios para torná-los operativos (1990:12).

Os representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens – entrevistados para este trabalho – sustentam uma posição crítica em relação ao assunto. Para Luiz Dalla Costa,¹⁹¹ o discurso do desenvolvimento sustentável é um engodo.

O Banco Bradesco fala em desenvolvimento sustentável e tem até um programa que dá 70 milhões pra proteger a Amazônia. Você começa a olhar os dados e a cada ano vê mais destruição. A Ipiranga diz que cada vez que você abastece o seu automóvel em seus postos, eles plantam uma árvore. Usam-se palavras e não se tem uma prática condizente. Falar em desenvolvimento sustentável no tipo de sociedade que a gente tem é hipocrisia. Só são possíveis novos paradigmas, novas questões para a História se a gente colocar em cheque o modelo econômico e o sistema de produção. No modo de produção capitalista não há desenvolvimento sustentável porque o capitalismo é injusto na sua essência e só funciona se há exploração do homem pelo homem e exploração do ambiente natural.

Analisando as grandes hidrelétricas, o MAB as classifica como projetos insustentáveis. Na compreensão de José Josivaldo de Oliveira,¹⁹² elas geram dramas sociais e agridem de forma terrível a fauna e a flora.

No nosso entendimento, esse discurso que vem sendo vendido pela burguesia não contempla a questão ambiental e muito menos a questão social. Tem-se desenvolvido algumas técnicas para reduzir os impactos ambientais, mas o capital não conseguiu realizar um desenvolvimento igualitário. Quanto mais a economia cresce, mais a população pobre se torna

¹⁹¹. Entrevista concedida em 01 de maio de 2008.

¹⁹². Entrevista concedida dia 11 de setembro de 2008.

vulnerável. A cidade de Porto Velho/RO é um exemplo típico disso. O discurso do desenvolvimento sustentável é muito bem arquitetado, mas é uma grande falácia para convencer as organizações e a sociedade.

Os impactos ambientais do atual modelo de desenvolvimento econômico atingem toda a sociedade e o conjunto do sistema de vida. Porém, são os segmentos menos favorecidos economicamente que sofrem as conseqüências de modo mais acentuado. Entre eles, estão: moradores próximos a indústrias poluentes, pescadores, seringueiros, castanheiros, comunidades indígenas, quilombolas e outras que vivem da existência equilibrada do ecossistema. Também os moradores de encostas perigosas, as comunidades compulsoriamente deslocadas de seu ambiente sociocultural para a construção de hidrelétricas, as populações que vivem nas cercanias de lixões ou lixos tóxicos etc. Todos esses grupos têm uma cidadania precarizada pelas injustiças socioambientais.

As opiniões histórico-críticas tendem a julgar impossível o desenvolvimento sustentável na esfera do capitalismo. Nesse contexto, a sustentabilidade que respeita a equidade *intrageneracional* (qualidade de vida a todos os contemporâneos), *intergeracional* (igual garantia às pessoas das próximas gerações, mediante a preservação do meio ambiente) e *internacional* (do conjunto das nações e países, ou de todo indivíduo independente de sua localização geográfica) torna-se praticamente inviável. Ademais, fica comprometida a democracia participativa, a economia solidária, o respeito à diversidade cultural, a preservação e regeneração da biodiversidade, a produção agro-ecológica, a soberania e a segurança alimentar.

De acordo com Fritjof Capra,¹⁹³ hoje temos todo o conhecimento necessário, todas as técnicas e tecnologias, os modos de organização, articulação e gerenciamento, bem como os meios para irmos em direção à sustentabilidade. O que nos falta são os valores e a vontade política para concretizá-la. A propósito da temática, entre outras questões, permanece a seguinte: A Ciência e a Tecnologia terão

¹⁹³. Cf. Palestra proferida no lançamento do livro de sua autoria “*A Ciência de Leonardo Da Vinci – Um mergulho profundo na mente do grande gênio*”, Editora Pensamento-Cultrix, dia 12 de novembro de 2008, na Livraria Cultura do Conjunto Nacional, em São Paulo. Ver “*Plano B 3.0: Mobilising to Save Civilisation*” (Plano B 3.0: Mobilizando-se para salvar a civilização), escrito por Lester Brown. O livro mostra como os problemas mundiais se interconectam e aponta pistas de solução para tais problemas, citando experiências de diversas partes do mundo. Ao final, mostra que o custo total para salvar a civilização é de cerca de 1/3 do orçamento americano militar ou 1/6 do orçamento militar mundial.

interesse para conter e/ou reparar os efeitos danosos que elas mesmas criaram? E ainda teremos tempo hábil para tal tarefa?

6. Risco e externalidades

Outras duas categorias que também ganham espaço na reflexão sociológica atual são *risco* e *externalidades*, as quais podem ajudar a analisar determinados problemas gerados pelas próprias barragens. Na antiguidade, a sociedade estava muito mais vulnerável aos *perigos naturais*. Além desses, hoje se verificam inúmeros *riscos* criados pela tecnologia, pela política econômica e pela ciência em geral. Alguns autores afirmam que vivemos em uma sociedade marcada pela globalização de riscos. Experimentamos um período-sistema com um alto grau de imprevisibilidade, incertezas e ameaças. Populações e ecossistemas inteiros se encontram em uma fronteira tênue entre a sobrevivência e a extinção.

A esta situação de ingente potencial de autodestruição da humanidade, Ulrich Beck denominou *sociedade de risco*. O marco do início desta fase histórica seria a catástrofe de Chernobyl. “Dado o caráter global dos riscos, perpassando fronteiras de classe e nação, Beck considera que este novo tipo de sociedade já não pode ser explicada como sociedade de classes. Se antes a fome era hierárquica, agora a poluição é democrática: a sociedade de risco significa o fim do outro como categoria social” (Guivant, 1998:18). Para os sociólogos Beck e Giddens, “as sociedades altamente industrializadas, à diferença da sociedade industrial e de classes, própria do início da modernidade, enfrentam riscos ambientais e tecnológicos que não são meros efeitos colaterais do progresso, mas centrais e constitutivos destas sociedades, ameaçando toda forma de vida no planeta e, por isto, estruturalmente diferentes no que diz respeito a suas fontes e abrangência” (Guivant, 1998:19). Na visão de Maria Adélia de Souza,

o período técnico, científico e informacional, produto da acumulação do conhecimento técnico e científico, trouxe para a humanidade a possibilidade de superar a maioria dos obstáculos até então oferecidos pela natureza. Terremotos, tornados, vendavais, *tsunamis*, surpreendiam a todos. Temia-se a natureza. Hoje, eles surpreendem apenas as pessoas e nações pobres, aqueles que não dispõem de informação e conhecimento técnico. Esse é, aliás, o sentido da técnica: criadora permanente de exclusão, pois a informação é o motor da política (2008:31).

Nesta mesma linha de pensamento, Kenneth Gould chama a atenção para a desproporcionalidade dos impactos entre ricos e pobres no sistema capitalista. Afirma que “a distribuição dos riscos ambientais por classe social é uma consequência normal das economias capitalistas (...). Os benefícios econômicos da produção tendem a se concentrar nas camadas mais altas do sistema de estratificação (...). Inversamente, os riscos ambientais gerados pela produção de mercadorias e de serviços tendem a se concentrar nas camadas inferiores do sistema de estratificação” (2004:70). É o que se pode verificar de modo explícito na grande maioria dos casos que envolvem os atingidos pelas barragens, como estou procurando ressaltar neste trabalho.

Os riscos ambientais, sociais e tecnológicos que a sociedade enfrenta não existem apesar do conhecimento acumulado, mas, quase sempre, precisamente por causa disso. Com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, criaram-se novos riscos de alta gravidade e de caráter global. O sociólogo Boaventura de Sousa Santos¹⁹⁴ entende que “o risco é sempre a probabilidade de um acontecimento danoso poder vir a ocorrer. Há aqueles que pensam que por algo ser possível vai acontecer. Por algo ser provável pode acontecer como pode não acontecer. O perigo é uma situação danosa iminente; é a possibilidade da catástrofe. O risco é o risco do perigo e do seu impacto.”

Na classificação do sociólogo português, existem *riscos seguráveis e inseguráveis*, os quais não são conceitos críticos por não evidenciarem a linha abissal que separa os povos do Norte global dos povos do Sul global. Também aponta a existência de muito sofrimento humano que não é contabilizado como risco e como violação dos direitos humanos, a exemplo dos megaprojetos de barragem, do desmatamento, do trabalho escravo e das múltiplas formas de violência. Em contraposição à teoria do risco, Santos apresenta a necessidade de uma visão global, valorizando outros conhecimentos (neocientíficos, populares, urbanos, rurais, indígenas, camponeses...) a que denomina *ecologia dos saberes*.

¹⁹⁴. Afirmação feita durante o seminário “Direito, Justiça e Cidadania no século XXI”, realizado no Instituto Coimbra, em Coimbra, Portugal, dia 19 de junho de 2009, respondendo ao questionamento do autor.

A investigadora do Centro de Estudos Sociais (CES) de Coimbra, Marisa Matias,¹⁹⁵ também diverge do quadro teórico da sociedade de risco, diante do que afirma:

Normalmente a mediação é feita pelos recursos do conhecimento científico e da probabilística. Todas as ameaças e os riscos que não podem ser medidos por uma relação causa-efeito deixam de fazer parte do problema. A maior parte dos impactos sobre as populações é deixada de fora precisamente porque não pode ser traduzida em números e estatísticas. Há dimensões incomensuráveis e há relações que não são estabelecidas em uma cadeia de causalidade convencional e não podem ser ignoradas somente porque não cabem dentro desse esquema de pensamento.

Por outro lado, a Comissão Mundial de Barragens (CMB) entende que a noção de *risco* é fundamental para explicar a forma e o grau como as barragens afetam os direitos humanos básicos e os direitos do ambiente. A CMB chama a atenção para a condição dos atingidos por esses projetos, os quais sofrem sérios riscos involuntários e não têm participação nas decisões sobre a política energética.

Na prática tradicional, a definição de risco restringe-se ao risco dos construtores ou investidores institucionais em termos do capital aplicado e dos retornos esperados. Esses indivíduos, que assumem tais riscos por vontade própria, têm o poder de definir qual o grau e tipo de risco que desejam assumir, e podem definir explicitamente quais são os limites aceitáveis desse risco. Em contraste, como o Estudo Global mostrou, há um grupo muito maior de pessoas que é obrigado contra a sua vontade a correr riscos que são administrados por outros. Via-de-regra, aqueles que correm risco involuntariamente têm pouca ou nenhuma voz ativa na política hídrica e energética em geral, na escolha de projetos específicos ou mesmo na concepção e implementação de um projeto. Os riscos que enfrentam afetam diretamente seu bem-estar individual, seus meios de subsistência, a qualidade de vida e até a sua visão espiritual de mundo e a sua própria sobrevivência.¹⁹⁶

Outro conceito que tangencia esta abordagem é o das *externalidades*. O termo foi cunhado por Alfred Marshall, em 1890, para retratar os efeitos positivos e/ou negativos do mercado para além da esfera econômica propriamente dita. O autor verificou que o preço estabelecido pelo mercado aos bens materiais ou aos serviços destinados à satisfação das necessidades humanas pode não representar com

¹⁹⁵. Entrevista concedida dia 27 de fevereiro de 2009.

¹⁹⁶. Cf. Comissão Mundial de Barragens. *Barragens e Desenvolvimento - Um Novo Modelo para Tomada de Decisões*. Tradução de Carlos Afonso Malferrari, 2000. Disponível em: <http://www.dams.org/>

fidelidade os reais custos e/ou benefícios oriundos da sua produção ou de seu consumo.

A noção de externalidade pode ser aplicada à compreensão dos impactos sociais, econômicos, ambientais e simbólicos sofridos pelas populações atingidas pelas barragens, na medida em que são obrigadas a suportar prejuízos não contabilizados pelos empreendedores. Conforme Henri Acelrad,¹⁹⁷ “externalidade é o nome dado a todo tipo de relação social que o mercado não consegue computar, que o sistema de preços não é capaz de refletir. No caso das questões ambientais – aquelas que põem em jogo o espaço não mercantil do ar, da água e dos sistemas vivos – todo conflito abre a oportunidade para que se desenvolva a discussão política sobre os aspectos territoriais do modelo de desenvolvimento”. De todo modo, vale enfatizar que as externalidades ambientais negativas tornam-se fontes de injustiças sociais.

O economista inglês Arthur Pigou concebeu um método através do qual as externalidades poderiam ser corrigidas ou compensadas, que ficou conhecido como o princípio *poluidor pagador*,¹⁹⁸ isto é, quem polui deve internalizar as externalidades. A proposição teve ampla repercussão e se tornou um dos elementos norteadores do direito ambiental. A ideia do *poluidor pagador* está expressa no artigo 4º, inciso VII da Lei 6.938/81 que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, assim formulada: “À imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos”.

Conforme defensores do princípio *o poluidor paga*, o mesmo “pode ser utilizado do seguinte modo: a) a própria empresa despolui; b) a empresa paga um imposto à sociedade; c) a empresa compra direito (bônus) de poluição em bolsa de valores” (Montibeller-Filho, 2001:91). Referido princípio, sustentado pela chamada *modernização ecológica* (vertente da sociologia ambiental), é muito criticada pela perspectiva marxista por referendar o capitalismo. Essa proposição constitui-se, no dizer de Bauman, uma *apologia à rendição*, sintetizada na seguinte equação: “Este não é o melhor dos mundos imagináveis, mas o único mundo real. Além disso, todas

¹⁹⁷. Entrevista concedida por e-mail em 08 de setembro de 2008.

¹⁹⁸. *Poluidor-pagador* (pollueur-payeur) tornou-se um mote utilizado por diversos setores sociais preocupados com a tutela ambiental e um elemento básico na formulação de políticas de proteção do meio ambiente. Outros preferem a expressão *usuário-pagador*, numa interpretação mais precisa de que o problema não se restringe à poluição, mas inclui a degradação e exaustão dos recursos ambientais.

as alternativas são, devem ser e se revelarão piores se experimentadas na prática” (2000:12).

Na visão de Leonardo Boff, os maiores problemas ecológicos na atualidade são a sociedade dividida em classes e a consequente exclusão social.¹⁹⁹ Para ele, “a lógica que explora as classes e submete os povos aos interesses de uns poucos países ricos e poderosos é a mesma que depreda a Terra e espolia suas raízes, sem solidariedade para com o restante da humanidade e para com as gerações futuras” (Boff, 2004:11). Na mesma direção, Arsênio O. Sevá²⁰⁰ entende que o capitalismo é incompatível com a sustentabilidade do planeta. Exemplo disso são, sobretudo, a situação das metrópoles e a poluição dos rios. “O Rio Tietê, em São Paulo, por exemplo, se transformou num grande esgoto a céu aberto. Descendo uns 200 Km, ele começa ter cara de lago por causa das barragens. Esse é um gravíssimo problema e pouca gente se dá conta”.

No rol daquilo que se poderia denominar como externalidade aguda do sistema, está o consumo exagerado de recursos naturais somado aos impactos sociais e econômicos dele decorrentes. De acordo com Josué de Castro,

foi a partir da segunda Revolução Industrial que o Homem se tornou um agente poluidor incomparável e perigoso para sua própria existência. Ele tem cometido tantas agressões à natureza que desencadeou uma espécie de revolta da natureza contra si mesmo. E, agora, está ameaçado (...). Ora, as radiações atômicas, a fumaça das usinas e dos meios de transporte, o barulho, o consumo abusivo, o desperdício de matérias-primas não-renováveis, as guerras conduzem nossa geração ao limiar dos prejuízos globais. Este drama é a característica de uma civilização frenética, a civilização ocidental que, em seu culto da produção e do lucro, não tomou cuidado nem com o meio ambiente nem com o Homem.²⁰¹

Em dezembro de 2008, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou Pesquisa de Informações Municipais (Munic), afirmando que mais de 90% dos 5.564 municípios brasileiros sofreram o impacto de alterações ambientais nos últimos dois anos. Desmatamento e queimadas são as duas causas mais frequentes,

¹⁹⁹. A exclusão pode ocorrer pela via da desigualdade ou da discriminação. Boaventura de Sousa Santos, em aula proferida na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, dia 12 de junho de 2009, caracterizou a *desigualdade* como a expressão de uma diferença qualificadora ou desqualificadora num conjunto homogêneo e a *discriminação* como a expressão de uma diferença qualificadora.

²⁰⁰. Entrevista concedida em 13 de março de 2008.

²⁰¹. Cf. CAPRILES, René e CHAYB, Lúcia. Josué de Castro e a ecologia da fome. In: *Revista Eco 21*, Edição 141, Agosto/2008. Disponível: <http://www.eco21.com.br/edicoes/edicoes.asp?edição=141>

seguidas pelo assoreamento dos rios e lagos, contaminação e escassez da água, poluição do solo e do ar. Só pouco mais de um terço dos municípios disponibilizam recursos orçamentários para enfrentar tais situações.²⁰² Segundo especialistas em ambiente, o despreparo para lidar com o tema e a falta de investimento na área pode resultar em tragédias como as verificadas em novembro de 2008 com as chuvas no Vale do Itajaí/SC.

Quanto aos problemas socioambientais de nossa época, Capra (1996:23) entende que eles são “sistêmicos, o que significa que estão interligados e são interdependentes”. Desse modo, exigem também que se busquem soluções de forma articulada. Neste sentido, Joan Martínez Alier adverte que cabe aos movimentos sociais denunciarem os custos ambientais dos empreendimentos de mercado e pressionar para que incorporem as *externalidades* geradas por ele. Esta é, de alguma maneira, a compreensão do MAB na medida em que se organiza para resistir à construção de barragens, reivindicar direitos e fortalecer a cidadania.

7. Metamorfoses da cidadania

Desde os tempos mais recuados da História, encontramos sinais de luta em defesa dos direitos e da cidadania. Na Grécia antiga, somente 10% da população tinha o direito de escolher o governo e decidir sobre os rumos políticos da *Pólis*. A maioria da população – mulheres, estrangeiros, escravos, crianças e outros – não usufruía do *status* de cidadão. Malgrado esses limites, foi na Grécia clássica onde, pela primeira vez, emergiu a questão da cidadania. A partir das reformas de Clístenes (509 a.C) alguns direitos foram estendidos a todos os atenienses.

Na época do Império Romano, a cidadania era assegurada unicamente aos homens livres, mas nem todos os homens livres eram considerados cidadãos. Somente os *patrícios* gozavam de todos os direitos políticos, civis e religiosos. Com a elaboração da Lei das Doze Tábuas (450 a.C.) foi garantida aos plebeus relativa participação política. O Direito Romano, apesar de proteger as liberdades individuais e reconhecer a autonomia da família, não preconizava a igualdade entre os homens, admitindo a escravidão e discriminando os despossuídos.

O período medieval foi marcado pela estrutura estamental, com rígida hierarquia de classes sociais: clero, nobreza, servos, vilões e homens livres. Na

²⁰². Cf. Jornal *O Estado de S. Paulo*, 13 de dezembro de 2008, A24.

estratificação social, a Igreja Católica erigiu-se como a principal instituição controladora da relação entre o cidadão e o Estado. Na base ficava o povo, sobretudo os camponeses. Neste sistema hierarquizado, entre os nobres mantinham-se relações de obrigações mútuas. Enquanto o vassalo prometia fidelidade em troca de proteção e subsistência econômica, o suserano se legitimava no poder e lhe concedia os benefícios devidos. Assim, a liberdade, a autonomia e a igualdade de condições ficavam comprometidas e a cidadania permanecia restrita.

No século XVIII, John Locke (1632-1704) defendeu a criação do Estado como um ato de liberdade do homem. Porém, ao lado da liberdade política, vários iluministas também pregaram a liberdade econômica. As ideias de Locke foram utilizadas na elaboração de várias constituições liberais. Sua filosofia política “fundamenta-se na noção de governo consentido dos governados diante da autoridade constituída e o respeito ao direito natural do ser humano, de vida, liberdade e propriedade”.²⁰³ Foi o pensador que explicitou os interesses da burguesia emergente, retratados na propriedade privada. A lógica do Estado burguês era afirmar a igualdade jurídica, camuflando com isso as desigualdades sociais e econômicas existentes entre os indivíduos.

Com a decadência do feudalismo e a constituição dos Estados Nacionais, a cidadania ganhou especial atenção. No final da Idade Moderna, surgiram pensadores que trataram de forma aprofundada a questão dos direitos, defendendo a soberania do povo. Entre eles, Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), cuja principal preocupação era o tema da liberdade. A propósito, abre o primeiro capítulo de sua obra prima – *O contrato social* – com a célebre afirmação: “O homem nasce livre, e por toda a parte encontra-se acorrentado”. A partir de tal constatação, questiona as causas de tantos grilhões sociais. Não admite a submissão e a escravidão, dado que a liberdade é pré-requisito da condição humana.

O enfoque comum desses pensadores é a defesa do Estado democrático articulado com os ideais de liberdade e igualdade como direitos fundamentais do homem. Tais princípios serviram para embasar e justificar a Revolução Francesa (1789-1799), marco do início da Idade Contemporânea. A revolução aboliu a servidão e várias obrigações feudais e instituiu os princípios universais da *Liberdade*,

²⁰³. Cf. http://pt.wikipedia.org/wiki/John_Locke

Igualdade e Fraternidade (“Liberté, Egalité, Fraternité”). Essas ideias também deram suporte à consolidação do Estado Moderno.

A Revolução Francesa levou ao poder a burguesia e deu propulsão ao liberalismo. Na lógica da cidadania burguesa, havia duas modalidades de cidadão: *o proprietário e o não proprietário*. Com o propósito de assegurar os privilégios dos burgueses, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada pela Assembleia Nacional da França, em agosto de 1789, garantiu a inviolabilidade da propriedade privada. Configurava-se, desse modo, uma relação intrínseca entre propriedade e cidadania. Quem não fosse proprietário, não teria sua cidadania garantida. Por outro lado, a Declaração significou um avanço filosófico e ético, definindo a criatura humana pelos seus direitos e deveres. Traduziu o anseio de universalização de direitos básicos, entre os quais o de participação e representação política de um povo para decidir seu destino.

Em 10 de dezembro de 1948, com a participação de 164 países, a Assembleia Geral das Nações Unidas lançou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Elaborado no contexto da Segunda Guerra Mundial, o documento defende os direitos universais e ressalta a dignidade do ser humano. No artigo 1º, afirma: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”. A esta assertiva de que “nascemos iguais”, não faltou quem dissesse que o problema é que “depois nós crescemos”, ou seja, que as desigualdades são produzidas socialmente.

De acordo com Boaventura de Sousa Santos,²⁰⁴ “somos, ao mesmo tempo, todos iguais e diferentes. Porém, não faz sentido falar da natureza humana em geral. Ela sempre existe em contextos culturais e sociais concretos”. Acerca da questão da liberdade e da igualdade, Norberto Bobbio (1992:118) assevera:

Na realidade, os homens não nascem nem livres nem iguais. Que os homens nasçam livres e iguais é uma exigência da razão, não uma constatação de fato ou um dado histórico. É uma hipótese que permite inverter radicalmente a concepção tradicional, segundo a qual o poder político – o poder sobre os homens chamado de *imperium* – procede de cima para baixo e não vice-versa. De acordo com o próprio Locke, essa hipótese devia servir para “entender bem o poder político e derivá-lo de

²⁰⁴. Cf. aula proferida na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal, dia 13 de junho de 2009.

sua origem”. E tratava-se, claramente, de uma origem não histórica e sim ideal.

A Declaração de 1948 ressalta o direito à vida decente, à liberdade de ir e vir; direito de pensamento, de consciência e religião; direito à segurança, ao reconhecimento, ao respeito, à defesa, à privacidade e à proteção da lei. Também enuncia direitos sociais e econômicos ligados ao trabalho, alimentação, habitação, assistência social, educação etc. Sublinha a importância da democracia política, afirmando que “todo ser humano tem o direito de tomar parte do governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos” (Art. 21). Em suma, a Declaração impulsionou o avanço de uma compreensão e luta internacional pelos direitos humanos. Muitos países adotaram princípios e orientações gerais deste documento em suas Constituições.

Conforme observa o professor do Centro de Estudos Sociais (CES), José M. Pureza,²⁰⁵ “com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, deixamos de ter apenas direitos de base nacional e passamos gradualmente a ter tratados internacionais que reconhecem direitos às pessoas independentemente de sua nacionalidade e, se necessário, até contra o próprio Estado.” Na análise de Norberto Bobbio (1992:6), “os direitos não nascem todos de uma vez. Nascem quando devem ou podem nascer”. Nos últimos dois séculos, em âmbito mundial, houve uma crescente luta pelo *direito a ter direitos* (Hannah Arendt), tanto individuais quanto coletivos. De acordo com Theodor H. Marshall (1967), a sociedade reconheceu inicialmente os *direitos civis e políticos*, denominados de “primeira geração”. A este respeito, Vieira (2005:22) afirma:

Os *direitos civis*, conquistados no século XVIII, correspondem aos direitos individuais de liberdade, igualdade, propriedade, de ir e vir, direito à vida, segurança etc. São os direitos que embasam a concepção liberal clássica. Já os *direitos políticos*, alcançados no século XIX, dizem respeito à liberdade de associação e reunião, de organização política e sindical, à participação política e eleitoral, ao sufrágio universal etc. São também chamados direitos individuais exercidos coletivamente, e acabaram se incorporando à tradição liberal (*grifos meus*).

Durante o século XX, a partir da luta de classes protagonizada por movimentos operários e sindicais, conquistaram-se *direitos sociais e econômicos ou de crédito*.

²⁰⁵. Entrevista concedida dia 02 de abril de 2009.

Estes foram classificados como direitos de “segunda geração”, relacionados ao trabalho, educação, saúde, aposentadoria e ao sistema previdenciário que tornam reais os direitos formais. Na segunda metade do século passado, começou-se a reivindicar os ditos direitos de “terceira geração”, identificados com a autodeterminação e desenvolvimento dos povos, a cultura, a paz e a solidariedade; o uso e respeito ao meio ambiente, o consumo responsável, além dos direitos específicos das mulheres, das crianças, das minorias étnicas, dos jovens, dos anciãos etc.

Os direitos de terceira geração foram consagrados na II Conferência Internacional de Direitos Humanos, realizada em Viena, em junho de 1993. Nesta Conferência, foi legitimada a noção de *indivisibilidade* dos direitos humanos. Significa dizer que o gozo completo dos direitos civis e políticos é impossível sem a garantia dos direitos sociais, econômicos, culturais, ambientais ou vice-versa. Os direitos de terceira geração – articulados em torno da bioética – alinham-se na direção de impedir a destruição da biodiversidade e regular a criação através da engenharia genética e de novas formas de vida. Para Bobbio, esses direitos

constituem uma categoria, para dizer a verdade, ainda excessivamente heterogênea e vaga, o que nos impede de compreender do que efetivamente se trata. O mais importante deles é o reivindicado pelos movimentos ecológicos: o direito de viver num ambiente não poluído. Mas, já se apresentam novas exigências que só poderiam chamar-se de direitos de quarta geração, referentes aos efeitos cada vez mais traumáticos da pesquisa biológica, que permitirá manipulações do patrimônio genético de cada indivíduo (1992:6).

No último século, muitos direitos humanos e sociais foram regulamentados. Porém, o reconhecimento legal-positivo dos direitos não garante por si só a efetiva materialização dos mesmos. Esta é a grande dívida da modernidade,²⁰⁶ ou seja, de não conseguir trazer o bem-estar para todos, como prometera amplamente. Hoje, o

²⁰⁶. Sobre o tema da modernidade e/ou pós-modernidade existem diferentes análises, com vasta bibliografia. Cita-se, por exemplo: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade*, São Paulo, Cortez, 1996; MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo, Hucitec, 2000; BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1998. Do mesmo autor ver também: *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro, Zahar, 1999 e *Modernidade líquida*, Rio de Janeiro, Zahar, 2001. Ainda: HARVEY, David. *A condição pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Loyola, 1992; GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, Unesp, 1991; TOURAINE, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis, Vozes, 1994; THIELEN, Helmut. *Além da modernidade? Para a globalização de uma esperança conscientizada*. Petrópolis, Vozes, 1998.

neoliberalismo procura pôr fim ao Estado de bem-estar social – *Welfare State* – e reduzir os direitos sociais. A mercantilização dos bens naturais e dos serviços públicos, o consumismo acentuado, a auto-regulação do mercado e a maximização das taxas de lucro estão entre as características principais do atual sistema.

Historicamente, no Brasil, a cidadania ficou subordinada ao poder das elites estrangeiras e nacionais. Em três séculos de colonização, os portugueses deixaram grandes contingentes da população no analfabetismo, mantiveram uma sociedade escravocrata, uma economia baseada na monocultura e no latifúndio e um Estado absolutista. Não permitiram a constituição de cidadãos brasileiros e nem de uma pátria brasileira. Da Independência (1822) até o final da Primeira República (1930), “do ponto de vista do progresso da cidadania, a única alteração importante que houve nesse período foi a abolição da escravidão, em 1888. A abolição incorporou os ex-escravos aos direitos civis. Mesmo assim, a incorporação foi mais formal do que real” (Carvalho, 2006:17).

A partir de 1930, houve um avanço significativo na conquista de direitos sociais com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a implantação da legislação trabalhista. Também, verificaram-se alguns progressos interessantes com o surgimento do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), ambos em 1966; a instituição do Fundo de Assistência Rural (Funrural), em 1971, e a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social em 1974. No campo político, apesar das instabilidades que alternaram períodos de ditadura e de regimes democráticos, consolidou-se o direito ao voto popular. Os direitos civis, por sua vez, progrediram lentamente. Ao longo da ditadura militar (1964-1985), a cidadania deu um passo para trás e outro para frente. Com o golpe, os direitos civis e políticos foram duramente atingidos e muitos foram suspensos, especialmente a liberdade de expressão e organização.

Com a chamada “abertura política”, feita pelo governo do presidente Ernesto Geisel a partir de 1974, a cidadania foi impulsionada. A revogação do AI-5, o fim da censura prévia e a volta dos primeiros exilados políticos permitiram avanços em diversos âmbitos da vida do país. Este foi um período de efervescência dos movimentos populares e sindicais e da organização política que desembocou na mobilização pelas *diretas já*, em 1984. Em 1989, houve a primeira eleição direta para Presidente da República desde 1960. Nesse contexto, a cidadania ganhou novo ímpeto e foi popularizada. Ela “caiu na boca do povo. Mais ainda, ela substituiu o

próprio povo na retórica política. Não se diz mais ‘o povo quer isto ou aquilo’, diz-se ‘a cidadania quer’. Cidadania virou gente. No auge do entusiasmo cívico, chamamos a Constituição de 1988 de Constituição Cidadã” (Carvalho, 2006:7). E foi assim denominada por garantir aos indivíduos, de maneira integral, os direitos civis, políticos e sociais.

Ao longo da história, em nosso país predominou uma cidadania passiva. Porém, com a promulgação da Constituição Cidadã e a atuação dos movimentos sociais e de outras organizações, houve consideráveis avanços no caminho de uma cidadania ativa. Para Carvalho (2006:199), “os direitos políticos adquiriram amplitude nunca antes atingida. No entanto, a estabilidade democrática não pode ainda ser considerada fora de perigo. A democracia política não resolveu os problemas econômicos mais sérios, como a desigualdade e o desemprego”. Isso sem contar a persistência e, em muitos casos, o agravamento de problemas ligados à segurança pública, saúde, educação, reforma agrária, meio ambiente etc.

As profundas desigualdades sacramentadas pelos preceitos da globalização capitalista acabam por esgarçar a cidadania ativa. Assim, o Brasil segue sendo marcado por severas injustiças, assimetrias e escassez de democracia socioeconômica, como se pode constatar pelos dados. Segundo pesquisa do IBGE, divulgada em 18 de setembro de 2008, a taxa de desemprego no país era de 8,2% e o Gini de desigualdade era de 0,534 – índice pior que o da China (0,470), da Rússia (0,399) e da Índia (0,368). Isso equivale dizer que a cidadania é transdisciplinar, está em permanente perigo e exige esforço contínuo de construção.²⁰⁷

Ao olharmos para a história da cidadania, percebemos que a mesma praticamente se confunde com a história das lutas pelos direitos humanos. A historiografia da cidadania se constitui de elementos culturais, antropológicos, sociológicos, econômicos, religiosos e outros, revelando identidades, necessidades e interesses pessoais e coletivos. Está intimamente vinculada à compreensão acerca dos múltiplos direitos do ser humano e suas responsabilidades individuais, sociais e

²⁰⁷. Para aprofundar o tema da cidadania, entre outras obras podem ser consultadas as seguintes: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *História da cidadania*. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2003; VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2001; VIEIRA, Liszt. *Os argonautas da cidadania – a sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001; SPINK, Mary Jane Paris (org.). *A cidadania em construção – uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1994.

ambientais. Grosso modo, entre os principais “modelos” de cidadania ao longo dos tempos, podemos identificar os seguintes: naturalista, positivista, burguês e histórico.

O sociólogo Pedro Demo distingue três formas de cidadania: *tutelada*, *assistida* e *emancipada*. Segundo ele, a cidadania tutelada é aquela que se tem por dádiva ou concessão do poder dominante. Ela se mantém e se reproduz à custa da pobreza política das maiorias. Suas expressões concretas são o clientilismo e o paternalismo, instituídos com a finalidade de manter o povo atrelado aos projetos econômicos e políticos dos poderosos. “O resultado mais típico da cidadania tutelada, que, na prática, é sua negação/repressão, é a reprodução indefinida da sempre mesma elite histórica” (Demo, 1995:6). Em se referindo à cidadania assistida, o autor considera que ela

expressa a forma mais amena de pobreza política, porque já permite a elaboração de um embrião da noção de direito, que é o direito à assistência, integrante de toda democracia. Entretanto, ao preferir assistência à emancipação, labora também na reprodução da pobreza política, à medida que, mantendo intocado o sistema produtivo e passando ao largo das relações de mercado, não se compromete com a necessária equalização de oportunidades. O atrelamento da população a um sistema sempre fajuto de benefícios estatais é seu engodo principal. Maquia a marginalização social. Não se confronta com ela (1995:6-7).

A possibilidade de assegurar uma cidadania emancipatória começa com a capacidade contestadora de dizer “não” ao sistema que mantém as pessoas à margem da sociedade constituída. Desconstruir essa redoma social, combatendo a pobreza política e material são exigências para a construção de uma consciência crítica e participativa capaz de elevar os indivíduos à categoria de sujeitos sociais. Ao tomarem consciência de seus direitos e deveres dentro da sociedade, os indivíduos adquirem condições de se tornarem cidadãos. Quando, pois, o cidadão age como protagonista, com autonomia e liberdade, constitui-se em sujeito individual e/ou coletivo.

De acordo com Dalmo Dallari (1998:14), “a cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social”. Nas diferentes sociedades, os direitos são garantidos desde o contexto existente e da consciência e capacidade de organização do povo. De maneira geral

eles não advêm como concessão do Estado, mas são resultado de pleitos, reivindicações sociais e até conflitos.

Na atual conjuntura, o MAB entende ser necessário ampliar a luta para impedir a violação de direitos e conquistar outros direitos, jamais garantidos às “vítimas” das barragens. O Movimento combate abertamente o sistema capitalista que, a seu ver, é o grande responsável pelo desemprego, desigualdade e injustiças socioambientais. As ações nessa direção são evidenciadas de muitos modos como demonstrarei adiante. Para o momento, valha como ilustração de sua postura política o trecho da música *Só a luta faz valer*, de José Pinto de Lima, utilizada em diversas situações pelos militantes: “Não adianta inventar novos caminhos porque jamais vão conseguir nos convencer. Capitalismo nunca foi de quem trabalha. Nossos direitos só a luta faz valer”. A letra revela a referida compreensão de que os direitos não são ganhos (dádivas), mas conquistas que se viabilizam por meio da luta.

Na medida em que alguém é definido com base na ação que sofreu, seja como *torturado, atingido por barragem ou excluído*, acaba abdicando de sua identidade própria para assumir uma identidade de negação a partir do outro. Desse modo, o processo de construção de cidadania fica comprometido. Daí a importância de identificar os indivíduos a partir do que são ou desejam ser, como explica o professor do CES Antônio Sousa Ribeiro:²⁰⁸ “Ao recusarem o estatuto de *vítimas* (objetos) e assumirem a postura de combatentes e militantes, os indivíduos passam a ter a possibilidade de se tornarem sujeitos.” Em outras palavras, tornam-se protagonistas de ações cidadãs.

No contexto da globalização neoliberal, a compreensão conceitual e os elementos definidores para o exercício da cidadania estão sofrendo profundas alterações. Se, por um lado, a globalização é fragmentária, disjuntiva e destruidora de identidades; por outro, ela viabiliza inúmeras possibilidades. Em seus estudos sobre o tema, Boaventura de Sousa Santos analisa a globalização sob quatro enfoques: *econômico, social, político e cultural*. Do ponto de vista econômico, a globalização neoliberal se define basicamente pela ampla escalada das privatizações, pela superespeculação financeira e pela desregulamentação estatal. No que tange ao social, verifica-se a redução de direitos, o aumento do desemprego estrutural e da exclusão, a precarização do trabalho e a ampliação dos índices de violência. Sob o

²⁰⁸. Entrevista concedida dia 09 de junho de 2009 em Coimbra.

aspecto político, ocorre a perda da centralidade do Estado-Nação e a forte tendência à integração de blocos e países. A esfera cultural é marcada pela invenção e expansão de novas tecnologias, da informática, da eletrônica e da cibernética. Também pela mercantilização da cultura e homogeneização dos costumes.

Como se vê, a globalização é um fenômeno multifacetado e complexo que tem incidências sobre os diversos campos da vida humana. Aprofunda problemas como a ampliação das desigualdades entre ricos e pobres; a depredação ambiental com suas consequentes catástrofes. Nota-se, pois, profunda relação entre a globalização neoliberal e o risco social. De acordo com o professor Pedro Hespanha, no mundo globalizado os riscos sociais se agravam em virtude ‘da menor capacidade de resposta das sociedades através dos seus sistemas institucionalizados de proteção social, mas também pela maior exposição ao risco, fazendo aumentar as desigualdades, a marginalização e a exclusão’ (2005:68).

A política da globalização hegemônica é sustentada por dirigentes empresariais, políticos, tecnocratas e outros e se apoia na reestruturação produtiva e na flexibilização da economia. Essa forma de globalização reforça o pensamento único, o individualismo, a sociedade do espetáculo, a efemeridade das relações, o relativismo dos valores humanos, as práticas de rapinagem e a destruição do meio ambiente, como já referi várias vezes. De outra parte, é preciso reconhecer que o modelo de globalização predominante também trouxe resultados positivos na área da comunicação, com novos espaços de troca de informações e conhecimentos, rapidez nos transportes, avanço da medicina etc. Mas, essas melhorias são sempre seletivas, satisfazendo principalmente a elite.

Enquanto para alguns segmentos da sociedade, a modernidade globalizante se apresenta como promessa de felicidade e progresso infinitos; para outros, a oferta que ela faz se constitui num verdadeiro anátema que precisa ser banido porque traz miséria, marginalização e exclusão social. Os benefícios do “moderno reino global” não são acessíveis a todos de igual modo. As benesses para uns se dão à custa do sacrifício de muitos. Mas, é do seio desta realidade que nasce a consciência da exploração e se fortalecem as lutas sociais em vista da afirmação da cidadania.

8. A questão ética

O termo grego “*ethos*” pode ser escrito de dois modos: Com “e” minúsculo significa *morada, casa, abrigo* e com “E” maiúsculo refere-se a *costumes, hábitos e*

princípios. Viver de modo ético é pautar-se por valores capazes de garantir uma vida com dignidade, justiça, liberdade, segurança e bem-estar. Em se tratando dos movimentos populares – tema de fundo desta abordagem – eles são ao mesmo tempo reflexos de um tipo de sociedade existente e expressão do desejo de uma sociedade distinta. Os movimentos que lutam pela transformação social põem em questão e contestam determinados valores constituídos. Quando o MAB, por exemplo, se opõe à construção de grandes barragens ou reivindica justa indenização e reassentamento, está questionando a própria “ética capitalista”.

Neste sentido, o Movimento se configura em um espaço privilegiado onde os sujeitos sociais podem construir resistências para salvar os direitos e a dignidade. São coletivos constituídos por pobres e marginalizados que experimentam e discordam da insuportável ordem injusta e imoral das relações de produção, apropriação da terra e da riqueza. “Daí que um de seus traços mais marcantes é a afirmação do ser humano e de suas necessidades e direitos como prioritários em contraposição a uma moralidade ou imoralidade das regras do mercado, da produção e da exploração. Apontam outra racionalidade, outros modelos societários e outras orientações culturais conflitantes com as normas e valores estabelecidos.”²⁰⁹ Na avaliação de Frei Betto (2006:13), os movimentos populares enfrentam atualmente o desafio metodológico de partir do pessoal para o social; do local para o nacional; do subjetivo para o objetivo; do espiritual para o político e ideológico. Em suas novas expressões, os movimentos precisam associar lazer e dever; criatividade artística e formação; estética e ética.

Múltiplos movimentos populares ganham cada vez mais visibilidade e importância no processo de consolidação de outra ordem socioeconômica, político-ideológica e cultural. Agem como guardiões de uma ética cidadã, muito embora eles também não estejam isentos de reproduzirem os valores próprios da lógica capitalista. Aliás, um grande risco dos movimentos é se tornarem bons negociadores unicamente em torno do aspecto econômico, perdendo o sentido mais amplo da sua existência. Para os movimentos comprometidos com as causas socioambientais, a *participação popular* é um fator imprescindível na luta por outro modelo de sociedade. Significa dizer que todas as pessoas têm seu valor e merecem igualdade de

²⁰⁹. ARROYO, Miguel G. *Pedagogias em movimento – O que temos a aprender dos Movimentos Sociais?* Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/arroyo.pdf>

condições e de oportunidades, não obstante ser pobre, negro, índio, mulher, jovem, criança, idoso etc.

Analisando o comportamento ético e social dos indivíduos concretos envolvidos pelo MAB, Luiz Dalla Costa²¹⁰ afirma:

Muitas vezes a pessoa atingida pela barragem inicialmente luta pelo reassentamento de todos os atingidos. Numa determinada etapa do processo, começa a se preocupar apenas com o reassentamento do seu grupo. Daí a pouco passa a fazer a luta individual pelo seu lote. Vai do geral para o particular, reduzindo cada vez mais o nível de reivindicação e de consciência. Vemos que precisa fazer um trabalho permanente para resgatar os valores coletivos.

Os movimentos populares detêm a possibilidade de reconstruir ou construir novas utopias; recriar ou criar novos caminhos em vista de uma sociedade justa e democrática. Para tanto, precisam ter lutas concretas, disciplina e opção ética, segundo a concepção de Dalla Costa:²¹¹ “Muitos líderes sociais que estão atuando nos movimentos poderiam ter um melhor ganho econômico, mas permanecem neles por uma opção política. Tenho colegas que são agrônomos e estão ganhando menos do que teriam condições de ganhar se fossem vender veneno ou trabalhar numa multinacional.”

A *ética* é, pois, o conjunto das aspirações mais profundas, dos valores e paradigmas que orientam a relação do ser humano com ele mesmo, com os outros, com a natureza e com o transcendente. Diz respeito às referências fundamentais a partir das quais se estrutura e se organiza a vida pessoal, grupal, comunitária e social. A “ética somente existe no singular, pois pertence à natureza humana, presente em cada pessoa, enquanto a moral está sempre no plural, porque são as distintas formas de expressão cultural da ética” (Boff, 2003:28). O “*Ethos*” humano reúne elementos que são perenes e imutáveis. Trata-se dos princípios que não podem ter fim. Mas, também há elementos que são culturais e históricos, que estão em permanente modificação e construção.

Na América Latina, um subcontinente de *veias abertas*, como escreveu Eduardo Galeano, tem emergido a consciência acerca de uma *ética da libertação*. Uma ética que pensa a realidade a partir do pobre, do marginalizado, do discriminado e excluído. A libertação do pobre é evidência de uma sociedade orientada pela ética

²¹⁰. Entrevista realizada em 27 de julho de 2006.

²¹¹. Idem.

humanizadora, dado que isso implica obrigatoriamente superar a lógica e as práticas de opressão, injustiça e segregação. Uma ética libertadora não pode ser parcial, nem restritiva a um segmento social. Ela tem como prioridade salvar a vida dos últimos para, a partir deles, assegurar a vida de todos.

De acordo com Leonardo Boff (2003:11), “três problemas suscitam a urgência de uma ética mundial: a crise social, a crise do sistema de trabalho e a crise ecológica, todas de dimensões planetárias”. Segundo o autor, como os problemas estão globalizados, há necessidade de buscar soluções globais. A erradicação da pobreza, da fome, da miséria, da exclusão e da violência depende fundamentalmente de uma eficaz, coletiva e consequente decisão ética. Uma ética que sirva de parâmetro para todos os povos, grupos e classes sociais; que leve em conta a realidade urbana e rural, a questão de gênero, as diferentes raças e etnias, todas as faixas etárias, expressões religiosas e culturais.

No dizer de Edgar Morin (2007:166), “é notável que os males que ameaçam o planeta (poluição, perigo nuclear, manipulações genéticas, destruições culturais) sejam todos produzidos pela racionalidade ocidental. O próprio terrorismo planetário, na vontade de destruir o Ocidente, só pôde desenvolver-se graças às técnicas do Ocidente”. Os cenários que denunciam a flagrante ausência da ética na sociedade atual são múltiplos. Na percepção de Ricardo Souza (2004:72),

onde há fome, falta de condições sanitárias, falta de condições educacionais, falta de informação, desprezo pela vida e pelo ambiente, devastação ambiental, desigualdades sociais inacreditáveis, violência contra minorias, abuso de poder econômico, corrupção, aí há injustiça. Em todas estas situações, o que se tem é a violência contra a alteridade, a *negação da alteridade do Outro*; é aí que a Ética-Política tem de intervir, se não se desejar a catástrofe social e ecológica final.

Em diferentes termos, significa dizer que é preciso colocar a vida em sua integridade no centro da história. Uma sociedade ética deverá se esmerar pela dignidade de todos os seus integrantes e pelo cuidado com o ambiente coletivo de habitação. Essa consciência traz o desafio iminente de um novo paradigma civilizatório, como sugere a Carta da Terra e a Declaração dos Direitos Humanos. A Carta da Terra enfatiza que não é possível pensar alternativas ao desenvolvimento capitalista sem pensar na interconexão profunda entre ética e política; ética e ecologia; ética e economia; ética e cultura; ética e relações socioambientais.

No que tange aos princípios éticos e políticos fundamentais para a construção de uma cidadania ecológica a partir dos movimentos sociais, Boaventura de Sousa Santos²¹² pondera:

Os princípios estão no fim. Eles são sempre ponto de chegada para entendermos o que são as lutas sociais e as suas opções. O grande princípio da ética é o princípio das Ciências Sociais críticas que estabelece a distinção fundamental entre objetividade e neutralidade. Podemos fazer um trabalho objetivo, mas não deve ser neutro. Devemos saber de que lado estamos: dos oprimidos ou dos opressores, dos que ganham à custa daqueles que perdem ou daqueles que perdem por causa dos outros que usam regras viciadas para ganhar; de quem tem terra ou dos sem terra; dos sem abrigo ou dos proprietários urbanos. Temos que fazer opções. Quando falo das *Epistemologias do Sul*, é de uma ética do Sul que falo, ou como diria Enrique Dussel, uma *Ética da Libertação*. No fundo é a mesma coisa. Há princípios que emergem das lutas sociais e que têm de ser trabalhados com elas.

Como já acenei, as grandes hidrelétricas põem em cheque também uma problemática de cunho ético. No dizer de Matheus Ottorloo, da Comissão Pan-Amazônica, elas “são uma praga para a Amazônia. Devemos combater esses projetos. Aquilo que é veia da vida (os rios) acaba sendo transformado em meio de morte. Isso é inadmissível. Para os povos dessa região, o rio é muito mais que uma quantidade de água. É a fonte de vida”.²¹³ As duas hidrelétricas – Santo Antonio e Jirau – irão alagar o “coração” da Amazônia, que já sofre com os impactos do desmatamento para o plantio de soja e a criação de gado.²¹⁴

Para José H. Mecca,²¹⁵ do MAB, os movimentos populares

têm a função de criar uma nova consciência de ser humano, uma nova ética e novos princípios de convivência com a natureza. Têm um papel importante no que diz respeito a fazer a luta, pressionar o Estado, conscientizar a sociedade sobre o perigo e o abismo em que vivemos. Os movimentos sociais são o único instrumento claro e objetivo que pode de alguma forma provocar uma mudança profunda. Creio que tem muita gente e instituições com boa vontade. Mas, só boa vontade não resolve o

²¹². Entrevista concedida dia 01 de abril de 2009.

²¹³. A afirmação foi feita durante o Fórum Social Mundial, em janeiro de 2009, em Belém/PA.

²¹⁴. Entre 1990 e 2006, o cultivo de soja na região cresceu 18%. No mesmo período, o rebanho bovino cresceu 11%. Por ano, a Amazônia perde cerca de 20 mil Km² de florestas, o correspondente ao tamanho do Estado de Sergipe. A cada dia circulam na Amazônia 3.500 caminhões com madeira ilegal. Os maiores produtores de carne do Brasil estão nos municípios onde há mais desmatamento. São eles: São Félix do Xingu, Conceição do Araguaia, Marabá, Redenção, Cumaru do Norte, Ourilândia e Palestina do Pará. 62% dos casos de trabalho escravo, no Brasil, ocorrem nestas fazendas (Cf. *Dados apresentados por Frei Betto no dia 29 de janeiro de 2009, durante o Fórum Social Mundial, em Belém/PA*).

²¹⁵. Entrevista concedida em São Paulo/SP dia 05 de outubro de 2007.

problema. É preciso ter organização concreta, com princípios, valores e projetos.

Na visão de Boaventura,²¹⁶ a prática capitalista é totalmente anti-ética, pregando o individualismo e o egoísmo. “Nós precisamos ter uma ética para nos salvar disso. Porém, antes da ética está uma epistemologia. Por isso eu defendo a *ecologia de saberes*²¹⁷. Não podemos ter outra ética sem reconhecermos os saberes populares, aqueles que emergem das lutas”. Em geral, os membros do Movimento dos Atingidos por Barragens põem em relevo os valores da solidariedade, da partilha, do respeito à natureza, da valorização do homem e da mulher. Todavia, pode haver militantes e líderes valorosos que ao mesmo tempo defendam tais valores e sejam vítimas da violência racial, sexual ou outro tipo de discriminação ou exclusão dentro do Movimento ou fora dele. Inclusive, por vezes, atingidos por esses empreendimentos têm estado contra o próprio Movimento.

É possível que essas e outras contradições sejam resultantes da influência direta da ideologia capitalista, bem como do baixo grau de cidadania presente nesses indivíduos. Vale destacar que as lideranças do MAB têm consciência desse problema, entendendo-o como um dos desafios centrais a ser enfrentado no processo de construção de outro projeto energético, na busca da sustentabilidade ampla e na consolidação de outro sistema socioeconômico e político.

²¹⁶. Entrevista concedida dia 01 de abril de 2009.

²¹⁷. “A ecologia de saberes é um conjunto de epistemologias que partem da possibilidade da diversidade e da globalização contra-hegemônicas e pretendem contribuir para as credibilizar e fortalecer (...). Quando falo de ecologia de saberes, entendo-a como ecologia de práticas de saberes” (Santos, 2006:154).

Concepções e posicionamentos do MAB

*“Apesar da engenhosidade humana em várias dimensões,
usando diferentes instrumentos para um mesmo fim,
ela nunca encontrará uma invenção mais bonita,
mais fácil ou mais econômica do que a da natureza,
pois em sua constituição nada falta, nada é supérfluo”*
(Leonardo da Vinci)

Os projetos de desenvolvimento e expansão econômica de uma sociedade estão umbilicalmente relacionados com os princípios éticos e políticos dessa mesma sociedade. Assim, no modo de produção, distribuição e consumo capitalistas, consagra-se a tendência preponderante das relações mercadológicas acerca de tudo e de todos, como repudia com veemência o MAB. A propósito dessa macro-estrutura, o Movimento se posiciona com críticas, rebates e a visão de que é necessário avançar na questão da democracia, da justiça, da cidadania, de outro projeto energético e, em última instância, de um novo modelo social, político e ecológico, como veremos neste capítulo.

1. Na encruzilhada do desenvolvimento

Sob o império da mercadoria, o mote principal defendido é de que fora do mercado não há prosperidade e felicidade. Numa palavra, não existe salvação. Embasado nos princípios da propriedade privada e da satisfação dos interesses individuais, o capitalismo se revela insensível aos clamores dos pobres e excluídos. No reino capitalista, a prioridade é o consumo. Para *ser*, é preciso *ter e consumir*, estabelecendo-se, assim, uma relação intrínseca entre o processo de fetichização da mercadoria e do dinheiro; entre o consumismo, a exclusão social, a violência e a degradação ambiental.

O discurso da competitividade representa para o tempo presente o que representava o discurso do *progresso* no início do século passado e a ideia de *desenvolvimento* no pós-guerra. Os efeitos diretos e imediatos do capitalismo sobre as pessoas e os grupos são relativos ao lugar que ocupam na estratificação social. A

lógica capitalista leva ao extremo as contradições socioeconômicas. Prima pela livre iniciativa, estabelecendo o critério econômico como regra máxima para os indivíduos poderem ou não concretizar seus projetos. Essa forma de liberdade acaba revertendo em falta de condições de vida digna para os que não detêm recursos financeiros.

Na análise de Marco Antonio Trierweiler,²¹⁸ diante da atual crise quem acaba pagando a conta são os trabalhadores através do aumento da jornada de trabalho; da diminuição dos salários e dos direitos trabalhistas; da elevação dos preços da luz, do telefone e das mercadorias em geral. Segundo ele,

o Brasil tem cumprido com o papel de fornecer matéria prima ao capital. Para isso precisa de muita energia, o que propicia a instalação da grande rapinagem das empresas no país. A tendência é das grandes empresas explorarem cada vez mais os recursos naturais, construindo barragens. Pra fazer esse papel de exploração dos trabalhadores e da natureza eles têm que ganhar a sociedade, buscando vender a ideia de desenvolvimento. Dizem que isso é bom para o país e para a população atingida. Para quem eles não conseguem vender essa ideia, como os movimentos sociais, vem o processo muito forte de criminalização e controle. Assim, o Brasil diminui cada vez mais sua soberania. Para os atingidos, cada vez menos direitos e o esfacelamento das comunidades.

Na mesma perspectiva, Ivo Lesbaupin²¹⁹ entende que o capitalismo está na raiz da crise. Ele se reproduz com base no lucro e na pilhagem dos bens naturais. Depois do período de rosto “mais humano”, o capitalismo está voltando com toda força de exploração. Na época da colonização, as metrópoles retiravam os bens naturais dos países colonizados e utilizavam as Forças Armadas para a contenção popular. Hoje, os países subdesenvolvidos estão entregando os recursos, o trabalho e a renda sem policiamento. A dominação neocolonial é muito mais forte que a dominação colonial.

Por sua vez, o sociólogo Pedro R. de Oliveira²²⁰ afirma que o mundo vive um período conjugado de crise *financeira, ecológica, de governança* e de *humanidade*. A fase mais avançada do capitalismo mundial é a que busca “lucrar sem produzir”, aumentando a diferença entre as classes sociais. Como externalidades graves do sistema, cita “a produção de lixo, o desperdício de matérias-primas e energia, a destruição da biodiversidade, a degradação dos solos e das águas, doenças e a

²¹⁸. Entrevista concedida dia 28 de outubro de 2009.

²¹⁹. Sociólogo, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e membro do Iser/Assessoria. Entrevista concedida dia 08 de setembro de 2008.

²²⁰. Pedro Ribeiro de Oliveira é professor da PUC/MG e membro de Iser/Assessoria. Cf. Análise de conjuntura apresentada no XXII Curso de Verão na PUC/SP, dia 14 de janeiro de 2009.

exclusão social. Por não contabilizar esses custos, o capitalismo conseguiu produzir uma enorme quantidade de riqueza e muitos lucros”.

Na visão do MAB, o sistema se encontra num dos estágios mais agressivos de sua história.

Nas últimas décadas, o capitalismo avançou mais ainda. Atualmente ele está no que chamamos de *fase imperialista (grifo meu)*. Na prática, quer dizer que grandes bancos mundiais e grandes empresas multinacionais é que enriquecem e buscam dominar o mundo todo. Dominam o sistema financeiro, as maiores indústrias, o comércio, a agricultura, os bens naturais estratégicos; mandam em muitos governos e até dominam vários países ao mesmo tempo. Em nome deste “progresso” e “desenvolvimento” estão destruindo a vida do planeta como nunca visto na história da humanidade, a tal ponto que a cada seis pessoas que vivem no planeta Terra, uma passa fome. (...) A filosofia dos capitalistas hoje tem sido “investir no lugar onde a taxa de lucro é a maior e onde ela se realiza com o menor tempo e com o menor risco possível”.²²¹

O sistema capitalista se reproduz com base em duas contradições disjuntivas intrinsecamente relacionadas. Uma é de caráter socioeconômico e a outra socioambiental, o que faz aumentar o fosso entre ricos e pobres na medida em que privatiza os recursos e socializa os impactos negativos ou, como diria León Trotsky, produz um “desenvolvimento desigual e combinado.”²²² Matínez Alier traduz a situação desse modo: “No capitalismo pleno, todo mundo sabe hoje em dia que os mercados não valorizam alguns bens – nem alguns males” (2007:63). Já Gilberto Cervinski,²²³ do MAB, afirma que o capitalismo apresenta várias contradições que tornam o sistema insustentável.

Algumas são estruturais. Uma delas é a superprodução. Tem um nível tecnológico tal que produz muita mercadoria, mas ao mesmo tempo as desigualdades sociais são tão grandes que os pobres já não conseguem ter acesso a essas mercadorias produzidas. Para encontrar solução para esses problemas, o capitalismo está tentando endividar o povo. As pessoas não têm dinheiro para comprar as mercadorias, mas as fábricas não podem ser fechadas. Então se estimula o financiamento nos bancos para comprar as mercadorias. Assim se resolve o

²²¹. Cf. *Água, Minérios e Modelo Energético: Para que? E para quem?* – Texto elaborado pelo MAB em 2008. Disponível em http://www.mabnacional.org.br/artigos/031108_modelo_energetico.htm

²²². Em síntese, *desenvolvimento desigual e combinado* “designa a mistura no processo de desenvolvimento de aspectos avançados e atrasados em muitos países, especialmente os periféricos do sistema mundial, nos quais um setor moderno pode conviver com o mais atrasado, embora este funcionando como freio daquele, mas contudo, convivem de maneira combinada, resultando numa formação social particular, porém única.” (Cf. http://pt.wikipedia.org/wiki/Desenvolvimento_desigual_e_combinado)

²²³. Entrevista concedida dia 17 de julho de 2008.

problema do acúmulo de mercadorias, mas a população fica endividada.

Ele acrescenta outras contradições estruturantes, tais como: a concentração da riqueza, a crise alimentar, ambiental etc. A lógica do capitalismo é a máxima exploração da força de trabalho através da *mais-valia* e do desemprego. Na medida em que cresce o índice de mão-de-obra excedente, esse contingente acaba fazendo pressão sobre o setor que está empregado para que não busque melhorias salariais. Estes restringem sua luta e rebaixam seu grau de reivindicações para se manterem no emprego. No modelo capitalista verifica-se, portanto, uma forte tendência à precarização das relações de trabalho e das formas de produção, flexibilizando as leis e os direitos trabalhistas.

No contexto da modernização tecnológica, a energia é um dos principais aliados para a acumulação capitalista. Assim sendo, o sistema reproduz uma forma de crescimento econômico injusto e antiético. Não obstante a energia seja útil, essencial e imprescindível para a sociedade, o que o MAB pretende demonstrar é que o modelo hidrelétrico vigente, com seus múltiplos e profundos impactos, se revela insustentável do ponto de vista dos direitos e da dignidade dos atingidos pelas barragens. É nisto que, em suma, consiste a encruzilhada do desenvolvimento atual.

2. “Energia para quem e para que”?

A indagação posta acima indica a direção da crítica do Movimento ao atual modelo energético, bem como aponta a perspectiva do projeto que defende. A propósito, apresento a seguir algumas contribuições do MAB no que tange aos debates que vem realizando sobre a temática da energia. Antes de tudo, vale enfatizar que, desde a sua origem, os movimentos regionais de atingidos por barragens se posicionam contrários ao tipo de modelo adotado no país, conforme razões já amplamente descritas.

No I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens (1989), após análise da situação criada com a construção de múltiplas hidrelétricas em diversas regiões do país, os participantes formularam a Carta de Goiânia (*anexo 16*). A mesma inclui exigências objetivas, entre as quais a elaboração de uma nova política para o setor elétrico por parte do governo com a participação da classe trabalhadora; a solução dos passivos sociais e ambientais gerados com a implantação de hidrelétricas; o fim dos subsídios tarifários às indústrias, além de outras medidas.

Com a constituição do MAB como movimento nacional, as propostas dos atingidos tornaram-se cada vez mais unificadas e fortalecidas pelo poder da organização. As mesmas são sempre discutidas em reuniões e assembleias que ocorrem entre representantes dos atingidos com membros do governo e de empresas construtoras, bem como em cursos de formação e encontros realizados pelas coordenações e militantes nos mais diversos níveis. Instâncias do próprio governo, em vários documentos, fazem alusão à contribuição que o MAB dá no tocante à busca de aprimoramento das políticas para o setor.

Devido às articulações e proposições do Movimento sobre a questão energética, “os governos e as empresas modificam muito suas posições. Avançaram em várias coisas em função das críticas que a gente faz, das mobilizações que a gente tem. As empresas fazem reuniões para discutir como agir para não deixar o Movimento crescer. Enquanto ator social na questão das hidrelétricas, o MAB tem peso. Tem horas que eles supervalorizam e outras que menosprezam”, afirma Luiz Dalla Costa.²²⁴

Diversos membros da coordenação do Movimento entrevistados para este trabalho, argumentam que o problema energético brasileiro não está no tipo de tecnologia utilizada ou nas fontes exploradas, mas na finalidade para a qual a energia se destina. Daí o mote que norteia os debates e pronunciamentos do MAB nos últimos anos: *energia para quem e para que?* A questão inquire diretamente acerca da lógica consumista e segregadora do capitalismo, sistema que se orienta na busca de tecnologias, fontes e mecanismos que permitem produzir mais mercadorias em menor espaço de tempo e com menos custo a fim de acumular mais lucro, não se importando com a qualidade da energia (“limpa” ou “suja”).

No diagnóstico sobre a natureza do modelo energético, também é importante o questionamento acerca da quantidade de energia consumida no país e a possibilidade de mudança desse padrão. De acordo com Marco Antonio Trierveiler,²²⁵ a ideia da redução do consumo é fundamental. “Uma coisa que aprendemos com o apagão²²⁶ é que a gente pode gastar menos energia. Claro, não com aquele pânico que foi gerado

²²⁴. Entrevista concedida dia 16 de outubro de 2009.

²²⁵. Entrevista concedida dia 28 de outubro de 2009.

²²⁶. No Brasil, na última década, houve vários apagões. Diante do apagão ocorrido dia 10 de novembro de 2009, que atingiu 18 estados, o MAB divulgou uma nota onde afirma: “Mais do que discutir o fato em si, devemos aproveitar este momento para intensificar o debate para o que nos parece central: a *insustentabilidade* e o mal que o atual modelo faz para o Brasil e a necessidade da criação de um novo projeto energético e social” (Cf. <http://www.mabnacional.org.br/>).

dizendo que o povo era culpado pelo apagão. Para a sociedade que nós queremos construir, não dá para consumir energia nos níveis que os ditos países desenvolvidos mantêm. Acho que não vai poder manter esse padrão de consumo”. Naturalmente que, para as empresas que obtêm altíssimos lucros com a venda de energia, não é nada interessante ter um programa sério de redução de consumo.

No conjunto dos pontos sobre os quais o MAB tem posicionamento formulado, está a gestão de dois bens básicos ou de primeira grandeza, quais sejam: a água e a energia. Membros da coordenação defendem que tais bens devem estar sob o controle popular, muito embora não tenham aprofundado como seria isso na prática. Em linhas gerais, entendem que, na medida em que o povo tiver acesso às informações necessárias, se organizar, participar, discutir seus problemas, se *empoderar*, terá melhores condições para exigir seus direitos e garantir o controle social do uso dos bens naturais coletivos.

Na visão de Luiz Dalla Costa, as atuais formas de controle nesse âmbito são muito restritas e viciadas. Ele cita, por exemplo, o caso dos Comitês de Bacias Hidrográficas, os quais não respondem aos verdadeiros interesses da população, dado que, na maioria das vezes são cooptados por grandes empresas que buscam implantar seus projetos de exploração econômica. “Elas contratam os projetos, os quais são pagos pelos governos. Fazem seus estudos e sempre resulta que naquele rio é possível executar tantas obras para vender água ou energia. Os Comitês são uma coisa de fachada. Se uma empresa tem interesse com uma obra, ela entra no Comitê, financia a campanha do prefeito e outras coisas mais”.²²⁷

A energia resulta de um processo de captação de uma força da natureza. Desse modo, o Movimento concebe tratar-se de um bem natural que deve ser usado da forma mais racional possível, sem esbanjar, sem agredir a natureza, para as melhores e indispensáveis finalidades. Não pode ser mera prática individual, mas requer consciência e compromissos coletivos. Em termos de exemplificação, membros da coordenação argumentam que, pelo padrão de consumo dos atingidos por barragens, nunca haveria o problema do efeito estufa e do aquecimento global. A produção e o consumismo desenfreado de mercadorias – substrato do sistema capitalista – acaba por implicar o aumento do consumo de energia. Ademais, o MAB também julga

²²⁷. Entrevista concedida dia 16 de outubro de 2009.

necessária a mudança da matriz industrial brasileira, baseada na produção de minério, de celulose etc., o que exige intensa e elevada quantidade de energia.

De acordo com diversos militantes do Movimento por mim entrevistados, o novo modelo/projeto energético somente é possível dentro de uma nova concepção de desenvolvimento, o que só se viabiliza em um novo sistema social: *o socialismo*. Para eles, a água e a energia precisam ser restabelecidas como bens fundamentais e estratégicos para a sociedade, haja vista que se tornaram mercadorias.

Queremos um novo modelo de desenvolvimento urbano que favoreça a economia e a conservação da energia; não o desperdício e o consumo cada vez maior. A gente quer estímulo à produção de energia limpa, barata, sustentável do ponto de vista social e ambiental. O modelo da privatização neoliberal nunca vai favorecer a economia de energia pois quanto mais se consome, mais lucram as empresas concessionárias. Quem sempre lucra com a construção de novas barragens são as grandes empreiteiras nacionais e estrangeiras, junto com os bancos e as indústrias fabricantes de equipamentos, muitas vezes mentindo sobre a destruição social e ambiental que provocam.²²⁸

Em documentos do MAB, bem como nos discursos de seus militantes e de membros da coordenação, os conceitos *modelo energético* e *projeto energético* normalmente são utilizados de modo indiferenciado, o que revela não apenas certa indistinção semântica, mas também limitações conceituais e de perspectiva pragmática. Ora empregam a expressão “outro modelo” (o que sugere algo alternativo e, simultaneamente, algo acabado, pronto, formatado); ora preferem “projeto” (o que traduz a ideia de uma obra em permanente construção); ora a formulação “transformar pela raiz” (revolução).

Referindo-se ao assunto, Luiz Dalla Costa afirma que essa confusão terminológica em parte está sendo superada: “A compreensão que nós tivemos no último período é de que *modelo* é aquilo que se combate e *projeto* é aquilo que queremos construir. Talvez, só vamos ter um novo modelo quando conquistarmos o poder do Estado e tivermos condições de implantar esse modelo. Entre os militantes do MAB não está muito claro isso. Falam modelo e projeto como sinônimos. Nós é que estamos tentando distinguir isso”.²²⁹

²²⁸, Cf. Vídeo *Organização e resistência – a saga dos atingidos por barragens*, 2005.

²²⁹, Entrevista concedida dia 16 de outubro de 2009.

De acordo com a concepção de Marco Trierveiler,²³⁰ o MAB tem o papel de questionar e denunciar o atual modelo energético por ser extremamente ruim para o povo. Junto com as organizações de esquerda, o Movimento precisa construir um novo projeto popular. Para tanto, ele destaca a importância de ações concretas de transição de modelo. Aponta o desafio da re-estatização do setor energético. “Daqui a um tempo vence a concessão de diversas barragens que estão sob o poder da iniciativa privada. Teoricamente, essas barragens voltariam ao governo, que pode licitar novamente ou ficar com o Estado”.

Trierveiler julga de grande valia uma luta popular no sentido de tentar re-estatizar as hidrelétricas, impedindo o enriquecimento das empresas que atuam no setor. Embora considere esse debate muito difícil de ser feito, julga que o mesmo seja imprescindível a fim de proporcionar respostas diferenciadas à pergunta: “Energia para quem e para que”? A ideia se junta a uma série de proposições que o Movimento tem – sempre procurando contemplar os direitos dos atingidos e da população em geral – as quais serão apresentadas no próximo capítulo.

3. Em busca do socialismo

De diferentes modos, evidencia-se ao longo deste trabalho o combate dos militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens à estrutura e à prática da atual forma de capitalismo de mercado. Por outro lado, é recorrente a defesa que fazem de um novo sistema declaradamente identificado com os princípios do socialismo. Para o Movimento, o socialismo não é uma obra extemporânea, mas algo mais atual do que nunca. Inquirida sobre a configuração do sistema socioeconômico e político que o MAB defende, Daiane Höhn²³¹ afirma:

É um socialismo que a classe trabalhadora do Brasil vai construir. A experiência de Cuba, China, União Soviética foi deles. A nossa vai ser construída por nós. Talvez tenha alguma coisa que a gente vai poder ver na experiência deles. Basicamente, é uma sociedade sem classes, onde não existem ricos e pobres; onde existe uma classe única e organizada, a dos trabalhadores, distribuindo os bens que são produzidos de forma social. É uma sociedade justa, igualitária, soberana e fraterna. Primeiro precisa o povo formar a consciência. (...) Primeiro é essa tarefa de organização e formação do povo para identificar as formas de tomada do poder. Revolução das mentes não basta. Tem que se fazer alguma coisa pra tirar os

²³⁰, Entrevista concedida dia 28 de outubro de 2009.

²³¹, Entrevista concedida dia 15 de julho de 2009.

dominadores do poder. A receita nós vamos construir todo mundo juntos.

Pelas afirmações, percebe-se nítida influência das concepções marxistas, segundo as quais, no modo de produção capitalista, há um permanente confronto de interesses econômicos, ideológicos e políticos entre os opressores (burguesia) e os oprimidos (proletariado), ou seja, uma clara e intensa luta de classes. O MAB busca inspiração na estrutura ideológica do socialismo proletário de Marx e Engels, onde os comunistas teriam os seguintes objetivos essenciais: organizar a classe, derrubar a supremacia burguesa e conquistar o poder. Na visão de Florestan Fernandes, “a conquista do poder pela maioria não é um ponto final, mas um ponto de partida delicado e complexo, inicialmente emaranhado em interesses, convenções e instituições sociais herdados de estruturas de classes antagônicas que não podem ser extirpados em um *fiat*” (1995:40).

O marxismo é a tendência mais importante do socialismo. A visão originária do socialismo considera a classe trabalhadora como a única classe revolucionária capaz de destruir o capitalismo e introduzir outra ordem social. Marx e Engels não pretendiam reformar a propriedade privada, mas aboli-la; não defendiam o atenuamento do antagonismo de classe, mas a supressão das classes; não queriam melhorar a sociedade existente, mas estabelecer uma nova. Em outras palavras, pregavam a revolução. De acordo com Florestan Fernandes, “a revolução não é um acidente histórico e a ‘verdadeira revolução’ só se produzirá se as classes trabalhadoras souberem defender com intransigência os seus interesses reais na luta contra a velha sociedade” (1995:41).

A coordenação do MAB, ao mesmo tempo em que persegue esses ideais de uma “revolução contra a ordem” estabelecida, entende que ela tem de iniciar como uma “revolução dentro da ordem”. É o que se pode verificar com as proposições sobre a necessidade de transição de modelo, como a luta pela re-estatização do setor energético, defendida por Marco Antonio Trierveiler.²³² Referindo-se ao sistema social desejado pelo Movimento, ele afirma que existem experimentos que podem servir de referência. Cita o caso de Cuba, sobretudo na área da educação e da saúde.

Temos muito que aprender com eles. Ao mesmo tempo em que a gente não pode desconhecer as experiências com suas coisas boas e seus problemas, é importante entender que não tem receita pronta para impor aqui. A grande contradição que o

²³². Entrevista concedida dia 28 de outubro de 2009.

socialismo precisa resolver é o fato de que quem gera a riqueza não fica com ela. Quem fica com o lucro não são os trabalhadores, mas as grandes empresas. Tem que buscar formas de distribuir a riqueza.

Ao que se pode perceber, a referência ao socialismo real traz a noção da conquista do poder político pelos trabalhadores, da socialização dos meios de produção, da redistribuição da riqueza, da melhoria das condições de trabalho, da democratização do planejamento e da gestão pública, da transformação do regime jurídico, do desenvolvimento cultural, da emancipação social, da formação cidadã etc. Os que aspiram ao socialismo na atualidade não podem ignorar também a existência das modernas tecnologias. E nisso Luiz Dalla Costa²³³ é bem claro: “Eu quero o socialismo com muita tecnologia, não para destruir a humanidade, mas para que todos possam ter uma vida melhor.”

Em suas análises sobre o sistema socialista, Eva Lakatos e Marina Marconi (1999:357) explicam que

em sua essência, o socialismo é muito mais um conceito econômico que político; baseia-se no princípio da propriedade pública (coletiva) dos instrumentos materiais de produção. Diferentemente do que ocorre em uma economia de mercado, o capital das empresas não é propriedade privada, mas pertence à coletividade, representada pelo Estado. Na realidade o socialismo não pressupõe a abolição total da propriedade privada, mas somente a dos meios de produção (bens de capital), que passam do domínio público, mantendo-se a propriedade individual dos bens de consumo e de uso. (...) O estímulo que dinamiza a economia deverá ser o ideal de progresso, assim como o desejo coletivo de alcançar níveis elevados de bem-estar econômico e social.

Sob todos os aspectos, o grande desafio que se põe é o de construir uma nova história. A propósito disso, Karl Marx e Friedrich Engels afirmam na abertura do primeiro capítulo do *Manifesto Comunista*:

A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito (2007:40).

²³³. Entrevista concedida dia 04 de junho de 2008.

Ao longo de sua obra, Marx procurou demonstrar que o capitalismo se orienta pela lei fundamental da *mais-valia*, diga-se, dos processos de exploração e extorsão dos trabalhadores. Tendo em conta essa normatização imposta pelo capital, bem como a necessidade de medidas para enfrentar os problemas imediatos da população, Gilberto Cervinski²³⁴ alude ao socialismo como um novo paradigma ideológico e pragmático a ser buscado pelo MAB e pelos trabalhadores em geral. Acerca do tema, discorre:

Ainda não temos isso elaborado com muita profundidade. Temos algumas ideias, estudando e conhecendo as experiências históricas. A partir de 1989, perdemos a referência. Precisamos reconstruir o socialismo, e essa é uma tarefa do conjunto da classe trabalhadora. A certeza que temos é que este modelo de sociedade em que estamos vivendo não serve para os trabalhadores. A nossa tarefa imediata é tentar ver como se resolvem os problemas do povo: moradia, emprego, reforma agrária, energia etc. Fazer socialismo é melhorar a vida do povo. Isso se faz a cada dia, ao resistir às tentativas de cooptação, de destruição, ao avançar na compreensão cultural, no conceito de humanidade.

Alinhado com esse pensamento, Luiz Dalla Costa²³⁵ reflete sobre a necessidade de construir o novo sistema a partir da ação cotidiana dos integrantes do Movimento.

O nosso militante deve assumir a pedagogia do exemplo. Não adianta divulgar uma coisa e praticar outra. Defendemos o valor da solidariedade e acreditamos que só o povo organizado e consciente pode fazer a transformação. Temos que ter um profundo sentimento de amor ao povo e à vida. Entendemos que a pessoa tem que ser honesta, que todos devem preservar a sua vida, cuidar dos outros e da natureza, garantindo condições para as gerações futuras.

Nessas declarações, revela-se sintonia com pensadores e ativistas de esquerda como Ernesto Guevara de la Serna (Che Guevara), ícone da revolução cubana, o qual sentenciou: “Deixe-me dizer-lhe, correndo o risco de parecer ridículo, que o verdadeiro revolucionário é guiado por grandes sentimentos de amor”.²³⁶ Também permite estabelecer conexões com a reflexão sociológica de Boaventura de Sousa Santos que afirma ser necessário construir utopias conjugadas, o que ele chama de *heterotopia*.

No que tange à construção do socialismo, a concepção da coordenação do Movimento é de que a “revolução” se dá através da luta permanente contra todas as

²³⁴. Entrevista concedida dia 17 de julho de 2008.

²³⁵. Entrevista concedida em 07 de novembro de 2008.

²³⁶. Cf. *El Socialismo y el hombre en Cuba*. Disponível em: http://pt.wikiquote.org/wiki/Che_Guevara

estruturas injustas da sociedade. Para Dalla Costa, “se houver estruturas injustas em sociedades que se dizem socialistas, temos que lutar também contra elas. Não é o caso de reinventar o socialismo do ponto de vista da teoria, até porque ela já está escrita. Trata-se de desenvolver um conjunto de práticas que atendam os princípios que achamos mais corretos.”²³⁷

Pelos depoimentos, percebe-se o entendimento de que as estruturas devem estar em constante avaliação mesmo no sistema socialista, com o objetivo de evitar injustiças e práticas imperialistas. Aqui também se verifica uma afinidade ideológica dos membros do MAB com o pensamento e a própria prática de Che Guevara, o qual dizia: “Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros...”²³⁸

O Movimento sustenta a necessidade da superação da lógica capitalista que segmenta a sociedade em classes e forja a dominação de uns sobre os outros. Para tanto, recorre com frequência às elaborações de Marx e Engels, visando a construção de um projeto socialista. Em uma das obras utilizadas pelas lideranças – o *Manifesto Comunista* –, os autores defendem a transformação social radical via revolução. Na conclusão do quarto capítulo daquele documento histórico, sentenciam e conclamam: “Que as classes dominantes tremam à idéia de uma revolução comunista! Nela os proletários nada têm a perder a não ser os seus grilhões. Têm um mundo a ganhar. Proletários de todos os países, uni-vos!” (Marx e Engels, 2007:69).

A defesa da internacionalização da luta dos trabalhadores como estratégia para conquistar os seus direitos também anima o MAB. Trata-se de um elemento-chave do movimento socialista no intuito de desencadear um processo de emancipação de toda a humanidade. Publicado em 1848, o *Manifesto Comunista* continua atual no que se refere à necessidade de união de todos para enfrentar os graves problemas mundiais, conforme entendem as lideranças do Movimento. Entre esses problemas estão: o aprofundamento da globalização capitalista, as gritantes desigualdades sociais, a escalada da violência, a degradação ambiental e outros.

4. “Radicalizar a democracia”

A democracia se constitui em um valor áureo para a sociedade. Em nosso país, apesar de registrarmos avanços significativos no precípuo sentido desse processo,

²³⁷. Entrevista concedida em 07 de novembro de 2008.

²³⁸. Cf. *Carta a María Rosario Guevara*. In: http://pt.wikiquote.org/wiki/Che_Guevara

ainda carecemos muito de espírito e concretude democráticos, tanto na vida pública quanto nas micro-relações cotidianas. A propósito, nos últimos tempos, sobretudo com os Fóruns Sociais Mundiais, vem sendo estimulada a consciência política dos cidadãos na perspectiva de democratizar a democracia em vista da transformação social. Em diferentes termos, significa *qualificar e radicalizar a democracia* com intervenções diretas através de conselhos, movimentos sociais, organizações populares, fóruns, redes etc. Implica ampliar a abrangência das decisões democráticas, incluindo não só o âmbito político, mas também o econômico, o cultural, o socioambiental, o eclesial e outros.

A busca de uma “democracia sem limites” é um dos elementos cruciais defendidos pelo MAB quando se trata de um novo projeto de sociedade. Acerca disso, Luiz Dalla Costa²³⁹ assevera que todos os movimentos sociais de esquerda precisam sempre ousar alcançar o mais alto grau de democratização nas suas relações interpessoais e coletivas. Avaliando a dinâmica interna do próprio Movimento sob esta ótica, ele aponta que nem tudo conseguem fazer de forma democrática. Enfatiza a compreensão de que nem todas as decisões requerem e devem depender de consultas, reuniões e assembleias sem que isso seja antidemocrático, mesmo porque existem assuntos sobre os quais recaem responsabilidades pessoais.

Entre os membros da coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens há consenso no que concerne a considerar a democracia representativa um instrumento de participação extremamente limitado. Sintetizando essa posição, Dalla Costa afirma: “Ela não dá poder ao povo. Isso aprendemos na própria luta. Quando é para decidir alguma coisa, a gente reúne o povo, que é um processo mais intenso, onde as pessoas têm direito de se manifestar. Um líder nosso que não cumpre com seu papel participativo, perde o mandato. Na história do MAB sempre foi trabalhado muito o aspecto da participação, do empoderamento, do poder popular de decisão”.²⁴⁰

No nível sociopolítico, o MAB utiliza uma linguagem marcadamente coletivista: “Nosso rio”, “nossa energia”, “a biomassa é nossa”, “nossa Amazônia”, “a Vale é nossa”, “o petróleo é nosso” etc. Atento à extensão das expressões, Robson Formica²⁴¹ distingue entre nacionalismo e soberania popular nesses termos:

²³⁹. Entrevista concedida dia 16 de outubro de 2009.

²⁴⁰. Idem.

²⁴¹. Entrevista concedida dia 17 de julho de 2009.

Dentro de uma concepção nacionalista pode entrar uma série de interesses que não necessariamente sejam os populares, revolucionários, de esquerda. Pode haver interesses da própria burguesia. Um desses exemplos é o Tratado de Itaipu que joga muito o sentimento nacional pra usar o povo e defender um interesse que não é do povo, mas das elites. Ao chamar as coisas de *nossas*, defendemos a soberania popular, a ideia de que aquilo pertence à sociedade como um todo, que deve ser decidido pelo povo e utilizado por ele.

Em se tratando do conjunto dos que têm direito de acesso às “coisas” – água, terra, energia... – e à decisão sobre os rumos da sociedade, não se pode olvidar as mulheres. A democracia plena requer a sua participação efetiva em igualdade de condições e direitos com os homens, o que historicamente não se verificou. Inclusive, como já referi, sobre as mulheres atingidas por barragens recai um duplo ônus, proveniente, por um lado, da herança de uma sociedade patriarcal e, por outro, do modelo capitalista de desenvolvimento.

No Movimento, entretanto, elas entram em cena não apenas na defesa dos seus direitos ameaçados ou negados pelos “empreendimentos do progresso”, mas também têm aí a possibilidade de descortinarem e fortalecerem a sua identidade feminina. Nesse espaço, se capacitam para enfrentar as mais diversas formas de opressão social e familiar, lutando por direitos, ora para garantir a igualdade, ora para preservar a diferença, como bem formula Boaventura de Sousa Santos: “As pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza.”²⁴² Diversos estudos recentes apontam que

as mulheres são as mais activas, as mais criativas e as mais preocupadas e envolvidas em movimentos pela conservação e proteção da natureza e pelo saneamento dos danos a esta causados. Enquanto o papel das mulheres como ‘salvadoras do ambiente’ pode ser bem-vindo por muitos (...), poucas vozes salientam que estes movimentos de base de mulheres também criticam, implícita ou explicitamente, o paradigma de desenvolvimento capitalista, orientado para o crescimento e para o lucro e patriarcal e que defendem uma nova alternativa: a alternativa de subsistência (Mies e Shiva, 1993:394).

Esta é a perspectiva sustentada pelo *ecofeminismo*, pensamento segundo o qual a luta pela superação da dominação da natureza e a luta pela libertação da mulher estão profundamente relacionadas. O *ecofeminismo* surgiu a partir da confluência de

²⁴². *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 48, junho/1997, Coimbra, p. 30.

diversos movimentos sociais no final da década de 1970 e início dos anos 1980. O termo foi utilizado inicialmente por Françoise D'Eaubonne e “simboliza a síntese de ambientalismo e feminismo. É a teoria que busca o fim de todas as formas de opressão. Relaciona as conexões entre as dominações por raça, gênero, classe social, dominação da natureza, do outro – a mulher, a criança, o idoso, o índio”.²⁴³

Ao se reportar à participação das mulheres no MAB, Tânia Vieira²⁴⁴ avalia que elas ainda estão um pouco acomodadas e precisam ocupar mais espaços. Dentro do Movimento, a democracia de gênero se constitui em um grande desafio. Na afirmação de Andréia da Silva Neiva,²⁴⁵ “a gente vem ensaiando, mas existem muitos resquícios dessa sociedade patriarcal. Nós temos uma educação machista, tanto os homens como as mulheres. Ainda precisa muita coisa pra avançar. A gente vai tentando desconstruir o machismo, mas é um processo lento”. Na mesma direção, Soniamara Maranhão²⁴⁶ acrescenta: “Fazemos articulação, trabalho de base, ajeitamos as coisas, mas muitas vezes na relação política (*risos*), nos palcos, nas negociações, na comunicação, quem escreve, quem estuda, quem aparece são os homens. As mulheres ficam mais com o trabalho invisível, trabalho de secretária. Isso dói.”

Acerca do lugar reservado à mulher na sociedade, Robson Formica²⁴⁷ observa:

A gente vem de uma lógica do patriarcado, onde o homem é a figura central, o que produziu uma desigualdade enorme. Com o capitalismo isso se aprofundou ainda mais. No Movimento, as companheiras têm travado um debate forte, aberto, fraterno, mas também muito direto com os companheiros. Por mais que, para os homens, possa gerar desconforto, angústia, perder espaços de poder, coloca em evidência as contradições e a importância da contribuição das companheiras na luta, organização e mobilização dos atingidos. Esse debate vem sendo pautado nos espaços de formação e coordenação, como também nas escolas de formação de militantes. As mulheres têm a tarefa de tencionar isso no Movimento e os homens precisam ter a capacidade e a humildade de reconhecer as desigualdades produzidas pelo patriarcado e construir um novo tipo de relacionamento.

Na mesma direção, Joceli Andrioli²⁴⁸ admite que o Movimento precisa avançar na busca de igualdade entre homens e mulheres. Em sua visão,

²⁴³. Cf. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ecofeminismo>

²⁴⁴. Tânia Vieira Leite, 31 anos, atingida pela barragem de Samuel, membro da coordenação nacional do MAB. Entrevista concedida dia 15 de julho de 2009.

²⁴⁵. Entrevista concedida dia 15 de julho de 2009.

²⁴⁶. Entrevista concedida dia 15 de julho de 2009.

²⁴⁷. Entrevista concedida dia 17 de julho de 2009.

²⁴⁸. Entrevista concedida dia 16 de julho de 2009.

hoje tem uma participação maior e mais efetiva das mulheres na organização. (...) A participação numérica das mulheres nas decisões não significa que está se implementando uma política de gênero. As relações são muito mais amplas que isso. Temos o critério que, nos grupos de base, tem que ter uma coordenadora e um coordenador, mas só pela presença não garante democracia de gênero. Em muitos casos, temos presenciado nos movimentos que as mulheres têm que ter atitudes masculinas pra poder ocupar espaço. Não é o caso do MAB, mas são trazidos traços muito machistas. Estamos avançando pra construir uma democracia de gênero, mas admitimos que essa questão tem que ser uma coisa mais intencional.

A cidadania se articula de modo estreito com a democracia, o que perpassa necessariamente a questão de gênero. Nesse aspecto, membros da coordenação do MAB – incluindo homens e mulheres – entendem que o Movimento está fazendo esforço para superar o “sectarismo” e admitem que haja grandes desafios no sentido de ampliar a democracia de gênero tanto entre a militância como nas múltiplas esferas da sociedade. Luiz Dalla Costa²⁴⁹ recorda que historicamente quem frequentava as reuniões dos atingidos eram os homens. “Hoje, nas instâncias de decisão do Movimento têm uma participação bem maior das mulheres do que tinha uma vez. Estamos tentando exercitar que haja 50% de mulheres e 50% de homens em todas as coordenações. Aceitamos que sejam duas mulheres para coordenar uma reunião, mas preferimos que não sejam dois homens. Isso é um exercício que dá empoderamento.”

Como se vê, a participação das mulheres no MAB e, particularmente, nas instâncias de coordenação e decisão, é um assunto “quente” que começa a ser discutido com certa ênfase pelo Movimento e por alguns estudiosos. Embora ainda persistam resistências advindas da própria tradição cultural, conforme ressaltado, as reflexões se mostram significativas nesse sentido, tanto no MAB como na Academia. A propósito, importante estudo sobre o tema foi desenvolvido por Alexandra Martins Silva, em dissertação de mestrado intitulada *Mulheres em Movimento: luta e resistência contra barragens*, apresentada na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em 2007.

Em se tratando do perfil das lideranças, desde o surgimento do MAB elas foram, na sua grande maioria, constituídas de jovens. Para Joceli Andrioli,²⁵⁰ isso tem a ver

²⁴⁹. Entrevista concedida dia 16 de outubro de 2009.

²⁵⁰. Joceli Jaisson Andrioli. Entrevista concedida dia 16 de julho de 2009.

com as bandeiras e os direitos que o Movimento defende, fazendo com que os pais permitam e incentivem seus filhos à participação. “Os jovens se apaixonam com muito vigor a esta causa concreta de defesa da água, dos rios, como também da mudança da sociedade. A juventude se empolga quando compreende isso. O MAB consegue trazer essas dimensões mesmo pecando em não ter um debate específico sobre a juventude”. De todo modo, este fator também é significativo na análise do potencial democrático do Movimento.

No que respeita mais estritamente à democracia relativa à questão energética, Marco Trierveiler²⁵¹ acredita ser imprescindível ao Movimento manter a luta pela garantia dos direitos dos atingidos, o que inclui o próprio direito de não querer que a barragem seja construída. “Infelizmente até hoje as populações regionais nunca tiveram o direito de decidir sobre a construção de uma barragem. É nosso papel organizar o povo para que possa opinar sobre a barragem ser construída ou não”. No entendimento da coordenação do MAB, trata-se de uma medida no mínimo ponderada num país que se diz democrático.

A temática da democracia perpassa todos os âmbitos relacionais e se configura em um fator essencial nas concepções teóricas e alinhamentos práticos do Movimento, no propósito de construir outra ordem sociopolítica, cultural e ambiental. Em linhas gerais, o objetivo do MAB é radicalizar a democracia. Porém, inseridos em uma sociedade capitalista onde imperam práticas autoritárias, seus militantes encontram dificuldades para o exercício pleno da democracia. Por outro lado, já houve avanços significativos, como a participação dos jovens, o posicionamento firme de dizer “não” às grandes barragens e o maior envolvimento das mulheres no processo, inclusive como lideranças.

5. O desafio da cidadania ecológica

A percepção do Movimento dos Atingidos por Barragens acerca da democracia, bem como sobre a cidadania, é abrangente. Conforme já apresentado no terceiro capítulo, o Movimento defende, sustenta e incorpora em suas ações a perspectiva de uma cidadania ativa, participativa e plena. Além dessas características, também se destaca como defensor de uma *cidadania ecológica*, a qual amplia e aprofunda o próprio conceito de cidadania participativa, assunto que passo a discorrer agora.

²⁵¹. Entrevista concedida dia 28 de outubro de 2009.

Os temas da cidadania ecológica e do desenvolvimento (sustentável) estão intrinsecamente relacionados, como se pode perceber em diversos documentos e também no discurso dos militantes do MAB. Segundo o relatório *Nosso Futuro Comum*, a desigualdade social em nível mundial “é o maior problema ‘ambiental’ da Terra; e é também seu maior problema de ‘desenvolvimento’” (CMMAD, 1991:6). Por considerar esse fator preocupante, a Comissão que elaborou o relatório acrescenta: “Para que haja um desenvolvimento global sustentável é necessário que os mais ricos adotem estilos de vida compatíveis com os recursos ecológicos do planeta – quanto ao consumo de energia, por exemplo” (CMMAD, 1991:10).

Hoje, o debate sobre a sustentabilidade planetária incorpora de modo inevitável a questão das energias alternativas ou renováveis, ditas também “positivas” – solar, eólica,²⁵² hidrelétrica, biomassa e outras. O Brasil possui um elevado potencial de recursos naturais para a geração destas energias. Contudo, o Movimento dos Atingidos por Barragens entende – como já explicitado – que não basta alterar e alternar as fontes energéticas se o monopólio da geração, distribuição e comercialização permanece com as grandes empresas. Para tanto, defende que o povo precisa ter o domínio da cadeia produtiva das energias alternativas a fim de que elas sejam alternativas na sua matriz e também no seu custo.

A energia tem uma importância capital na sociedade atual. Sobre as energias, a CMMAD afirma que delas “dependem o bem-estar dos indivíduos, o desenvolvimento sustentável das nações e as possibilidades de manutenção da vida do ecossistema global”. E adverte: “Uma diretriz energética segura, sensata do ponto de vista ambiental e economicamente viável que garanta o progresso humano até um futuro distante é evidentemente indispensável. E também possível. Mas para que isso seja conseguido serão necessárias novas dimensões de empenho político e cooperação institucional” (CMMAD, 1991:225).

Elucidando sua postura política acerca das riquezas naturais, o MAB argumenta que elas “são do povo e devem estar a serviço do povo. A luta da energia e a luta em torno dos projetos minerais devem ser entendidas como lutas por soberania de cada

²⁵². A energia eólica é considerada uma das mais limpas. Porém, há ainda grandes desafios para poder avançar neste setor. Entre outros aspectos, é preciso considerar os custos de produção, a viabilidade econômica dos parques e os incentivos tributários que as transformariam em alternativas de empreendimentos com perspectivas de longo prazo.

país e ao mesmo tempo de caráter anti-imperialista.”²⁵³ Essa ideia é complementada por Luiz Dalla Costa, para quem “o maior problema ambiental do Brasil é a concentração de riqueza e da produção na mão de poucos.”²⁵⁴ Diante disso, Flávio Santos²⁵⁵ acredita que os atingidos por barragens têm o dever de ajudar a construir um novo projeto energético a fim de superar o modelo atual que põe o povo sob a dependência das empresas. Tais concepções tangenciam uma cidadania ecológica – que visa incorporar uma *ecologia de direitos*²⁵⁶ – defendida pelo Movimento.

O conceito *cidadania ecológica* requer o reconhecimento e a garantia de direitos, bem como a observância de deveres de natureza diversa no âmbito da *Casa Comum (Oikos)*. Deste ponto de vista, a compreensão de cidadania é transdisciplinar, buscando resguardar as possibilidades de vida com dignidade para todos – tanto das presentes como das futuras gerações – ao usufruírem de um ambiente saudável e equilibrado. A ideia está associada à superação de fronteiras em vários sentidos e à necessidade de adoção de parâmetros éticos que orientem esse novo paradigma. Nesta direção, Loureiro (2005:76) enfatiza que a

ecocidadania/cidadania planetária é um conceito utilizado para expressar a inserção da ética ecológica e seus desdobramentos no cotidiano, em um contexto que possibilita a tomada de consciência individual e coletiva das responsabilidades tanto locais e comunitárias quando globais, tendo como eixo central o respeito à vida e a defesa do direito a esta em um mundo sem fronteiras geopolíticas. Nesse conceito, amplia-se o destaque ao sentimento de pertencimento à humanidade e a um planeta único.

O entendimento do meio ambiente como bem comum e espaço de ação política é recente. Na defesa desta visão ampliada de cidadania, o mesmo autor acrescenta:

Considerando-se como verdadeiro que a modernidade também visa a liberdade humana contra qualquer forma de opressão e exclusão, a universalização da cidadania plena não se limita à garantia por leis e ao crescimento econômico. A livre expressão cidadã e democrática exige condições objetivas e materiais justas que assegurem a superação de padrões de Estado ditatoriais, assistencialistas e paternalistas que inibem a participação e a ruptura com modelos societários que criam uma tradição cultural de submissão à lógica econômica de

²⁵³ . Cf. *Água, Minérios e Modelo Energético: Para que? E para quem?* – Texto elaborado pelo MAB em 2008. Disponível em http://www.mabnacional.org.br/artigos/031108_modelo_energetico.htm

²⁵⁴. Entrevista concedida em 01 de maio de 2008.

²⁵⁵. Entrevista concedida dia 17 de julho de 2009.

²⁵⁶. Utilizo a expressão “ecologia de direitos” em analogia com o conceito “ecologia de saberes” empregado por Boaventura de Sousa Santos (2008:137 ss). Em ambas as situações, “ecologia” transcende o estrito aspecto ambiental e traz a noção de multiplicidade, diversidade e interconexão.

mercado privatista (alienante) estabelecida (Loureiro, 2005:74).

A cidadania ecológica requer, portanto, o exercício da democracia, vista por Leonardo Boff como um *valor universal* que precisa ser exercido por todos os lados, lugares e ambientes: na relação mais igualitária entre marido e mulher, entre pais e filhos; na escola, na comunidade, na igreja, grupos, partidos etc. Segundo ele, “junto a essas várias formas de democracia, está surgindo atualmente uma nova forma de vivência democrática, seja como valor universal, seja como forma mais integradora de organizar uma sociedade: a *democracia ecológico-social*” (Boff, 2008:108 – *grifo meu*). Muito mais que uma democracia de atos, trata-se de uma democracia de atitude, de modo de vida, o que implica a necessidade de uma efetiva educação para a convivência com todos os seres.

Quer nos conceitos, quer no concreto, a *cidadania ecológica* está em contínuo processo de construção. Enquanto horizonte desejável, ela pode ser vista e referida como “plena”, “integral”, “integradora”, “planetária” etc. Na ordem do dia, ora avança mais, ora menos, dependendo das circunstâncias históricas e da capacidade de organização popular. Os membros da coordenação do MAB não a vêem como uma dádiva dos deuses ou dos governantes, mas como uma conquista do povo organizado. E é nesta perspectiva que se pode analisar e entender o conjunto de estratégias de resistências do Movimento contra as barragens; as denúncias feitas diante dos muitos casos de violação de direitos; a luta em prol da cidadania dos atingidos com o fim de reconhecer a água e a energia como direito humano etc.

Nas últimas décadas, as Nações Unidas chamaram a atenção da humanidade sobre o direito à vida, inerente não só aos indivíduos como tal, mas também aos povos. Apontaram o direito a um meio ambiente sadio como condição para garantir qualidade de vida a todos. Logo, a proteção ao meio ambiente e a defesa dos direitos humanos – que começam a ser tratados de forma conjunta e articulada – se constitui em prioridade inequívoca da agenda internacional de governos e movimentos sociais na atualidade.

Esse debate não só põe em cheque as relações entre o privado e o público; entre o local e o global, como também traz à baila a questão do paradigma societário. Para Isabel Carvalho (1992:37), “as lutas ecológicas, ao destacarem a idéia de meio ambiente como um espaço comum, de cuja gestão dependem as condições para a sobrevivência humana, acaba por detonar uma crítica vigorosa à sociedade

contemporânea e por propor um projeto alternativo de organização social”. Projeto que demanda a adoção de um conjunto de princípios. Entre eles, Henri Acselrad aponta:

a igualdade no usufruto dos recursos naturais e na distribuição dos custos ambientais do desenvolvimento; a liberdade de acesso aos recursos naturais, respeitados os limites físicos e biológicos da capacidade de suporte da natureza; a solidariedade entre as populações que compartilham o meio ambiente comum; o respeito à diversidade da natureza e aos diferentes tipos de relação que as populações com ela estabeleçam; a participação da sociedade no controle das relações entre os homens e a natureza (1992:19).

Em suas observações, Carlos Frederico Loureiro²⁵⁷ revela preocupação com a instrumentalização da linguagem ecológica para legitimar diferentes práticas. E afirma:

O conceito de cidadania pode ser apropriado na perspectiva burguesa. Acho que as pessoas têm entendido a ideia de cidadania ecológica muito no sentido de cidadão consumidor com o direito de consumir um bem que gaste menos energia, um alimento orgânico, um carro que polua menos. Acho que não é só uma questão de mudança de comportamento individual ou de avanço tecnológico. A cidadania tem a ver com as formas como a gente se organiza, produz, distribui, circula e dá sentido às coisas. Implica, portanto, não só pensar se meu carro é *flex*, mas discutir a própria existência do carro, porque nenhuma cidade comporta um carro para cada pessoa.

O Movimento dos Atingidos por Barragens reitera continuamente a necessidade de atentar para a lógica de funcionamento do sistema capitalista a fim de entender as causas dos problemas atuais e poder construir outro projeto energético. Assim postula sua análise:

A raiz do problema energético nacional está na lógica do sistema que faz da energia uma mercadoria e que, ao persistir esta lógica, não haverá tecnologia A ou B que resolva a questão da população pobre. É impossível pensar em economia de energia quando se quer vender o máximo para obter o máximo de lucro. Da mesma forma, é impossível pensar em usos e fontes que sejam mais favoráveis ao povo e menos prejudiciais ao meio ambiente quando o único objetivo é a acumulação de riquezas nas mãos de poucos. Fontes variadas (água, sol, vento, biomassa...) existem e podem ser usadas para o bem-estar de todo o povo, porém, não haverá fonte ou tecnologia que favoreça a maioria, se não houver uma organização econômica,

²⁵⁷. Professor de pós-graduação da UFRJ. Mestre em Educação e Doutor em Serviço Social. Participou da preparação do Eco/92. Entrevista concedida dia 17 de julho de 2008.

política e social que se coloque para o bem de toda a humanidade.²⁵⁸

Essa consciência em torno da democratização sociopolítica e socioeconômica dos bens da natureza é um dos elementos fundamentais daquilo que se poderia chamar *o projeto socioambiental* defendido pelo MAB. Sua compreensão sobre como a água e a energia devem ser tratadas, constitui, de algum modo, os parâmetros da cidadania ecológica que luta para construir. Assim, posiciona-se a favor de um “modelo” energético que beneficie todo o povo brasileiro; que privilegie energias menos agressivas ao meio ambiente, mais baratas e sustentáveis do ponto de vista social e ambiental. Acerca do tema, afirma:

Em se tratando do modelo energético, a crise nas atividades econômicas e a conseqüente queda no consumo da energia abrem a possibilidade de discutir uma reestruturação profunda, que parta das necessidades reais de superação das contradições do atual modelo e que carregue os princípios da soberania energética a partir de um projeto popular. Portanto, cabe a nós fazermos a luta de resistência e construirmos um novo modelo energético e de sociedade!²⁵⁹

Os posicionamentos do Movimento se alinham com o relatório *Nosso Futuro Comum*. Além de enfatizar desafios relacionados ao crescimento da população, à segurança alimentar, à preservação da biodiversidade e dos ecossistemas, o documento sugere a adoção de fontes energéticas renováveis, o aumento da produtividade com menos poluição e o controle do processo de urbanização. No que concerne à questão da energia, afirma a necessidade de investir em políticas de *rendimento energético* através da utilização de equipamentos modernos, da alteração dos padrões de consumo dos países em desenvolvimento e da “fixação de preços que estimulem a adoção de medidas poupadoras de energia” (CMMAD, 1991:16-17).

Como conseqüência do fenômeno conhecido como “apagão”, ocorrido em 2001, houve uma significativa redução no gasto de energia no país. A média de consumo da população brasileira baixou de 170 para 146 KW/mês. Para voltar ao patamar anterior foram necessários quatro anos. Diante desse fenômeno, o MAB conclui que, havendo uma política séria de economia de energia, é possível reduzir os níveis de consumo familiar. Contudo, admite que essa diminuição, juntamente com a redução dos padrões de conforto por conta do custo econômico e ambiental da energia se trata

²⁵⁸. Cf. <http://www.mabnacional.org.br>

²⁵⁹. Cf. *14 de Março - Dia internacional de luta contra as barragens, pelos rios, pela água e pela vida*. Disponível no site do MAB: http://www.mabnacional.org.br/noticias/060309_14marco.html

de uma tarefa complexa numa sociedade de mercado como a nossa. E concordam que qualquer transformação significativa neste sentido deverá passar obrigatoriamente pela mudança cultural.

A postura do MAB é irretorquível quanto à alteração do modelo energético, pois considera que, a continuar essa lógica, sempre haverá necessidade de maior quantidade de energia, sem que isso garanta atendimento às demandas básicas dos pobres. Nesse sentido, sua posição é clara na defesa de um modelo que sirva ao bem-estar da população brasileira e não ao lucro das empresas multinacionais. Em seu II Encontro Nacional, realizado em Curitiba/PR (2006), o Movimento aprofundou o debate sobre o modelo energético brasileiro e ressaltou uma série de desafios para a sua agenda. Entre eles: ampliar a militância em termos quantitativos, garantindo formação política; manter autonomia em relação aos partidos políticos; articular-se com outros movimentos rurais e urbanos em nível local, regional, nacional e internacional; discutir com o governo federal o modelo energético atual com vistas a implementar mudanças estruturais.

No Seminário sobre Panorama Energético, realizado em São Paulo nos dias 05 e 06 de outubro de 2007, o MAB voltou a ressaltar a necessidade de elevar o nível de conhecimento a respeito do tema da energia, compreendendo que ela é um bem natural a ser usado de modo racional. Também reiterou o empenho na formulação de propostas concretas para um novo projeto e a continuidade da resistência à construção de outras barragens. De igual modo, comprometeu-se a continuar lutando pela reparação dos danos sociais e ambientais já causados pelas hidrelétricas, bem como resistir à implantação de outros projetos capitalistas, além de buscar um *alto desenvolvimento humano com adequada sustentabilidade ambiental*.²⁶⁰ É importante sublinhar a associação conceitual entre desenvolvimento humano e sustentabilidade ambiental na medida em que revela o substrato do projeto defendido pelo Movimento.

No âmbito político, o MAB vem servindo como uma caixa de ressonância sobre a necessidade de um novo “modelo” energético nacional. Articula essa ousada bandeira com discussões e lutas no sentido de combater o “deserto verde” e as sementes transgênicas; na defesa da biodiversidade, biossegurança, reforma agrária, acesso à universidade para todos etc. Alguns de seus membros afirmam que o Movimento se

²⁶⁰. Cf. <http://www.mabnacional.org.br>

encontra numa fase de amadurecimento, na proporção em que está acrescentando às lutas por indenização ou reassentamento o enfoque socialista. Assim, o MAB procura fomentar a consciência crítica acerca da transformação social, acreditando que esse processo se dá antes com o fortalecimento de um movimento anti-sistêmico do que pela via institucional ou partidária.

Em âmbito geral, membros da coordenação do MAB avaliam que o processo de lutas possibilita aos militantes desenvolver um considerável grau de consciência, inclusive sobre a questão ecológica. “Nem sempre conseguem fazer todas as práticas que deveriam, mas eles têm um nível de informação superior aos demais, mesmo em função do trabalho que o Movimento faz de orientação e questionamento ao modelo vigente. Por isso, eles têm uma visão mais crítica. Mas, em relação ao ideal, ainda é muito básico”, pondera Luiz Dalla Costa.²⁶¹ Ele considera que o Movimento enfrenta uma situação extremamente desigual se comparado às grandes empresas. Enquanto elas recebem milhões do governo, além do capital que já possuem, para incentivar os produtores a plantarem fumo com veneno, por exemplo, o Movimento carece dos mínimos recursos para trabalhar a consciência sociopolítica e ecológica dos atingidos.

A essa altura, vale enfatizar uma vez mais a centralidade dos movimentos populares na tarefa de fortalecimento da cidadania. Plínio de Arruda Sampaio vê com otimismo que “os movimentos sociais estejam despertando para o problema ecológico. Estão saindo de uma posição corporativista para uma posição política geral, onde percebem novas demandas. Uma delas é a da ecologia. O MST, por exemplo, já percebeu há mais tempo o dano que a tecnologia agrícola moderna traz à terra”.²⁶² Para Sampaio, “a força de um movimento popular é a sua autenticidade. É preciso que o seu discurso corresponda à sua ação. Quando isso não acontece, as pessoas passam a não ter tanta esperança naquilo porque vêem que a pugnacidade delas diminui. A força do militante é sua coerência. Quando isso não acontece, ele se amortece”.

De acordo com Carlos F. Loureiro,²⁶³ “quando o MAB discute a matriz energética e o direito de viver num determinado lugar, isso dá uma concretude ao debate ambiental que, de modo geral, o ambientalista não tem. Dá o peso político de quem está vivendo a dor desse modelo de sociedade.” A articulação da complexa e

²⁶¹. Entrevista concedida dia 16 de outubro de 2009.

²⁶². Entrevista concedida dia 05 de dezembro de 2008.

²⁶³. Entrevista realizada em 17 de julho de 2008.

transdisciplinar temática da *ecologia*²⁶⁴ com a noção de *cidadania* torna-se cada vez mais central no contexto atual. Isso se deve não só ao avanço das concepções teórico-científicas, mas também e, talvez, principalmente em face da exigência da própria realidade. Dessa conjunção política depende muito a qualidade de vida dos povos, o uso do “capital ambiental” pelas presentes gerações e a preservação para as futuras.

Falando sobre a incorporação da dimensão ecológica nas lutas do MAB, Robson Formica²⁶⁵ afirma: “Na lógica do senso comum se dissocia natureza e sociedade, como se o homem estivesse de um lado e a natureza de outro. Precisamos avançar na compreensão de totalidade, numa visão mais integral da realidade. A Nação do Equador, por exemplo, na sua reforma constitucional, incorporou os direitos da natureza. Esta também é portadora de direitos. Essa visão ampla ajuda a superar o modelo utilitarista”. Sobre o papel do Movimento de Atingidos por Barragens no fortalecimento da consciência ecológica, José H. Mecca²⁶⁶ argumenta:

À medida que evitamos a construção de uma barragem, nós estamos fazendo um grande ato ecológico. Tem alguns ambientalistas que discutem como preservar o ambiente depois que o lago está pronto. Então, colocam lá uma placa dizendo: ‘preserve o meio ambiente’. Isso é uma palhaçada, porque preservar o meio ambiente seria exatamente evitar a construção da barragem e a destruição do que vivia ali. Creio que o MAB, na medida em que vai crescendo e aprofundando o debate com a sociedade, ele pode se tornar um grande movimento de consciência ambiental. Pode ajudar a mudar a consciência de consumo. Ao falar da redução do consumo de energia está preservando o meio ambiente.

Na música “*Refração da vida*”, José Alves, atingido pela barragem de Castanhão/CE, mostra sua consciência ecológica, imaginando a possibilidade de uma perfeita harmonia entre o ser humano e a natureza: “Eu quero os rios como fontes salubres/ refração da vida em correnteza/ Eu quero o sonho transbordando nas pessoas/ em perfeita paz com a natureza”. A seu modo, expressa uma oposição – sustentada pelo MAB – à atuação do capitalismo que procura expulsar o homem da terra e transformar a natureza em mercadoria. Depois destaca o papel do Movimento:

²⁶⁴. Sobre a temática *ecologia*, chama a atenção diversas racionalidades conflitantes, algumas inclusive de cunho religioso. A Narrativa da Criação afirma, por exemplo, que o ser humano recebeu autoridade para “dominar” e “submeter” a terra e tudo o que vive e se move sobre ela (cf. Gn 1, 28). *Dominar* tem, pois, uma conotação de domar, debelar, reprimir e colonizar. Alinha-se à noção de *usar e abusar*. Segundo outra narrativa bíblica da criação, o ser humano recebeu a incumbência de Deus para “cultivar e guardar o jardim de Éden” (Gn 2, 15). Esta vem sendo enfatizada pelos defensores de uma ecologia do cuidado.

²⁶⁵. Entrevista concedida dia 17 de julho de 2009.

²⁶⁶. Entrevista concedida dia 05 de outubro de 2007.

“Eu quero o MAB como nosso mediador/ Das nossas conquistas e vitórias/ Eu quero líderes com esboços contundentes/ Transformando o curso da história”. O Movimento é visto, assim, como instrumento de luta, “meio” fundamental para transformar, não apenas para fazer reparos na história.

Via-de-regra, as empresas construtoras restringem o debate ambiental a uma simples questão de manejo dos meios físicos e bióticos, legitimando seu projeto de exploração dos recursos naturais. O MAB, por outro lado, ao longo de sua trajetória vem propugnando a indissociabilidade entre o agir humano e o equilíbrio natural. Vale enfatizar que a preocupação com a degradação ambiental provocada pela construção de barragens esteve presente desde o primeiro documento elaborado pelo Movimento.

Nesse sentido e com o impulso da Eco/92 – da qual alguns dirigentes do MAB participaram – o Movimento implantou um curso de educação ambiental na região de abrangência da bacia do Rio Uruguai. O mesmo foi iniciado em 1992 e se manteve até 1998, envolvendo cerca de 1.400 professores do Ensino Fundamental e Médio e mais de 300 agricultores, autoridades e lideranças locais. Inicialmente, realizou-se nos municípios de Mariano Moro, Aratiba, Severiano de Almeida e Marcelino Ramos (RS) e depois também em alguns municípios do Estado de Santa Catarina. Tinha como objetivos

a qualificação dos professores para o debate em torno das questões socioambientais, auxiliando-os no seu papel de atores culturais e, ainda, oferecendo subsídios conceituais e metodológicos, articulando-os numa abordagem multidisciplinar do tema, a partir da discussão das questões globais e específicas da região, tais como os efeitos provocados pela construção de barragens para a produção de energia elétrica, a problemática ambiental agrícola, dentre outras (Noal, 2007: 121).

Entre os temas abordados estavam: meio ambiente e desenvolvimento sustentável, sociedade e movimentos ambientalistas, poluição, esgotamento dos recursos naturais, geração e consumo de energia, legislação ambiental e direitos dos atingidos por barragens, ecossistemas brasileiros, desenvolvimento regional, geração de resíduos sólidos, agrotóxicos, agroecologia, educação ambiental no contexto escolar etc. Em 1995, em Erechim/RS, o MAB também realizou o Seminário Regional de Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável “com a finalidade de divulgar e ampliar a educação ambiental em outros espaços da sociedade” (Noal, 2007:120).

Em suma, vê-se que na medida em que se organizam em lutas concretas, as pessoas se descobrem como sujeitos de direitos, de habilidades e responsabilidades. No coletivo, re-significam valores e saberes; reinterpretam normas e padrões; resgatam o núcleo da ética humanista; pleiteiam o destino comum das riquezas naturais e produzidas; contribuem na discussão para formulação e aplicação de políticas públicas etc. Assim, os movimentos integrados por esses sujeitos assumem uma tarefa ética de denunciar as forças desumanizadoras e reeducar os indivíduos, os grupos e a própria sociedade na lógica coletiva, solidária e sustentável.

6. A questão da justiça ambiental

Outra noção importante que está presente – ora de forma explícita, ora de modo implícito – nas lutas desencadeadas pelo MAB, refere-se à *justiça*. A rigor, a cidadania busca a concretização da justiça, a qual tem desdobramentos sociopolíticos, econômicos, ambientais e culturais. Em que pese às determinações, não existe cidadania sem justiça, isto é, sem a garantia e a preservação das igualdades sociais. A justiça e a cidadania supõem, portanto, que se traduzam os direitos em leis e em políticas públicas.

O conceito de *justiça ambiental* surgiu nos Estados Unidos, em um contexto de enfrentamento ao denominado *racismo ambiental*.²⁶⁷ Na concepção de Selene Herculano,

o racismo ambiental não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem (...). Os mecanismos e processos sociais movidos pelo racismo ambiental naturalizam as hierarquias sociais que inferiorizam etnias e percebem como vazios os espaços físicos onde territórios estão constituídos por uma população que se caracteriza por depender estreitamente do ecossistema no qual se insere (...). Racismo é a forma pela qual desqualificamos o outro e o anulamos como não-semelhante.²⁶⁸

²⁶⁷. Em 1982, diante da decisão do governador Hump, da Carolina do Norte (EUA), de implantar um depósito de resíduos de policlorobifenilos (PCB) na comunidade de Warren County, houve um massivo protesto popular. Naquela localidade residiam 16 mil pessoas, 60% das quais eram afro-americanas pobres. A atitude do governador foi caracterizada como *racismo ambiental*. Desencadeou-se, a partir de então, o *Movimento por Justiça Ambiental*, tendo como base os direitos civis.

²⁶⁸. HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. In: *Revista de Gestão Integrada de Saúde do Trabalho e Meio Ambiente* – v. 3, nº 1, Artigo 2, jan/abril 2008. pp. 15-16. Disponível em: http://www.interfacehs.sp.senac.br/images/artigos/131_pdf.pdf

No intuito de explicar o conteúdo epistemológico e prático do conceito de justiça ambiental, o sociólogo Robert Bullard afirma que ela consiste na

busca do tratamento justo e do envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor, origem ou renda no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e reforço de políticas, leis e regulações ambientais. Por tratamento justo entenda-se que nenhum grupo de pessoas, incluindo-se aí grupos étnicos, raciais ou de classe, deva suportar uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas resultantes de operações industriais, comerciais e municipais, da execução de políticas e programas federais, estaduais, locais ou tribais, bem como das consequências resultantes da ausência ou omissão destas políticas.²⁶⁹

A *justiça ambiental* insere, portanto, a noção de igualdade de proteção de todos diante de ameaças ambientais e de saúde; o direito às condições de uma vida digna e saudável a todas as pessoas e povos; a equidade de acesso aos recursos e serviços ambientais, bem como às informações necessárias para a construção de modelos alternativos e democráticos de desenvolvimento. A compreensão serve de suporte para lutas contra a distribuição desproporcional de riscos ambientais entre as classes e grupos sociais. Esta preocupação é saliente também no MAB na medida em que luta pela indenização ou reassentamento justos às populações atingidas pelas barragens.

No contexto do sistema capitalista, onde os benefícios e os malefícios ambientais são distribuídos de maneira desigual em função das assimetrias de classes, é coerente falar em justiça social e ambiental ou, então, socioambiental. Advém que não é casual que os contingentes populacionais mais pobres estejam em lugares mais íngremes, desvalorizados, insalubres, suscetíveis de riscos de acidentes ou de serem atingidos por projetos como é o caso das barragens. A propósito disso, o professor Carlos F. Loureiro²⁷⁰ defende que a justiça social é a condição para a justiça ambiental. Para ele, o enfrentamento às diversas formas de expropriação, dominação, exclusão, preconceito e desigualdade no acesso aos bens da natureza precisa ser assumido por todos os movimentos sociais.

²⁶⁹. *Apud* HERCULANO, Selene. *O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental*. Disponível em: http://www.interfacehs.sp.senac.br/images/artigos/131_pdf.pdf

²⁷⁰. Entrevista concedida dia 17 de julho de 2008.

De acordo com a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA),²⁷¹ esta categoria conceitual colabora para a ampliação da reflexão em torno de temáticas e ações diversas que precisam estar articuladas. A justiça ambiental é, pois, um termo

aglutinador e mobilizador, por integrar as dimensões ambiental, social e ética da sustentabilidade e do desenvolvimento, freqüentemente dissociados nos discursos e nas práticas. Tal conceito contribui para reverter a fragmentação e o isolamento de vários movimentos sociais frente aos processos de globalização e reestruturação produtiva que provocam perda de soberania, desemprego, precarização do trabalho e fragilização do movimento sindical e social como um todo. Justiça ambiental, mais que uma expressão do campo do direito, assume-se como campo de reflexão, mobilização e bandeira de luta de diversos sujeitos e entidades, como sindicatos, associações de moradores, grupos de afetados por diversos riscos (como as barragens e várias substâncias químicas), ambientalistas e cientistas.²⁷²

Corroborando esse pensamento, o economista ecológico Martínez Alier (2007:236) ao afirmar que “o movimento de justiça ambiental é funcional com a sustentabilidade, fazendo sentido para os pobres de todas as partes”. Também identificada como *ecologismo dos pobres*, essa concepção tem fortalecido de modo relevante a luta de diversos movimentos, instituições, grupos e ONGs. Para Manuel Castells (2003:165), “o conceito de justiça ambiental, como noção ampla que reafirma o valor da vida em todas as suas manifestações, contra os interesses de riqueza, poder e tecnologia, tem vindo a conquistar gradualmente as mentes e as políticas, à medida que o movimento ambientalista começa um novo estágio de desenvolvimento”.

Na visão da RBJA, “os padrões vigentes de desenvolvimento” e não a “falta de crescimento” figuram como causas da desigualdade social e da injustiça ambiental de que são vítimas numerosos grupos sociais na cidade e no campo.

A opção exportadora, apoiada fortemente no agronegócio empresarial e no setor minero-metalúrgico-energético, provoca a expulsão do campesinato e de populações tradicionais das suas terras e a contaminação dos trabalhadores e de seus familiares por agrotóxicos e outras substâncias tóxicas. Ela expressa a reprodução atualizada dos tempos coloniais, da espoliação e do massacre dos povos indígenas e da escravidão negra, ao mesmo tempo em que se orquestram campanhas de

²⁷¹. A RBJA foi criada em setembro de 2001, em Niterói/RJ, por representantes de movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores, ONGs, entidades ambientalistas, organizações de afro-descendentes e indígenas, bem como pesquisadores universitários do Brasil, Estados Unidos, Chile e Uruguai durante o *Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania*.

²⁷². Cf. http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/pagina.php?id=229

difamação contra povos indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais, visando a redução ou a supressão dos seus direitos constitucionais e a perda dos seus territórios.²⁷³

Neste cenário, a RBJA rejeita o primado do mercado e do lucro privado em detrimento do interesse público e dos direitos humanos fundamentais. Condena a simples “aceleração do crescimento”, dado que ela aprofunda problemas como as altas taxas de informalidade e sub-emprego; as modernas versões do trabalho escravo; a violência, a favelização, os lixões, os numerosos casos de contaminação de populações que vivem em “zonas de sacrifício”, em contraposição aos privilégios ostentados pelas classes abastadas. Por outro lado, defende o direito ao uso ambiental equânime; a proteção e amparo aos atingidos pelas secas, inundações e outros eventos climáticos; a interrupção dos mecanismos de transferência dos custos sociais e ambientais do desenvolvimento aos mais pobres. De forma incisiva, apregoa a necessidade de alteração radical do atual padrão de produção e de consumo. Evidencia, assim, a necessidade de fazer justiça histórica aos que foram historicamente injustiçados.

No preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, afirma-se que a *justiça* é um dos “valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos”. Anterior a isso, também em seu preâmbulo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) proclama que “o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da *justiça* e da paz no mundo”. A *justiça* é, portanto, um princípio pétreo e de caráter central no âmbito social, econômico, cultural e também ambiental.

Como já abordei, na atualidade a água e a energia são questões cruciais em torno das quais se estabelecem grandes disputas, conflitos e injustiças. Portador dessa consciência, é notório o empenho do MAB na defesa incondicional da justiça. Nos discursos dos seus militantes, bem como em seus múltiplos documentos é recorrente a alusão a um novo projeto de desenvolvimento embasado na justiça social e na preservação ambiental. Efetivamente, segundo José H. Mecca,²⁷⁴ a luta do MAB deve ser no sentido de fomentar um projeto social no qual

a energia cumpra com a função de promover o desenvolvimento do ser humano. Um desenvolvimento sustentável do ponto de

²⁷³. Cf. <http://www.justicaambiental.org.br>

²⁷⁴. Entrevista concedida dia 05 de outubro de 2007.

vista ambiental e que satisfaça as necessidades básicas da pessoa. Só vamos conseguir alterar a função da energia se conseguirmos reverter a função e o papel da produção e da economia. Para isso, é necessário transformar o sistema capitalista num modelo menos destruidor, que a gente pode chamar de sociedade mais justa. Tem que ser uma sociedade que tenha como princípio básico a vida, não o capital. Se continuar esse modelo de consumo e destruição, vamos atacar todos os rios, derrubar todas as florestas, contaminar a água, arrebentar com a terra e sempre vai faltar energia porque a base do capitalismo é o consumo descarado e descontrolado de energia.

Com o exposto, pretende-se ressaltar que os direitos e a cidadania, o desenvolvimento e a democracia, o sistema econômico e a própria ecologia requerem a justiça como base essencial de sua existência. Emergindo – muitas vezes na condição de injustiçados sob diversos aspectos – os integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens clamam por justiça diante das realidades particulares a que são submetidos. Nessa situação, acabam por desenvolver análises mais amplas, percebendo que as injustiças não são elementos meramente casuísticos e conjunturais, mas estruturais e sistêmicos. Por essa razão, insistem na adoção/construção de outro modelo de produção, outro padrão de consumo, outra economia, outro tipo de desenvolvimento, outra sociedade e mundo possíveis e imprescindíveis!

CAPÍTULO V

Resistências, conquistas e proposições do MAB

*"É possível enganar parte do povo todo tempo;
é possível enganar parte do tempo todo povo;
jamais se enganará todo povo todo tempo."
(Abraham Lincoln)*

Ao subirem – pela força dos projetos de “desenvolvimento” – as águas também soerguem os atingidos por barragens na condição de defensores de sua vida e de sua integridade cidadã. Instigados pelas circunstâncias que enfrentam, eles se organizam e se fortalecem para lutar contra a “inundação” de seus direitos e a “submersão” de sua dignidade. Resistem às represas físicas, político-econômicas e ideológicas. Em última instância, apontam para a necessidade de outro modelo energético, outra perspectiva de desenvolvimento e outro sistema socioeconômico e político alicerçados na justiça socioambiental, na democracia participativa, na solidariedade e na ética.

Neste capítulo, pontuarei algumas das principais estratégias e ações do Movimento que denotam resistências diante do anúncio e da construção de barragens. Dado os objetivos do presente trabalho, os registros empíricos das oposições a tais empreendimentos são pontuais, entretanto representativos de ocorrências em múltiplos locais. O que interessa aqui não é compilar todas as formas de reações protagonizadas pelos atingidos, senão perceber sua capacidade de mobilização e o alcance político de suas ações, uma vez organizados através do MAB. Tais práticas de resistência podem ser inseridas no âmbito de um movimento maior que vem sendo classificado como *globalização contra-hegemônica* ou *altermundismo*, ao que me reportarei brevemente a seguir.

1. Globalização contra-hegemônica e altermundismo

A globalização hegemônica ancorada no Consenso de Washington – que estabelece a prevalência do mercado sobre o Estado – subordina o trabalho aos interesses do capital. Concentrando poder e riqueza, reduz direitos dos

trabalhadores, comprime a atuação do Estado na área social, o qual passa a se ocupar com medidas compensatórias. Também favorece a multiplicação de empresas com grande poder econômico; estimula a dependência dos países periféricos em relação aos países centrais; acelera o processo de privatização de indústrias, patrimônios, serviços, riqueza produzida e recursos naturais.

Para Boaventura S. Santos (2005:65-70), é possível identificar atualmente três modos de globalização em torno dos quais podem se estruturar diferentes formas de cidadania: 1) *Localismo globalizado*, que consiste no processo pelo qual determinado fenômeno local é globalizado com sucesso; 2) *Globalismo localizado*, refere-se ao impacto específico das condições localizadas pelas práticas e imperativos transnacionais que decorrem dos localismos globalizados; 3) *Cosmopolitismo*, que diz respeito à organização transnacional da resistência de Estados-Nação, regiões, classes ou grupos vitimizados pelas trocas desiguais de que se alimentam os localismos globalizados e os globalismos localizados.

“Os globalismos localizados incluem a eliminação do comércio de proximidade (...); a desflorestação e destruição maciça dos recursos naturais para pagamento da dívida externa (...); dumping ecológico,²⁷⁵ conversão da agricultura de subsistência em agricultura para exportação como parte do ‘ajustamento estrutural’” (Santos, 2005:66). A globalização hegemônica provocou a luta pela globalização *contra-hegemônica*, identificada pelo autor como uma prática de *cosmopolitismo* em defesa do *patrimônio comum da humanidade*. O cosmopolitismo desencadeia iniciativas contra o capitalismo e pela proteção de recursos, entidades, artefatos, ambientes considerados essenciais para a sobrevivência digna da humanidade.

A confrontação mais ampla e articulada com a racionalidade hegemônica começou a ser feita no período pós-Consenso de Washington, sendo que o melhor exemplo é o Fórum Social Mundial. A globalização contra-hegemônica é projetada por movimentos populares em geral, redes de solidariedade transnacional, ONGs anticapitalistas, associações, organizações indígenas, igrejas, iniciativas ecológicas e outros. De acordo com Maria Gohn (2007:34), trata-se de um movimento altermundista que se constitui em

uma das principais novidades na arena política e no cenário da sociedade civil, dado sua forma de articulação/atuação em redes

²⁷⁵. *Dumping ecológico* consiste na “compra pelos países do Terceiro Mundo de lixos tóxicos produzidos nos países capitalistas centrais para gerar divisas externas” (Cf. <http://www.sociologos.org.br/links/tenmoder.htm>).

com extensão global. Ele tem elaborado uma *nova gramática no repertório das demandas e dos conflitos sociais*, trazendo novamente as lutas sociais para o palco da cena pública, e a política para a dimensão pública, tanto na forma de operar, nas ruas, como no conteúdo do debate que trouxe à tona: o modo de vida capitalista ocidental moderno e seus efeitos destrutivos sobre a natureza (humana, animal e vegetal).

A perspectiva da globalização contra-hegemônica baseia-se substancialmente nos princípios da solidariedade, cooperação, equidade, sustentabilidade responsável, respeito às diversas culturas e à justiça socioambiental. Por isso, opõe-se a todas as formas de dominação, precarização das condições de trabalho, destruição do meio ambiente e da biodiversidade, práticas de monocultura empresarial, violação dos direitos humanos etc. De múltiplos modos, resiste aos projetos das grandes barragens e luta contra a degradação dos centros urbanos e periferias, explicitando os conflitos sociais presentes no interior da sociedade.

De outra parte, promove capacitação, fóruns, campanhas etc., pondo em curso projetos alternativos a partir da economia popular e solidária, das formas de agricultura comunitária e familiar, do sistema de trocas diretas... Empenha-se a favor da inclusão social; reivindica reforma agrária, direito à saúde, educação, moradia e outras políticas públicas. Dá origem a novas culturas democráticas, defendendo a preservação dos bens naturais (água, floresta, ar...) e a utilização de energias limpas. Postula a soberania dos povos, o direito de todos à segurança alimentar e nutricional; pleiteia o acesso de toda a população às novas tecnologias etc.

Emergidas desde as franjas do capitalismo, as iniciativas por uma globalização contra-hegemônica requerem lutas articuladas e com incidência estrutural. Ao se constituírem em expressões de uma globalização de *baixo-para-cima*, suscitam ações de enfrentamento efetivo à globalização de *cima-para-baixo* (neoliberal). Enquanto esta última começa a ser vista até pela ONU como uma nova forma de colonização, a globalização contra-hegemônica se direciona no sentido de construir um paradigma de pós-colonialidade. Diante disso, torna-se fundamental a transformação da *democracia de baixa intensidade* em *democracia de alta intensidade* (Santos, 2005:74).

O avanço da globalização contra-hegemônica depende do fortalecimento das organizações e movimentos populares, os quais se apresentam como

ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas

adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.), até as pressões indiretas. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet (Gohn, 2007:13).

Em consonância com essa afirmação, Luiz Dalla Costa²⁷⁶ entende que os movimentos populares cumprem com uma função imprescindível no que concerne a postular uma sociedade justa e democrática. Neste sentido, considera que os movimentos

não podem abdicar de seu importante papel articulador e necessitam retomar a formação política de seus militantes. É preciso criar novos tipos de organização e estabelecer novas formas de comunicação com a população. Temos de fazer muito trabalho de base a fim de construir um projeto popular para o país. Se não formos capazes de reavivar o movimento de massas, não conseguiremos sair dessa democracia representativa, falsa e mínguada.

Ao repensarem seus desafios pragmáticos e estratégicos frente aos cenários de crise generalizada, os movimentos populares assumem-se como sujeitos coletivos no combate a situações de injustiça socioeconômica, sociopolítica e socioambiental. Como adverte Maria Gohn (2008:48), “o sentimento de injustiça indica problemas de não-reconhecimento, mas a solução só advém com uma articulação política, uma luta, um movimento propriamente dito. Só com o movimento social o sentimento de injustiça passa a ter relevância política”. Desse modo, os conflitos sociais apontam os campos onde falta respeito ao outro enquanto indivíduo e cidadão. Precisamente aí os movimentos podem se constituir em instrumentos importantes para a obtenção de reconhecimento e a conquista de direitos.

Cabe ressaltar que, simultaneamente à ampliação da perspectiva contra-hegemônica nas ações sociopolíticas, também se verifica na atualidade uma tendência divergente caracterizada como “mobilização social”, da qual José Toro (2007) é um dos teóricos. Essa visão traz a ideia do engajamento pessoal e voluntário dos indivíduos em determinadas ações, negando ou dissimulando o aspecto político e as tensões subjacentes às questões sociais. Considera-se, pois, não importante e desnecessário entender as causas e os processos que produzem a pobreza e a

²⁷⁶. Entrevista concedida em 07 de abril de 2006.

exclusão, mas apenas estimular a adesão em determinados programas ou projetos sociais.

De acordo com Maria Gohn (2008:69), a referida linha de pensamento “predomina, numericamente, na América Latina neste novo milênio, e não as ações coletivas geradas por movimentos sociais do tipo MST, Via Campesina, movimentos dos atingidos pelas barragens, de pequenos produtores ou movimentos indígenas. E são estes últimos movimentos que têm dado sentido novo aos problemas sociais da região e chamado a atenção no plano global, a exemplo da Bolívia”.

Para diversos autores, o fenômeno da rarefação ou desmobilização de instâncias de organização ou forças populares transformadoras no último período está vinculado às novas lógicas e dinâmicas do capitalismo – em sentido amplo – e a outros fatores de âmbito conjuntural, como a transferência de lideranças dos movimentos sociais para cargos governamentais. “Hoje, muitos movimentos estão se transformando em ONGs, que é uma ferramenta importante, mas não é movimento social. No Brasil, há uma grande dificuldade com o corporativismo. Os movimentos não podem se partidarizar e precisam fazer trabalho de base para formar novos militantes”, afirma Frei Betto.²⁷⁷

De todo modo, a abordagem da presente temática remete-nos a uma série de questões acerca do teor e do alcance político das ações dos movimentos populares na atualidade. A propósito, na seqüência passo a analisar o conteúdo objetivo de algumas reações, resistências e conquistas do Movimento dos Atingidos por Barragens, bem como algumas de suas principais proposições vinculadas ao campo de sua atuação.

2. Práticas de resistência dos atingidos

Perante as acusações de que o MAB procura bloquear o desenvolvimento econômico e perturbar a ordem social, José H. Mecca²⁷⁸ declara: “Nós não somos contra as barragens em si. Somos contra o jeito que elas são feitas, para que servem e quem paga os danos que essas obras causam, uma vez que não levam em conta todos os prejuízos sociais e ambientais”. Ele entende que o Movimento tem por objetivo defender a água e a energia como direitos fundamentais para todos e como bens

²⁷⁷. Cf. exposição feita durante o Fórum Social Mundial, em Belém/PA, janeiro de 2009.

²⁷⁸. Cf. Vídeo *Organização e resistência – a saga dos atingidos por barragens*, 2005.

estratégicos para a sociedade. Esse ponto é sistematicamente enfatizado em oposição à lógica do capitalismo que enquadra tudo na ótica do mercado.

Sob todos os pontos de vista, a construção de hidrelétricas encerra elementos complexos e controvertidos, como argumenta Mecca:²⁷⁹ “Junto com a energia – que é tão benéfica – corre o sangue das pessoas que perderam a terra, dos animais que perderam a vida, da floresta que ficou embaixo da água. Ali passa um processo de dominação do ser humano”. Ao formular a sua crítica sobre o atual modelo energético, o Movimento aponta para a utilização da energia na sociedade capitalista como fator de intrínseca ampliação das assimetrias sociais.

Considerando esses elementos, Joceli Andrioli afirma que o MAB vem construindo sua história de luta contra as barragens de forma geral, tanto as pequenas como as grandes.

Em algum momento, o Movimento chegou a colocar em seus documentos que as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) seriam uma alternativa em termos energéticos. Depois percebemos que as PCHs causam os mesmos impactos sociais e ambientais. Não é questão de tamanho. A quantidade delas, a lógica de tratamento da população e o uso da energia pelo capital atinge na mesma forma, no mesmo grau, com o mesmo impacto. Portanto, o MAB tem uma luta clara contra as barragens nesse atual modelo capitalista de sociedade porque assim elas não servem ao interesse da maioria.²⁸⁰

Segundo diversos militantes do Movimento, entrevistados nesta pesquisa, as empresas constutoras buscam criar confusões, divisões e inimizades entre os próprios moradores dos locais das obras, com o objetivo de desarticular a resistência às barragens. Além disso, não é raro perseguirem ou cooptarem lideranças sociais, políticas e religiosas. “Uma das formas de viabilizar a barragem sem que se faça nada para a população é fazer a gente se desorganizar, ou seja, brigar entre nós, enquanto isso eles constroem a barragem sem problema”, explica José H. Mecca.²⁸¹

Na maioria das vezes, a divergência de posições e interesses das partes envolvidas no processo de construção das barragens é abissal. As empresas empenham-se em apresentar uma visão positiva sobre tais projetos, como se pode verificar no discurso de um representante do Consórcio Mesa Energia, responsável pelas obras da hidrelétrica Santo Antonio, no Rio Madeira, em Porto Velho/RO:

²⁷⁹. Entrevista concedida dia 05 de outubro de 2007.

²⁸⁰. Entrevista concedida dia 16 de julho de 2009.

²⁸¹. Cf. Vídeo *Organização e resistência – a saga dos atingidos por barragens*, 2005.

É uma prática da empresa participar dos eventos que dizem respeito à construção da hidrelétrica Santo Antonio. Estaremos presentes em todos os eventos para debater, ouvir, levar informações e discutir o bom andamento desse empreendimento (...). Os estudos para instalação da barragem de Santo Antonio começaram em 2001. Todo o processo é legal. Os rituais dos processos de licenciamento e aprovação foram todos cumpridos (...). O que está colocado como reivindicação já está em marcha. Entendemos que os produtos que estão sendo concluídos têm levado a um bom termo os interesses das comunidades atingidas.²⁸²

Na seqüência dessas afirmações, José Josivaldo de Oliveira, da coordenação do MAB, retratando o desacordo e a insatisfação dos atingidos com as obras, assim se expressou:

Para as famílias atingidas, esse é um momento negativo porque estamos perdendo a soberania da Amazônia. O Rio Madeira já não é mais um patrimônio, um bem natural do povo amazônico e do povo brasileiro. Ele está privatizado. Acabamos de entregar o Rio Madeira para grandes grupos transnacionais que estão usando como parceiros as estatais brasileiras. Após se apropriarem do rio, vão gerar energia para vender como mercadoria (...). Sem igualdade entre as pessoas não há democracia. Não existe negociação quando só uma parte impõe. Por isso é fácil enganar a população. O processo que tem ocorrido no Brasil inteiro em relação ao desenvolvimento e ao progresso é um discurso falso e mentiroso.

Na mesma oportunidade, Oliveira avaliou as assembleias e mobilizações do Movimento dos Atingidos por Barragens como algo muito positivo no processo de construção da cidadania. E assegurou:

Agora os ribeirinhos, os pescadores, os garimpeiros, os arrendatários e outros não conseguem viver por toda a vida sendo enganados. (...) Queremos discutir um desenvolvimento real e verdadeiro. Não estamos falando da indenização de uma família, mas do atendimento a toda população atingida e ameaçada para baixo e para cima das barragens (...). Quando falamos de solução, não estamos falando de vila; quando falamos em reassentamento, não é aquele que vocês estão propondo (...). Nós queremos educação para o povo, saúde, trabalho, terra, dignidade. Não queremos miséria. Quando vocês falam de desenvolvimento, pensam em dinheiro. Nós queremos mudar o método.

²⁸². Afirmação feita dia 22 de janeiro de 2009, em Porto Velho, na Assembleia dos Atingidos/as por Barragens de Rondônia.

Valdizia, uma das atingidas pela barragem de Samuel,²⁸³ durante a assembleia dos atingidos/as, realizada dias 21 e 22 de janeiro de 2009, em Porto Velho, asseverou com indignação e ironia:

Nós somos a história viva de Samuel. É muito bonito quando as autoridades falam; quando o governador anunciou que o Estado de Rondônia ia mudar... Mudar pra onde? Pra onde vai esse povo? As autoridades não tiveram preocupação de procurar o povo e saber a história de cada um de nós. É o que está acontecendo com os ribeirinhos. Querem tirar a nossa dignidade de viver. Hoje estamos aqui por culpa dos grandes empreendimentos. Eu não sou contra o desenvolvimento, eu sou a favor da energia, sou a favor do asfalto, mas que valorize o povo.

Os protestos contra as empresas construtoras são formas incisivas de resistência. Na referida assembleia, Tereza (nome fictício), também atingida pela hidrelétrica de Samuel, repudiou a construção de mais barragens, citando os malefícios que elas causam aos pobres. Diante de representantes da construtora, protestou: “Vocês nunca sentiram na pele o que eu passei. Fomos jogados na lama e nem fizeram um barraco pra nós. Na casa de vocês tem cama, mesa, empregados e nós estamos dormindo no chão. Lá em Samuel tínhamos o que comer. Viemos pra cidade onde minha irmã caiu na prostituição e depois foi assassinada. Até hoje a gente sofre por isso. Agora vocês vêm dizer que vão tirar os ribeirinhos, dar assentamento, casa, escola... Aonde?”

Ao se manifestarem, os atingidos denotam carregar uma herança de exclusões. Historicamente a sociedade lhes negou direitos. Não possuem título que garanta o direito de propriedade²⁸⁴ ou de uso da terra, haja vista que as margens de rios têm sido lugar de refúgio ou destinação de populações pobres, indígenas, quilombolas,

²⁸³. A hidrelétrica de Samuel, construída no Rio Jamari, na Bacia Amazônica, iniciou em 1982 e foi concluída em 1996. De acordo com o MAB, a obra ampliou os bolsões de miséria na periferia de Porto Velho/RO uma vez que não indenizou e nem forneceu assistência a cerca de 650 famílias de atingidos. A barragem “foi objeto de erros de cálculo durante o período de planejamento que forçaram a construção de um sistema de diques de cerca de 20% da represa. A elevação do lençol freático continua a atingir outras áreas da floresta próximas à represa. Mais de 3.000 pessoas foram oficialmente atingidas, sendo que muitas outras famílias não receberam indenização” (Switkes, 2008:21).

²⁸⁴. Vale recordar que, pela Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como "Lei de Terras", o governo imperial alterou radicalmente o regime regulador da posse e da propriedade de terras no Brasil. Dispôs sobre as terras devolutas, as possuídas por títulos de sesmarias sem preenchimento das condições legais, bem como por simples títulos de posse mansa e pacífica. Em seu art. 1º, a lei declarava: “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Excetuam-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de dez léguas as quais poderão ser concedidas gratuitamente”. Muitos dos atingidos por barragens não estão contemplados nesta lei, pois nunca tiveram condições econômicas de adquirir uma propriedade.

posseiros, pescadores e outros. Na mesma assembleia, uma atingida pela barragem de Santo Antônio acenou para esta situação:

Disseram que sem documentos não seremos indenizados. Nós não temos documentos a não ser uma carta de ocupação que eles disseram que não vale nada perante a lei. Não queremos terra ruim. Queremos terra boa, fértil (...). Estão nos empurrando com a barriga e vão nos empurrar até quando? Eu quero deixar bem claro para o senhor que disse que vai nos indenizar: já faz dois anos que essa conversa está rolando e eu quero ouvir uma resposta a esse respeito até o final dessa reunião.

Como se pode perceber, os discursos reativos, tanto dos afetados imediatos pelas obras quanto de membros da coordenação do Movimento, trazem simultaneamente elementos de indignação, de reivindicação de direitos e de crítica ao modelo de desenvolvimento vigente. Enquanto as empresas tentam suavizar os impactos, afirmando que vão “remanejar” todo o pessoal, os atingidos sentem que estão sendo literalmente expulsos de suas terras. Dessa forma, podem ser entendidas as exigências radicais feitas pelo Movimento aos representantes das empresas em relação às obras no Rio Madeira. Entre os 30 pontos da pauta apresentados na assembleia mencionada, estava a suspensão das licenças ambientais concedidas para as usinas e o fim da privatização do setor energético.

São inúmeros os casos de penalização dos mais pobres com obras de barragens, como ilustra o atingido Diniz Rodrigues Subetil: “Eu vivo da roça. Toda vida eu trabalhei e não tenho terra. Eu preciso de terra pra trabalhar. Agora a empresa comprou essa terra e pagou o dono, mas eu que sou arrendatário, pra mim não me deram nada. Me deram as costas de resposta”.²⁸⁵ Nessa mesma direção, Pércio Lorenci de Assunção, atingido pela barragem de Salto Caxias/PR, através da música *Muralha* mostra que as barragens se constituem em “indústrias da tragédia”. Ele diz: “Água que dá a vida muitas vezes tira a sorte/ traz o pranto, cala o canto, traz a morte”.

Por outro lado, na avaliação de Flávio Santos,²⁸⁶ as barragens também podem representar um ganho para os próprios atingidos. Segundo ele, isso depende da capacidade de negociação.

²⁸⁵. Cf. Vídeo *Organização e resistência – a saga dos atingidos por barragens*.

²⁸⁶. Flávio Gonçalves da Silva Santos, atingido pela barragem de São Salvador, Sul de Tocantins, inaugurada em fevereiro de 2009. Membro da coordenação nacional do MAB. Entrevista concedida dia 17 de julho de 2009.

Lá em Tocantins, muita gente que não tinha terra, a barragem possibilitou ter uma terra e casa para morar, com energia e assistência. Houve algum avanço porque a barragem foi bem negociada. Em fevereiro de 2003, a empresa cadastrou 112 famílias não proprietárias, das quais previa reconhecer somente 40 para reassentamento ou carta de crédito. Ficamos acampados 51 dias e culminou com a paralisação da obra por três dias. Com isso a gente conseguiu reverter a situação e garantir o reassentamento de 122 famílias. O pessoal está muito satisfeito. A força do Movimento foi muito grande, de tal forma que a empresa teve que pagar todo mundo, inclusive alguns receberam duas vezes. Entrou muito dinheiro no município que até aumentou o IDH. (...) Conseguimos assistência técnica, escola agrícola e tudo o que nós queríamos.

Quase sempre, porém, o resultado para os atingidos é danoso. Por isso reagem aos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) realizados pelas empresas por serem, muitas vezes, parciais e tendenciosos. Esse foi o motivo pelo qual Jairo Moreira²⁸⁷ protestou com veemência na Audiência Pública Mutum-Paraná, dia 30 de novembro de 2006, diante da Superintendente Ambiental de Furnas, empresa responsável pelas obras no Rio Madeira:

Ir lá e pegar o nome das pessoas sem saber o que elas fazem, o que elas plantam é um EIA? Vocês vão passar por cima da população, vão massacrar o povo, tirar a população das suas casas, destruir o rio. É uma bomba que vocês querem colocar sobre as nossas cabeças. Isso é uma vergonha. (...) Essa obra, senhora (Norma Pinto Vilella), não só vai impactar de Santo Antonio pra cima, vai impactar o Rio Madeira da primeira nascente lá nos Andes até na foz lá no Rio Amazonas. Vai afetar o Brasil e o planeta.

A defesa das barragens como ícones do desenvolvimento ganha cada vez mais centralidade nos discursos dos representantes das empresas e dos governos. A propósito, assim se pronunciou o governador de Rondônia, Ivo Cassol, na supracitada audiência: “Eu não ganhei um tostão. Não ganhei uma cibalena pra nada. Mas depois, lá na frente é outra história porque o progresso não tem como evitar isso. As cidades vão crescer tanto que não tem como nós frear”.²⁸⁸ Osmarino Amâncio, seringueiro e sindicalista de Brasília/AC diverge desta postura:

Em nome da modernidade, do desenvolvimento e do progresso veio pra nossa região o garimpo, a pecuária, a agricultura e agora as barragens. A única coisa que falta eles fazer é a

²⁸⁷. Jairo é atingido pela barragem Santo Antonio, membro da Associação Ribeirinha Arirambas. In: Vídeo *O chamado do Madeira: a luta dos povos da Amazônia contra os megaprojetos*. Realização: Rede Brasil; Finalização e Edição: Telemídia.

²⁸⁸. Cf. Vídeo *O chamado do Madeira: a luta dos povos da Amazônia contra os megaprojetos*. S/d.

destruição da grande floresta. Com o discurso da sustentabilidade vão fazendo os grandes empréstimos. O Acre já está com uma dívida de mais de um bilhão e seiscentos milhões do BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento) para pagar com madeira.²⁸⁹

Representantes das comunidades ribeirinhas, de organizações camponesas e de atingidos por barragens do Estado de Rondônia e dos Departamentos de Pando (Bolívia) e Madre de Dios (Peru) lançaram, em Porto Velho, dia 5 de março de 2007, a *Declaração do Movimento Social em Defesa da Bacia do Madeira e da Região Amazônica*. Nela repudiam e consideram inaceitável a postura do governo brasileiro de querer licenciar a qualquer custo o projeto das usinas de Santo Antônio e Jirau. Afirmam:²⁹⁰

“Desenvolvimento” nenhum se obtém com a supressão das potencialidades e dos protagonismos locais. Que país é esse que insiste em negar os povos que lhe deram origem, que insiste em queimar, alagar, arrancar e tratorar as comunidades enraizadas na Amazônia em nome dos “grandes negócios”? E que região é essa que não existe para si, mas apenas em função de necessidades externas? Amazônia como colônia da colônia precisa ser ainda mais servil ao Império? (...) Absoluto desprezo às comunidades indígenas e ribeirinhas, a seu modo de ser, a sua sofisticada economia agroextrativista, a sua identidade fundida no território, a sua sabedoria inata. Os verdadeiros sujeitos e filhos da terra vistos como os próximos a despejar, “entraves” no meio do caminho. Mais um caminho feito de corpos para que passem as mercadorias por cima?

A declaração prossegue:

Diante dos fatos exigimos providências dos órgãos governamentais para: a anulação do processo de licenciamento das Usinas de Santo Antonio e Jirau; a recusa em sua totalidade do projeto do Complexo do Rio Madeira pelo seu caráter transnacional, predatório e concentrador. (...) Temos o direito de consulta e recusa com relação a qualquer prospecção de dados, informações e estudos sobre o nosso território tradicionalmente ocupado. Se o território é memória, fonte de identidade, corpo e carne de muitos, ninguém pode querer redesenhá-lo em função de interesses particulares travestidos como se fossem “interesses do país”. Decisão, medida ou acordo que não respeitem esse elementar princípio de autodeterminação, não será acatado nem legitimado pelos povos do Madeira desde já organizados para si mesmos.

²⁸⁹. Idem.

²⁹⁰. Cf. http://www.riosvivos.org.br/canal.php?canal=319&mat_id=10329. Assinam a declaração, o MAB, o MST, o MPA, a Federación Sindical Unica de Trabajadores Campesino de Pando (Bolívia), a Federación Departamental de Mulheres Campesinas de Pando (Bolívia) e a Comunidad Cristiana de Huetepuhe- Puerto Maldonado (Peru).

O Movimento dos Atingidos por Barragens tem forte presença de mulheres,²⁹¹ conforme destacado anteriormente. Elas parecem manifestar maior apreensão diante dos empreendimentos hidrelétricos, como se pode verificar no depoimento de Márcia, na assembleia realizada em Porto Velho (janeiro de 2009). Assim se expressou aos representantes das construtoras:

Estou preocupada porque é tanto comentário que chega na nossa região e não sabemos qual é a verdade. Tem muito dinheiro em jogo nessa história toda e nós sabemos disso. O povo de Araras vive lá há vinte anos da agricultura, da pesca, do garimpo. Pra vocês vai ter benefícios, pra nós não (...). Nós não sabemos viver na cidade grande. Porto Velho está poluída, tem roubo e prostituição. Chega esse povo todo de fora pra morar aqui e nós não temos saúde, educação... Não podemos deixar isso acontecer.

Ainda na ótica das resistências, no processo de construção da barragem de Tucuruí/PA surgiu o *Movimento dos Expropriados* que desencadeou intensa luta para assegurar direitos aos atingidos por essa obra. Em 1982, houve o acampamento de 400 pessoas durante três dias em frente ao escritório da empresa construtora, o que se repetiu no ano seguinte com a presença de duas mil pessoas. “As suas reivindicações abrangiam a terra, o pagamento de indenizações justas e as compensações pelos danos infligidos. No entanto, apesar desta mobilização massiva, as populações conseguiram apenas um acordo com a empresa, o qual esperam até hoje que seja cumprido” (Silva, 2007:107).

O acúmulo de experiências vividas pelo MAB neste particular, permite buscar formas de negociação com a finalidade de minimizar os impactos e perdas, como mostra Maria Moraes (1992:103):

À estratégia territorial e patrimonialista, que leva a empresa a só levar em conta os atingidos com títulos de propriedade para fins de indenização, os atingidos vão responder de duas formas. Exigem a troca de “terra por terra”, tentando evitar que as precárias indenizações inviabilizem a reprodução da condição de trabalhador rural, forçando milhares de agricultores a engrossarem as fileiras dos batalhões de miseráveis, filhos diletos do moderno fenômeno da ‘urbanização’. Reivindicam, ainda, reassentamento para os trabalhadores rurais sem-terra que trabalham na área atingida.

²⁹¹. Embora não seja o foco deste estudo, é relevante assinalar que o MAB vem, em tempo recente, dando maior atenção à questão de gênero no âmbito interno do Movimento. Entre outras evidências que confirmam isso está a utilização do adjetivo “atingido/a” (na forma masculina e feminina) pelos militantes nos seus encontros e outros eventos.

O Movimento distingue estratégia de tática. De acordo com Flávio Santos,²⁹² as estratégias estão vinculadas às ideias mais amplas e as táticas dizem respeito aos passos necessários para atingir o alvo desejado. Enquanto o MAB utiliza a estratégia de juntar o povo, as empresas normalmente procuram dividi-lo. Entre as táticas do Movimento, Flávio cita o trabalho de base, as palestras, os debates, a organização, a conscientização, a articulação com outros movimentos sociais, igrejas etc. Nesse processo, considera importante o carisma pessoal das lideranças. Ele explica ainda que as empresas

apresentam mulheres e homens bonitos para negociar. Em outras situações mandam alguém de cara feia pra fazer pressão. Ou então, usam o prefeito, o padre ou outra liderança. Segundo a Tractebel, a melhor equipe de negociação no Brasil é a nossa. Eles disseram que nós somos pós-graduados em barragens porque fizemos uma equipe superior a deles. Da mesma forma que eles usaram a estratégia, nós usamos. Nós temos o cara que é o bonzinho, o cara que é o bravo, o que bate e o que assopra. Nós temos um mentor. Eu sou o cara que junta o povo. O nosso grupo é bem coeso, o que um falou está falado. A equipe de negociação para uma barragem tem que ser como um time de futebol, bem ajustada. Precisa o cara que ataca, o outro que toca a bola pra trás, o outro que fica na zaga. Em São Salvador conseguimos fazer isso.

Ainda na visão de Flávio Santos,²⁹³ quando os atingidos conseguem se unir e se organizar, garantem condições para enfrentar a tradicional modalidade de negociação individual praticada pelas empresas e até substituí-la pela forma coletiva. Um dos importantes mecanismos utilizados pelo Movimento para pressionar as negociações é a realização de manifestações públicas. Em alguns lugares, os atingidos, com o apoio de outras forças da sociedade civil organizada, conseguem implodir a lógica instrumental das empresas capitalistas e acabam “barrando” a barragem.

Entre as ações desenvolvidas pelo MAB para defender seus direitos, estão: discussão nas bases, assembleias regionais, organização de comissões de trabalho, articulação com atingidos de outros estados, marchas, manifestações públicas nas portas das empresas e acampamentos (*anexo 17*). Quando as reivindicações não são atendidas, o Movimento chega a ocupar canteiros de obras para pressionar as

²⁹². Entrevista concedida dia 17 de julho de 2009.

²⁹³. *Idem*.

negociações com as empresas (*anexo 18*). As lutas se dão no sentido de tentar impedir a construção de barragens ou garantir a justa indenização e reassentamento.

No processo de negociação, frequentemente ocorrem conflitos, inclusive com a presença da polícia. As formas de resistência às barragens podem variar em função de contextos regionais, constituições culturais, circunstâncias conjunturais etc. Entre outras ações que demonstram resistência dos atingidos diante dos projetos hidrelétricos, podemos citar:

a) Protestos – Direcionados contra o capitalismo, o modelo energético, os projetos de irrigação de latifúndios, a transposição do Rio São Francisco, o agronegócio, a destruição da Amazônia, os altos preços da energia e dos alimentos... Entre as formas de protesto, estão: trancamento de rodovias e ferrovias; ocupação de órgãos públicos, de empresas ligadas ao setor elétrico e ao setor de alimentos; distribuição e plantio de mudas de árvores nativas para denunciar o avanço do chamado “deserto verde” (monoculturas de eucalipto, pinus etc). Também protestam contra a lei que impede os atingidos de viverem a menos de cem metros da mata ciliar no entorno da barragem.²⁹⁴

Ao desencadear atos de protesto, os atingidos ou ameaçados por barragens procuram tirar da ocultação os problemas por eles enfrentados, como publicou o *Jornal Brasil de Fato*, comentando a ocupação do prédio da Superintendência do IBAMA, no dia 12 de março de 2008: “...o ato proporcionou visibilidade à luta contra o projeto da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tijuco Alto. Um fato relevante, principalmente porque o movimento de resistência era pouco conhecido, apesar de ter começado há vinte anos”²⁹⁵ (*anexo 19*).

b) Marchas – Para os integrantes do Movimento, mais que um sentido cívico, as marchas têm uma conotação política de protesto e reivindicação (*anexo 20*). Na visão de muitos militantes, o MAB sintetiza sua história e seu instrumento de luta. Eles demonstram isso caminhando envoltos na bandeira do Movimento ou empunhando-a como um “troféu”. Ao marcharem, denunciam e resistem à condição de “vítimas” da história e do modelo econômico, ao mesmo tempo em que reivindicam a condição de sujeitos de direitos.

c) Jornadas de lutas – São realizadas em conjunto com outros movimentos sociais e têm por objetivo manifestar reprovação aos impactos causados pela

²⁹⁴. Refere-se à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 que institui o novo Código Florestal Brasileiro.

²⁹⁵. *Jornal Brasil de Fato*, ano 6, nº 264, edição de 20 a 26 de março de 2008, p. 6.

construção das barragens. Ao denunciar tais empreendimentos pretendem acionar o Estado e a sociedade para agirem em favor da justiça. Ao protestar, visam atacar diretamente aqueles que consideram como “inimigos” – os representantes do capital. Reagindo aos projetos que classificam de impostores, constituem-se como cidadãos que pleiteiam outro tipo de “ordem” econômica, social, política, energética e ecológica.

Ao ver as empresas como “inimigas” e não simplesmente como “adversárias”, apontam a necessidade de ações combativas. Por compreender que há um jogo de forças desproporcionais entre os atingidos e seus inimigos, o MAB enfatiza a importância da articulação com outros sujeitos coletivos. Também posiciona-se contrário às privatizações, à exploração das empresas transnacionais, ao plantio de sementes transgênicas etc. Via-de-regra, as manifestações causam reações dos “donos do poder” que apelam, inclusive, para o uso de tropas de choque, bombas, tiros, prisões de manifestantes, ou seja, atos de violência explícita.

d) Moções de apoio – Formulam moções de apoio e declarações de solidariedade a pessoas e grupos violentados pela política, sobretudo quando estão na luta contra as barragens. Por outro lado, também emitem notas de denúncia e repúdio à repressão e criminalização dos movimentos sociais, solicitando que outras organizações e a sociedade em geral façam o mesmo.

e) Composições musicais – Trata-se de uma forma particular de resistência dos atingidos. Utilizam canções com textos críticos, produzidos por autores diversos, entre os quais alguns militantes ou apoiadores do Movimento. Além de retratarem a realidade enfrentada pelos atingidos e os sonhos que os mesmos alimentam, as músicas se constituem em recursos pedagógicos para fortalecer a luta. Na composição intitulada *Projeto de Barragem*, Abel Francisco de Andrade, atingido pela hidrelétrica de Acauã/PB, afirma: “Tenho mágoas de um projeto que roubou a minha paz./ Expulsou de minha terra nos tratou como animais”. Portanto, as barragens são vistas pelos atingidos como “fantasmas” e “monstros” que tiram o sossego de quem tem um modo de vida tranquilo, integrado com a natureza.

O autor da música aponta ainda outras conseqüências desses projetos: “E a conta da energia virou mais que um pesadelo./ Não só pra nós atingidos, pra todo o povo brasileiro (...). E para grandes rapinas levam até pro estrangeiro”. O texto dá a entender que a manipulação do produto gerado pelas barragens se torna o segundo grande motivo da mágoa que os atingidos sentem. Ao incorporar “todo o povo

brasileiro” e “até pro estrangeiro”, Abel revela seu grau de consciência política em torno do problema, o que se deve inclusive à influência recebida do próprio MAB.

Na mesma direção, Jadir Bonacina, assentado do MST, com a música *Mágoas de um projeto*, relata: “Tenho mágoas de um projeto que tirou nossa alegria. Prometeu matar a fome e gerar muita energia. Acabou com nossas casas, nossos sonhos, toda a vista. Nos fez reféns do modelo capitalista. Vamos falar com sabedoria. Água e energia não são mercadorias”. Assim, denuncia e combate o capitalismo que vê a natureza e tudo o que ela pode gerar sob a ótica do mercado.

O compositor prossegue: “Encheu de água os nossos sonhos e destruiu o nosso chão/ com cimento e concreto onde produzia o pão./ O peixe não faz piracema sem a casa pra morar./ A ambição ergue trincheiras difícil de controlar”. As barragens, pois, são vistas como fator de destruição não só do presente, com também do futuro (sonhos); não só da vida humana mas também de outras vidas que compõem a natureza (peixe). Nota-se, portanto, a presença de elementos socioambientais que apontam para a existência de uma considerável consciência ecológica.

f) Poesias – Durante seus encontros, em momentos de mística, o MAB também utiliza poesias, dentre as quais uma escrita por Bertolt Brecht sobre a Comuna de Paris. Intitulada *Resolução*, afirma: “Considerando que os senhores nos ameaçam com fuzis e com canhões, nós decidimos: de agora em diante temeremos mais a miséria do que a morte”. O autor faz entender que a opressão e a exploração impulsionam o povo a se organizar e lutar pela justiça social, mesmo que isso custe a própria vida. Em diversas situações, a indignação dos atingidos por barragens leva-os ao enfrentamento direto com aqueles que tratam como “inimigos”.

g) Palavras de “ordem” – Entre outras palavras de ordem que o Movimento usa, estão: “Povo unido jamais será vencido”; “Águas para vida não para morte”; “Terra sim, barragem não”; “Água e energia não são mercadorias”; “Água e energia são pra soberania!”; “Pátria livre, venceremos”; “Globalizemos a luta, globalizemos a esperança”; “Nossa terra, nosso rio, não se vende; nossa terra, nosso rio, se defende”! Na manifestação feita dia 10 de dezembro de 2007 diante da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em Brasília, contra o leilão para construção da usina Santo Antonio, no Rio Madeira, militantes do MAB, do MST e da Via Campesina picharam

com tinta vermelha frases como: “A Aneel estupra a mãe Terra” e “Não venderão nossos rios”.²⁹⁶

As campanhas e as palavras de ordem são elementos significativos para averiguar as metamorfoses do Movimento em consonância com as mudanças conjunturais e políticas da sociedade. Ao afirmar, por exemplo, que “água e energia não são mercadorias”, o MAB se opõe de modo frontal ao capitalismo que se apropria desses bens para maximizar seus lucros. A propósito, também critica o sistema jurídico que dá suporte a esta lógica, como é o caso da *Lei das Águas* nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, a qual institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.²⁹⁷

A Política Nacional de Recursos Hídricos concebe a água como “um bem de domínio público e um recurso natural limitado, dotado de valor econômico”. De acordo com Christian Guy Caubet,²⁹⁸

como passou a ser considerada um bem escasso, a água ingressa no império da economia: passa a ter valor monetário determinado pelas “leis” da oferta e da procura (...). Não se deve confundir a situação antes e depois da lei 9.433. Antes da lei, pagava-se pela amortização dos investimentos realizados para captar, tratar e distribuir a água, bem como manter as condições de funcionamento da rede. Depois da lei, continuam as mesmas operações, eventualmente realizadas por outras pessoas jurídicas e, além disso, paga-se pelo volume de água consumida ou usada para outra finalidade. A água se tornou uma mercadoria, com um regime jurídico específico.

h) Formação política – No fluxo do capitalismo, também o conhecimento acadêmico e científico foi privatizado. Frente a esse modelo seletivo e elitista, o Movimento reage buscando capacitar política, ideológica e tecnicamente seus militantes. Conforme Luiz Dalla Costa,²⁹⁹

no último período estamos tentando reler a história, resgatar os clássicos da esquerda socialista revolucionária: Marx, Lênin, Mao Tse Tung, Che Guevara, Gramsci e outros a fim de que possamos ter uma referência científica, não usando como dogma, mas sim como método de análise. Estamos buscando

²⁹⁶. Cf. http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20071211/not_imp93826,o.php. Jornal *O Estado de S. Paulo*, 11 de dezembro de 2007.

²⁹⁷. Referida lei também regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

²⁹⁸. Professor titular do Departamento de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). In: *A nova legislação de recursos hídricos no Brasil e a questão da participação na gestão da água*. Disponível em <http://www.seplantecrih.se.gov.br/homepages/hpsrhv2.nsf/>

²⁹⁹. Entrevista concedida dia 01 de maio de 2008.

referências históricas para compreender o momento atual e ver que tipo de ação precisamos desenvolver. Isso fazemos com imensa dificuldade porque fica parecendo que estamos atrasados.

Na compreensão de Dalla Costa, o conhecimento precisa ter uma aplicação prática. “Se não servir para melhorar a situação do povo, não serve para nada. Para quem pensa mudança social, o estudo deve servir para fortalecer a organização e fazer luta contra os inimigos. É nesse sentido que estamos repensando todo o processo de formação política no MAB”. Afirma ainda que um movimento social é longo ou curto de acordo com os ideais que representa. A *Comuna de Paris*,³⁰⁰ por exemplo, durou cerca de dois meses, mas é uma referência a ser estudada até hoje.

O MAB investe na formação em áreas técnicas, enviando jovens para Cuba e Venezuela a fim de realizarem cursos nas áreas de medicina, engenharia hídrica, agroecologia e outros. No Brasil, mantém convênios com diversas universidades com esse mesmo objetivo. Destaca-se também, como já aludido, o curso de Especialização/Extensão *Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo* promovido pelo Movimento em conjunto com a Assessoria Técnica e Educacional Meio Ambiente e Barragens (ATEMAB) e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nesse sentido, ressalta-se ainda a formação realizada com os militantes nos diferentes níveis, a começar pelos grupos de base.

i) Campanhas – Entre outras campanhas, está a de maior impacto atual, intitulada “O preço da luz é um roubo”. Trata-se de uma iniciativa contra a prática das empresas privadas – avalizadas pelo Estado – na cobrança de altas tarifas da energia. A propósito do êxito da mesma, em junho de 2009 foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as tarifas de energia elétrica praticadas no Brasil e a atuação da Aneel, responsável pela autorização dos reajustes. Por esse ensejo, a coordenação do MAB escreveu nota exigindo

publicamente uma investigação séria e profunda de todas as questões centrais do atual modelo energético. A saber, os contratos dos consumidores livres, os subsídios das estatais às eletrointensivas, o atual formato de definição dos preços, a

³⁰⁰. “A Comuna de Paris veio no bojo da insurreição popular de 18 de março de 1871 na capital francesa. Considerada a primeira República Proletária da história, adotou uma política de caráter socialista baseada nos princípios da Primeira Internacional. O governo comunal durou oficialmente de 26 de março a 28 de maio, enfrentando não só o invasor alemão como também tropas francesas, pois a Comuna era um movimento de revolta ante ao armistício assinado pelo governo nacional após a derrota na Guerra Franco-Prussiana” (Cf. http://pt.wikipedia.org/wiki/Comuna_de_Paris).

atuação da Aneel em todo este processo, as irregularidades das empresas privadas, das empreiteiras construtoras de barragens e suas fraudes, os financiamentos do BNDES, entre outros. Todas essas irregularidades que permeiam o setor elétrico brasileiro foram denunciadas pelo MAB e demais organizações e movimentos sociais através da campanha nacional “O preço da luz é um roubo”. É preciso que o povo brasileiro saiba o quanto tem sido vítima deste modelo energético.³⁰¹

Como já referi, em 2009 o MAB também lançou a campanha “O Petróleo tem que ser nosso” com o objetivo de discutir o modelo energético vigente, sobretudo no que diz respeito à exploração do petróleo pelo capital internacional. Com essas campanhas o Movimento pretende denunciar situações concretas, além de tornar-se mais conhecido na sociedade e ampliar o número de adeptos tanto no meio rural quanto no meio urbano.

j) Busca de amparo jurídico – Diante dos prejuízos sociais e ambientais gerados pela construção de grandes barragens, o MAB tem recorrido múltiplas vezes ao Ministério Público. De acordo com Eduardo Diniz Neto,³⁰² “dentre as atribuições constitucionais do Ministério Público destaca-se a defesa do regime democrático para fazer valer o acesso jurídico à maior parcela possível da população”. Ele explica que o órgão age de maneira preventiva para diagnosticar, através de audiências públicas, os interesses envolvidos e os problemas existentes ou que poderão advir com a execução de projetos como é o caso das barragens. A partir dessa avaliação, pode-se aprovar ou contestar o RIMA. Se for contestado, o projeto pode ser suspenso ou inviabilizado judicialmente através de uma ação civil pública.

Em todas as formas de resistência dos atingidos, prevalece uma correlação de forças assimétrica diante dos responsáveis pela implantação dos projetos hidrelétricos, uma espécie de luta entre “Davi e Goliath”. Os impactos gerados por esses empreendimentos geralmente são de grande monta, o que suscita reações de múltiplos sujeitos sociais, organismos e entidades. Veja-se, por exemplo, o que escreveu o poeta Carlos Drummond de Andrade às vésperas da inundação das Sete Quedas pela barragem de Itaipu:

Cessa o estrondo das cachoeiras, e com ele a memória dos índios, pulverizada, já não desperta o mínimo arrepiado. Aos

³⁰¹. Cf. www.mabnacional.com.br. *Nota do MAB sobre a CPI da Aneel* – 17 de setembro de 2009.

³⁰². Promotor de Justiça do Estado do Paraná, em exercício na Comarca de Londrina e docente da Universidade Estadual de Londrina. Entrevista realizada em Coimbra, Portugal, dia 20 de junho de 2009.

mortos espanhóis, aos mortos bandeirantes, aos apagados fogos de Ciudad Real de Guaira vão juntar-se os sete fantasmas das águas assassinadas por mão do homem, dono do planeta (...). E desfaz-se por ingrata intervenção de tecnocratas. Aqui sete visões, sete esculturas de líquido perfil dissolvem-se entre cálculos computadorizados de um país que vai deixando de ser humano para tornar-se empresa gélida, mais nada.³⁰³

Em sua composição poética, Drummond lamenta as consequências sociais e ambientais daquela obra. E diz: “Faz-se do movimento uma represa, da agitação faz-se um silêncio empresarial, de hidrelétrico projeto. Vamos oferecer todo o conforto que luz e força tarifadas geram à custa de outro bem que não tem preço nem resgate, empobrecendo a vida na feroz ilusão de enriquecê-la”. E finaliza: “Sete quedas por nós passaram, e não soubemos, ah, não soubemos amá-las, e todas sete foram mortas, e todas sete somem no ar, sete fantasmas, sete crimes dos vivos golpeando a vida que nunca mais renascerá”.

3. Das resistências às denúncias e às criminalizações

As *resistências* aos projetos hidrelétricos podem ser passivas ou ativas, individuais ou coletivas, no âmbito local ou em níveis mais ampliados. Porém, as *denúncias* são modos de resistência diferenciadas no sentido de que implicam tomada de consciência política dos mecanismos e do processo que levam à implantação das barragens. As denúncias se constituem em ações concretas e organizadas de protesto como forma de pressionar governos e empresas, bem como agregar apoio da sociedade. São reações de inconformidade ante os projetos que a população julga agressivos e prejudiciais aos seus direitos

O MAB realiza denúncias incisivas através da mídia eletrônica e impressa, como também de outros modos, inclusive apontando empresários e tecnocratas como “assassinos” por paralisarem rios e destruírem belezas irrecuperáveis; transformarem a natureza em mera mercadoria, tudo em nome do desenvolvimento. O Movimento denuncia a imposição de altas tarifas praticadas pelas empresas energéticas, as quais alegam que esse é o preço do conforto para a população. Além disso, aponta nominalmente as empresas como responsáveis por apagarem a memória e a história de povos tradicionais e ficarem indiferentes a tudo.

³⁰³. Esse poema – intitulado “Adeus a Sete Quedas” – foi publicado no *Jornal do Brasil*, Caderno B, edição de 09 de setembro de 1982. Com o fechamento das comportas no canal de desvio de Itaipu, em 13 de outubro de 1982, começava a ser inundada a maior cachoeira do mundo em volume de água e um dos mais belos patrimônios naturais da humanidade.

O tal quadro se constitui no maior drama para as populações atingidas, que vêm nestes estranhos tecnocratas o grande fantasma a ser enfrentado. Conforme o texto poético de Carlos Drummond de Andrade anteriormente apresentado, os militantes do Movimento incorporam a firme posição de resistência aos que invadem suas terras, agridem rios, desrespeitam a cultura e violam direitos humanos.

A resistência às grandes hidrelétricas reúne diferentes forças sociais e pessoas que se alinham à mesma causa e se posicionam com clareza diante de tais projetos, como, por exemplo, professores universitários. Na assembleia dos atingidos/as por barragens, realizada dias 21 e 22 de janeiro de 2009, em Porto Velho/RO, o professor Luiz Novoa Garzon, da Universidade Federal de Rondônia, se pronunciou contrário à construção das hidrelétricas no Rio Madeira, defendendo a sua suspensão:

Não vai dar para implementar o projeto desse jeito, senão vai ter conflito permanente. Nós não estamos pedindo uma migalha de corretivo. O primeiro ponto dessa pauta é a suspensão. Isso quer dizer que da forma que está sendo tocado é desumano e injusto. Nós não vamos aceitar. E pode falar que tem licença, que está na lei, que não vai adiantar porque na prática vai ser um inferno. O que nós estamos colocando aqui é a viabilidade do projeto, ou seja, a responsabilidade do povo e do país com o seu rio, com seu futuro num momento de crise internacional (...). Tem que discutir tudo, e parece que o lucro de curto prazo está acima de qualquer negociação. Estão correndo com o cronograma, não respeitam nada, estão passando por cima de tudo, mexendo na lei e o governo é conivente. Nós estamos sendo atropelados.

Além das denúncias, os atingidos também fazem exigências concretas. Não sendo possível impedir a implantação das barragens, lutam por indenizações justas, reassentamentos condizentes e tratamento digno. Em todo o processo, o Movimento exerce papel fundamental, procurando sempre criar consciência e corpo coletivo para tratar as diversas questões. Os resultados das negociações são os mais diversos, dependendo sempre de diferentes variáveis. Ora conquistam seus direitos de modo satisfatório, ora de maneira precária, isso quando não são totalmente desconsiderados. Ao negociarem com as empresas, muitas vezes vêm-se obrigados a recuarem em vários aspectos de seus pleitos, conscientes de que ceder não é consentir.

O Movimento se constitui, portanto, em um espaço vital para discutir maneiras de enfrentar o “latifúndio das águas”. Como observa Moraes (1992:104),

mesmo no caso das indenizações, os atingidos recusam-se a aceitar os valores impostos pela empresa, nos termos da lei, e exigem a formação de uma comissão, com a participação de

representantes das duas partes, para a elaboração de uma pesquisa de preços no mercado da região. Descartam, ainda, a possibilidade de se deixarem seduzir pelos "projetos de colonização" no Norte do país, para os quais as autoridades tentam atraí-los. A resistência a estas propostas cresceu ainda mais a partir do estreitamento das relações com os atingidos pelas barragens da Amazônia.

Durante a *Semana Internacional de Luta Contra as Barragens*, em março de cada ano, o MAB realiza uma série de ações pelo país com o objetivo de fortalecer a resistência aos grandes empreendimentos hidrelétricos, exigir cumprimento de acordos e garantia de direitos. Em se tratando de mecanismos de denúncias, o Movimento encaminha documentos ao Ministério Público, ao IBAMA e outros órgãos. Prioriza a organização de mobilizações populares por entender que elas produzem melhores resultados, incluindo a visibilidade social e a busca de adeptos às causas que defende. Isso não impede, entretanto, que subscreva documentos de protestos e denúncias com outros movimentos, o que é uma prática comum, como no caso da *Nota de esclarecimento sobre a ocupação das eclusas e a prisão dos manifestantes, no Pará*.

Disponível no *site* do Movimento,³⁰⁴ a nota foi divulgada dia 28 de abril de 2009 em nome da CPT, MST, MAB, FETAGRI, STR/Tucuruí, Colônia Pescadores Z32, Movimento Pescadores e Moradores APA Tucuruí e Associações. Após apresentarem a sua versão sobre os fatos, os movimentos sociais afirmam:

Denunciamos aqui as milícias armadas que se formaram no campo paraense, que matam nossas lideranças, que criminalizam os movimentos sociais, que estão a serviço desses setores, que criam um poder paralelo local, sem respeitar a lei e ordem pública e que buscam instalar (à base de força) sua política de expropriação das riquezas naturais e de geração de lucros extraordinários. Responsabilizamos esses setores pelas mortes de trabalhadores e trabalhadoras, e que travam o desenvolvimento da região em prol de seus objetivos particulares.

As denúncias são diretas, retratando a realidade enfrentada pelos atingidos e os conflitos escancarados que se instalam nesses campos pela imposição de projetos hidrelétricos. A nota de denúncia sob o título *Ditadura nas margens do Rio Madeira*, publicada pelo MAB,³⁰⁵ ilustra bem o que estou dizendo. O Movimento denuncia que os ribeirinhos atingidos pelas barragens Santo Antonio e Jirau são alvo de ameaças,

³⁰⁴. Cf. http://www.mabnacional.org.br/noticias/280409_nota_pa.html

³⁰⁵. Cf. http://www.mabnacional.org.br/noticias/290409_riomadeira.html

perseguições e multas injustas pelos “órgãos de repressão do governo, polícia ambiental, IBAMA e por órgãos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam)”. Afirma que a prática das construtoras Furnas e Odebrecht “é uma das mais agressivas já presenciadas”, e que as empresas são responsáveis “por crimes sociais e ambientais como a queima de casas dos atingidos e a morte de 11 toneladas de peixes em decorrência das obras”.

Frequentemente, o Movimento publica notas de denúncia, repúdio e esclarecimento, onde reafirma posições, exigências e proposições. Manifesta-se, por exemplo, contrário à construção da hidrelétrica de Belo Monte,³⁰⁶ por trazer um “monte” de problemas, como mostra a pesquisa denominada *Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*. Contendo 230 páginas, o trabalho foi produzido por 42 pesquisadores de várias Universidades brasileiras e algumas do exterior sobre a viabilidade socioambiental da referida hidrelétrica. Reunindo um conjunto de pareceres, o documento foi protocolado no dia 01 de outubro de 2009 no escritório do IBAMA, em Belém, e no Ministério Público Federal de Altamira/PA.

Embora o estudo não esteja concluído, os pesquisadores já chegaram a alguns consensos acerca do EIA apresentado pela Eletrobrás ao IBAMA no processo de licenciamento para a construção da referida barragem no Rio Xingu. Garantem haver graves problemas e sérias lacunas no EIA de Belo Monte, entre os quais o subdimensionamento da área diretamente afetada e da população atingida; a omissão de referência a diversos grupos indígenas que habitam nas margens daquele rio; a perda de biodiversidade; a negligência na avaliação de riscos à saúde e segurança hídrica; o superdimensionamento da geração de energia etc.³⁰⁷

O MAB também denuncia, junto ao *Tribunal dos Povos*, violações de direitos humanos praticadas por empresas transnacionais com atuação no Brasil – Suez, Companhia Siderúrgica do Atlântico, Syngenta, Shell, indústria farmacêutica Roche e Boheringer e Unilever.³⁰⁸ Efetua denúncias contra empresas por descumprirem acordos internacionais, como no caso da Alcoa Alumínios, responsável pela construção da UHE de Barra Grande, na divisa dos Estados de Santa Catarina e do

³⁰⁶. Cf. http://www.mabnacional.org.br/noticias/230508_xingu.html

³⁰⁷. A usina de Belo Monte deverá ter uma capacidade de geração de 11 mil megawatts, o maior empreendimento hidrelétrico brasileiro depois de Itaipu, com custo estimado em R\$ 16 bilhões. Cf. <http://www.redebrasilatual.com.br/>

³⁰⁸. Cf. http://www.mabnacional.org.br/noticias/080508_dh.html

Rio Grande do Sul. Na *Assembleia dos Povos* realizada em março de 2009, em Medellín (Colômbia), efetuou denúncia de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) à empresa franco-belga Tractebel, responsável pela barragem de Cana Brava (Goiás), a qual ‘destruiu o meio ambiente e piorou as condições de vida da população’.³⁰⁹ Em matéria sob o título *Por que nos mobilizamos*, publicada³¹⁰ no dia 13 de março de 2008, o MAB afirma:

Com as ações realizadas nos dez estados durante esta semana, o MAB denuncia que empresas multinacionais como a Tractebel devastam o meio ambiente, desestruturam milhares de famílias e mandam bilhões de reais para o exterior, cabendo à maioria do povo brasileiro a miséria e uma das tarifas de energia mais altas do mundo, sob conivência do Estado, que mantém uma política energética que privilegia estas multinacionais. Se não bastasse, a privatização do setor elétrico trouxe junto o aumento da violência sobre trabalhadores/as. A ação das milícias na Hidrelétrica de Estreito revela uma nova prática em curso nas barrancas dos rios brasileiros. Há poucos meses, milícias com mesmo estilo assassinaram um trabalhador Sem Terra no Estado do Paraná, na fazenda da Syngenta. O MAB denuncia ações como essas e exige das autoridades competentes proteção aos trabalhadores que se mobilizam por uma vida melhor.

Em praticamente todas as produções (cartilhas, jornais, panfletos, músicas, poesias, *site*, vídeos etc.) que o Movimento divulga, verificam-se denúncias diversas. Entre elas, merece destaque o relatório intitulado “Criminalização contra os defensores de direitos humanos na implantação de hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai”, concluído em dezembro de 2005. Elaborado pelo MAB, com apoio da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e da ONG Terra de Direitos, o documento foi entregue à relatora de Defesa dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), Hina Jilani. Na introdução, assevera que

as usinas hidrelétricas significam a retirada sistemática dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais de milhares de famílias em todo o Brasil. (...) Um milhão de brasileiros já foram expulsos de suas terras nos últimos 40 anos pela construção de mais de 2 mil barragens, utilizadas para abastecimento de água e produção de energia. A maioria dos atingidos acabou engrossando as cifras do êxodo rural, outros se somaram às fileiras dos trabalhadores rurais sem terra na luta por um pedaço de chão. Grande parte, porém, decidiu construir o Movimento dos Atingidos por Barragens para resistir, lutar contra as hidrelétricas e garantir que estes

³⁰⁹. Cf. http://www.mabnacional.org.br/noticias/270309_uhe_canabrava.html

³¹⁰. Cf. http://www.mabnacional.org.br/noticias/130308_mobilizamos.html

empreendimentos quando construídos, possibilitem um mínimo de reparação que tornasse (*sic*) possível a reconstrução da vida da família atingida em outro local.

O relatório também declara que “os defensores de direitos humanos que se opõem ao atual modelo energético brasileiro, nefasto para muitos setores da população e para o meio ambiente, têm se tornado vítimas de um duro e crescente processo de criminalização e de repressão, oficial ou disfarçada, que utiliza o aparato penal e repressivo do Estado.” Com o objetivo de detalhar essa situação, traz informações sobre múltiplos processos civis e criminais apresentados por empresas construtoras de barragens e pela União, entre 1996 e 2005, contra 107 defensores de direitos humanos na bacia do Rio Uruguai.

Referidos processos pretendiam impedir a realização de protestos e expulsar manifestantes, com uso da força policial, dos canteiros de obras e outros locais. O relatório ainda acrescenta: “Ocorre violação do direito de defesa na medida em que as empresas sempre responsabilizam um pequeno número de defensores pelos protestos realizados nos quais participam milhares de pessoas. As empresas pedem pesadas multas que vão de 3 a 10 mil reais por dia, contra os defensores (...) e pesadas indenizações pelos supostos prejuízos e danos que seriam ocasionados em função das mobilizações.” Informa também que as principais lideranças do MAB na região Sul do país respondem sozinhas a mais de 15 processos cada uma. E aponta:

Para 36 atingidos processados em ações criminais, são pedidas penas que vão de 1 a 30 anos de prisão por participarem do Movimento e 9 pessoas respondem a ação onde se pede indenização de R\$ 1 milhão de reais por danos na Usina de Campos Novos. Além disso, advogados e apoiadores do MAB também estão na lista de processados, como forma de coagi-los a pararem de apoiar a luta dos atingidos. Neste período também contabilizamos cerca de 70 defensores de direitos humanos feridos após ações violentas da polícia. (...) Diante do conflito, ao invés de resolver os problemas que o geraram, ou seja, garantir os direitos das famílias atingidas, o Estado passa a reprimir estas famílias e os defensores de direitos humanos, quando estes se manifestam ou realizam ações coletivas de protestos em busca daqueles direitos que o mesmo Estado não é capaz de garantir.

Como apoiadores do Movimento, um grupo de bispos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgaram, dia 21 de março de 2005, uma nota de repúdio à violência praticada contra as pessoas afetadas pela implantação de

hidrelétricas, dizendo que os atingidos “buscam defender os direitos espezinhados por aqueles que se arvoram em promotores do progresso”. A nota afirma: “Quando os atingidos por barragens se manifestam, eles estão gritando por vida, por respeito aos direitos não só de cada pessoa, de cada família, mas pelos direitos de toda uma comunidade. E suas manifestações são tratadas como caso de polícia. Como bispos, pastores de nossas Igrejas, preocupados com a situação, denunciemos a violência e as arbitrariedades que se cometem contra as famílias dos atingidos por barragens”.

O relatório “Criminalização contra os defensores de direitos humanos na implantação de hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai” serviu de base para formular denúncias à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. A partir disso, pela Resolução nº 26 de 15 de agosto de 2006, o Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e Presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), Paulo de Tarso Vannuchi, constituiu uma *Comissão Especial*. A mesma foi incumbida de acompanhar e investigar tais denúncias de violações de direitos humanos decorrentes da construção de barragens no país, realizando um levantamento empírico desses casos. A Comissão também foi encarregada de apresentar sugestões e propostas no que concerne à prevenção, avaliação e mitigação dos impactos sociais e ambientais da implementação dessas barragens, bem como a preservação e reparação dos direitos das populações atingidas.

A mesma Resolução acima estabeleceu que os membros constituintes da Comissão seriam representantes dos seguintes órgãos e instituições: do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Câmara dos Deputados, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR), do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), do Ministério Público Federal (MPF), do Ministério de Minas e Energia (MME), do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e da Defensoria Pública da União. Possibilitava ainda convidar outros especialistas, peritos e profissionais necessários.

A Comissão Especial recebeu 74 denúncias e selecionou os seguintes casos para realizar ampla averiguação: Tucuruí (Pará), Acauã (Paraíba), Cana Brava (Goiás), Aimorés (Minas Gerais/Espírito Santo), Emboque (Minas Gerais), Fumaça (Minas Gerais) e Foz do Chapecó (Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Com esse processo, o MAB pretende cobrar das instâncias responsáveis a garantia dos direitos relacionados à informação concreta e completa, ao trabalho, à propriedade, à justa indenização, à

moradia, à educação, à saúde, à alimentação, ao meio ambiente seguro e sadio, à cultura, ao acesso à justiça e outros, violados pela construção de hidrelétricas.

4. O significado do enfrentamento

O sociólogo Manuel Castells (2003:4-5) postula a *identidade de resistência* como aquela que é constituída por atores em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação. A trincheira de resistência – ou identidade defensiva – dos “oprimidos” torna possível a manutenção, o resgate ou a conquista de direitos, o que, em última análise, significa a sobrevivência enquanto indivíduos e a afirmação da cidadania. A identidade de resistência, formada em meio aos conflitos, pode se transformar em *identidade de projeto*. No caso, os “atingidos” por barragens podem transmudar da condição passiva – de objetos a que são muitas vezes relegados – para a posição de sujeitos sociais.

Como vimos, são múltiplas as modalidades de resistência das populações afetadas pelas barragens, ora de forma mais segmentada, ora mais massiva; de maneira mais direta frente aos denominados “inimigos”, outras vezes por meio da capacitação de militantes para atuarem nas bases. De todo modo, em resistindo aos projetos hidrelétricos, o MAB enfrenta ao mesmo tempo o *sistema capitalista* – com seu caráter economicamente explorador, socialmente excludente, ideologicamente imperialista e colonizador – e o *modelo energético* – que se apropria dos bens naturais e maximiza seus lucros, causando os mais diversos tipos de impactos.

De acordo com Antônio Sousa Ribeiro,³¹¹ “toda resistência é um ato determinado pelas relações de poder dominante. A inteligência dos atingidos por barragens está em saber ocupar as brechas do sistema. Eles podem sair fortalecidos dos contextos de conflitos, mas isso depende da sua organização e da capacidade de superar possíveis traumas e obter avanços em relação à situação que viviam antes”. Ao resistirem através do Movimento, os atingidos também imprimem modalidades de democracia participativa. Acerca disso, Boaventura de S. Santos³¹² entende que

não há democracia participativa sem ilegalidade. Não há nada de progressista no mundo que não tenha começado por se ilegal. As greves, as marchas, os sindicatos, os movimentos e as lutas sociais foram ilegais. A luta dos últimos 150 anos foi para legalizar o ilegal. Isso se faz através de processos que Gramsci

³¹¹. Professor da Universidade de Coimbra. Entrevista concedida dia 09 de junho de 2009.

³¹². Conforme aula proferida na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal, dia 13 de junho de 2009.

definiu muito bem como necessidade de criar hegemonia para fazer com que o que é ilegal juridicamente, seja legítimo socialmente.

Para o autor, tem-se que distinguir entre a “ilegalidade dos oprimidos” e a “ilegalidade dos opressores”. Segundo ele, a ilegalidade dos opressores assume três formas complementares: a) *A marginalização do sofrimento dos que sofrem atos ilegais*, a exemplo de famílias que são despejadas de suas casas ou expulsas de suas terras pela força policial. Esse sofrimento é banalizado pela grande mídia, fazendo com que as injustiças sejam aceitas como naturais; b) *A impunidade* dos crimes praticados pelos poderosos. Em sua opinião, o Direito Ambiental Brasileiro é um bom exemplo nesse sentido, pois quando os poderosos começam a ser punidos pela lei, muda-se a lei; c) *A criminalização do protesto social* que, efetivamente, é a grande estratégia das oligarquias neste momento na América Latina.

Com o intento de combater a ilegalidade dos opressores, Sousa Santos ressalta a importância da democracia participativa e comunitária. Reunindo contingentes expressivos de populações excluídas historicamente dos benefícios do desenvolvimento capitalista, o Movimento dos Atingidos por Barragens se situa no campo da *sociologia das ausências*, defendida pelo mesmo autor. Tal perspectiva sociológica é transgressiva da ordem estabelecida na medida em que não aceita a naturalização das desigualdades e das injustiças sociais e se constitui em uma alternativa epistemológica ao pensamento ocidental predominante. A sociologia das ausências trata de

demonstrar que o que não existe é, na verdade, activamente produzido como não existente, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe (...). O objectivo da sociologia das ausências é transformar objectos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças (...). Há produção de não-existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível (Sousa Santos, 2008:102).

Na contracorrente da ótica produtivista hegemônica, o sociólogo destaca a atuação dos movimentos de camponeses pelo acesso a terra ou contra megaprojetos de desenvolvimento (como as grandes barragens), movimentos indígenas e ecológicos, movimentos pelo direito à habitação, contra a privatização da água e de outros serviços sociais etc. Essas e outras organizações, compostas por “invisibilizados” e “ausentes”, “põe directamente em questão o paradigma do desenvolvimento e do crescimento económico infinito e a lógica da primazia dos

objectivos de acumulação sobre os objectivos de distribuição que sustentam o capitalismo global” (Sousa Santos, 2008:114).

Referidas práticas, com os saberes que elas encerram, constituem aquilo que o mesmo autor denomina *sociologia das emergências*. Ela “substitui a idéia mecânica de determinação pela idéia axiológica do cuidado (...). Enquanto na sociologia das ausências a axiologia do cuidado é exercida em relação às alternativas disponíveis, na sociologia das emergências é exercida em relação às alternativas possíveis” (2006:118). Assim, os atingidos assumem a possibilidade de contrapor a visão que os responsáveis pelos empreendimentos hidrelétricos têm em relação a eles. Da condição de “entraves” e “empecilhos” ao desenvolvimento a que são relegados, passam a agir com a consciência de que as barragens se constituem em impertinente interferência em suas vidas.

Na categoria de resistentes, eles atribuem um sentido ativo à forma passiva do verbo que lhes dá a identidade política de “atingido”. Através do Movimento, essas populações enriquecem sua cidadania com valores que transcendem as cifras e os cifrões e também defendem a soberania nacional. Na opinião de dom Guilherme Werlang,³¹³ “sem o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Brasil já seria uma grande lagoa. O MAB e os movimentos sociais em geral são imprescindíveis como instrumentos de luta e de pressão para fazer acontecer a justiça (...). Eles trabalham mais na reação. É uma ação segunda, porque a primeira foi de quem os agrediu, os expulsou, daqueles que praticam a injustiça”.

Os atingidos não se opõem às barragens por quaisquer motivos, mas por razões profundas. Suas lutas vão além da reivindicação por indenização justa, por reassentamento ou reparação de bens materiais. Buscam também o direito à territorialidade, ao lugar-símbolo onde sua vida e sua história estão enraizadas. Por isso, protestam contra a desterritorialização e recusam a posição de subalternidade societária, apontando para a necessidade de transformação do sistema econômico, político e social. Esse é, aliás, um dos papéis fundamentais dos movimentos populares, a exemplo do que se verificou com um conjunto de movimentos surgidos no Brasil na década de 1980, e que permitiu o enfrentamento da ditadura militar. Os mesmos contribuíram para a redemocratização do país, o aumento da participação social, a formação de novos valores democráticos e a conquista de direitos coletivos.

³¹³. Dom Guilherme Antonio Werlang é bispo de Ipameri/GO e membro da Comissão Episcopal para a Caridade, Justiça e Paz da CNBB. Entrevista concedida dia 23 de julho de 2009.

Ao realizarem ações de enfrentamento com a finalidade de tentar impedir a construção de barragens, reivindicar indenizações e reassentamentos, os atingidos constituem uma identidade de *resistência ativa*. A depender da sua capacidade de organização, de articulação com outras forças sociais e das condições históricas que lhes são oportunizadas, os atingidos conseguem obter maiores ou menores conquistas. Na prática, é como sentencia Karl Marx na obra *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte* (2000:15): “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, mas sob aquelas circunstâncias com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.”

De acordo com membros da coordenação do Movimento, as lutas sociais empoderaram o povo. Luiz Dalla Costa afirma não ter dúvidas de que todas as pessoas que participam do Movimento elevam seu grau de poder. “O sobrenome MAB dá poder, abre portas, legitima. Se eu disser que sou o Luiz do MAB, consigo falar com o gerente do BNDES, por exemplo. Ao irem representar o MAB, as pessoas levantam a cabeça, adquirem poder, são ouvidas e respeitadas porque pertencem ao Movimento. Esse é um dos melhores exercícios de empoderamento do povo. Mesmo os nossos inimigos reconhecem o poder do Movimento e por isso nos combatem”.³¹⁴

Conforme José H. Mecca, o fato das pessoas ocuparem um canteiro de obras traz a união de quem ocupa; chama a atenção da sociedade e das autoridades responsáveis pelo problema e, sobretudo, fortalece a organização dos atingidos. “Quando existe um entrave, só a ocupação faz avançar.”³¹⁵ Ele ressalta a solidariedade existente entre os que se encontram em semelhante situação: “Se um atingido no Ceará levar uma pedrada ou sofrer qualquer tipo de injustiça, dói pra mim que moro no Paraná, dói pra quem mora no Rio Grande do Sul ou no Pará. Isto significa que nós estamos criando no Brasil uma consciência de classe dos atingidos por barragens”.³¹⁶ Este vínculo solidário se mantém em muitos casos nos reassentamentos através dos trabalhos em mutirão, das cooperativas de produção de grãos, de leite etc.

³¹⁴. Entrevista concedida dia 16 de outubro de 2009.

³¹⁵. Cf. Vídeo *Organização e resistência – a saga dos atingidos por barragens*, 2005.

³¹⁶. Idem.

5. Conquistas do MAB

Ao longo de sua trajetória, diante dos “dilúvios programados”, os atingidos por barragens uma vez organizados – mesmo antes e, sobretudo, após a constituição do Movimento em âmbito nacional – obtiveram relevantes vitórias. Entre elas, destaca-se o adiamento da construção de diversas hidrelétricas como, por exemplo, a de Belo Monte localizada em Altamira, no Sudoeste do Pará, cujo projeto remonta ao início da década de 1980. Múltiplas manifestações de oposição impediram a concretização das obras até o momento atual (*anexo 21*). O mesmo ocorreu com a barragem de Itapiranga na bacia do Rio Uruguai.

Em 1990, a Eletrobrás desistiu oficialmente de construir cinco hidrelétricas: Santa Isabel, Pedra Branca, Belém, Ilha Grande e Salto Capanema. “A usina hidrelétrica de Salto Capanema/PR nunca foi além do estudo de viabilidade, concluído em outubro de 1980. A obra não foi sequer iniciada em função da resistência imposta pelas comunidades locais, particularmente os agricultores, que seriam diretamente afetados. Foi adiada e, posteriormente, cancelada”, afirmam Pedro Tonelli e Neuri L. Mandovani.³¹⁷ Mais adiante, os autores acrescentam: “A vitória dos agricultores de Capanema contra a construção da barragem é uma vitória ímpar contra o tratamento espoliativo da União. É uma vitória do esforço e da organização popular.”³¹⁸

A Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) registra que a oposição à “barragem de Salto Capanema, puxada pelo movimento sindical e pastoral, com o apoio da ASSESOAR e CPT, reuniu mais de 80 mil pessoas na cidade de Capanema, fato que culminou com a firme decisão de impedir, a qualquer custo, a construção de tal obra, por considerá-la prejudicial ao Sudoeste. Se construída, a usina expulsaria 1.200 famílias de agricultores, alagando uma área de 8.500 ha das melhores terras do país.”³¹⁹

Por força da organização e enfrentamento dos atingidos, a barragem de Machadinho/RS, no Rio Uruguai, não foi implementada de acordo com o projeto original, tendo sofrido modificações no tamanho e na localização. “Eles fizeram uma mais acima, desviando o Rio Apuaê, o que evitou de atingir em torno de 4 mil

³¹⁷. TONELLI, Pedro e MANDOVANI, Neuri Luiz. Vitória em Capanema. In: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Barragens – questão ambiental e luta pela terra. Revista *Proposta*, Rio de Janeiro, nº 46, setembro de 1990, p. 16.

³¹⁸. *Idem*, p. 23.

³¹⁹. Disponível em: <http://sistema.assesoar.org.br/arquivos/TAP000051.htm#h1>

famílias, e outra que usaram o mesmo nome, mas o correto seria ter dado outro nome porque a barragem de Machadinho original não saiu”, afirma Luiz Dalla Costa.³²⁰ A coordenação do MAB relata ainda que, no Rio Uruguai, os responsáveis pela barragem do Salto do Yucumã³²¹ tiveram de modificar o projeto também pela resistência dos que seriam atingidos.

No Vale do Ribeira, em São Paulo, indígenas e quilombolas com sua tradição de luta estão conseguindo, há mais de 20 anos, frear o plano de construção da barragem de Tijuco Alto. Conforme José Milton Galindo,

uma verdadeira batalha vem se travando na região, onde as comunidades tradicionais, movimentos sociais como o MOAB (Movimento dos Ameaçados por Barragens), MAB, MST, coletivos de Juventude e de Educadores, ONGs, trabalhadores e estudantes resistem contra este empreendimento que beneficiará apenas uma empresa, a CBA (Companhia Brasileira de Alumínio), do empresário Antônio Ermírio de Moraes (...). Tijuco Alto causaria danos ambientais e sociais irreversíveis, alagando uma área referente a 11 mil campos de futebol, deslocando cerca de 600 famílias, inundando cavernas, inclusive em antigos locais de exploração de chumbo, contaminando a água, prejudicando a pesca e causando desemprego.³²²

De acordo com Galindo, o MOAB nasceu no processo de enfrentamento às barragens, depois incorporou a luta quilombola pela titulação das terras e pela defesa dos direitos dos negros. Hoje mantém um escritório da cidadania onde a população pode dispor de assessoria jurídica em caso de necessidade, além de orientação sobre como acessar o direito à tarifa social de energia elétrica. Maria Berlanga,³²³ uma das fundadoras do MOAB, é taxativa: “Não queremos que tenha atingidos aqui. Não queremos projetos que venham destruir a estrutura social, paisagística, ecológica, cultural do Vale do Ribeira”. Conforme já destacado, esta região foi declarada em 1999, pela UNESCO, *Patrimônio Natural da Humanidade* por constituir a maior área contínua da Mata Atlântica.

Assim como no Brasil, também em outros países verifica-se a atuação de militantes de movimentos sociais e outras organizações na preservação da paisagem, da fauna, da flora, do patrimônio histórico e cultural, bem como na defesa dos

³²⁰. Entrevista concedida dia 16 de outubro de 2009.

³²¹. O Salto do Yucumã é a maior queda longitudinal do mundo, com 1.800 metros de extensão, situado na fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina.

³²². Cf. *Jornal Baixada de Fato*, nº 2, setembro de 2008, p. 12.

³²³. Entrevista concedida dia 12 de dezembro de 2008. Segundo Maria Sueli Berlanga, o movimento começou a se organizar em 1986 a partir do estudo da Bíblia sob a perspectiva sociológica.

direitos dos atingidos diante dos megaprojetos capitalistas. Neste sentido, vale destacar o caso de Foz Côa, Portugal, onde o aspecto cultural teve grande peso para demover a decisão de implantar uma barragem. Nos anos 1994 e 1995 desenrolou-se naquele país uma controvérsia pública tendo, por um lado, o interesse do Estado em executar a obra e, por outro, a oposição da sociedade. A polêmica deu-se em função da existência de pinturas rupestres, supostamente da era paleolítica, as quais seriam submersas pelas águas da barragem já aprovada pelo governo. As obras foram interrompidas para realização de um estudo sobre o patrimônio arqueológico. Conhecidas as conclusões daquele estudo, o governo abandonou a construção da barragem e optou por lançar iniciativas de desenvolvimento da região, explorando o aspecto cultural.³²⁴

No Brasil, em muitos lugares a resistência popular barrou a instalação de hidrelétricas, as quais desalojariam milhares de camponeses e desestruturariam seu modo de vida. Noutras situações, houve alteração de projetos ou paralisação das obras, a exemplo da Usina Hidrelétrica de Estreito, na divisa do Estado do Tocantins com o Maranhão,³²⁵ onde seriam atingidas cerca de 20 mil pessoas. Entre as conquistas do Movimento, deve-se ressaltar também a obtenção de liminares na Justiça, o que contribuiu com o processo de negociação; a criação de coalizões regionais, nacionais e internacionais com alteração de cronogramas e formato de obras; a consecução de justas indenizações e satisfatórios reassentamentos; a viabilização de políticas de atendimento às famílias realocadas etc.

Segundo a coordenação do MAB, o primeiro plano de reassentamento mais organizado no Brasil foi com os atingidos pela hidrelétrica de Itaparica, cujo lago inundou áreas da Bahia e Pernambuco. Faltavam 11 meses para a conclusão das obras

³²⁴. O fato desencadeou amplo debate na sociedade, envolvendo diversos órgãos do poder público, administração da empresa contratada para construir a barragem, arqueólogos, autarquia local e um vasto movimento social constituído por comunidades, estudantes, intelectuais e os meios de comunicação. Opondo o valor das pinturas ao interesse da barragem, evidenciou-se o “confronto entre dois modelos de desenvolvimento: um de base industrialista e economicista – a ‘barragem’ – e outro de base cultural e integrada – as ‘gravuras’” (Amaro, 2001:194).

³²⁵. “Em março último, cerca de 300 militantes do MST, da Via Campesina e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) conseguiram paralisar a construção de Estreito, impedindo o acesso dos funcionários e de veículos ao canteiro da obra. A maior parte dos manifestantes não é da região, afirmou o presidente do Consórcio Estreito Energia (Ceste), José Renato Ponte, que controla a usina. O consórcio é constituído pelo grupo Suez, Alcoa, Camargo Corrêa e Vale do Rio Doce - alvo de outras ações criminosas do MST, que volta e meia impede a circulação de trens da empresa e o transporte de minério de ferro destinado à exportação, com prejuízos de dezenas de milhões de dólares”. *Jornal O Estado de S. Paulo*, 20 de junho de 2008. Disponível em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20080620/not_imp192787,o.php

da barragem e, até então, não havia qualquer plano de transferência da população ou indenização por parte das construtoras, o que só surgiu com a ocupação do canteiro pelos atingidos. As mais de 10 mil famílias afetadas foram reassentadas em “três cidades e um povoado, em projetos de irrigação que hoje contam com mais de 15 mil hectares em operação”.³²⁶

Gilberto Cervinski, membro da coordenação do MAB, salienta que as conquistas devem-se às lutas. Ele entende que todos os esforços do Movimento precisam ter em vista o fortalecimento da luta popular, dado que não há outro jeito de enfrentar os capitalistas senão através da organização do povo. E acrescenta:

Quando nós resistimos não deixando construir uma represa, estamos derrotando o imperialismo. De certa forma, nós surgimos por causa dele e vamos ajudar a enterrá-lo (...). No início achávamos que a melhor coisa para os atingidos era lutar por boas indenizações. Nem sempre nós conseguíamos. Depois, nós lutávamos por terra, perdida logo no início (...). Aí, começamos a perceber que a questão é de sistema, de modelo. O inimigo central é o capitalismo, em sua forma imperialista (...). Os focos da nossa luta têm que ser as transnacionais, os bancos.³²⁷

Dando corpo a seus pleitos, o Movimento ganha visibilidade e reconhecimento social. Pesquisa feita pelo Ibope,³²⁸ em 2008, revelou que, nas metrópoles, o MAB é conhecido por 31% dos entrevistados, dentre os quais 60% são favoráveis ao Movimento e 66% concordam com seus objetivos. Comentando sobre o resultado da pesquisa, a coordenação do MAB afirma: “Mesmo que a maioria das pessoas conheça os movimentos sociais pela TV e que, na maioria das vezes, ela nos represente de forma negativa, 69% dos entrevistados afirmam que os movimentos sociais estão ganhando força na sociedade, o que é positivo para nós, na medida em que somos vistos como organizadores de setores excluídos da sociedade”.³²⁹

Desde que surgiram, as organizações de atingidos por barragens questionam o modelo autoritário da política energética brasileira. Mais recentemente, o MAB explicitou isso de forma mais objetiva e pragmática. Em 2005, por exemplo, deflagrou a campanha “O preço da luz é um roubo”, o que possibilitou a conquista da

³²⁶. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Usina_Hidrel%C3%A9trica_de_Itaparica

³²⁷. Cf. <http://www.sedes.org.br/Centros/Cepis/>

³²⁸. A pesquisa foi encomendada pela Companhia Vale do Rio Doce sobre os movimentos sociais do campo e realizada entre 26 de abril e 6 de maio de 2008. Foram entrevistadas 2.100 pessoas maiores de 16 anos em metrópoles, cidades e regiões do interior de vários estados brasileiros. A pesquisa foi divulgada pelo Jornal *O Globo* em 15 de junho de 2008.

³²⁹. Cf. *Jornal do MAB*, nº 5, junho de 2008, p. 8.

tarifa social a famílias de baixa renda com consumo mensal de até 200 KW. Com essa campanha, o Movimento está conseguindo mais visibilidade e aceitação na sociedade. Na visão de Dorival Gonçalves Júnior,³³⁰ tanto a *tarifa social* quanto o *Programa Luz para Todos* são políticas compensatórias. Porém, mesmo assim ele considera o “Luz para Todos” um programa “eficiente na medida que o trabalhador não paga pela construção de linhas de transmissão, mas somente pela eletricidade”.

Por outro lado, o Movimento apresenta limitações de diversas ordens, identificadas com a incapacidade de reunir, discutir, dar formação, mobilizar o conjunto da população impactada etc. Isso também ocorre em face de que “a gente se vê premido pela situação do povo massacrado econômica, cultural e socialmente e, muitas vezes, nem conseguimos dar conta das urgências e emergências.”³³¹ De todo modo, Aurélio Vianna, Jean-Pierre Leroy e Ricardo Tavares afirmam que “em todas as regiões onde surgiram esses movimentos, houve tomada da direção dos sindicatos de trabalhadores rurais ‘pelegos’, a criação de sindicatos, a eleição de vereadores, em síntese, aconteceu o questionamento do poder local.”³³² Segundo eles,

na sua trajetória do final dos anos 70 até hoje (1990), os movimentos de atingidos por barragens questionaram também o modelo de planejamento centralizado e tecnocrático praticado pelo setor elétrico, tão próprio do regime militar e tão presente ainda hoje. Questionaram e questionam um tipo de planejamento que não leva em consideração os interesses das populações direta e indiretamente afetadas pelas hidrelétricas, tratadas como objeto das macropolíticas do setor elétrico.³³³

Em geral, é difícil dimensionar com objetividade os alcances do Movimento no que respeita à sua capacidade de refazer a agenda das empresas e dos governos. Em alguns casos, há *fraca resistência* popular diante da construção de hidrelétricas, como ocorreu em Tucuruí/PA, Balbina (na bacia Amazônica) e Samuel/RO. Analisando os casos de fraca resistência, Ariovaldo Umbelino de Oliveira³³⁴ afirma que tal fenômeno não tem a ver apenas com a despolitização e desmobilização própria dos atingidos. Na sua visão, isso se deve também à falta de uma ação mais efetiva dos movimentos sociais e dos partidos políticos.

³³⁰. Professor da Universidade Federal do Mato Grosso. In: *Jornal do MAB*, nº 5, junho de 2008, p. 6.

³³¹. Cf. Luiz Dalla Costa. Entrevista concedida dia 01 de maio de 2008.

³³². Cf. Lutas de resistência ou lutas por um novo modelo de sociedade? In: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Barragens – questão ambiental e luta pela terra. Revista *Proposta*, Rio de Janeiro, nº 46, setembro de 1990, p. 56.

³³³. *Idem*.

³³⁴. Entrevista concedida em 29 de janeiro de 2009, durante o 9º Fórum Social Mundial, em Belém/PA.

Ao contrário do movimento sindical ou de um movimento em defesa de bairro, que tem como perspectiva o permanente crescimento, o Movimento dos Atingidos por Barragens precisa ter como objetivo desaparecer, afirma o professor Arsênio Sevá.³³⁵ Segundo ele, a situação ideal é a de que não houvesse mais atingidos. Isso seria possível se os passivos de atingidos fossem resolvidos e se não tivesse mais outros projetos que obrigassem pessoas a saírem de seus locais de origem. Porém, existem famílias que foram afetadas há 40/50 anos e ainda não receberam indenização, além dos atingidos pelas muitas hidrelétricas que estão planejadas ou se encontram em construção. Com este prognóstico, a tendência do MAB é continuar se expandindo e atuando na defesa dos mais vulneráveis.

Entre outras conquistas, após meses de lutas intensas dos atingidos pela barragem de Barra Grande, na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, o MAB obteve a permissão para construção de casas populares com a madeira retirada da área alagada. Além disso, conseguiu fazer valer um conceito mais amplo de atingido, inserindo professores, pequenos comerciantes e todos os não-proprietários afetados, os quais foram reparados pelas suas perdas. Nesta direção, Marco A. Trierveiler³³⁶ ressalta que, ao longo do processo de lutas dos atingidos, houve grandes avanços no reconhecimento dos direitos dos sem-terra e a garantia de reassentamentos coletivos.

Na trajetória de lutas dos atingidos registram-se também muitas derrotas nos mais diferentes locais, âmbitos e níveis. No entendimento de membros da coordenação, a principal derrota que a sociedade brasileira e o Movimento sofreram foi o processo de privatização do setor elétrico, associado ao desmonte das políticas públicas. Com isso, consolidou-se e expandiu-se o modelo dos grandes projetos hidrelétricos, sem que a população pudesse questionar e intervir nessa forma de produzir energia. “Outra coisa que nos incomoda muito é que não existe nenhuma institucionalização dos direitos. Não temos o reconhecimento formal dos direitos dos atingidos. Isso é uma coisa ruim pra nós.”³³⁷

Como toda organização social, o MAB tem limites em diversas áreas. Constatam-se, por exemplo, limitações na articulação entre o aspecto sociopolítico e o ambiental. A própria coordenação reconhece que, para responder às demandas

³³⁵. Entrevista concedida dia 13 de março de 2008.

³³⁶. Entrevista concedida dia 28 de outubro de 2009.

³³⁷. Luiz Dalla Costa. Entrevista concedida dia 16 de outubro de 2009.

básicas dos atingidos e, ao mesmo tempo, fazer lutas para conquistar políticas de Estado não é tarefa simples. Com sua base organizativa no meio rural, o MAB tem o grande desafio de garantir que os atingidos por barragens não sejam expulsos da terra. Atualmente, incorpora a isso a discussão e a luta em torno do projeto energético, do preço da luz, da industrialização do país, da exploração dos minérios, da privatização do petróleo etc.

Em linhas gerais, no conjunto das conquistas obtidas diante dos empreendimentos hidrelétricos, o Movimento dos Atingidos por Barragens figura como um dos principais protagonistas. Porém, articula-se nos diversos contextos com múltiplos sujeitos sociais, somando forças e desencadeando um processo sistemático de resistência e luta por direitos. Entre as conquistas, algumas são de caráter localizado e temporário; outras assumem dimensões mais amplas e definitivas. Deve-se considerar também que elementos de ordem econômica, política, social e cultural incidem de modo direto ou indireto nas conquistas e nas derrotas do MAB e de seus aliados. O Movimento influencia e é influenciado sob diferentes aspectos, não podendo, portanto, ser o único responsável pelos ganhos e pelas perdas dos atingidos, bem como da sociedade em geral.

6. Água e energia para a vida

De modo sintético, passo a apresentar as principais proposições do MAB que apontam na perspectiva do slogan “Águas para vida não para morte” e identificam o protagonismo de um sujeito social coletivo. As suas metas se aglutinam em torno de três elementos interconectados, referentes ao sistema social, ao protótipo de desenvolvimento e ao modelo energético. Como já explicitado, o Movimento combate radicalmente o capitalismo e apregoa a necessidade de transformações “pela raiz”, traduzidas em profundas revoluções estruturais. Embora sem muita clareza na tipologia e no detalhamento pragmático, o MAB propugna e enseja a construção do socialismo.

A par dessa “utopia”, afirma ser preciso construir outro modelo de desenvolvimento. Um desenvolvimento – e não mero crescimento – que seja economicamente justo, socialmente igualitário e ecologicamente sustentável. O MAB defende propostas que se alinham na direção de um *desenvolvimento alternativo* e outras que indicam o rumo e a necessidade de *alternativas ao desenvolvimento* atual

– pertinente distinção feita por Boaventura de Sousa Santos e César Rodríguez, conforme assinala no terceiro capítulo deste trabalho.

No que se refere ao modelo/projeto energético, o Movimento propõe, reivindica e se empenha pela concretização de diversos pleitos. Uns são mais pontuais, outros mais amplos; alguns fazem parte do conjunto de reivindicações históricas do Movimento e outros são mais recentes. Não luta por meras medidas compensatórias aos impactos causados pelas barragens ou por políticas setorializadas de tendência corporativista. Mobiliza-se, antes, pela consolidação de políticas que beneficiem toda população, sobretudo de baixa renda, como fica claro, por exemplo, com a campanha pela redução da tarifa da energia.

Em se tratando de reduzir os impactos sociais, ambientais, econômicos e simbólicos oriundos da geração de energia, entre outras ações o MAB aponta a importância do repotenciamento das hidrelétricas mais antigas. Segundo ele, isso é possível mediante a utilização de equipamentos mais modernos e eficientes (turbinas, gerador, rotor...), bem como da limpeza dos reservatórios que sofreram perdas de capacidade em virtude do assoreamento. Ainda em 2004, Célio Bermann³³⁸ coordenou um extenso estudo sobre o tema e sugeriu que, sem construir nenhuma nova unidade, o estoque atual de energia poderia ter um acréscimo de 8 mil MW se 70 das 157 hidrelétricas de grande porte do país fossem repotenciadas. O Movimento defende, outrossim, a necessidade de reparos e manutenção na estrutura de distribuição para diminuir o “vazamento” de energia, dado que a perda nas linhas de transmissão é da ordem de 15%.

Representantes do MAB entendem que o país já possui energia suficiente para manter as demandas de um nível de produção e de um padrão de consumo equilibrado. Entretanto, ela se torna permanentemente escassa face o estímulo ilimitado à indústria eletrointensiva e ao consumismo exacerbado. Com base no princípio do consumo racional de energia, o Movimento propõe a incorporação das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), a utilização de fontes alternativas (menos agressivas ao meio ambiente), como a eólica, solar, biomassa etc. “O aquecimento solar pode significar uma economia de energia em nível nacional. Nas regiões frias, o

³³⁸. Professor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo (USP). Cf. <http://reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=1034>.

chuveiro chega a consumir até 30% da energia de uma residência. Se economizarmos energia, podemos evitar a construção de algumas barragens”, explica Dalla Costa.³³⁹

Quanto às energias solar, eólica e marítima, o professor José Pureza³⁴⁰ considera que elas trazem elementos alternativos porque são produzidas de um modo totalmente diferente. “Pode-se passar a ter pequenas unidades de produção à escala de um edifício, de um bairro, de uma pequena comunidade, que produzem para o próprio consumo e até distribuem para a rede local ou nacional, como já se verifica. Aí está uma lógica diferente: do tendencialmente gigantesco, dos megaprojetos, como é o caso das barragens, para a alternativa do pequeno, injetando na rede o excedente”. Depois acrescenta: “As tecnologias não são boas nem más em si mesmas. Dependem muito dos atores”. O professor chama a atenção para o fato de que aquilo que inicialmente foi anunciado como alternativa, já está sendo absorvido pelo próprio capitalismo internacional.

Existe uma discussão mundial acerca das energias limpas. Em Portugal, por exemplo, há um forte investimento da iniciativa privada com apoio do governo no campo da energia eólica.³⁴¹ De acordo com Pedro Hespanha,³⁴²

os equipamentos para captação da energia eólica são extremamente sofisticados e caros e têm permitido alimentar uma nova indústria por todo mundo, sobretudo nos países do Norte. Há um ramo do capitalismo que encontrou uma nova área de investimento neste setor. Outra fonte de energia alternativa são os painéis solares, nos quais Portugal também está investindo muito. O governo concede subsídios às pessoas que queiram colocá-los nas suas casas. O excedente de energia captada pelos painéis é lançado na rede pública. Quando há grande consumo doméstico, a rede pública introduz energia na casa e quando sobra ela é lançada na rede pública.

O tema das barragens e a questão energética como um todo estão diretamente relacionados com o tipo de sociedade que se pretende manter ou construir. Na opinião de Marco A. Trierweiler,³⁴³ a energia é o que poderíamos chamar de “sangue”

³³⁹. Entrevista concedida dia 01 de maio de 2008.

³⁴⁰. Entrevista concedida em 02 de abril de 2009.

³⁴¹. Os países com maior capacidade instalada de produção de energia eólica, em 2007, eram: Alemanha (23,6%), Estados Unidos (17,9%), Espanha (16,1%), Índia (8,5%), China (6,4%). No final de 2007, Portugal era o 10º produtor mundial de energia eólica em termos absolutos e o 4º em termos relativos com capacidade instalada de 2.150 MW, o que representa 2,3% do mercado mundial. No mesmo período, o Brasil possuía uma capacidade de produção de apenas 247 MW, dos quais 208 MW foram instalados no decorrer de 2006. O Brasil é o país da América Latina e Caribe com maior capacidade de produção de energia eólica (Cf. http://pt.wikipedia.org/wiki/Energia_e%C3%B3lica).

³⁴². Pedro Hespanha, professor da Faculdade de Economia de Coimbra e membro fundador do Centro de Estudos Sociais (CES). Entrevista concedida dia 31 de março de 2009.

³⁴³. Entrevista concedida dia 28 de outubro de 2009.

do capitalismo. Ele afirma: “Nós não temos um projeto pronto, mas temos um questionamento desse modelo que está aí. A energia está sendo apropriada por poucas empresas e é utilizada para desenvolver um modelo de sociedade que está em poder do imperialismo. O MAB está na fase de constatar, avaliar e denunciar como o modelo energético molda a sociedade”. Diante disso, o Movimento também propõe a reestatização do setor elétrico e o subsídio da energia para os mais desfavorecidos.

Atualmente, o Movimento discute ações e estratégias que possibilitem efetuar a transição do sistema capitalista para um sistema configurado em uma perspectiva socialista. Para tanto, considera fundamental empreender esforços no sentido de garantir que a água e a energia estejam sob o controle do Estado, superando o domínio e a exploração da iniciativa privada. Todavia, a coordenação demonstra consciência de que isso não basta, sendo necessário que a população organizada detenha o controle desses “recursos” estratégicos. Além de combater a superexploração através das tarifas, o Movimento também reprova o modelo praticamente mono-gerador de energia num país riquíssimo em fontes energéticas.

Segundo Marco A. Trierveiler,³⁴⁴ o principal argumento do governo e das empresas para refutarem a adoção de outro modelo baseado na geração de energias alternativas e limpas é a inviabilidade econômica. “Quanto aos impactos sociais e ambientais das fontes alternativas, eles são bem menores. O problema é que ainda tem um custo alto na implantação. Nós insistimos que não dá para desistir de uma matriz ou outra mesmo que o custo econômico seja mais elevado, se isso vai diminuir os custos sociais e ambientais. Às vezes, mesmo custando mais, tem que fazer aquela opção. Hoje só interessa ao grande capital aquelas energias que dão mais lucro”, enfatiza ele.

Diante da dívida histórica do Estado brasileiro com os atingidos por barragens – como admitiu o Presidente Lula em julho de 2009 –, o MAB busca construir e consolidar uma política de Estado que estabeleça critérios para atender os direitos da população atingida. Por ocasião da jornada nacional de lutas, em agosto de 2009, o Movimento encaminhou proposta ao Presidente Lula para criar uma comissão com representantes indicados pelo governo e pelo MAB a fim de fazer um diagnóstico dos problemas gerados pela construção de barragens e debater diretrizes e critérios para uma nova política social e ambiental (*anexo 22*).

³⁴⁴, Idem.

Desde a sua origem – e agora com maior ênfase –, o MAB vem discutindo formas para consolidar uma definição legal e justa do conceito de *atingido*; institucionalizar seus direitos e criar um órgão público responsável pela política de indenizações e reassentamentos, o que se constituiria em uma “luz no fim do túnel”. A coordenação do Movimento tem consciência de que tais prerrogativas não se obtêm sem lutas sociais sólidas. Entretanto, reitera que o ponto central no que concerne à questão energética não são as tecnologias ou as fontes utilizadas, mas o modelo adotado. Na opinião de Gilberto Cervinski,³⁴⁵

não adianta ter alternativas de fontes energéticas se elas forem controladas pelas grandes empresas transnacionais. Nós defendemos a construção da soberania energética (...). As nossas hidrelétricas e os nossos rios não podem estar privatizados. O preço da luz deve ser reduzido porque é injusto o que é cobrado da população. Por outro lado, tem que resolver a dívida social deixada pela construção das hidrelétricas, indenizando as famílias que já foram atingidas. O dinheiro público deve ser investido para beneficiar a população brasileira. Pensamos também que é importante que as fontes energéticas sejam diversificadas para que tenha um menor impacto ambiental e social possível.

Em síntese, além de prosseguir com a posição contrária à construção de grandes barragens, o MAB propõe e luta em vista de que: a água e a energia estejam a serviço e sob o controle da população; seja superada a visão mercadológica em relação a elas; sejam extintos os subsídios aos grandes consumidores. Defende a institucionalização do direito da energia a toda população brasileira, bem como a criação de subsídios para as famílias de baixa renda e a isenção de pagamento às que consomem até 100 KW/mês. Sugere a busca de fontes energéticas pelos critérios de economia e sustentabilidade ambiental. Enfim, no conjunto de suas proposições, consta a democratização dos processos de planejamento, organização da produção e distribuição da energia, envolvendo a participação ativa e efetiva da população brasileira.

³⁴⁵. Entrevista concedida dia 29 de outubro de 2009.

Considerações finais

*“Não me venham com conclusões. A única conclusão é morrer”.³⁴⁶
(Fernando Pessoa, 1923)*

Não se trata aqui de arrolar conclusões, mesmo porque qualquer pretensa conclusão seria sempre circunstancial e provisória, uma vez que na vida dos indivíduos e também dos movimentos sociais, tudo é um processo em construção. A esse respeito, não há que duvidar da intuição certa do poeta, expressa na epígrafe supracitada. Mesmo assim, ao final desta abordagem cabem alguns destaques, bem como sugestões e considerações indicativas de temas relevantes que, a meu ver, mereceriam ser mais aprofundados em outros estudos, inclusive pelo próprio Movimento.

a) Ecosocialismo

A *utopia* é fundamental aos movimentos populares, uma vez que ela se constitui em energia capaz de mover seus integrantes no enfrentamento de situações adversas e na busca de alternativas viáveis. O MAB cultiva o ideal utópico de outro sistema societário, identificado com o socialismo. A propósito, tem discutido em suas várias instâncias ao longo de sua trajetória mais recente esta perspectiva. Em face disso, os militantes, sobretudo aqueles e aquelas envolvidos em coordenações, também são motivados a estudar as obras de autores clássicos e contemporâneos do socialismo, além de conhecer experiências em Cuba e outros países que adotam o regime socialista.

Embora haja reflexões significativas no tocante à dimensão ecológica, o pensamento crítico do socialismo e a temática ambiental continuam enfrentando, no interior de vários movimentos populares, a histórica dificuldade de articulação efetiva. Apesar de muitos autores e organizações sociais estarem debatendo na

³⁴⁶. O epitáfio encontra-se no túmulo do poeta, localizado no Mosteiro dos Jerônimos, em Lisboa (Portugal).

atualidade o *ecossocialismo*,³⁴⁷ o MAB nunca tratou especificamente essa questão. De igual modo, pode-se afirmar que não se vislumbra com clareza os elementos teóricos e práticos do projeto socialista defendido pelo Movimento, devido à falta de um aprofundamento maior sobre o assunto, como admitem, inclusive, membros de sua coordenação.

Frente à temática em análise, cabe ressaltar que no livro *O Capital*, Marx faz severas críticas ao sistema capitalista, responsabilizando-o por catástrofes ecológicas como o esgotamento do solo, a destruição de florestas e a poluição gerada pelas atividades industriais. Acerca disso, Michael Löwy (2005:37) afirma: “Não resta dúvida de que falta a Marx e Engels uma perspectiva ecológica de conjunto. Por outro lado, é impossível pensar em uma ecologia crítica à altura dos desafios contemporâneos sem ter em conta a crítica marxiana da economia política, o questionamento da lógica destrutiva induzida pela acumulação limitada de capital”. Adiante, diz que a questão ecológica é “o grande desafio para uma renovação do pensamento marxista no início do século XXI. Ela exige dos marxistas uma ruptura radical com a ideologia do progresso linear e com o paradigma tecnológico e econômico da civilização industrial moderna” (Löwy, 2005:38).

Ainda de acordo com o autor, o repto atual não consiste apenas em substituir formas de energias poluentes e destrutivas por outras renováveis e limpas, mas requer também e principalmente “uma profunda transformação do sistema produtivo herdado do capitalismo, assim como do sistema de transportes e do sistema de habitação”. Ele sugere a construção do ecossocialismo – com o que comungo –, o qual “implica uma radicalização da ruptura com a civilização material capitalista. Nesta perspectiva, o projeto socialista visa não apenas uma nova sociedade e um novo modo de produção, mas também um novo paradigma de civilização” (Löwy, 2005:40).

³⁴⁷. Entre os pensadores do ecossocialismo estão Michael Löwy, Rudolf Bahro, Manuel Sacristan, Raymond Williams, James O’Connor, André Gorz e outros. Este último escreveu, em 1978, o livro intitulado “Ecologia e Política” no qual questiona os princípios dogmáticos do movimento sindical e dos partidos comunistas com relação à questão ambiental. Antevendo o problema do aquecimento global, propôs que os movimentos juvenis abraçassem a causa ambiental. Outros autores passaram a discutir uma ecologia não capitalista e a criticar o que se chamou, no final dos anos 1970 e começo dos anos 1980, de *eco-capitalismo*. “Como debate político, o ecossocialismo surgiu no Brasil no início dos anos 1990. Ele se materializou de forma mais concreta numa discussão dentro do Partido dos Trabalhadores em 1991, no primeiro congresso de ecologistas do PT. Do congresso, resultou um documento chamado *Manifesto Ecossocialista*”, afirma Moyses Berndt, um dos fundadores do movimento ecossocialista no Brasil (*Entrevista concedida em 31 de janeiro de 2009, durante o 9º Fórum Social Mundial, em Belém/PA*).

Não obstante o ecossocialismo não tenha uma homogeneidade política entre seus defensores, ele representa uma tentativa original de articular a teoria do socialismo com os princípios de uma ecologia crítica. Em alguns casos, o conceito aparece como sinônimo de *ecomarxismo*, configurado como uma corrente que “entende ser necessário reconceituar categorias analíticas do marxismo de modo a dar conta da questão ambiental posta ao capitalismo na atualidade” (Montibeller-Filho, 2001:189). Os ecomarxistas elaboraram o conceito da *segunda contradição fundamental* do sistema capitalista, assentada sobre o aspecto socioambiental. Ela está intrinsecamente relacionada com a chamada *primeira contradição*, de caráter socioeconômico. Ambas se instauram com base na lógica da privatização do bônus e da socialização do ônus.

O funcionamento interno do capitalismo gera a primeira contradição, que consiste na mais-valia a partir da exploração da mão-de-obra (trabalho não pago) para produzir bens, mercadorias e serviços. A segunda contradição ocorre na medida em que o sistema de produção capitalista se apropria de recursos naturais, utiliza-os de forma ilimitada e gera impactos ambientais que são distribuídos de modo desigual na sociedade, com maiores benefícios para os mais abastados e maiores riscos, perigos e impactos para os tradicionalmente mais desfavorecidos. Trata-se, portanto, de uma relação antagônica entre capital e meio ambiente; uma apropriação destrutiva do espaço e da natureza por parte do capitalismo. Enquanto a primeira contradição – “mais-valia do trabalho” – provoca crises de superprodução, a segunda – “mais-valia natural” – desencadeia crises de custos.

Conforme a teoria de Marx, as duas fontes de onde emana toda riqueza são a terra e o trabalhador. Isso decorre do fato de que o capitalismo usufrui dessas fontes sem pagar por elas ou pagando a quem do seu valor. Os ecomarxistas argumentam que a geração de custos sociais e ambientais é inerente à lógica capitalista, dado que a produção de mercadorias e a obtenção de lucro requerem a utilização de não-mercadorias. O aumento exponencial da produção está diretamente relacionado com o estímulo ao consumo individual e desenfreado, o que desencadeia o próprio "fetichismo da mercadoria".³⁴⁸

³⁴⁸. Fetichismo da mercadoria é um “conceito da economia marxista, segundo o qual nas condições da produção mercantil, baseada na propriedade privada dos meios de produção, desenvolve-se a ilusão ou representação ideológica de que as mercadorias são dotadas de propriedades inatas, forças extra-humanas que terminam por influir no destino das pessoas. Trata-se, portanto, de algo

Diante da primeira contradição, “o agente social de mudança (de modo de produção) é o movimento do trabalhador organizado; no caso da segunda contradição, que considera a problemática ambiental, os agentes sociais de mudança são os *novos movimentos sociais* com os impedimentos que colocam à atuação do capital” (Spence *apud* Montibeller-Filho, 2001:188). Neste particular, como vimos ao longo do presente trabalho, resistências e tentativas de impedimentos aos projetos capitalistas resultam, não raro, em conflitos sociais. Frente a tais conflitos, o capital adota diferentes estratégias para neutralizá-los ou reprimi-los, como também ficou demonstrado.

b) Sociedade sustentável

No que trata do desenvolvimento sustentável, o discurso hegemônico é de que as políticas neoliberais irão conduzir-nos ao equilíbrio ecológico e à justiça social pela via do crescimento econômico guiado pelo mercado. Os ecomarxistas não admitem essa possibilidade dentro do capitalismo e entendem que o Estado – e não o mercado – deve atuar de modo precípua como o grande administrador das condições sociais e ambientais para a garantia de vida digna das presentes e futuras gerações. Ademais, advertem que para avaliar o desenvolvimento e a sustentabilidade não basta considerar o PIB como tradicionalmente é mensurado.³⁴⁹ É necessário observar o Índice de Desenvolvimento Social e Ambiental (IDSA), que leva em conta os serviços prestados pela natureza e seu conseqüente desgaste ou esgotamento, o que se convencionou denominar de “PIB Verde”.

Leonardo Boff afirma que existem três tendências dominantes na reflexão política e econômica mundial, em torno das quais se articulam possíveis saídas para a atual crise: o *neocapitalismo de cunho neokeynesiano*; o *crescimento verde*; o *ecossocialismo*. Esta última, em sua opinião, seria uma alternativa radical ao sistema capitalista. Sobre o ecossocialismo, o autor declara:

Não há que confundi-lo com o clássico socialismo que afundou com a queda do muro de Berlim e o desmantelamento da União Soviética. É um socialismo novo que critica tanto a *ecologia capitalista de mercado* quanto o *socialismo produtivista*, pois

análogo ao fetichismo religioso dos selvagens, que dizimiza os objetos por ele mesmo produzidos” (SANDRONI, Paulo. *Dicionário de Economia*. São Paulo, Ed. Bestseller, 1999: 237).

³⁴⁹. “O Produto Interno Bruto (PIB) representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (quer seja, países, estados, cidades), durante um período determinado (mês, trimestre, ano, etc.)”. Cf. http://pt.wikipedia.org/wiki/Produto_interno_bruto

ambos ignoram o equilíbrio e os limites da Terra (...). A alternativa ecossocialista quer uma produção que respeite os ritmos da natureza. Supõe uma economia fundada nos valores não monetários de justiça social e de equilíbrio ecológico, no valor de uso em vez do valor de troca, na mudança de critérios político-econômicos quantitativos para qualitativos. A democracia deve ser radicalmente social no sentido de que as decisões sejam tomadas pelo conjunto dos cidadãos e os meios de produção deverão ser socializados.³⁵⁰

De acordo com a Declaração Ecossocialista de Belém,³⁵¹ a humanidade enfrenta hoje uma escolha extrema entre o ecossocialismo ou a barbárie. O documento assevera que a “destruição ecológica, resultante da ânsia insaciável pelo lucro, não é uma característica accidental do capitalismo: está no DNA do sistema e não pode ser reprogramada”. Depois sugere que os mais pobres e oprimidos, entre os quais os indígenas, têm um papel central na revolução ecossocialista no que diz respeito à definição dos contornos da sociedade ecológica. O ecossocialismo propõe a inserção da questão ambiental no programa de orientação do socialismo, que historicamente manteve certa dicotomia entre homem e natureza.

Atualmente, existem várias iniciativas que apontam na direção de uma sociedade sustentável. Para a sua concretização, a Declaração de Belém aponta, entre outros, os seguintes desafios: a) substituição dos combustíveis fósseis e biocombustíveis por fontes energéticas limpas, com controle social; b) redução drástica do uso de caminhões e de carros particulares, substituindo-os por transporte público gratuito e eficiente; c) produção de bens sustentáveis e recicláveis; d) adoção de arquitetura verde sustentável, substituindo os atuais padrões de produção, consumo e construção baseados no lixo, na obsolescência inata, na competição e na poluição; e) defesa da soberania alimentar local, com produção e distribuição de alimentos, eliminando o agronegócio industrial poluidor, criando agro-ecossistemas sustentáveis e trabalhando ativamente para renovar a fertilidade do solo.

c) Justiça socioambiental

Este é um tema ainda não abordado de forma objetiva pelo MAB, mas que se revela central em face das múltiplas ocorrências de injustiças, violação de direitos e

³⁵⁰. Cf. http://www.franciscanos.org.br/ecologia/agua/artigos2009/pdf/ultima2_130309.pdf

³⁵¹. A Declaração foi redigida por Michael Löwy, Joel Kovel e Ian Angus, em janeiro de 2009, durante o Fórum Social Mundial, em Belém/PA. Cf. <http://www.altermundo.org/content/view/2114/175/>

impactos ambientais de que os atingidos por barragens são “vítimas” no processo de instauração dos projetos hidrelétricos. De acordo com Temístocles Marcelos,³⁵²

a justiça socioambiental é pressuposto inalienável do desenvolvimento e requer escolhas conscientes que expressem uma ruptura com o modelo vigente e a afirmação de um novo paradigma.(...) Se a opção é a construção de uma sociedade justa, social e ambientalmente, então será necessário um novo paradigma, uma nova política econômica, um novo padrão de crescimento, e uma nova política energética que priorize o povo e não as corporações e a burguesia agro-exportadora.

Mais do que um conceito teórico e abstrato, a *justiça socioambiental* se constitui em um substantivo desafio político para a sociedade civil em geral, para as instâncias de Estado e governos do mundo inteiro. Diante das desigualdades sociais que persistem e dos passivos ambientais que se acentuam, a justiça e a sustentabilidade são bandeiras de lutas fundamentais e permanentes, das quais os movimentos populares não podem se furtar de participar eficazmente. A isso remete Leonardo Boff quando afirma: “Gritam os pobres, gritam os afro-descendentes, os indígenas, e agora mais do que nunca gritam as águas, gritam as florestas, grita o planeta inteiro. Dentro da opção de defender a vida e a liberdade, temos que colocar o grande pobre que é o mais explorado e devastado: nossa Mãe Terra”.³⁵³

O MAB enfrenta diversos e profundos desafios na luta pela garantia de relações e tratamentos justos em suas demandas. Na visão do *ecologismo dos pobres*, conforme tematizado por Joan Martínez Alier, aos movimentos populares cabe, pois, a tarefa de desvelar para a sociedade os custos ecológicos e sociais dos empreendimentos capitalistas e as contradições insustentáveis que eles imprimem. E, mais do que isso, qualificar a consciência política e a participação cidadã dos pobres, articulando suas forças na consolidação de outra ordem social e ecológica. Como foi explanado, o Movimento dos Atingidos por Barragens vem trabalhando por esse viés, embora tenha condições de potencializar tal perspectiva com a articulação do debate e da luta em torno da questão da *justiça socioambiental*.

³⁵². Coordenador da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Cf. <http://www.brasildefato.com.br/vo1/agencia/analise/em-busca-deumnovoparadigma/?searchterm=etanol>

³⁵³. Afirmação feita durante o 12º Encontro de CEBs, realizado de 21 a 25 de julho de 2009, em Porto Velho/RO.

d) Identidade coletiva

A reflexão sobre a identidade – quer pessoal, quer dos grupos sociais – é crucial, recobrando aspectos que se mantêm através dos tempos e outros que se metamorfoseiam. A meu ver, a identidade do MAB passa necessariamente pela definição oficial do conceito de atingido e pelo reconhecimento legal dos direitos de todos quantos são afetados pela construção de barragens, o que é uma tarefa ingente. Como demonstrado ao longo desse trabalho, pelas circunstâncias e causas em torno das quais desenvolve sua luta, o MAB tem o DNA de um movimento socioambiental. A propósito, parece-me fundamental que se auto-reconheça e se autoproclame assim para a sociedade, sem abdicar de sua identidade sociopolítica. Desse modo, pode qualificar o debate político sobre a questão ambiental.

A propósito do assunto, vale a observação de Félix Guattari. Não obstante ele considere que os movimentos ecológicos atuais tenham muitos méritos, adverte que a “questão ecológica global é importante demais para ser deixada a algumas de suas correntes arcaizantes e folclorizantes, que às vezes optam deliberadamente por recusar todo e qualquer engajamento político em grande escala. A conotação da ecologia deveria deixar de ser vinculada à imagem de uma pequena minoria de amantes da natureza ou de especialistas diplomados” (2000:36).

Cumprir dizer também que a temática da identidade possui uma interface estreita com o elemento da memória, diante do que entendo pertinente sugerir ao MAB a criação e instalação de memoriais simbólicos e documentais em locais públicos, alusivos à história dos atingidos por barragens. Talvez fosse significativo, inclusive, um memorial em nível nacional. Tratar-se-ia do resgate da memória coletiva do que foi submerso e da memória de resistência e luta pelos direitos dos que não se deixaram submergir. A meu ver, isso contribuiria não só com a preservação das *histórias de vida* que foram submersas – razão de indescritíveis *mágoas*, como retratado em algumas poesias de militantes do MAB –, mas também com a consolidação da identidade dos atingidos e com o maior reconhecimento e apoio da sociedade a essa causa.

e) Fortalecimento da cidadania

Se, por um lado, os movimentos sociais populares se constituem como sujeitos coletivos capazes de ações transformadores; por outro, enfrentam contingências,

limitações e deficiências de diversas ordens, oriundas, por exemplo, de subordinações ao Estado e/ou ao mercado. Em relação às suas lideranças, quando não são perseguidas, muitas vezes ficam propensas a cooptações de várias maneiras, tendo como conseqüências a ascensão social, a elitização, o distanciamento das bases etc.

Os movimentos populares também se defrontam com a necessidade de superar fragmentações internas, corporativismos, espontaneismos e dogmatismos com o objetivo de fortalecer a cidadania plena. Nos últimos anos, “várias lutas sociais se institucionalizam rapidamente, novos conflitos sociais eclodem, abrangendo temáticas que vão da biodiversidade, do biopoder, de lutas e demandas étnicas (alguns autores chegam a separar o termo movimento social de movimento indígena) às lutas religiosas de diferentes seitas e crenças” (Gohn, 2008:42-43).

O fortalecimento da cidadania dos atingidos por barragens é um dos objetivos principais do MAB, como procurei descrever neste estudo. Para ampliar suas conquistas ante o aumento do número de pessoas afetadas de modo negativo pela multiplicação de hidrelétricas, o Movimento necessita cada vez mais estabelecer parcerias e construir redes de ação. Precisa seguir aglutinando forças e apoio da sociedade, bem como avançar na articulação orgânica com outros movimentos e organizações sociais. Para esse propósito, entre os múltiplos recursos, considero de fundamental importância que o MAB aproveite mais e melhor o *site* que dispõe. A execução de lutas coletivas se constitui em estratégia imprescindível para a obtenção de direitos e a construção de um Projeto Popular para o Brasil, como defende o próprio Movimento.

A formação permanente das coordenações e do conjunto dos militantes é fundamental para possibilitar o “reascenso de massas” – expressão utilizada por integrantes do MAB em referência à intensificação das lutas sociais com a participação massiva da população – e fortalecer a democracia direta. A capacitação em torno de temáticas políticas, sociais, econômicas, ecológicas, humanas etc. deverá também contribuir para que os integrantes do Movimento possam analisar criticamente a realidade, identificar os chamados “inimigos de classe”, robustecer os processos organizativos e consolidar a cidadania.

A busca de formação técnica e científica sobre diferentes áreas do conhecimento já vem sendo estimulada, especialmente aos jovens atingidos por barragens. O Movimento vem pleiteando e obtendo vagas em diversos cursos acadêmicos, o que confere importância à *sociologia das emergências* (Santos, 2008) identificada com o

saber popular que emerge das lutas de resistência. Outras oportunidades se abrem em novos espaços, como é o caso recente da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS),³⁵⁴ criada após alguns anos de luta desenvolvida por movimentos populares – entre os quais o MAB –, pastorais sociais, lideranças políticas, sindicais e outros.

No amplo campo de ações possíveis em vista do fortalecimento da cidadania e da democracia, julgo pertinente e relevante as propostas do MAB de reestatização do setor elétrico e de busca do controle popular sobre o mesmo. Entretanto, uma vez apresentada de modo sumário, a iniciativa pode não implicar significativas mudanças, a considerar inclusive o próprio aparelhamento do Estado pelo setor privado mediante a lógica do capital. Entendo, pois, ser necessário, oportuno e urgente ao Movimento discutir e propor um detalhamento desse processo. Fazendo parte de um conjunto de proposições e lutas, creio que seria de grande impacto democrático pleitear a realização de concursos públicos para todos os escalões do quadro de gestão das hidrelétricas e de outras fontes de energia uma vez estatizadas. A par disso, também considero importante a constituição de Comitês Populares com a finalidade de controlar e avaliar sistematicamente o exercício destes gestores.

f) Relevância do MAB

O Movimento contribui para transformar subordinações e heranças reprimidas em resistências ativas e coletivas. Desse modo, capacita os subalternos para o exercício da cidadania política e ecológica, constituindo-se em espaço dos que são expulsos de seu espaço; voz dos destituídos de sua voz; sobrenome dos que aprenderam a lutar; grito dos que se vêem obrigados a gritar. E gritam desde o campo das desordens geradas em nome do progresso. Em similitude com o MST que brada para todo mundo ouvir que “a ordem é ninguém passar fome; progresso é o povo feliz”, o MAB faz ressoar a concepção de que “água e energia não são mercadorias; água e energia são pra soberania”!

Face às convicções expressas pelo MAB em seus *slogans*, campanhas e lutas, sempre na defesa dos mais prejudicados com a construção de hidrelétricas e com a utilização da energia, o Movimento se habilita a avançar nesse processo. Conexa à campanha pela redução da tarifa da energia – sob a alegação de que ela é um *roubo* das empresas privadas às classes populares – o MAB poderia desencadear

³⁵⁴. A Universidade Federal da Fronteira Sul foi criada oficialmente em setembro de 2009 com cinco campi, abrangendo três Estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

campanhas com vistas à redução do consumo de energia. O êxito dessa iniciativa representaria a necessidade de um menor número de barragens, com a correspondente diminuição de impactos sociais e ambientais, entre os quais a contenção da emissão de gás carbônico e metano.

Ao longo desse estudo pude corroborar minha hipótese, averiguando que o Movimento representa uma ferramenta de efetiva eficácia no que concerne à constituição de uma identidade de resistência dos atingidos. Por tal meio, esses sujeitos dão amplitude a seus protestos; constituem-se como um coletivo reconhecido social e politicamente; organizam a consciência em torno de seus direitos; conseguem obter pleitos significativos como indenizações e reassentamentos considerados juntos, bem como outras políticas públicas por eles demandadas.

Acresce afirmar que quanto mais o Movimento está organizado, tanto mais faz a diferença. Em vários casos, face à capacidade de organização e resistência dos atingidos, até foi possível impedir a construção de barragens. Noutros lugares, em virtude da atuação do MAB, houve dilatação de prazos das obras, facilitando com isso as negociações entre a população e as empresas construtoras. Em atenção à emergência, trajetória e relevância dos movimentos sociais, Maria Gohn (1997:19-20) explica que eles

são fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais. Colocam atores específicos sob as luzes da ribalta em períodos determinados. Com as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política, eles se transformam. Como uma galáxia espacial, são estrelas que se acendem enquanto outras estão se apagando, depois de brilhar por muito tempo. São objetos de estudo permanente. Enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos.

O modo de produção, de distribuição, de consumo e a irresponsabilidade com o pós-consumo estão pondo a humanidade e o planeta em grave risco. A questão é séria demais para ficar apenas nas mãos dos ambientalistas. Diante da situação de devastação ambiental em que nos encontramos, não bastam soluções provincianas, localizadas e paliativas. É fundamental construir alternativas ao modelo capitalista de desenvolvimento, cumulativo e predatório. A água e a energia existem para o bem comum da sociedade e não é justo que sirva como fonte de exploração e de lucro de alguns à custa do sacrifício de muitos.

Por fim, vale ressaltar que a água e a energia precisam estar a serviço da vida e não da morte. Cumpre mencionar também que a humanidade nunca se uniu na sua

totalidade em torno de uma causa comum. Agora tem um motivo urgente, que é a luta pela preservação da vida e da integridade da criação. Tal desafio é planetário e requer necessariamente o exercício da precaução, da ética, do cuidado, da justiça e da lucidez. É hora de agir para salvar a *Casa Comum*. Se nada fizermos hoje, amanhã poderá ser tarde demais!

Nesta linha de preocupações, de 7 a 18 de dezembro de 2009 foi realizada em Copenhague, na Dinamarca, a *Cúpula sobre o Clima* com o objetivo de definir um novo pacto mundial na luta contra o aquecimento global. O evento demonstrou a complexidade da temática e as divergências profundas existentes entre os governantes e especialistas no assunto ante a difícil tarefa de equacionar o crescimento econômico com a salvaguarda do meio ambiente. Como afirma o professor José Eli da Veiga,³⁵⁵ “mesmo em economias de altíssima ecoeficiência, por exemplo com a redução maciça no uso de combustíveis fósseis na geração de energia, podemos ver que, em termos absolutos, com o crescimento econômico, as emissões aumentam”.

Em tal contexto, seguem válidas, oportunas e instigantes as palavras proferidas há quatro décadas por Martin Luther King, em discurso sobre a justiça social.³⁵⁶

O progresso humano não é automático nem inevitável. Somos atualmente confrontados com o fato de o amanhã ser hoje, e colocados perante a urgência cruel do agora. Neste enigma da vida e da história é possível ser demasiado tarde... Podemos gritar desesperadamente para que o tempo pare, mas o tempo ensurdece a cada súplica e continua a passar rapidamente. Sobre as ossadas descoradas e a mistura de restos de numerosas civilizações está escrita uma expressão patética: Demasiado tarde.

Ao cabo deste trabalho, afirmo que o MAB deixa transparecer uma utopia – entendida como *inédito viável*³⁵⁷ e luta pela sua concretização – a qual está para além dos “muros” e das “muralhas”. Para além das divisões, dos conflitos e das imposições,

³⁵⁵. Cf. *Jornal Folha de S. Paulo*, 8 de dezembro de 2009, B 10.

³⁵⁶. Texto inserido no *Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008*, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Disponível no site: http://hdr.undp.org/en/media/HDR_20072008_Summary_Portuguese.pdf

³⁵⁷. O conceito *inédito viável* foi cunhado por Paulo Freire e utilizado pela primeira vez em sua obra intitulada “Pedagogia do oprimido”. De acordo com Ana Maria Araújo Freire, “o ‘inédito viável’ é na realidade, pois, uma coisa que era inédita, ainda não claramente conhecida e vivida, mas quando se torna um ‘percebido destacado’ pelos que pensam utopicamente, o problema não é mais um sonho, ele pode se tornar realidade. (...) O ‘inédito viável’ é, pois, uma categoria que encerra nela mesma toda uma crença no sonho e na possibilidade da utopia. Na transformação das pessoas e do mundo. É, portanto, tarefa de todos e todas” (Streck et al., 2008:233-234).

o Movimento demonstra querer um novo sistema onde o *vermelho* (representando as lutas por justiça e igualdade social) e o *verde* (sinal das lutas pela preservação do meio ambiente) possam se conjugar. A ousadia é de que um dia haja um novo paradigma de civilização e uma sociedade sustentável como resultado de uma nova racionalidade. Ocorre que faz “escuro” para muitos e não basta pretender uma “luz no fim do túnel” para uns poucos, senão buscar “luz em todo o túnel” e para todos!!!

BIBLIOGRAFIA

- ◆ ABERLE, David. *Peyote religion among the Navabo*. Chicago: Aldine, 1966.
- ◆ ABONG. *ONGs, identidade e desafios atuais*. Campinas: Autores Associados, maio de 2000 (Cadernos Abong, 27).
- ◆ ACSELRAD, Henri (org.). *Meio ambiente e democracia*. Rio de Janeiro: IBASE, 1992.
- ◆ ALIER, Joan Martínez. *De la economía ecológica al ecologismo popular*. Barcelona: Icaria Editorial, 1994.
- ◆ ----- . *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. Tradução de Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.
- ◆ ALMEIDA Jr., J. M. de. Educação como instrumento de transformação. In: *INEP. Desenvolvimento e Educação Ambiental*. Brasília, INEP, 1992.
- ◆ ALMEIDA, M. A. & SORJ, B. *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ◆ ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. In: *Revista Lua Nova*, São Paulo, nº 76, 2009, pp. 49-86.
- ◆ ALTVATER, Elmar. *O preço da riqueza*. Trad. Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Unesp, 1996.
- ◆ AMARO, Roque. Opções, estratégias e atores de desenvolvimento em confronto no caso Foz Côa. In: GONÇALVES, Maria (Coord.). *O caso de Foz Côa: um laboratório de análise sócio-política*. Lisboa: Edições 70, 2001.
- ◆ ANAB - Associação Nacional dos Atingidos por Barragens. *Energia, desenvolvimento e soberania – Cartilha análises e debates*. Núcleo Bandeirante – DF: Fox Press Formulários Contínuos e Editora Ltda., 2007.
- ◆ ARAGÃO, Maria A. de Sousa. *O Princípio do Poluidor Pagador – Pedra angular da política comunitária do ambiente*. Coimbra: Coimbra Editora, 1997.
- ◆ ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ◆ ARROYO, Miguel G. Pedagogias em movimento: O que temos a aprender dos Movimentos Sociais? *Currículo sem Fronteiras*, v. 3, n. 1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003. In: www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/arroyo.pdf

- ◆ AURENCHE, Guy. *A atualidade dos direitos humanos*. São Paulo: Loyola, 1984.
- ◆ BARBIERI, José Carlos. *Desenvolvimento e Meio Ambiente – as estratégias de mudanças da Agenda 21*. 5ª ed., Petrópolis: Vozes, 2002.
- ◆ BAUDRILLARD, J. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- ◆ BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ◆ -----, *Modernidade líquida*. Tradução de Plínio Dentzein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- ◆ -----, *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- ◆ BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Paidós, 1998.
- ◆ -----, *O que é globalização. Equívocos do globalismo. Respostas à globalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- ◆ BETTO, Frei. *A mosca azul – reflexões sobre o poder*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006
- ◆ BINSWANGER, Hans Christoph. Fazendo a sustentabilidade funcionar. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. 4ª ed., São Paulo, Cortez/Fundação Joaquim Nabuco, 2002.
- ◆ BLAUTH, P. *Rotulagem ambiental e consciência ecológica*. Debates Socioambientais. São Paulo, 2(5): 10-12, 1996/97.
- ◆ BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- ◆ BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- ◆ -----, *Do iceberg à Arca de Noé – o nascimento de uma ética planetária*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- ◆ -----, *Ethos Mundial: um consenso mínimo entre os humanos*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- ◆ -----, *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
- ◆ -----, *Ecologia, mundialização, espiritualidade*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- ◆ BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ◆ -----, *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz, 10ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

- ◆ BUHL, Kathrin e KAROL, Cláudia (orgs.). *Criminalização dos protestos e movimentos sociais*. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburgo Stiftung e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2008.
- ◆ BURSZTYN, Marcel (org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- ◆ BUTTEL, Frederick. Sociologia ambiental, qualidade ambiental e qualidade de vida: algumas observações teóricas. In: HERCULANO, S. et al. (orgs.). *Qualidade de vida e riscos ambientais*. Niterói: EDUFF, 2000.
- ◆ CADERNOS ABONG. Publicação bimestral da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, São Paulo.
- ◆ CAMOLESI, Ada Bragion. *Metodologia de intervenção socioambiental: a consolidação de interfaces na perspectiva do desenvolvimento sustentável*. Tese de Doutorado em Serviço Social, PUC/SP, 2004.
- ◆ CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- ◆ CAPRA, Fritjof. *A teia da vida – uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. Tradução de Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.
- ◆ ----- . *A Ciência de Leonardo da Vinci – Um mergulho profundo na mente do grande gênio da Renascença*. Tradução de Bruno Costa. São Paulo: Editora Cultrix, 2008.
- ◆ CAPRILES, René e CHAYB, Lúcia. Josué de Castro e a ecologia da fome. In: *Revista Eco 21*. Edição 141, Agosto/2008.
- ◆ CARVALHO, Isabel Cristina Moura. Educação, meio ambiente e ação política. In: ACSELRAD, Henri (org.). *Meio ambiente e democracia*. Rio de Janeiro: IBASE, 1992.
- ◆ ----- . *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2004.
- ◆ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 8ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- ◆ CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução de Alexandra Lemos e Rita Espanha, Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

- ◆ CAVALCANTI, Clóvis (org.). *Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.
- ◆ CIAMPA, Antônio. *A história de Severino e a história de Severina*. Petrópolis, Vozes, 1986.
- ◆ CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- ◆ COIMBRA, José de Ávila Aguiar. *O outro lado do meio ambiente: uma incursão humanista na questão ambiental*. Campinas: Millennium, 2002.
- ◆ COLBORN, T; DUMANOSKI, D; MYERS, J. P. *O futuro roubado*. Porto Alegre: L&PM, 1996.
- ◆ COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. *Barragens e Desenvolvimento - Um Novo Modelo para Tomada de Decisões*. Tradução de Carlos Afonso Malferrari, 2000. Disponível em <http://www.dams.org/>
- ◆ COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos Direitos Humanos*. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.
- ◆ CUT (Central Única dos Trabalhadores) e CRAB (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens). *Terra Sim, Barragens Não – 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens*. Rio de Janeiro: CEDI/IPPUR, 1989.
- ◆ DAGNINO, Evelina (org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- ◆ DALLARI, Dalmo A. *Direitos Humanos e Cidadania*. São Paulo: Moderna, 1998.
- ◆ DALY, Herman & FARLEY, Joshua. *Economia Ecológica – princípios e aplicações*. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.
- ◆ DAVIS, Mike. *Planeta favela*. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ◆ DE CAMPO, Ginez Leopoldo Rodrigues. Globalização e trabalho na sociedade de risco: ameaças contemporâneas, resistências local-globais e a ação política de enfrentamento. In: *Revista Teoria e Evidência Econômica*. Passo Fundo, v. 14, n. 26, maio de 2006.
- ◆ DEMO, Pedro. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas: Autores Associados, 1995.
- ◆ DIAS, Eurípedes da Cunha. Arqueologia dos movimentos sociais. In: GOHN, Maria da Glória. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2003.

- ◆ DIAS, Genebaldo Freire. *Pegada ecológica e sustentabilidade humana*. São Paulo: Gaia, 2002.
- ◆ DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão*. Trad. Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen, Lúcia M. E. Orth. Petrópolis: Vozes, 2002.
- ◆ ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. *Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis, Vozes, 2000.
- ◆ EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos movimentos sociais. *Novos Estudos*. CEBRAP, São Paulo, vol. 2, nº 4, 1984.
- ◆ FALK, Richard. *On human governance: Toward a new global politics*. University Park, Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1995.
- ◆ FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. *Barragens – questão ambiental e luta pela terra*. Rio de Janeiro, Revista *Proposta*, nº 46, setembro de 1990.
- ◆ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 5ª ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1997.
- ◆ FERNANDES, Florestan. *Em busca do socialismo – últimos escritos & outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995.
- ◆ FOLADORI, Guillermo. *Limites do desenvolvimento sustentável*. Campinas: Editora Unicamp, 2001.
- ◆ FORÚM DE ONGs BRASILEIRAS. *Meio Ambiente e Desenvolvimento: Uma visão das ONGs e dos Movimentos Sociais Brasileiros*. Rio de Janeiro: Fase, 1992.
- ◆ Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o meio ambiente e desenvolvimento. *Brasil século XXI: os caminhos da sustentabilidade cinco anos depois da RIO-92*. Rio de Janeiro: FASE, 1997.
- ◆ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 23ª ed., organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.
- ◆ FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- ◆ GENTILI, Pablo (org.). *Globalização excludente – desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis: Vozes/Clacso, 1999.
- ◆ GERVEREAU, Laurent. *Ver, compreender, analisar as imagens*. Lisboa: Edições 70, 2007.

- ◆ GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: Giddens, A.; Beck, U. e Lasch, Scott. *Modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.
- ◆ GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp Editora, 1997.
- ◆ GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrole*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- ◆ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*, São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- ◆ ----- . *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. 3ª edição, São Paulo: Cortez, 2003.
- ◆ ----- . *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania*. São Paulo: Loyola, 2003.
- ◆ ----- (org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- ◆ ----- . *Novas teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 2008.
- ◆ GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. 4ª ed., São Paulo: Contexto, 1993.
- ◆ GOULD, Kenneth A. Classe social, justiça ambiental e conflito político. In: ACSELRAD, Henri e outros (org.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004.
- ◆ GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt, 10ª ed., Campinas: Papirus, 2000.
- ◆ GUIVANT, Julia S. A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, ANPOCS*. nº 46, 2º semestre de 1998.
- ◆ ----- . Reflexividade na sociedade de risco: os agrotóxicos nos alimentos. In: HERCULANO, Selene (org.). *Qualidade de vida e riscos ambientais*. Niterói: Editora da UFF, 2000.
- ◆ ----- . A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. *Estudos Sociedade e Agricultura*. n. 16, p. 95 – 112, 2001.
- ◆ HAAVELMO, Trygve & HANSEN, Stein. *On the strategy of tryin to reduce economic enequality bi expanding the scale of human activity*. UNESCO,

Environmentally sustainable economic development: Building on Brundtland. Paris: UNESCO, 1991.

- ◆ HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. In: *La inclusion del outro. Estudos de la teoría política*. Barcelona: Paidós, 1999.
- ◆ HANNIGAN, John. *Sociologia ambiental. A formação de uma perspectiva social*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- ◆ HARVEY, David. *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- ◆ HERCULANO, S.; PACHECO, T. (org.). *Racismo Ambiental – I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental*. Rio de Janeiro: Fase, 2006.
- ◆ HESPANHA, Pedro. Mal-estar e risco social num mundo globalizado: Novos problemas e novos desafios para a teoria social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *A globalização e as Ciências Sociais*. 3^a ed., São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- ◆ HOGAN, Daniel Joseph; VIEIRA, Paulo Freire (org.). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. 2^a ed., Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- ◆ HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- ◆ JACOBI, Pedro. Conflito ambiental urbano. In: *Conflitos sociais e meio ambiente - desafios políticos e conceituais*. Rio de Janeiro: Ibase, 1995.
- ◆ KRAYCHETE, Gabriel et al. (org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina: Salvador: Cese: UCSAL, 2000.
- ◆ LACERDA, Antônio Corrêa de. *O impacto da globalização na economia brasileira*. São Paulo: Contexto, 1998.
- ◆ LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos. Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ◆ LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. *Sociologia geral*. São Paulo: Atlas, 1999.
- ◆ LAYRARGUES, Philippe Pomier. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. LOUREIRO, Carlos

F.; LAYRARGUES, Philippe Pomier; DE CASTRO, Ronaldo Souza (orgs.). 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2005.

- ◆ LEFF, Enrique. *Saber ambiental – sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2001.
- ◆ LEFF, Enrique (Coord.) *A complexidade ambiental*. Trad. de Eliete Wolff, São Paulo: Cortez, 2003.
- ◆ LEIS, Héctor Ricardo. *A modernidade insustentável – as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Petrópolis: Vozes – Florianópolis: UFSC, 1999.
- ◆ LENZI, Cristiano Luis. *Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade*. Bauru: Edusc, 2006.
- ◆ LESBAUPIN, Ivo (org.). *Igreja, Movimentos Populares, Política no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1983.
- ◆ LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, C. F., LAYRARGUES, P. P., CASTRO, R. S. (orgs.). *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2005.
- ◆ LÖWY, Michael e BENSÄID, Daniel. *Marxismo, modernidade e utopia*. Trad. Alessandra Ceregatti, Elisabete Burigo e João Machado. São Paulo: Xamã, 2000.
- ◆ LÖWY, Michael. *Ecologia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2005.
- ◆ ----- . Vermelho e verde: a perspectiva eco-socialista. *Revista Transform*. Lisboa, nº 2, 2008, p. 102-110.
- ◆ MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens. *Manual do atingido*. Coord.: Carlos Vainer e Flávia Braga Vieira. Rio de Janeiro: ETTERN/IPPUR/UFRJ, 2005.
- ◆ ----- . *Músicas & Poesias, 2008*.
- ◆ ----- . *A luta dos atingidos por barragens contra as transnacionais, pelos direitos e por soberania energética*. São Paulo: MDA Comunicação Integrada, 2008.
- ◆ ----- . *Hidrelétricas no rio Madeira: energia para quem e para quem?* Cartilha de estudo, 2ª ed. Porto Velho/RO: MDA Comunicação Integrada Ltda., 2008.
- ◆ ----- . O modelo de energia elétrica no Brasil e as grandes empresas brasileiras. In: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.

Direitos Humanos no Brasil 2009 – Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, 2009.

- ◆ MANCE, Euclides André. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ◆ MARQUES NETO, Agostinho R. Neoliberalismo: o declínio do direito. In: *Direitos humanos e globalização: fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004.
- ◆ MARSHALL, Theodor H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- ◆ MARTELL, L. *Ecology and Society: an introduction*. Cambridge, Polity Press, 1994.
- ◆ MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- ◆ MARX, Karl. *O Capital – crítica da economia política*. Vol. 1, Livro Primeiro, 2ª ed., São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- ◆ ----- . *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. Tradução de Silvio Donizete Chagas, 2ª ed., São Paulo: Centauro Editora, 2000.
- ◆ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Tradução do Manifesto de Álvaro Pina, 5ª reimpressão, São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- ◆ McCORMICK, John. *Rumo ao paraíso. A história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.
- ◆ MCCULLY, P. *Ríos silenciados. Ecología y política de las grandes represas*. Argentina: Proteger Ediciones, 2004.
- ◆ MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Tradução de Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis: Vozes, 2001.
- ◆ MIES, Maria e SHIVA, Vandana. *Ecofeminismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.
- ◆ MIREN, Fernando. *La revolución que nadie soñó o lo otra pós modernidad*. Caracas, Nueva Sociedad, 1996.
- ◆ MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. *O mito do desenvolvimento sustentável – meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.
- ◆ MOORE Jr., Barrington. *Injustiças: as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- ◆ MORAES, Maria Stela. Energia e desenvolvimento: O sonoro “não” dos atingidos por barragens. In: ACSELRAD, Henri (org.). *Meio ambiente e democracia*. Rio de Janeiro: IBASE, 1992.
- ◆ MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Trad. Edgar de Assis Carvalho. São Paulo: Unesco/Cortez, 2000.
- ◆ ----- . *A religação dos saberes: o desafio do século XXI*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2002.
- ◆ ----- . *O método 6: ética*. Tradução Juremir Machado da Silva. 3ª ed., Porto Alegre: Sulina, 2007.
- ◆ MO SUNG, Jung. *Sujeitos e sociedades complexas – para repensar os horizontes utópicos*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- ◆ MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1989.
- ◆ MOURA, Marlene Castro Ossani de. *Ecologia e espiritualidade – os gritos da mãe terra*. UCG, 2007.
- ◆ NALINI, José Renato. *Ética ambiental*. 2ª ed., Campinas: Millennium Editora Ltda., 2003.
- ◆ NEGRI, Antonio e COCCO, Giuseppe. *Global: biopoder e luta em uma América Latina globalizada*. São Paulo: Record, 2005.
- ◆ NOAL, Fernando Oliveira e BARCELOS, Valdo Hermes de Lima (orgs.). *Educação ambiental e cidadania: cenários brasileiros*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- ◆ NOBRE, Marcos & AMAZONAS, Maurício (orgs.). *Desenvolvimento sustentável. A institucionalização de um conceito*. Brasília: Ed. Ibama, 2002.
- ◆ O’ CONNOR, James. La segunda contradicción del capitalismo: sus causas e consecuencias. *El cielo por asalto*. Buenos Aires: otoño, 1991.
- ◆ PEREIRA, António Garcia et al. *Globalizações: novos rumos no mundo do trabalho*. Florianópolis; Ed. da UFSC, Socius, 2001.
- ◆ PERUZZO, Cicília Maria Krohling. *Comunicação nos movimentos populares – A participação na construção da cidadania*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- ◆ PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi. *História da cidadania*. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2003.
- ◆ PORTILHO, Fátima. *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2005.
- ◆ PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *O Desafio ambiental - Os porquês da desordem ambiental?* Rio de Janeiro: Record, 2004.

- ◆ PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Saúde Pública e (in)justiça ambiental no Brasil. In: ACSELRAD, Henri e outros (org.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004.
- ◆ RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- ◆ RATTNER, Henrique. Desenvolvimento sustentável: tendências e perspectivas. In: MAGALHÃES, L. E. de (coord.). *A questão ambiental*. São Paulo: Terragraph, 1994.
- ◆ RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Lisboa: Editorial Presença, 1993.
- ◆ RIBEIRO, Edaléa Maria. *Movimentos sociais em tempos de democracia e globalização em Santa Catarina: os anos 90*. Tese de Doutorado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.
- ◆ RODRIGUES, E. *Os movimentos sociais e o associativismo ambientalista em Portugal*. Coimbra: Oficina do Centro de Estudos Sociais – CES, nº 60, 1995.
- ◆ ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ/ Contraponto, 2001.
- ◆ SACHS, Ignacy. *Stratégies de l'ecodéveloppement*. Paris: Ouvrières, 1980.
- ◆ ----- . *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.
- ◆ ----- . *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- ◆ ----- . *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- ◆ SACHS, Wolfgang. *Dicionário do desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ◆ SADER, Emir. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- ◆ SANDRONI, Paulo. *Dicionário de Economia*. São Paulo: Ed. Bestseller, 1999.
- ◆ SANTIAGO, Tilden e VILELA, René. Políticas públicas para o meio ambiente: contribuição à reflexão. In: BEOZZO, José Oscar (org.). *Ecologia: cuidar da vida e da integridade da criação*. Curso de Verão: ano XX, São Paulo: CESEP/Paulus, 2006.
- ◆ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

- ◆ ----- (org.). *Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- ◆ ----- (org.). *Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- ◆ ----- (org.). *A globalização e as ciências sociais*. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2005.
- ◆ ----- . *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2008.
- ◆ SANTOS, Geraldo Mendes dos. *Pesca e ictiofauna no Rio Madeira*. In: SWITKES, Glenn (org.). *Águas turvas – alertas sobre as conseqüências de barrar o maior afluente do Amazonas*. Editora: Patrícia Bonilha. São Paulo: International Rivers, 2008.
- ◆ SANTOS, Milton. Os conceitos da globalização. In: SANTOS, Milton et alii. (org.). *O novo mapa do mundo – fim século e globalização*. 4ª ed., São Paulo: Hucitec-Anpur, 2002.
- ◆ SCHERER-WARREN, I & KRISCHKE, P. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ◆ SCHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos sociais*. 2ª ed., São Paulo: Loyola, 1996.
- ◆ ----- . *Cidadania sem fronteiras. Ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- ◆ SCHERER-WARREN, I.; Leis, Héctor R; Viola, Eduardo J; Guivant, Júlia S; Vieira, Paulo Freire; Krischke, Paulo J. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. 3ª ed., São Paulo/Florianópolis: Cortez/Edufsc, 2002.
- ◆ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- ◆ SCOTTO, G.; CARVALHO, C. M.; GUIMARÃES, B. L. *Desenvolvimento sustentável*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- ◆ SEVÁ FILHO, Arsênio Oswaldo, WALDMAN, Maurício et al.. *Hidrelétricas, ecologia e progresso: contribuições para um debate*. Rio de Janeiro: CEDI, 1990.
- ◆ SEVÁ FILHO, Arsênio Oswaldo. Estranhas Catedrais. Notas sobre o capital hidrelétrico, a natureza e a sociedade. *Revista Ciência e Cultura*, SBPC, vol. 60, nº 3, julho-setembro de 2008.

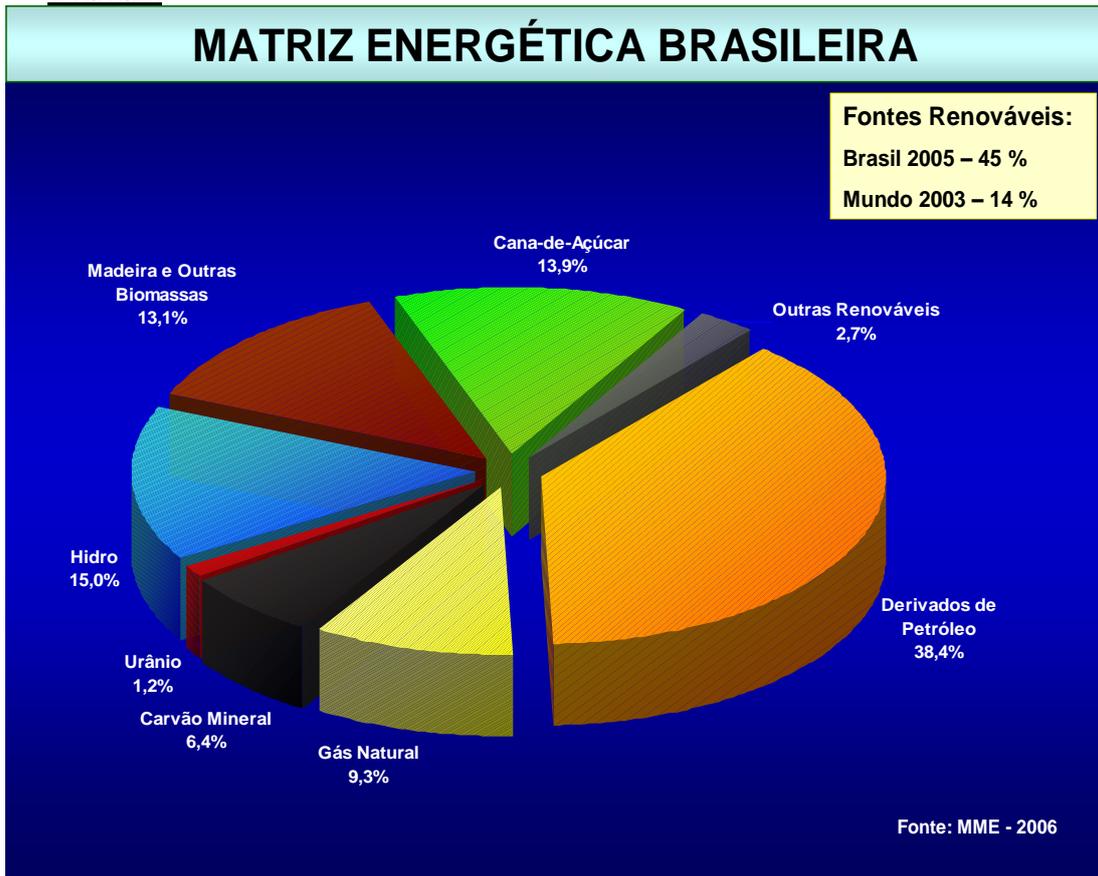
- ◆ SILVA, Alexandra Martins. *Mulheres em Movimento: luta e resistência contra barragens*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007.
- ◆ SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1999.
- ◆ ----- . *Uma utopia militante – repensando o socialismo*. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1999.
- ◆ SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo (org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.
- ◆ SOUZA, Herbert de. *Ecologia e democracia: duas vertentes questionam o desenvolvimento*. In: ACSELRAD, Henri (org.). *Meio ambiente e democracia*. Rio de Janeiro: IBASE, 1992.
- ◆ SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *A geopolítica do desenvolvimento sustentável: panorama mundial. O planeta e as metáforas*. In: Sociedade de Teologia e Ciência da Religião - SOTER (org.). *Sustentabilidade da vida e espiritualidade*. São Paulo: Paulinas, 2008.
- ◆ SOUZA, Ricardo Timm de. *Ética como fundamento - Uma introdução à Ética contemporânea*. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004.
- ◆ STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- ◆ SUNG, Jung Mo. *Deus numa economia sem coração – pobreza e neoliberalismo: um desafio à evangelização*. 2ª ed., São Paulo: Paulus, 1992.
- ◆ SWITKES, Glenn (org.). *Águas turvas – alertas sobre as conseqüências de barrar o maior afluente do Amazonas*. Editora: Patrícia Bonilha. São Paulo: International Rivers, 2008.
- ◆ TELLES, Vera S. e CABANES, R. (orgs.). *Nas tramas da cidade – trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas, 2006.
- ◆ TORO, José Bernardo e WERNECK, Nísia M. D. F. *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- ◆ TOURAINE, Alain. *Palavra e sangue*. Campinas: Ed. Unicamp, 1989.
- ◆ ----- . *Poderemos viver juntos? – iguais e diferentes*. Tradução: Jaime A. Clasen e Ephraim F. Alves, Petrópolis: Vozes, 1998.

- ◆ TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Direitos humanos e meio-ambiente: paralelo dos sistemas de proteção internacional*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1993.
- ◆ TRINDADE, Sérgio C. *Agenda 21: Estratégia de desenvolvimento sustentável apoiada em processos de decisão participativa*. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.) *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. 4ª ed., São Paulo, Cortez/Fundação Joaquim Nabuco, 2002.
- ◆ UCZAI, Pedro (org.). *Inevitável mundo novo – A relação entre energias renováveis, produção de alimentos e o futuro do planeta*. Chapecó: Editora Palotti, 2009.
- ◆ VAINER, Carlos e ARAUJO, Frederico Guilherme B. de. *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.
- ◆ VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios - catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ◆ VEIGA, José Eli da. *A emergência socioambiental*. São Paulo: Editora Senac, 2007
- ◆ -----, *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- ◆ -----, *Mundo em transe - do aquecimento global ao ecodesenvolvimento*. Campinas: Editora Autores Associados, 2009.
- ◆ VIANNA, Aurélio. *Etnia e território: os poloneses de Carlos Gomes e a luta contra as barragens*. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.
- ◆ VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (orgs.). *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- ◆ VIEIRA, Liszt. *Sociedade Civil e Espaço Global*. In: Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Seade, vol. 10, nº 04, outubro-dezembro/1996.
- ◆ -----, *Os argonautas da cidadania. A sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- ◆ -----, *Cidadania e globalização*. 8ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2005.
- ◆ VIEIRA, Paulo Freire e MAIMON, Dália (orgs.). *As Ciências Sociais e a Questão Ambiental: Rumo à interdisciplinaridade*. Belém: APED/UFPA, 1993.
- ◆ VV.AA. *Meio Ambiente e cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. 3ª ed., São Paulo: Cortez; Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

- ◆ WANDERLEY, Luiz Eduardo W.. Os sujeitos sociais em questão. *Serviço Social & Sociedade*, Ano XIII, 40, São Paulo: Cortez Editora, Dez./1992.
- ◆ ----- . Globalização e justiça social: desafio às religiões. In: SANCHEZ, Wagner Lopes (coord.). *Cristianismo na América Latina e no Caribe: trajetórias, diagnósticos, prospectivas*. São Paulo: Paulinas, 2003.
- ◆ ----- . Movimentos sociais populares: aspectos econômicos, sociais e políticos. In: BERNARDO, Teresinha e RESENDE Paulo-Edgar Almeida (orgs.). *Ciências Sociais na atualidade: Movimentos*. São Paulo: Paulus, 2005.
- ◆ ----- . *Democracia e Igreja Popular*. São Paulo: EDUC, 2007.
- ◆ ZHOURI, André; LASCHEKSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice (orgs.). *A insustentável leveza da política ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

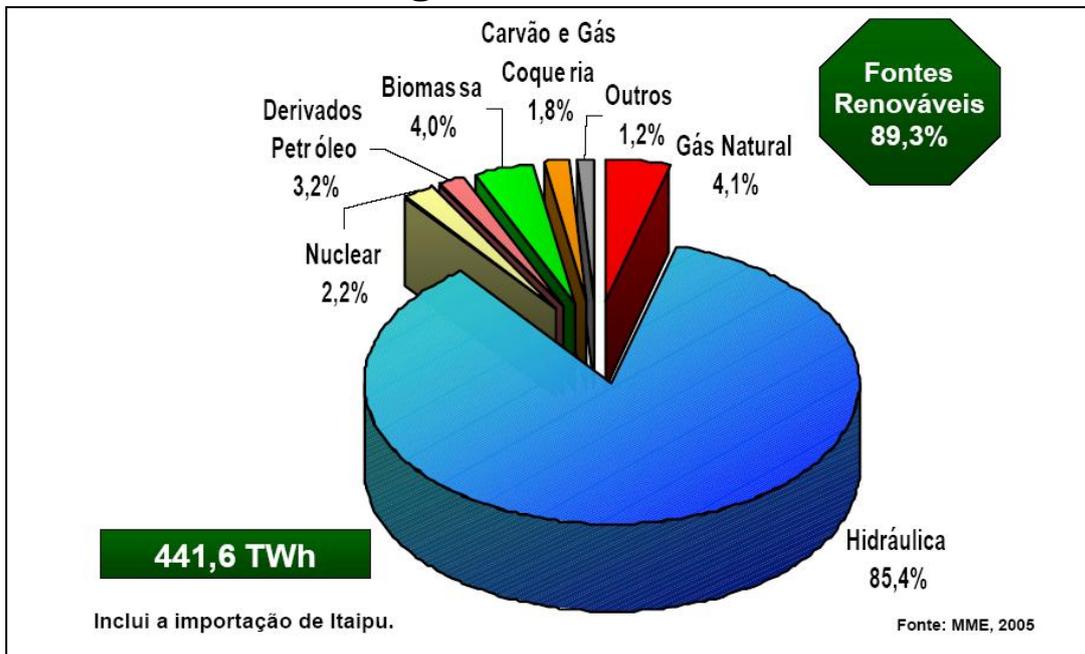
ANEXOS

Anexo 1:



Anexo 2:

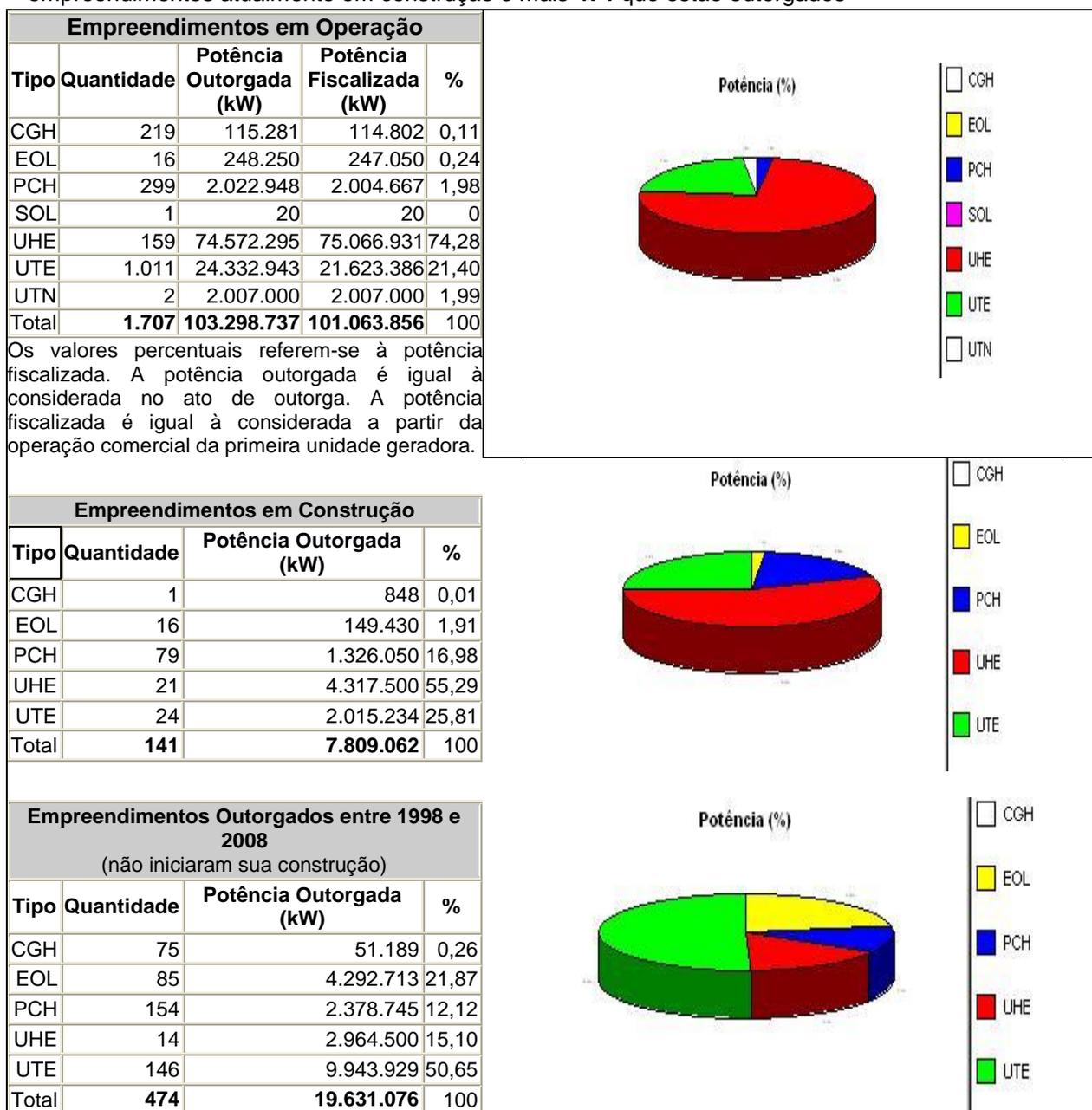
Matriz de energia elétrica em 2005 - Brasil



Anexo 3:

Capacidade de geração de energia no Brasil

No total, o Brasil possui **1.707** empreendimentos em operação, gerando **101.063.856** kW de energia. Para os próximos anos está prevista a adição de **27.440.138** kW, proveniente dos **141** empreendimentos atualmente em construção e mais **474** que estão outorgados



Legenda	
CGH	Central Geradora Hidrelétrica
CGU	Central Geradora Undi-Elétrica
EOL	Central Geradora Eolielétrica
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
SOL	Central Geradora Solar Fotovoltaica
UHE	Usina Hidrelétrica de Energia
UTE	Usina Termelétrica de Energia
UTN	Usina Termonuclear

Fonte: Aneel - 09/06/2008

Anexo 4:

Foto: www.mabnacional.org.br



Casa queimada durante despejo violento em Foz do Chapecó/SC.

Anexo 5:

Afogado na mágoa

*Todo esse meu sofrimento é causado por um projeto.
Uma laje de concreto que atacou o Rio Uruguai.
Por vingança água sai, afogando a natureza,
tapando tanta beleza até lá onde a onda vai.
Até meu lindo arvoredo lá onde eu fazia meus versos,
ficou tudo submerso, morreu minha felicidade.
Mesmo contra a minha vontade,
vendo tudo embaixo d'água,
com o coração cheio de mágoa eu me bandeiei pra cidade.
Minha junta de boi manso me obriguei chamar na faca
e a Brasina minha vaca não vejo mais no curral.
Meu cachorro policial com certeza já morreu
ou então vive como eu sofrendo do mesmo mal.
O Adão, o Antonio, o Siqueira, meus três primeiros vizinhos,
uns foram para Carazinho, outros para Parobé,
meus filhos e minha mulher que viviam sempre risonhos,
hoje andam tão tristonhos, nem ouvir meus versos quer.
Mas eu não perdi a esperança de um dia organizar essa massa
e construir algo que de fato faça um Brasil novo.
Que mate a fome do povo, que faça a reforma agrária
e devolva nossas áreas para nós ser feliz de novo.
(Celso Moretti – poeta popular)*

Anexo 6:

Foto: Rafael Ubachupel



Torres da Igreja São Pedro – Itá/SC

Anexo 7:

Foto: Jaime Carlos Patias



Construção da barragem Santo Antonio, em Porto Velho/RO, retrata o acentuado impacto ambiental (22 de julho de 2009).



Paradoxo: Placa fixada pelas construtoras junto ao canteiro de obras da barragem Santo Antonio, em Porto Velho/RO. Foto de 22 de julho de 2009.



Repressão policial em Tucuruí/PA.

Anexo 10:

Ideias centrais do II Encontro Nacional do MAB

Reunidos em Curitiba,³⁵⁸ Estado do Paraná, Brasil, nos dias 13 a 17 de março de 2006, avaliando nossa história e o momento que vivemos, reafirmamos que:

1. **Água e energia não são mercadorias.** Água e energia é **patrimônio do povo** e deve estar sob o **controle popular**.
2. É necessário construir um **modelo energético alternativo**, com a utilização dos recursos naturais, **que sirva aos interesses da classe trabalhadora**, hoje e no futuro.
3. A luta é contra toda **privatização da água e da energia** (e reaver o já privatizado) e que se estende à luta **contra as barragens e pelos direitos** dos atingidos.
4. Lutamos também para combater a **exportação de produtos de alta densidade energética** (eletrointensivos) utilizados para fins da acumulação capitalista.
5. O MAB é um **movimento nacional, autônomo, de massa, de luta, com direção coletiva, em todos os níveis, com rostos regionais**, sem distinção de sexo, cor, religião, partido político e grau de instrução.
6. Nossa principal forma de luta é **a pressão popular**.
7. **Só o povo organizado e consciente é capaz de transformar, pela raiz, as estruturas opressoras na sociedade.**
8. Nossa prática militante é orientada pela **pedagogia do exemplo**.
9. Construiremos **alianças com movimentos** e com a sociedade no nível nacional e internacional.
10. A luta do MAB se alimenta no profundo sentimento de **amor ao povo e amor à vida**.

Água e energia não é mercadoria!
Nossa terra, nosso rio, não se vende; nossa terra, nosso rio, se defende!
Terra sim, barragens não!
Águas para a vida e não para a morte!

³⁵⁸. Estiveram presentes 1.200 pessoas de 15 Estados (BA, CE, GO, MA, MG, MT, PA, PB, PR, RO, RS, SE, SC, SP, TO) com a maioria de jovens e 4 delegações latino-americanas (Argentina, Bolívia, Nicarágua, Venezuela), além de outros movimentos, entidades, autoridades, estudantes e personalidades apoiadoras.

Anexo 11:

Foto: Dirceu Benincá



Momento de mística durante o Curso de Especialização/Extensão *Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo*, na UFRJ – julho/2009.

Anexo 12:

**Água e energia
não são
mercadorias**

Levante contra a venda do Rio Madeira

Outras informações:
www.mabnacional.org.br

Realização:

CAMPANHA EM DEFESA DA AMAZÔNIA E DAS COMUNIDADES ATINGIDAS

Anexo 13:

Foto: Dirceu Benincá



Outdoors divulgando Campanha em Portugal (Coimbra e Lisboa) – em abril de 2009.

Anexo 14:



Anexo 15:

Reivindicações dos atingidos por barragens³⁵⁹

I - PELOS DIREITOS DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

1. Pelo direito a informação e educação

- Garantia pelos governos dos direitos dos atingidos (das obras projetadas, já construídas e em construção), de forma igualitária independente da jurisdição.
- ***Reconhecimento e transformação em Lei Federal do conceito do atingido aprovado pelo CONSISE - Conselho dos Presidentes das Estatais do Setor Elétrico (grifo meu).***
- Continuidade do Projeto de Educação para os atingidos por barragens, com aprovação imediata de convênio para realização de diagnóstico já apresentado, em convênio com ANAB, Eletrobrás e INCRA.
- Continuidade da política de capacitação técnica e social dos atingidos por barragens para difusão das informações e organização popular que garanta acesso aos programas governamentais e os direitos dos atingidos.

2. Pelo direito as condições de vida, trabalho e renda

- Cumprimento integral de todas as recomendações da Comissão Especial de Direitos Humanos para os atingidos por barragens, constante do relatório aprovado.
- Extensão do direito as linhas do Pronaf A (crédito, educação,...) para todos os atingidos por barragens – reassentados e ribeirinhos.
- Garantia de assistência técnica e social para as comunidades atingidas.
- Criação de um fundo especial para o projeto popular de recuperação e desenvolvimento para as regiões atingidas ou ameaçadas por barragens, com recursos do BNDES.
- Aprovação imediata do projeto de pesca junto ao Ministério da Pesca.
- Perdão das dívidas dos atingidos por barragens até o valor de dez mil reais e renegociação de valores superiores a este.
- Assentamento para os filhos de reassentados e ribeirinhos sem terra.
- Criação de política pública especial para os pescadores artesanais e garantia de condições de trabalho e comercialização do pescado.
- Concessão de cestas básicas a cada mês a partir de agosto de 2009 para as 16.000 famílias cadastradas.

3. Pelo direito a água, energia e tarifa social

- Garantia de abastecimento de água e energia elétrica para todas as famílias do Brasil e com plano de urgência para todas as famílias atingidas pelas barragens.

³⁵⁹. Documento elaborado pelo MAB e apresentado à Secretaria Geral do Governo Federal em junho de 2009.

- Aplicação imediata da lei da tarifa social de energia elétrica que garante acesso a todas as famílias que consomem até 220 KW/h/mês, respeitando os máximos regionais estabelecidos.
- Implantação de política pública especial de aquecedores solares de baixo custo – para aquecimento de água – com projeto inicial para os estados da região Centro-oeste, Sudeste e Sul do país.
- Ampliação do projeto de cisternas para atingir todas as comunidades ribeirinhas, reassentamentos e demais famílias atingidas por barragens.

4. Pela liberdade

- Imediata libertação dos atingidos presos políticos.

5. Pela defesa, preservação e recuperação do meio ambiente

- Aprovação de uma política especial para capacitação e aplicação de projetos relacionados a proteção ambiental e preservação para as comunidades ribeirinhas e lindeiras dos lagos de barragens.
- Criação do Seguro Social e Ambiental para Empreendimentos do Setor Elétrico com recursos para enfrentar os problemas sociais e ambientais que se manifestarem mesmo após o processo de licenciamento; e para problemas sociais e ambientais que surgirem e não foram previstos pelos estudos de impacto e pelos processos de licenciamento. Este fundo teria fonte em valores incorporados aos custos da construção e operação dos aproveitamentos hidrelétricos.
- Criação de formas concretas de compensação para a proteção das áreas de preservação ao redor dos lagos e rios, áreas extrativistas e demais áreas previstas no código florestal.

II - PELOS DIREITOS DOS CAMPONESES

- Pelo atendimento as reivindicações dos atingidos pela seca no Sul e pelas enchentes no Norte e Nordeste do Brasil.
- Perdão das dívidas dos camponeses até dez mil reais e crédito especial de dois mil e quinhentos reais por família, para produção de alimentos.
- Garantia de compra de produtos da agricultura camponesa e entrega gratuita para os desempregados.
- Compensação financeira para atividades de proteção e conservação ambiental.
- Criação de um crédito especial para as Prefeituras dos municípios atingidos pela seca e enchentes para aplicação nas condições necessárias e melhoria das atividades da agricultura camponesa e familiar, voltada à produção de alimentos.

III - PELOS DIREITOS DE TODO O POVO BRASILEIRO

- Por nenhum direito a menos.
- O petróleo tem que ser nosso.
- Por reforma agrária.
- Por emprego e renda para todos.
- Por soberania energética e alimentar.

Anexo 16:

CARTA DE GOIÂNIA

Nós, participantes do I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, em Goiânia, de 19 a 21 de abril de 1989, reconhecemos a importância da geração de eletricidade, mas também da sua economia e conservação. Entretanto, sabemos que a atual política do setor elétrico atende a um modelo de desenvolvimento que privilegia os interesses do grande capital (construtoras, mineradoras, indústrias, fabricantes de equipamentos pesados e financiadores – nacionais e internacionais – e credores da dívida externa), excluindo a classe trabalhadora do processo de decisão, planejamento e implantação dos programas do setor.

Esta política, concretizada no Plano 2010 da Eletrobrás, é elaborada no sigilo dos altos gabinetes, sem a participação da sociedade. Os projetos do setor elétrico não geram só energia, mas uma série de efeitos perversos, tais como: inundação de milhares de hectares de terras férteis; aumento da concentração fundiária –deslocando contra a sua vontade – milhares de famílias de trabalhadores rurais e ribeirinhos e de povos indígenas; expulsão do homem do campo para as periferias das cidades; empobrecimento da população atingida; dispersão de comunidades e povoados; perda de um saber popular sobre a terra e o rio; alteração dos rios com ocorrência de doenças e contaminações das águas.

Diante deste quadro exigimos do governo:

1) elaboração de uma nova política para o setor elétrico com a participação da classe trabalhadora;

2) que sejam imediatamente solucionados os problemas sociais e ambientais gerados pela hidrelétricas já construídas e que isto seja condição para implantação de novos projetos;

3) cumprimento dos acordos já firmados entre os atingidos e as concessionárias do setor elétrico;

4) fim imediato dos subsídios tarifários às indústrias favorecidas pelo setor elétrico.

Reforma agrária já, sob o controle dos trabalhadores!

Demarcação das terras indígenas!

Demarcação das terras das comunidades negras remanescentes de quilombos!

Não pagamento da dívida externa!

Goiânia, 21 de abril de 1989

Central Única dos Trabalhadores – CUT

Comissão Regional dos Atingidos por Barragens – CRAB

Comissão Pastoral da Terra – CPT

Pólo-Sindical do Sub-Médio do São Francisco (PE - BA)

Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu – CRABI

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira/Pará

Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari – MAREWA

Comitê Calunga – Universidade Federal de Goiás

Comissão Pró-Índio de São Paulo – CPI/SP

Conselho Indigenista Missionário – CIMI

Centro de Apoio aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha – CAMPO

Centro de Estudos e Pesquisas do Instituto Sedes Sapientiae/SP – CEPIS

Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI

Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil – FEAB

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST

Partido dos Trabalhadores – Secretaria Agrária Nacional – PT

Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos de Marabá – Pará/SDDH – Marabá

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ

Comissão de Atingidos pela UHE Dona Francisca

Comissão Regional dos Atingidos pelo Complexo Hidrelétrico do Xingu – CRACOHX

Comissão Regional dos Atingidos por Barragens / Nordeste

Comissão Estadual de Atingidos por Barragens / Rondônia

Comissão do Povo na Luta contra a Barragem do Castanhão

Comunidade Kaingang de Iraí / RS

Comunidade Kaingang de Chapecozinho

Comunidade Avá-Guarani

Comunidade Pankararu

Anexo 17:

Foto: www.mabnacional.org.br



Acampamento às margens do Rio Madeira, Porto Velho/RO.

Anexo 18:

Foto: www.mabnacional.org.br



Ocupação da usina de Sobradinho/BA, durante jornada de lutas, junho de 2008.

Anexo 19:

Foto: www.mabnacional.org.br



Ameaçados pela usina de Tijuco Alto, do Vale do Ribeira/SP, protestam em frente ao IBAMA, em São Paulo/SP.

Anexo 20:

Foto: www.mabnacional.org.br



Marcha rumo à sede da Aneel, em Brasília/DF.

Anexo 21:

Foto: Arquivos MAB



Em Altamira/PA, 1989, durante encontro dos povos indígenas com representantes do governo e da Eletrobrás para discutir a instalação da UHE de Belo Monte, no Rio Xingu. O então presidente da Eletronorte, depois presidente da Eletrobrás, José Antônio Muniz Lopes foi atacado pelos índios Kayapó. Em 2008, durante audiência pública para discussão do projeto de construção da hidrelétrica, indígenas repetiram o protesto com utilização de facão contra um engenheiro da Eletrobrás.

Anexo 22:



Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB

Av. Tomas Edison, 301
Bairro Barra Funda – São Paulo – SP
CEP.: 01140-000
Telefone: (11)3392.2660

São Paulo, 11 de agosto de 2009

**Exmo. Senhor
Presidente da República Federativa do Brasil
M.D. Luis Inácio Lula da Silva
Brasília – DF**

Prezado Senhor,

Considerando que Vossa Excelência recentemente reconheceu que o **'Estado brasileiro tem uma dívida histórica com os atingidos por barragens'**;

Considerando que a construção de hidrelétricas no Brasil expulsou milhares de famílias de seus lugares, **violando vários direitos humanos**, como tem demonstrado o recente Relatório da Comissão Especial de Direitos Humanos do Governo Federal;

Considerando que estas **injustiças continuam** sendo cometidas nas regiões de construção de barragens e na maioria das regiões, com o processo de privatização estes problemas **tem se intensificado**;

Considerando que a **reparação das perdas** (econômicas, sociais, ambientais, culturais e políticas) impostas às comunidades atingidas desde os primeiros momentos da construção das barragens **está longe de ser resolvida** de forma adequada;

Considerando que a negação dos direitos gera conflitos de toda ordem e que as atuais políticas adotadas, além de não solucioná-los, são agravadas por um intenso processo de **criminalização das organizações e lideranças** das populações atingidas por barragens no Brasil;

Considerando que a **política social e ambiental deve ser vista como investimento público e de responsabilidade do Estado** e não como forma de diminuição de custos que visam elevar as taxas de lucro das empresas;

Gabinete Pessoal do Presidente	
Recebido em	12/8/09
Horário:	13:30
Nome:	Guacupira

Considerando que os atingidos por barragens são e devem ser tratados como **público especial**, tendo em vista que além de sofrerem com todos os demais problemas que afetam os trabalhadores brasileiros, temos mais este, que é ser atingido por barragem;

Considerando que o **Movimento dos Atingidos por Barragens, através de sua luta histórica**, acumulou muita experiência na luta pelos direitos dos atingidos por barragens;

Considerando que ao persistir o atual formato de interlocução, no caso da relação do atual Governo Federal com os atingidos, podemos dizer que o próximo governo não receberá uma boa herança;

Considerando que o atual formato de negociação, apesar de resolver alguns problemas pontuais, não cria novos paradigmas para o tratamento das questões sociais e ambientais nas regiões atingidas por barragens.

CONSIDERANDO TODOS ESTES PONTOS, PROPOMOS:

1. Que o Estado Brasileiro, através do Governo Federal, reassuma imediatamente a interlocução com o MAB, no sentido de fazermos um balanço dos problemas existentes com a construção das barragens e debatermos as diretrizes e critérios para uma nova política social e ambiental nas regiões atingidas;
2. Que se estabeleça uma comissão formada por representantes indicados pelo Governo e representantes indicados pelo MAB para dar início a esta interlocução.
3. Por estarem historicamente envolvidos neste debate, o MAB defende que nesta comissão estejam presentes representantes do Ministério de Minas Energia, ELETROBRÁS, Ministério do Meio Ambiente-Ibama, Ministério do Desenvolvimento Agrário-Incra, Casa Civil, Gabinete Pessoal da Presidência da República e Secretaria Geral da Presidência.
4. Que a primeira reunião dessa comissão se realize na 1ª quinzena do mês de setembro de 2009, em data a ser agendada de comum acordo.

Aguardando Vossa resposta, desde já o Movimento dos Atingidos por Barragens se coloca a disposição.


Ana Rita de Lima Ferreira

Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens

Água e energia não são mercadorias!


José Josivaldo Alves de Oliveira

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)